UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Carlos Juliano Barros

O sonho se faz a mão e sem permissão

“Escravidão temporária” e reforma agrária no sudeste do Pará

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

O sonho se faz a mão e sem permissão

“Escravidão temporária” e reforma agrária no sudeste do Pará

Exemplar original

Carlos Juliano Barros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador:
Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

**São Paulo
2011**

Caboclo Roceiro

Caboclo roceiro das plagas do norte,
Que vive sem sorte , sem terra e sem lar,
A tua desdita é tristonho que canto,
Se escuto teu pranto me ponho a chorar.

Ninguém te oferece feliz lenitivo,
És rude, cativo, não tens liberdade.
A roça é teu mundo e também tua escola,
Teu braço é a mola que move a cidade.

De noite, tu vives na tua palhoça,
De dia na roça de enxada na mão,
Julgando que Deus é um pai vingativo,
Não vês o motivo da tua opressão.

Tu pensas, amigo, que a vida que levas,
De dores e trevas, debaixo da cruz
E as crises cortantes quais finas espadas,
São penas mandadas por Nosso Jesus.

Tu és, nesta vida, um fiel penitente,
Um pobre inocente no banco dos réu.
Caboclo, não guarde contigo esta crença,
A tua sentença não parte do céu.

O Mestre Divino, que é Sábio Profundo,
Não fez, neste mundo, o teu fado infeliz.
As tuas desgraças, com tuas desordens,
Não nascem das ordens do Eterno Juiz.

A Lua te afaga sem ter empecilho,
O sol o seu brilho jamais te negou,
Porém os ingratos, com ódio e com guerra,
Tomaram-te a terra que Deus te entregou.

De noite tu vives na tua palhoça,
De dia na roça, de enxada na mão.
Caboclo roceiro, sem lar, sem abrigo,
Tu és meu amigo, tu és meu irmão.

(Patativa do Assaré)

(Carlos Juliano Barros)

“Trabalho escravo, tu não tinha direito e nem dinheiro, rapaz.”
(Pedro Alves Carvalho, assentado do PA 26 de Março, Marabá)

“Rapaz, pra mim, não tem preço. Terra é a soberania. Quem tem terra tem o seu poder na mão. Então, eu tenho um poder na minha mão que é aquela terra.” (Domingos de Oliveira, assentado do PA 26 de Março, Marabá)

“Essa terra aqui foi questão de honra. Foi dez anos. Isso para mim não foi uma conquista, isso aqui para mim foi um desejo de querer adquirir um pedaço de terra. Esse lote, eu não represento ele. Ele me representa.” (Édson Alves Feitosa, falecido assentado do PA 26 de Março, Marabá)

Agradecimentos

A toda minha família e especialmente aos meus pais, Silvio e Marleine Paula, pelo estímulo e pela confiança incondicional.

À Vivizinha, companheira por excelência para todas as horas, pelo amor verdadeiro e pelas palavras sensatas que tanto sentido trazem à minha vida.

Ao Arioaldo, pelo exemplo de intelectual comprometido com o que realmente importa e pela generosidade com que me abriu as portas de um mundo que eu desconhecia.

Aos amigos da Repórter Brasil (André, Antônio, Bianca, Carolina, Claudia, Fabiana, Fernanda, Gabriela, Leonardo, Marcel, Matinas, Maurício e Verena), pelos sonhos jornalísticos compartilhados.

Aos parceiros da Gogota (Alex, André, Danilo, Fábio, João Mauro, Jonas, Paulo, Paulo Henrique, Pedro, Pedrosa, Luís Hernandez, Mário, Marcus e Ricardo), pelas risadas necessárias à descontração.

Ao Gabriel, pelas tardes de debates profundos e de planos mirabolantes.

À Valéria, pela amizade e pela ajuda na realização deste trabalho.

À Marta, pelas observações pertinentes na banca de qualificação.

Aos companheiros da CPT de Marabá (Batista, Leide, Sávio e Vânia), da CPT de Araguaína (Xavier), da CPT de Xinguara (Aninha e Frei Henri) e do Centro Cabanagem (Antônio e Lena), pela carinhosa acolhida.

Ao Emanuel e ao Maurício, pelo valioso fornecimento de uma pilha de documentos.

À Capes, pela bolsa que tanta tranquilidade me trouxe.

E, principalmente, a todos os assentados do PA 26 de Março, pela hospitalidade e pela coragem que tantas vezes me falta.

Índice

Lista de Siglas.....	7
Lista de Tabelas	9
Lista de Mapas	10
Lista de Figuras.....	11
Lista de Fotos	12
Resumo.....	13
Abstract.....	14
Introdução	15
1. Sudeste do Pará: lugar de conflito.....	25
1.1. A concentração de terras e o perfil econômico	27
1.1.1. A prática da “grilagem”	32
1.2. “Trabalho escravo” e ocupações de terra no sudeste do Pará	37
1.3. A expansão do território capitalista na fronteira amazônica.....	43
1.4. Os sujeitos sociais em cena.....	50
1.5. Marabá e o “Polígono dos Castanhais”.....	54
1.5.1. A legislação agrária paraense e a apropriação dos castanhais	58
1.5.2. A família Mutran.....	65
1.6. O castanhal Cabaceiras	71
2. A “escravidão temporária”	87
2.1. O caso da fazenda Cabaceiras.....	88
2.2. A necessária discussão conceitual sobre a escravidão nos dias de hoje	99
2.2.2. O ordenamento jurídico brasileiro e internacional.....	117
2.3. As relações escravistas de trabalho no Brasil contemporâneo.....	123
2.4. A escravidão sob o modo capitalista de produção	131
2.4.1. A “escravidão temporária” sob outros olhares marxistas	139
2.5. Escravidão, ideologias e discursos de dominação	149
3. A conquista do Assentamento 26 de Março.....	157
3.1. As ocupações da Cabaceiras: estratégia contra a oligarquia e o latifúndio	157
3.2. A consolidação do acampamento na fazenda Cabaceiras	167
3.3. Pós-luta: os desafios do Assentamento 26 de Março.....	172
3.4. A trajetória do MST no sudeste do Pará	177
3.5. A questão camponesa sob o modo capitalista de produção	181
4. Os meandros da desapropriação da Cabaceiras.....	186
4.1. O processo administrativo.....	188
4.2. O processo judicial.....	196
4.3. A “função social” da terra e a reforma agrária	198
5. Considerações finais	207
6. Bibliografia	208

7. Anexos	218
------------------------	------------

Lista de Siglas

ACP – Ação Civil Pública

AI – Auto de Infração

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

Conatrae – Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo

Cimi – Conselho Indigenista Missionário

CF – Constituição Federal

CPB – Código Penal Brasileiro

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Faepa – Federação da Agricultura do Estado do Pará

Fetagri – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Pará

Gertraf – Grupo de Executivos de Repressão ao Trabalho Forçado

GMF – Grupo Móvel de Fiscalização

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFC – International Finance Corporation

IML – Instituto Médico Legal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Iterpa – Instituto de Terras do Pará

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MP – Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MPT – Ministério Público do Trabalho

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Projeto de Assentamento

PF – Polícia Federal

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Setran – Secretaria de Estados de Transportes do Governo do Estado do Pará

Sindiferpa – Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará

SNCR – Sistema Nacional do Cadastro Rural

SPDDH – Sociedade de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos do Pará

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Imóveis rurais por área e classe de área na SR 27 do Incra	27
Tabela 02 – Estabelecimentos e suas áreas por atividade econômica na Mesorregião do Sudeste do Pará	31
Tabela 03 – Número de registros bloqueados conforme o tamanho	34
Tabela 04 – Denúncias de “Trabalho Escravo” no sudeste do Pará	38
Tabela 05 – Ocupações de terra no sudeste do Pará	39
Tabela 06 – Área incorporada à Reforma Agrária (SR 27)	41
Tabela 07 – Títulos de Aforamento Expedidos entre 1955 e 1966	65
Tabela 08 – Autos de Infração lavrados pelos fiscais do MTE	90
Tabela 09 – Quadro Geral das operações de fiscalização para erradicação do Trabalho escravo – SIT/SRTE – 1995 a 2010	127
Tabela 10 – Desmatamento na fazenda Cabaceiras	190

Lista de Mapas

Mapa 01 – Mesorregião Sudeste do Pará	26
Mapa 02 – Mesorregião Sudeste do Pará (em destaque: Marabá e a Cabaceiras)	71
Mapa 03 – Divisão da Fazenda Cabaceiras de acordo com os títulos (definitivo e aforamento)	73

Lista de Figuras

Figura 01 – Cadeia dominial dos títulos da fazenda Cabaceiras	77
Figura 02 – Ramos de atividades em que foram encontrados trabalhadores em condições análogas à de escravo nas propriedades rurais (2004)	129
Figura 03 – Ramos de atividades em que foram encontrados trabalhadores em condições análogas à de escravo nas propriedades rurais (2004)	130
Figura 04 – Planta do Projeto de Assentamento 26 de Março	171
Figura 05 – Área desmatada na fazenda Cabaceira	191

Lista de Fotos

Foto 01 – Boiada em São Félix do Xingu: município possui um dos maiores rebanhos bovinos do país	29
Foto 02 – Pecuária extensiva no Pará é o principal instrumento para apropriação de terras	50
Foto 03 – Detalhe do registro em nome de Nilo Alves de Almeida no livro de aforamentos do Iterpa	74
Foto 04 – Título definitivo de venda de terras em nome de “Martinho da Mota Silveira, do qual é cessionário A Mourão & Cia”	75
Foto 05 – Pedro Alves Carvalho trabalhou na Cabaceiras fazendo garimpo e coletando castanha	80
Foto 06 – A escola foi fundamental para a resistência do acampamento do MST na Cabaceiras	168
Foto 07 – Obras de abertura das estradas não foram feitas pelo poder público no PA 26 de Março	173
Foto 08 – Sebastião Félix de Araújo retira balde cheio d’água do fundo de poço artesiano, complicações devido à falta de luz	174
Foto 09 – Corte de castanheiras já foi investigado pelo Ibama devido a esquema com madeireiros	176
Foto 10 – Placa na entrada do PA 26 de Março, na beira da rodovia PA 150	186

Resumo

Este estudo tem como ponto central a análise da “escravidão temporária” no campo brasileiro, relação de trabalho coercitiva e violenta a que estão sujeitos os peões contratados para as chamadas “empreitas”, como a derrubada de mata ou a limpeza de pasto, principalmente em latifúndios da fronteira agrícola amazônica. Defendemos a noção de “escravidão temporária” porque ela realça o cerne dessa relação: o tempo em que o empregador se julga no direito de controlar não apenas a força de trabalho, mas também a vida e o corpo do seu empregado – como se ele fosse de fato uma *mercadoria*. Mas é importante ressaltar que, nos dias de hoje, a noção de escravidão também assume um significado político, caracterizando relações de trabalho que seriam mais bem definidas como “superexploração”. A discussão sobre a persistência de relações escravistas de trabalho sob o modo capitalista de produção nos dias de hoje é feita à luz de um estudo de caso sobre a desapropriação da fazenda Cabaceiras, localizada em Marabá, no sudeste do Pará, ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1999. Do ponto de vista do marco legal, trata-se da primeira desapropriação de um imóvel rural em toda a história do país motivada pelo desrespeito à “função social”, como prevê a Constituição Federal, em decorrência da exploração contínua de “trabalho em condições análogas à de escravo”, como tipifica o Código Penal Brasileiro – fato ocorrido enquanto uma pequena parte da fazenda já se encontrava sob domínio MST. Porém, apesar das graves irregularidades, a verdade é que o Projeto de Assentamento 26 de Março, criado oficialmente apenas em 2008 em substituição à fazenda Cabaceiras, só saiu do papel graças à pressão do movimento social de luta pela reforma agrária.

Palavras-chave: “escravidão temporária”, “trabalho escravo”, Amazônia, Sudeste do Pará, Marabá, reforma agrária.

Abstract

This master dissertation focuses on the analysis of “temporary slavery” in Brazilian rural. It’s a coercive and violent work relationship that victimizes the rural workers hired to temporary jobs, such as forest cutting and pasture clearing, mainly in Amazon great landed estates. The concept of “temporary slavery” emphasizes the core attribute of this work relationship: the period that the employer controls the life and the body of his employee, and not only his labour power, turning him into a *commodity*. It’s important to note that “slave labour” nowadays has also a political meaning and quite often describes work relationships that would be better defined as “overexploitation”. This issue is discussed through a case study about the expropriation of Cabaceiras farm, in Marabá (Southeast of Pará state), which was occupied in 1999 by MST (landless rural workers movement). Legally speaking, it was the first time in Brazilian history that an expropriation process of a farm was justified by the disrespect of its “social function”, as envisaged by the federal Constitution, due to the exploitation of “employment in condition similar to slave labour”, as defined by the Brazilian Criminal Code. The “temporary slavery” in Cabaceiras occurred when part of the farm was already occupied by MST. However, in this case, the truth is that the agrarian reform and the creation of settlement 26 de Março just happened because of the landless people movement efforts.

Keywords: “temporary slavery”, “slave labour”, Amazon, Southeast of Pará, Marabá, agrarian reform.

Introdução

José Pereira jamais poderia imaginar que a bala disparada contra seu olho, naquele fatídico setembro de 1989, traria tantos constrangimentos ao Estado brasileiro perante a comunidade internacional. Ele tinha apenas 17 anos de idade quando criou coragem para fugir da fazenda Espírito Santo, localizada no município de Xinguara, no sudeste do Pará. Na época, a área estava sob controle da famigerada família Mutran, um clã bastante conhecido na região pela mão de ferro com que conduzia a administração de seus latifúndios. Vigiaados por jagunços munidos de ameaçadoras espingardas calibre 20, ele e outras dezenas de peões suavam a semana inteira sob o sol inclemente daquela conturbada porção do Brasil para “roçar a juquira”, como é conhecida popularmente a tarefa de limpeza do pasto.

Acompanhando a mesma sina errante do pai que também selaria seu destino, José Pereira havia chegado ainda menino ao sudeste do Pará, que um dia já foi densa floresta amazônica rica em castanheiras e outras árvores nativas de grande porte. Desde cedo, aprendeu a ganhar (e a perder) a vida por meio das empreitas temporárias nas propriedades a perder de vista daquela região. Na fazenda Espírito Santo, porém, ele ficaria frente a frente com a barbárie: os peões descansavam seus corpos esgotados em barracos precários, sustentados por pedaços de pau catados na mata rala e cobertos por uma forragem de lona preta misturada com palha. Além disso, comiam religiosamente arroz com feijão em todas as refeições – carne consistia em artigo de luxo e só aparecia no prato quando um boi tinha a má sorte de ser atropelado na rodovia mais próxima. Como desgraça pouca é bobagem, José Pereira e seus colegas ainda tinham de suportar a pressão do “gato”, o agenciador de mão-de-obra que os havia recrutado para o serviço e que ainda por cima cobrava uma suposta dívida pela alimentação e pelo transporte fornecido. Em um momento de corajosa epifania, José Pereira e um peão conhecido pelo apelido de Paraná aproveitaram um dos raros dias de folga para retomar a liberdade que lhes havia sido roubada.

“E aí, nós fugimos de madrugada, numa folga que o gato deu. Andamos o dia todo dentro da fazenda. Ela era grande. Mas a fazenda tinha duas estradas, e nós

só sabia de uma. Nessa, que nós ia, eles não passavam. Mas eles já tinham rodeado pela outra e tinha botado trincheira na frente, tocaia, né. Nós não sabia... Mais de cinco horas passamos na estrada, perto da mata. E quando nós saímos da mata, fomos surpreendidos pelo Chico, que é o gato, e mais três. Que atiraram no Paraná, nas curvas dele, e ele caiu morrendo. Eles foram, buscaram uma caminhonete com uma lona e forraram a carroceria. Aí colocaram ele de bruços e mandaram eu andar. Eu andei uns dez metros e ele atirou em mim. (...) Onde acertou meu olho. Pegou por trás. Aí eu caí de bruços e fingi de morto. Eles me pegaram também e me arrastaram, me colocaram de bruços, junto com o Paraná, me enrolaram na lona. Entraram na caminhonete, andaram uns 20 quilômetros e jogaram nós na [rodovia] PA-150 em frente da [fazenda] Brasil Verde.”¹

O caso de José Pereira foi esquecido pelas autoridades de seu próprio país, que jamais puniram quem quer que fosse pela opressão cometida contra o trabalhador rural. Porém, ganhou repercussão internacional ao se transformar em denúncia encaminhada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), que condenou o Brasil a compensá-lo. Simbolicamente, o Congresso Nacional aprovou em novembro de 2003 o pagamento de uma indenização de R\$ 52 mil como ressarcimento pelo olho baleado na fazenda Espírito Santo. Com o dinheiro, José Pereira comprou um pedaço de chão para tirar o sustento da terra própria, na esperança de jamais reviver aqueles dias de horror.

O cerne desta dissertação de mestrado consiste justamente na caracterização das relações de trabalho coercitivas e violentas que ainda se verificam no campo brasileiro, como a que vitimou o peão José Pereira. O senso comum e os meios de comunicação invariavelmente denominam histórias desse tipo como casos de “trabalho escravo”. Mesmo na literatura científica especializada, a noção de escravidão também é evocada para explicar esses fenômenos extremos que, evidentemente, não podem ser caracterizadas como meras irregularidades trabalhistas. Há décadas o assunto vem sendo objeto de pesquisas acadêmicas – seja na geografia, na economia, na sociologia, no direito ou em outros campos do conhecimento – realizadas com o intuito de desvendar os

¹ Revista Problemas Brasileiros (Sesc). *Ilegalidade repetida*. Maio/junho de 2004.

mecanismos de exploração de peões recrutados ilegalmente² pelos “gatos” para tarefas temporárias, como a derrubada de mata nativa ou a limpeza de pastagens, às quais os trabalhadores se vêm presos mediante a fabricação de dívidas ilegais, a retenção de documentos, o isolamento geográfico e até mesmo a violência física ou psicológica. Na realidade, diversas são as noções já consagradas no próprio meio científico para definir essas relações de trabalho desenvolvidas principalmente na área de expansão da fronteira agrícola amazônica: “trabalho escravo”, “trabalho análogo ao de escravo”, “trabalho escravo contemporâneo”, “peonagem” e “escravidão por dívida” são alguma delas. Por sinal, essa última denominação refere-se justamente a um dos expedientes mais comuns de retenção dos peões ao serviço, dinâmica que se baseia na fabricação ilegal de dívidas, como explica Oliveira:

“A peonagem ou ‘trabalho escravo’ começa com a contratação pelo empresário ou administrador de um empreiteiro (‘o gato’), que vai arregimentar trabalhadores em regiões quase sempre distantes e pobres (com falta de oferta de empregos). O processo é tipicamente de aliciamento, pois aos trabalhadores são oferecidas condições de trabalho e salário compensadores, além da alimentação e hospedagem. Nada é assinado, tudo é apalavrado. O trabalhador peão a partir daí não sabe que o preço da passagem para viajar e da comida que comer vão ser descontados do seu ordenado. Tudo que precisa é vendido a preços abusivos pelo ‘gato’ ou pelos fazendeiros, na própria fazenda. Dessa forma, o trabalhador peão está permanentemente endividado na fazenda. O salário é uma ficção anunciada pelo ‘gato’ administrador ou fazendeiro, que nunca vira realidade nas mãos, quer dizer, nos bolsos dos peões. (...) Os ‘gatos’ e os fazendeiros para manterem os trabalhadores peões sob controle, sobretudo para não deixá-los fugir, mantêm verdadeiras quadrilhas de jagunços/pistoleiros nas fazendas. Estes, através da repressão, procuram intimidar os trabalhadores. Os mais ousados, que tentam discutir ou fugir, não raramente são assassinados.” (OLIVEIRA, 1993: 66-68).

² De acordo com o artigo 207 do Código Penal, “aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional” é crime, com pena prevista de um a três anos de detenção, além de multa. Adiante retomaremos os aspectos legais que incidem sobre essa questão.

Para discutir as peculiaridades dessas formas extremadas de exploração do trabalho humano, partimos de um estudo de caso sobre a primeira desapropriação de um imóvel rural para fins de reforma agrária da história do Brasil justificada pelo descumprimento da “função social da terra” – como prevê a Constituição Federal de 1988 – em decorrência da exploração de “trabalho em condições análogas às de escravo”, como define o artigo 149 do Código Penal Brasileiro³. O imóvel rural em questão é a antiga fazenda e castanhal Cabaceiras, localizada no município de Marabá, também na região sudeste do Pará, atual Projeto de Assentamento 26 de Março, conquistado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Coincidentemente, assim como a fazenda Espírito Santo, palco da internacionalmente conhecida história de José Pereira, a antiga Cabaceiras também pertencia à família Mutran⁴, tradicional representante das oligarquias do sudeste do Pará. O sobrenome de ascendência sírio-libanesa ganhou projeção política e econômica a partir dos anos 1950, com o aforamento de vastas extensões de terras públicas para coleta e comercialização de castanha-do-brasil que, décadas mais tarde, seriam devastadas para a formação de latifúndios destinados à pecuária extensiva de corte.

Em 26 de março de 1999, uma ínfima parte da Cabaceiras – que no total tem aproximadamente 10 mil hectares – foi ocupada por camponeses do MST que resistiram por quase uma longa década até que a fazenda fosse, enfim, destinada à reforma agrária, em dezembro de 2008. Há um detalhe de suma importância para compreender essa história: as diligências realizadas pelos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que subsidiariam a edição do decreto de desapropriação do imóvel rural por conta de “trabalho em condições análogas às de escravo”, foram levadas a cabo entre os anos de 2001 e 2004, ou seja, *depois* da entrada do MST na área. Isso porque o acampamento montado ocupava menos de 1% da área total do latifúndio, o que decididamente não comprometeu a atividade de pecuária de corte da fazenda baseada na exploração desumana de trabalho. Contudo, como será visto no decorrer deste estudo, a verdade é que o processo de desapropriação só saiu do papel graças à luta paciente –

³Folha de S. Paulo. *Incra desapropria 1ª fazenda por escravidão*. 18/12/2008.

⁴ Na realidade, na época da ocupação pelo MST, em 1999, a Cabaceiras pertencia à empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda., cujos sócios são Evandro Liege Chuquia Mutran, Delio Chuquia Mutran, Celso Chuquia Mutran e Helena Chuquia Mutran. Por essa razão, referimo-nos aos donos da fazenda como “família Mutran”.

porém, incisiva – do movimento social. Caso os integrantes do MST não tivessem assumido uma posição enérgica no sentido de conquistar a terra, fazendo com que os Mutran literalmente desistissem de questionar na Justiça a destinação da Cabaceiras à reforma agrária, a batalha dos recursos legais poderia ter protelado por ainda mais tempo a criação do assentamento.

Mas é preciso voltar ao motivo que levou à escolha desse caso como objeto de investigação científica da presente pesquisa de mestrado: do ponto de vista administrativo e judicial, a Cabaceiras foi a primeira fazenda do país a ser desapropriada por conta de “trabalho em condições análogas às de escravo”. É preciso ter sempre em mente que esse é o termo utilizado no ordenamento jurídico brasileiro para caracterizar a sujeição ostensiva dos peões, uma vez que a escravidão no país foi abolida oficialmente em 13 de maio 1888, com a Lei Áurea. Portanto, trata-se de uma designação técnica usada pelos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego e pelos procuradores do Ministério Público do Trabalho que compõem o Grupo Móvel de Fiscalização, cujas missões são, respectivamente, autuar e processar os empregadores que incorrerem nessa ilegalidade, como sucedeu no caso da Cabaceiras. Porém, evidentemente, não ficaremos circunscritos às definições legais para compreender esse fenômeno. Até porque a discussão conceitual sobre os motivos que justificam a persistência de relações de trabalho de traços escravistas sob o modo capitalista de produção é o coração deste estudo e consiste no mais complexo e importante desafio encarado nestas páginas.

À primeira vista, segundo o ponto de vista marxista escolhido para nortear todo o processo teórico-metodológico de pesquisa, essas relações de trabalho não poderiam ser compreendidas como escravidão *stricto sensu* por não implicarem a transformação da própria pessoa do trabalhador em mercadoria, como acontecia de fato nos períodos colonial e imperial da história do Brasil, por exemplo. Porém, desde já, assumimos que a noção de “escravidão temporária”, contida na obra de Martins, é suficientemente adequada para dar conta de casos como o de José Pereira, assim entendidos pelo autor:

“são formas coercitivas extremadas de exploração do trabalhador, produzidas em momentos e circunstâncias particulares da reprodução do capital. Trata-se, como mostro, de *escravidão temporária*, no âmbito do próprio processo do capital, que, obviamente, não pode ser reduzida ao equívoco de um modo de

produção. Essas formas coercitivas extremadas da exploração capitalista surgem onde o conjunto do processo de reprodução capitalista do capital encontra obstáculos ou não encontra as condições sociais e econômicas adequadas a que assuma, *num dos momentos* do seu encadeamento, a forma propriamente capitalista.” (MARTINS, 1995: 20)

Na realidade, trata-se de uma “relação de sujeição que vai ao ponto de fazer o patrão supor que tem um direito absoluto ao corpo do trabalhador, além do próprio trabalho, como se vê quando este é submetido à humilhação, à tortura, ao castigo e até à morte (MARTINS, 1995: 20)”. Ou seja, se não existe a configuração de um mercado formal de escravos, como ocorria nos tempos dos negros africanos cativos, ainda há casos em que, na prática, a própria vida do peão – e não apenas a sua força de trabalho – é tratada como mercadoria. Assim, a “escravidão temporária” dos dias de hoje constitui variação extrema da mais-valia absoluta até o limite da sobrevivência do trabalhador, que pode ser compelido ao trabalho até mesmo pela força física e pela humilhação psicológica. Porém, é importante salientar que essa subordinação do trabalhador é fundamentalmente temporária. Ou seja, o empregador, por um período determinado pelo tempo necessário à realização de uma empreitada específica, considera-se no direito de coagir ostensivamente o seu empregado ao trabalho, julgando-se detentor de um “direito absoluto ao corpo do trabalhador”. Por essas razões, entendo que a noção de “escravidão temporária” é aquela que melhor designa essa modalidade de controle do trabalho e da liberdade dos peões – sujeitos sociais sobre os quais recai esse tipo de relação.

Porém, indiscutivelmente, a noção de “trabalho escravo” tem dado visibilidade ao enfrentamento das práticas de precarização do trabalho nos meios de comunicação e vem ensejando a cobrança de respostas das autoridades competentes. Sintomaticamente, acabou norteando a formulação de políticas públicas específicas, como o I e o II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, datados de 2003 e 2008, respectivamente, para citar apenas dois exemplos recentes. Na realidade, muito tempo antes do lançamento desses dois programas, as estatísticas compiladas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), publicadas anualmente no caderno “Conflitos no Campo” e utilizadas como fonte de pesquisa para este estudo, já utilizavam o conceito de “trabalho escravo”, cujo elemento central – de acordo com a entidade ligada à Igreja Católica –

consiste na “sujeição do trabalhador, que pode ser física e ou psicológica. A dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo” (CPT, 2011: 12). Assume-se, portanto, a noção de “escravidão por dívida” como a mais recorrente no campo brasileiro. Além disso, a pastoral também distingue as situações de “superexploração”, definindo-as como aquelas em que se verifica a precarização do trabalho à luz da legislação específica vigente, por exemplo, com o não pagamento das horas trabalhadas e com a imposição de condições insalubres de alojamento e de alimentação (Idem).

Contudo, há uma dimensão *política* nessa discussão sobre a persistência de formas escravistas de trabalho nos dias de hoje que precisa ser levada em conta com muito cuidado. Nos últimos anos, até mesmo alguns intelectuais têm incorporado ao debate científico a noção de “trabalho escravo” nascida no seio da luta cotidiana das diversas organizações que se dedicam à defesa dos direitos humanos e trabalhistas, no campo e na cidade. Mas é importante ressaltar que essa concepção vem sendo encampada como estratégia para denunciar os empregadores que se valem de quaisquer modalidades de “superexploração”. Dessa forma, é comum perceber que entre as denúncias de “trabalho escravo” aparecem mais frequentemente casos de assalariamento precarizado que batem de frente com leis trabalhistas, com valores da sociedade e com princípios básicos da dignidade humana, mas que não chegam a configurar uma relação de subordinação efetivamente escravista, como a que se abateu sobre José Pereira, por exemplo. Em outras palavras, a “escravidão temporária” seria, por assim dizer, o limite máximo de um contínuo de violações que tem início em qualquer expediente de precarização do trabalho. Resumidamente, a militância política de movimentos sociais e de outras organizações da sociedade civil consagrou perante a opinião pública a ideia de “trabalho escravo” também como sinônimo do que ficaria mais bem definido como “superexploração”, o que acabou também sendo assimilado pelo poder público e por *parte* da academia. É o que aponta Neide Esterici, uma das pioneiras do Grupo de Pesquisa do Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“Escravidão tornou-se, pode-se dizer, uma categoria eminentemente política; faz parte de um campo de lutas, e é utilizada para designar toda sorte de trabalho não-livre, de exacerbação da exploração e da desigualdade entre os homens. Muitas vezes, sob a designação de escravidão, o que se vê mais enfaticamente denunciado são maus-tratos, condições de trabalho, de remuneração, de transporte, de alimentação e de alojamento não condizentes com as leis e os costumes.” (ESTERCI, 1994: 44)

Nesta introdução, também é importante esmiuçar o referencial teórico-metodológico que embasa não só a redação desta dissertação, mas todo o processo de pesquisa. Parto da premissa de que existe uma classe de camponeses sem-terra no sudeste do Pará que se insurge contra o latifúndio e contra a proletarização para se reproduzir socialmente. Nesse sentido, o campesinato é compreendido como uma classe social do capitalismo, apesar de operar sob uma lógica de produção e de organização social completamente distinta da utilizada pelos capitalistas propriamente ditos. Entretanto, não se defende aqui a linha evolucionista aplicada ao marxismo por nomes de considerável importância, como Kautsky e Lênin. Isso quer dizer que, ao contrário deles, não partilho da idéia de que a resistência do campesinato constitui uma “*anomia* residual em vias de liquidação” (AMIN, VERGAPOULOS, 1977: 135) que entrava o crescimento do modo capitalista de produção, e de que sua extinção é uma consequência natural do desenvolvimento pleno das forças capitalistas – etapa necessária para o surgimento do proletariado que poderia, então, promover a revolução.

Ao contrário, seguimos a concepção contida na obra de Oliveira (1999), para quem a consolidação do território capitalista⁵ baseia-se em um processo de reprodução ampliada do capital que se desenrola de forma contraditória. Na agricultura, especificamente, “isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e

⁵ A concepção de “território” aqui entendida é a exposta por Oliveira: “o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo / modo de produção / distribuição / circulação / consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção da sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra”. (OLIVEIRA, 1999: p.74)

contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 1999: 73)”, assim como pode também reproduzir *temporariamente* relações de produção de cunho escravista. Aparentemente, a constante reinvenção dessas formas propriamente não-capitalistas pode soar como uma aberração, mas é na verdade um recurso inerente ao desenvolvimento do capitalismo. Essa linha de pensamento, dentre as inúmeras orientações distintas que se verificam no seio do pensamento marxista, funda-se basicamente na contribuição trazida pelo pensamento de Luxemburg.

Como nem poderia deixar de ser, esse movimento contraditório de avanço do capital, típico das áreas de fronteira, não é pacífico. O que os conflitos por terra no sudeste do Pará evidenciam, como no caso da Cabaceiras, é justamente o antagonismo entre as distintas “matrizes de racionalidade” (GONÇALVES, 2000) de camponeses e capitalistas. Trata-se da disputa entre os que lutam por *terra de trabalho* contra os que desejam *terra de negócios* (MARTINS, 1991). Nesse sentido, o estudo da conquista e da desapropriação da fazenda Cabaceiras resume graves conflitos e instigantes desafios do campo brasileiro. Trata da apropriação de vastas extensões de terra no passado por parte das oligarquias, engloba a pilhagem de recursos naturais e a exploração da mais-valia do trabalho humano de forma exacerbada, revela o conflito de classes e a revolta de camponeses contra a opressão de que são vítimas, e ainda permite discutir os obstáculos que precisam ser superados para que a reforma agrária se consolide de fato.

O primeiro capítulo desta dissertação de mestrado consiste em um diagnóstico sobre a fração do território estudada, apresentando de forma panorâmica o perfil socioeconômico do sudeste do Pará, o histórico de ocupação dessa parte da Amazônia e a identidade dos sujeitos sociais que entram em choque na região de alargamento da fronteira agrícola e de expansão do território capitalista. O segundo capítulo trata especificamente dos casos de “escravidão temporária” flagrados na fazenda Cabaceiras e desenvolve a discussão científica sobre esse conceito. Nesse ponto, também se faz necessário falar sobre as fontes de informação que subsidiaram a pesquisa. Em primeiro lugar, é preciso salientar a importância dos autos dos processos administrativos e judiciais de desapropriação. Foram utilizadas como fontes de pesquisa duas ações civis públicas (ACPs) ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a empresa

Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda. na Vara do Trabalho de Marabá. Além disso, foram singularmente úteis os registros dos depoimentos dos peões que fugiram da antiga propriedade da família Mutran e denunciaram a precária situação em que viviam aos agentes da CPT de Marabá – a quem, diga-se de passagem, serei eternamente grato por todo o suporte prestado.

O terceiro capítulo se dedica principalmente a resgatar a memória da ocupação da Cabaceiras e da conquista do assentamento, além de retratar a trajetória dos movimentos que lutam pela reforma agrária no sudeste do Pará e apresentar a concepção de campesinato que norteia este estudo. Para analisar o processo de desapropriação da fazenda, foco do quarto e último capítulo desta dissertação, foram levantadas informações nos autos do processo administrativo instalado no Incra. Também foi estudado o processo judicial em curso na Vara Federal de Marabá decorrente da ação de desapropriação movida pela procuradoria do Incra. Ainda me vali dos autos de um processo abrigado na Vara Agrária desse município, pelo qual o governo do Pará pede a resolução do contrato de aforamento de uma das áreas que compõem a fazenda Cabaceiras, como será visto no último capítulo desta dissertação.

De antemão, é necessário reiterar novamente que, apesar de todos os problemas trabalhistas e ambientais⁶, a destinação da fazenda para fins de reforma agrária só saiu do papel graças à pressão do movimento social, que resistiu à violência do latifúndio e à falta de vontade política do Estado para fazer cumprir a lei. Esse comentário enseja, por fim, apenas uma breve divagação. Vivemos tempos nebulosos, em que as utopias igualitárias são frequentemente tachadas de ideologias ultrapassadas, e em que a frieza dos argumentos supostamente técnicos dos advogados do capital esconde apenas a engenhosa manutenção do *status quo*. Esta pesquisa de mestrado nasce do desejo de contribuir para o registro e para a defesa da luta dos camponeses do sudeste do Pará pelo direito à terra e à vida, sem a qual a já deficitária política de reforma agrária do Estado brasileiro seria ainda mais inexpressiva.

⁶ Uma ressalva importante: a edição do decreto de desapropriação da Cabaceiras não se baseou apenas na ocorrência de relações de trabalho “análogas às de escravo”, mas também na constatação de graves infrações ambientais verificadas na fazenda – o que também configura um ataque à função social da terra, de acordo com os preceitos constitucionais.

1. Sudeste do Pará: lugar de conflito

Quem estuda os conflitos no campo brasileiro precisa inevitavelmente lançar um olhar cuidadoso sobre o sudeste do Pará, um dos mais tensos *locus* de disputa por terra do país, caracterizado por ocupações de terra realizadas por movimentos sociais em resposta à concentração fundiária, pela execução sumária de lideranças sindicais e integrantes de movimentos sociais comprometidos com a causa da reforma agrária e pela utilização massiva de trabalhadores em relações de trabalho escravistas para potencialização dos lucros da agropecuária capitalista. Até a primeira metade do século XX, essa parte da Amazônia brasileira tinha na coleta da borracha e da castanha a sua principal atividade econômica. Basicamente, indígenas, camponeses e latifundiários eram os sujeitos sociais que compunham essa fração do território. De lá para cá, o incremento das frentes de expansão e das frentes pioneiras alargaram a fronteira agrícola e fez com que o capital avançasse a pleno vapor sobre essa parcela da floresta, intensificando os conflitos. Então, aos índios, aos posseiros e às oligarquias, somaram-se grandes grupos empresariais sediados no Centro-sul, além de migrantes em busca do tão sonhado pedaço de terra oriundos em sua maioria da região Nordeste do Brasil. Esses novos atores redesenharam por completo a dinâmica socioeconômica do sudeste do Pará. Hoje, o extrativismo já não representa mais a principal atividade econômica: a mineração/siderurgia, a agricultura e a pecuária extensiva de corte – que ocupa a esmagadora maioria das áreas do campo paraense – concentram a maior parte da riqueza gerada na região, mas o bolo ainda está longe de ser igualitariamente dividido.

Por “sudeste do Pará” compreendemos o conjunto de 39 municípios da mesorregião definida pelo IBGE. Por sinal, a maior parte dessa área corresponde justamente aos limites da Superintendência Regional (SR) 27 do Incra⁷, que também

⁷ A SR 27 abrange 39 municípios do sul do Pará, assim distribuídos. *Sede/Marabá*: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, Rondon do Pará e São João do Araguaia. *Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia*: Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Sapucaia. *Unidade Avançada de Tucuruí*: Baião (apenas em parte), Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Novo Repartimento, Pacajá (apenas em parte), Tucuruí, Portel (apenas em parte). *Unidade Avançada de Conceição do Araguaia*: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Pau D’arco, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia, Santa

engloba 39 municípios e cuja sede se encontra instalada no mais populoso deles, Marabá⁸, principal pólo de serviços e referência para a população local de grande parte dos órgãos do poder público estadual e federal⁹.

Mapa 01 – Mesorregião Sudeste do Pará

Fonte: IBGE

Maria das Barreiras e Xinguara. *Unidade Avançada de São Félix do Xingu*: Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã.

⁸ De acordo com o Censo 2010 do IBGE, Marabá tem exatos 233.669 habitantes.

⁹ A Mesorregião Sudeste do Pará e a SR 27 do Inca têm 36 municípios em comum. Enquanto a primeira reúne Paragominas, Dom Eliseu e Ulianópolis, a segunda compreende Baião e parte de Portel e Pacajá.

1.1. A concentração de terras e o perfil econômico

De acordo com os dados do Incra, órgão federal responsável pela administração do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal, os imóveis rurais sob alçada da SR 27 com até 100 hectares representam 61,5% do número total, mas respondem por apenas 5% da área. Em compensação, aqueles com mais de 2,5 mil hectares constituem somente 5% dos imóveis, porém, perfazem aproximadamente 69% de toda a dimensão ocupada, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 01 – Imóveis rurais por área e classe de área na SR 27 do Incra

Classe de área (hectares)	Total de imóveis rurais	Total da área cadastrada (hectares)
Mais de 0 a menos de 1	04	2,20
1 a menos de 2	06	9,49
2 a menos de 5	92	306,50
5 a menos de 10	218	1.529,57
10 a menos de 25	1.365	24.609,99
25 a menos de 50	7.242	283.833,29
50 a menos de 100	11.875	791.068,07
100 a menos de 200	5.413	689.425,33
200 a menos de 500	3.277	1.045.352,28
500 a menos de 1.000	1.180	851.591,85
1.000 a menos de 2.000	942	1.317.828,10
2.000 a menos de 2.500	389	879.853,04
2.500 a menos de 5.000	1.448	5.336.665,93
5.000 a menos de 10.000	230	1.687.037,59
10.000 a menos de 20.000	56	769.164,65
20.000 a menos de 50.000	38	1.197.658,06
50.000 a menos de 100.000	08	531.665,08
100.000 a mais	11	3.413.021,40
TOTAL	33.794	18.820.622,41

Fonte: Incra – Organização: Carlos Juliano Barros

Essa discrepância já foi alvo inclusive de procedimentos de investigação internos realizados pelo próprio Incra. Em 1999, por meio da Portaria n° 558, o órgão cancelou o código dos imóveis com mais de 10 mil hectares e convocou seus supostos donos para um recadastramento, intimando-os a apresentar documentos que comprovassem a dominialidade e a produtividade das terras por eles ocupadas¹⁰. Em todo o Brasil, foram alcançados pela portaria 3.579 imóveis rurais – a maioria deles (67%) se localizava na Amazônia Legal, ocupando 78% do total da área atingida. “O menor índice de resposta dos detentores de imóveis rurais na Amazônia ocorreu na jurisdição da SR de Marabá/PA, correspondendo a pouco mais da metade dos imóveis (52,5%) e menos de um terço da área (29%) (BARRETO, 2008: 27)”. Naquela oportunidade, na alçada da SR 27, havia 160 imóveis com dimensões maiores que o mínimo estipulado pela portaria, compreendendo 7,4 milhões de hectares. Calculando-se a média, a conclusão é de que cada um desses imóveis ocupava em média 46.250 hectares. Até 2006, a maioria dos imóveis rurais da SR 27 convocados sete anos antes para o recadastramento ainda se encontravam “sem informação ou em trâmite de fiscalização” (Idem: 28). Mas o Incra de Marabá detectou irregularidades e cancelou definitivamente o cadastro de apenas quatro imóveis que somavam a incrível marca de 1,26 milhões de hectares.

Dois anos depois, o órgão deu procedimento – por meio da Portaria n° 596 – ao recadastramento dos imóveis entre 5 mil e 10 mil hectares, espalhados por 68 municípios de 14 estados brasileiros e escolhidos a dedo devido à pressão desencadeada pelo processo de ocupação humana recente. Na área da SR 27, apenas um município foi contemplado: São Félix do Xingu, o terceiro maior em extensão do Pará, com pouco mais de 84 mil quilômetros quadrados. Em sua área havia 70 imóveis na situação prevista pela Portaria n° 596. Ao todo, perfaziam um total de 522.681 hectares. Fazendo, mais uma vez, a divisão da dimensão total ocupada pelo número de imóveis percebe-se que cada um deles abocanhava em média 7.467 hectares. Nunca é demais lembrar que o maior módulo fiscal da Amazônia – ou seja, o sítio mínimo capaz de garantir o sustento de uma família – é de 100 hectares. Mas não foram detectadas irregularidades em nenhum dos imóveis. Na verdade, apenas três SRs da Amazônia Legal (Amazonas, Maranhão e

¹⁰ Os dados apresentados nesta seção foram retirados do “Quem é o dono da Amazônia? Uma análise do recadastramento de imóveis rurais” (BARRETO, 2008).

Santarém) encontraram problemas. Finalmente, em 2006, uma nova portaria (12) do Incra retomou o recadastramento dos imóveis superiores a 5 mil hectares, visando a resolver as pendências¹¹ dos processos dos anos anteriores, mas os resultados definitivos não haviam sido divulgados quando da conclusão da pesquisa feita por Barreto.

Foto 01 – Boiada em São Félix do Xingu: município possui um dos maiores rebanhos bovinos do país

(Carlos Juliano Barros)

Sem dúvida, o principal vetor de apropriação dessas vastíssimas extensões de terra é a pecuária de corte. O sudeste do Pará constitui hoje um importante pólo do agronegócio de carne bovina, abrigando não apenas um expressivo contingente de rebanho, mas também recebendo um pesado aporte de investimentos, principalmente, por parte de frigoríficos que vêm migrando para a Amazônia nos últimos anos, como será

¹¹ Essa portaria determinava expressamente que os imóveis rurais em que haviam sido flagrados casos de “trabalho análogo ao de escravo” e que constavam da Lista Suja publicada pelos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deveriam ter sua situação cadastral investigada, independentemente do seu tamanho. “As análises iniciais identificaram um grande número de imóveis não cadastrados no órgão – apenas 16 dos 52 constantes da primeira lista do MTE e 21 dos 49 da segunda atendiam às determinações legais –, o que constitui indício de posse e uso irregular de terras (VILLELA, 2008: 145).”

vista ao longo deste estudo. Do estado, além da carne *in natura* vendida para todo o Brasil, sai um volume nada desprezível de animais vivos exportados principalmente para a Venezuela. Apenas a título de ilustração, o município de São Félix do Xingu exemplifica de forma cabal a explosão da pecuária na região, nos últimos anos. Em 1996, ele tinha um contingente de 147.826 bovinos, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE. Já o Censo de 2006 aponta um rebanho da casa de 1.620.176 de animais. Segundo a pesquisa, o Pará aparece em quinto lugar no *ranking* dos estados com maior contingente de bovinos no país, com exatos 13.354.858 de cabeças, atrás de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Para efeito de comparação, a população do estado é de aproximadamente 7,5 milhões de habitantes¹². A maior parte do rebanho, praticamente 70%, concentra-se justamente nos municípios do sudeste paraense: 9.382.991, em números absolutos. A atividade de pecuária e de criação de outros animais ocupa a esmagadora maioria (85%) da área destinada à produção do campo paraense, como se verifica na tabela a seguir, com dados sobre os estabelecimentos agropecuários do sudeste do estado¹³:

¹² Precisamente, a população total do estado do Pará é de 7.581.051, segundo o Censo 2010 do IBGE.

¹³ Enquanto o Incra tabula seus dados usando o critério de “imóvel rural”, já que o órgão federal é responsável em conjunto com a Receita Federal pela administração do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), o IBGE utiliza o conceito de estabelecimento agropecuário, assim definido: “Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais”. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>

Tabela 02 – Estabelecimentos e suas áreas por atividade econômica na Mesorregião do Sudeste do Pará

Tipo de Atividade	Número de Estabelecimentos	Área (hectares)
Lavouras temporárias	8.136	962.319,66
Lavouras permanentes	885	85.999,67
Horticultura e floricultura	1464	232.336,6
Produção de sementes e mudas	04	177,87
Pecuária e criação de outros animais	40.225	9.395.153,3
Produção florestal – florestas plantadas	729	175.485,16
Produção florestal – florestas nativas	853	208.023,72
Pesca	209	7.381,28
Aqüicultura	262	25.801,62
TOTAL	52.767	11.092.678,78

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) – Organização: Carlos Juliano Barros

Além de deixar evidente a preponderância da pecuária de corte no sudeste paraense, a tabela acima também revela um dado importante: a área de florestas plantadas já é bastante próxima da de florestas nativas – uma pequena diferença de pouco mais de 30 mil hectares. Uma das principais explicações para esse fato preocupante é a existência de um pólo siderúrgico de ferro-gusa, a principal matéria-prima do aço, no entorno do município de Marabá. No processo produtivo do ferro-gusa, além do minério extraído pela multinacional Vale das minas localizadas na Serra dos Carajás¹⁴, também é utilizado carvão vegetal à base de eucalipto para duas funções básicas: aquecer os altos fornos e atuar como reagente químico do processo, retirando do minério (Fe₂O₃) o metal propriamente dito (Fe). Ao todo, existem nove usinas no pólo de Marabá¹⁵, reunidas no Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará (Sindiferpa). A maior parte da produção é exportada, principalmente para aciarias da China e dos Estados Unidos.

¹⁴ Esse assunto será retomado no item 1.3.

¹⁵ São elas: Cosipar, Ferro Gusa Carajás (Vale), Ibérica, Maragusa, Sidenorte, Sidepar, Sinobras, Siderúrgica da Terra e Terra Norte. Na verdade, a Ferro Gusa Carajás – a ser inaugurada – vai se dedicar apenas à fabricação de aço.

Assim, impulsionada pela indústria siderúrgica, cresce a pressão para que novas áreas sejam destinadas ao cultivo de eucalipto para a produção de carvão vegetal¹⁶.

1.1.1. A prática da “grilagem”

Outro elemento fundamental para compreender a concentração fundiária e os conflitos por terra no Pará é o que se convencionou chamar de “grilagem” – a apropriação privada de glebas públicas a partir de fraudes ou irregularidades. Trata-se de um assunto bastante complexo que envolve questões jurídicas técnicas que extrapolam o escopo deste estudo. Porém, tendo acesso a alguns dados oficiais, é possível traçar um panorama do caos fundiário que assola a segunda maior unidade da federação. De acordo com o Incra, somente as terras públicas já arrecadas e discriminadas em nome da União correspondem a 67,4 milhões de hectares em toda a Amazônia. Desse total, o Pará responde por 17,9 milhões. Em tese, essa imensa área registrada nos Cartórios de Registro de Imóveis se encontra sob alçada do Incra à espera de uma destinação, como a criação de assentamentos ou de unidades de conservação, por exemplo. Entretanto, na prática, já se encontra nas mãos de particulares, principalmente dos grandes grileiros. Mas existem ainda outros 23,4 milhões de hectares de áreas devolutas que não passaram pelo processo de arrecadação e discriminação – que deve ser feito pelo governo do estado, pelo Incra (nas faixas de fronteira) e pela SPU (nas faixas de marinha). Dessa forma, o total de terras públicas e devolutas no Pará salta para 41,3 milhões de hectares. Não custa lembrar que a Constituição de 1988 afirma que as terras públicas devem ser prioritariamente utilizadas para fins de reforma agrária.

Contudo, no apagar das luzes do ano de 2008, o governo federal lançou um programa batizado de “Terra Legal” com o objetivo de “regularizar” esse vasto patrimônio fundiário da União apropriado privadamente. Inicialmente, o plano foi instituído pelas Medidas Provisórias 422 e 458, que propunham a venda de terras

¹⁶ Apesar do incremento da área de florestas plantadas, a verdade é que uma parte nada desprezível do carvão vegetal usado pelas siderúrgicas do pólo de Marabá ainda provém de matas nativas. Em 2007, o Ibama chegou a multar em R\$ 150 milhões as indústrias desse segmento por utilizarem carvão de origem irregular. Além dos problemas ambientais, também existem diversas denúncias de trabalho degradante nas carvoarias que abastecem essas usinas. Tanto que as próprias empresas criaram, em 2004, o Instituto Carvão Cidadão, numa tentativa de melhorar as condições de trabalho das suas fornecedoras de carvão. Problemas Brasileiros. *Carvão vegetal, no rastro da siderurgia*. Julho/agosto de 2009.

públicas de até 1,5 mil hectares aos atuais ocupantes, dispensando processo licitatório. O cerne da proposta foi mantido com a publicação da Lei 11.952, em 25 de junho de 2009¹⁷. De acordo com o texto, podem ser contemplados apenas brasileiros natos ou naturalizados, que não sejam proprietário de imóvel rural e que não tenham sido beneficiados por programa de reforma agrária, que não sejam proprietários de imóvel rural em qualquer outra parte do país, que pratiquem cultura efetiva e que comprovem ocupação direta anterior a dezembro de 2004. Na época do lançamento do programa, diversos estudiosos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que lutam pela reforma agrária contestaram a medida sob temor de que o governo não consiga impedir que os atuais ocupantes de áreas superiores aos limites previstos parcelem suas terras e as regularizem por partes, colocando lotes em nome de “laranjas”¹⁸.

Em âmbito estadual, o concreto dimensionamento do problema da grilagem tornou-se possível a partir do ano de 2006, quando o Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), por meio do Provimento nº 013, determinou o bloqueio de todas as matrículas de imóveis rurais superiores a 2,5 mil hectares – já que a alienação/concessão de áreas públicas acima dessa dimensão deve ser autorizada previamente pelo Congresso Nacional, segundo a Constituição. Até porque apenas oito propriedades no Pará superiores a essa dimensão foram alienadas a particulares com autorização expressa do Congresso Nacional, como manda a Carta Magna brasileira. Em 2007, o TJ-PA – que por lei tem a missão de fiscalizar os cartórios de registro de imóveis no estado – criou a Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem, da qual também fizeram parte outros órgãos públicos estaduais e federais, além de entidades da sociedade civil¹⁹. Segundo a comissão, uma das hipóteses mais prováveis para dar conta da ampla gama de casos de grilagem no Pará é o astronômico volume de

¹⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11952.htm.

¹⁸ Em entrevista concedida a este autor em 2008, o então presidente do Incra admitiu essa possibilidade. “Se não houver fiscalização, a tendência é acontecer, sim.”. Problemas Brasileiros. *Uma gigantesca anarquia fundiária*. Março/Abril 2009.

¹⁹ As entidades e órgãos que compõem a comissão são: a) estaduais: Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE-PA), Ministério Público Estadual do Pará (MPE-PA); b) federais: Ministério Público Federal (MPF), Advocacia Geral da União (AGU), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); c) sociedade civil: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri-PA), Sociedade de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos do Pará (SPDDH), Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa).

“títulos de posse”, expedidos décadas atrás. Aqui é necessário fazer um aparte histórico para explicar com mais detalhamento essa questão. Com a Constituição republicana de 1891, parte das terras devolutas foram transferidas da União para os governos estaduais, que ganharam a missão de desenvolver suas próprias políticas fundiárias. Para a União, ficaram apenas as terras das faixas de fronteira e da Marinha²⁰. Tratava-se claramente de uma manobra para prestigiar e aplacar os ânimos das oligarquias regionais, que poderiam então dividir as terras públicas de acordo com suas conveniências (MARTINS, 1985). O estado do Pará, por meio do Decreto n.º 410 de 08/10/1891, criou um instrumento jurídico inédito no direito brasileiro denominado de “título de posse”. O problema é que muitos desses títulos, que cobriam áreas de dimensões absurdamente extensas, com centenas de milhares de hectares, foram legitimados indevidamente – ou de forma pouco “precisa” – pelos cartórios de registro de imóveis espalhados pelos municípios do interior do estado. Sem observar a legislação vigente, foram abertas matrículas que deram origem a uma cadeia sucessória, como se essas terras fossem de fato propriedades – apesar de esses títulos não garantirem, ressalte-se, propriedade sobre as áreas (TORRES, 2008).

Tabela 03 – Número de registros bloqueados conforme o tamanho

Tamanho (ha)	Número	Hectares
Acima de 1.000.000,0000	09	428.631.501,0838
Acima de 100.000,0000	79	21.654.798,4447
Acima de 10.000,0000	579	15.468.581,9301
Acima de 5.000,0000	557	4.144.492,1542
Acima de 3.000,0000	3.431	14.558.570,2263
Acima de 2.500	2.461	2.461.251,2799
Registros passíveis de apuração	5.504	486.919.195,1190
Acima de 100,0000]	2.598	2.929.353,4961
Até 100,0000	844	38.815,7825
Áreas sem indicação de tamanho	178	
TOTAL GERAL	9.124	489.887.364,3976

Fonte: Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (in: www.iterpa.pa.gov.br)

²⁰ Em 1971, o governo militar baixou o Decreto-Lei 1.164. Por meio dessa medida, a união federal arrecadava para seus domínios, a título de “segurança e desenvolvimento nacional”, uma faixa de 100 quilômetros em cada margem das rodovias existentes e projetadas na Amazônia. O decreto desfalcou o governo do estado do Pará em quase 70% de sua própria área.

Os dados do quadro acima retratam uma situação absolutamente insólita: somados, somente os 9.124 registros de imóveis rurais bloqueados perfaziam uma área 3,9 vezes maior que superfície de todo o estado do Pará – que é de exatos 124.768.951,50 hectares. Alguns estudos de caso levantados pela Comissão também ajudam a dimensionar essa realidade. No cartório de registro de imóveis de São Felix do Xingu, localizado no sudeste do estado, a soma das áreas das propriedades rurais excede em 2,6 vezes a própria dimensão do município. Em Tucuruí, outro município da mesma mesorregião, essa proporção salta para 4,3. Já em Moju, no nordeste do Pará, chega a incríveis 11,7. Em julho de 2009, o Conselho Nacional de Justiça procedeu a uma fiscalização no poder judiciário paraense, dessa vez, nos cartórios de registro de imóveis de dois municípios: Altamira e São Félix do Xingu. Segundo relatório produzido a partir da visita *in loco*, “foram encontradas irregularidades de caráter formal e material que podem ser classificadas como muito graves e outras que, embora de menor potencial lesivo, contribuem para a completa insegurança jurídica dos serviços registrares imobiliários inspecionados no estado do Pará”²¹.

Para resolver a questão de forma ágil e devolver ao patrimônio público áreas cobertas por documentos extremamente duvidosos, os membros da Comissão tiraram um pedido para que o TJ-PA cancelasse em âmbito *administrativo* aqueles registros de imóveis rurais claramente irregulares. O objetivo era o de evitar que a discussão sobre a propriedade das áreas sob suspeita fosse transferida para a esfera *judicial*, o que poderia arrastar a disputa por anos. Alguns dados levantados pelos integrantes da Comissão dão a dimensão exata da falta de “habilidade”, por assim dizer, do judiciário paraense para colocar um ponto final à grilagem de maneira célere: entre 1996 e 2008, o Iterpa ajuizou 50 Ações de Cancelamento e quatro Ações Cíveis Públicas que questionavam judicialmente a propriedade de exatos 24.235.932ha18a68ca. Ainda segundo a Comissão, outras 20 ações foram movidas pela Procuradoria Geral do Estado. Por sua vez, o Ministério Público Federal ajuizou 30 ações visando o cancelamento de matrículas com

²¹ Trecho retirado do “Auto Circunstanciado de Inspeção Serviços Notariais e Registrais do Estado do Pará Portaria nº 151 de 06 de julho de 2009” (Disponível em: www.cnj.jus.br).

4.049.461ha. Porém, o número de sentenças até o presente momento ainda é “ínfimo”²². O pedido da Comissão para que fossem cancelados administrativamente alguns desses títulos sob suspeita não foi atendido pelo TJ-PA, como explica Ubiratan Cazetta, procurador do Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA), em entrevista concedida a este autor:

“A grilagem está presente nos principais casos de dano ambiental, nos casos de conflito por terra. E a gente há muito tempo vinha trabalhando nisso. E dentro dos vários esforços que a gente vinha fazendo era o reconhecimento de algumas fraudes que são muito evidentes. São tão grotescas que não tem como você dizer que não é fraude. (...) E a ideia era reconhecer o quê? Bom, diante da força dessa fraude, da quantidade de provas que você tem, o TJ pode administrativamente suspender a validade de todos esses títulos, e aí você inverte o foco: aquele que diz que está na terra de forma regular que venha provar isso. Todos os elementos estão contra ele. São situações bem grotescas. Naquilo que a gente tinha alguma dúvida, e que podia surgir alguma discussão, foi excluído. Eu diria que esses casos escolhidos foram todos de fratura exposta mesmo, dificilmente você consegue demonstrar que aquilo não é uma fraude. E esse pedido foi feito mas o tribunal... a corregedoria se recusou a fazer a suspensão, num argumento bem formal: ‘não, tem que propor ação caso a caso, e assim por diante’. Isso demonstra, no mínimo, para ser bem simpático com essa decisão, uma timidez muito grande. Mas é óbvio que é muito mais do que isso. Não há interesse em combater essa questão da grilagem.”

Por outro lado, o desembargador Rômulo Nunes, que presidiu o TJ-PA, também foi ouvido por este pesquisador e argumentou que, em sua avaliação, “o certo é julgar caso a caso”, ou seja, fazer com que a Justiça dê a palavra final sobre a validade ou não dos registros duvidosos levantados pela Comissão, evitando “generalizações” que venham prejudicar eventuais inocentes e quer possam ser questionadas em instâncias superiores do poder judiciário. Rômulo Nunes respondeu da seguinte forma às críticas feitas pelo procurador do MPF:

²² Os dados compilados pela Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem constam do documento “Análise dos registros de imóveis rurais bloqueados no Pará”, disponível em www.iterpa.pa.gov.br.

“O Tribunal não pactua com fraudes. Mas não pode haver generalizações. Não seria admissível editar um Provimento cancelando todos os títulos de terra, porque a medida viria prejudicar inocentes e, ainda, a economia do Estado. O certo é julgar caso a caso. Quem se sentir prejudicado ingresse em juízo provando a fraude. Assim, sim, poderemos intervir.”

1.2. “Trabalho escravo” e ocupações de terra no sudeste do Pará

A análise dos dados compilados pela CPT, que todos os anos publica o caderno “Conflitos no Campo”, mostra que no tocante à questão do “trabalho escravo” o Pará ocupa há anos o topo da lista entre as unidades da federação onde se registram denúncias dessa prática. Como apresentado na introdução deste estudo, a pastoral da Igreja Católica entende por “trabalho escravo” as situações em que se manifesta algum tipo de sujeição do trabalhador – física ou psicológica – que cerceia sua liberdade plena de ir e vir. A tabela apresentada na sequência exibe, desde 2003, início do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o total de denúncias em todo o Pará, no sudeste do estado e também no Brasil inteiro. A última coluna, intitulada “Posição do Pará na lista das 27 Unidades da Federação”, deixa evidente a sua inquestionável liderança na participação dos casos de “trabalho escravo” que acontecem no país. A escolha desse período não é aleatória. Ela tem como ponto de partida o ano de 2003, quando foi lançado o I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, por meio do qual as ações de combate a esse crime são incrementadas e alçadas à categoria de política pública:

Tabela 04 – Denúncias de “Trabalho Escravo” no sudeste do Pará

Ano	Número de denúncias de “trabalho escravo” no Pará	Número de denúncias de “trabalho escravo” na SR 27	Número de denúncias de “trabalho escravo” no Brasil	Posição do Pará na lista das 27 Unidades da Federação
2003	149	143	238	1º
2004	105	81	236	1º
2005	123	89	276	1º
2006	133	100	262	1º
2007	133	102	265	1º
2008	106	81	280	1º
2009	84	74	240	1º
2010	73	64	204	1º

Fonte: Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Organização: Carlos Juliano Barros²³

Com relação aos conflitos fundiários, novamente os dados da CPT evidenciam que o sudeste do Pará concentra a maior parte das ocupações realizadas pelos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais do estado – que também figura entre os principais caldeirões de disputa por terra no país. Para efeitos de comparação com o quadro anterior, também tomamos o ano de 2003 como ponto de partida:

²³ Dados retirados do site da Comissão Pastoral da Terra (www.cptnacional.com.br).

Tabela 05 – Ocupações de terra no sudeste do Pará

Ano	Número de ocupações de terra no Pará	Número de ocupações de terra no sudeste do Pará	Número de ocupações de terra no país	Posição do Pará na lista das 27 Unidades da Federação
2003	20	12	391	6°
2004	19	14	491	9°
2005	40	33	437	4°
2006	35	34	384	3°
2007	29	23	364	5°
2008	17	16	252	5°
2009	43	40	290	2°
2010	07	06	180	7°

Fonte: Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Organização: Carlos Juliano Barros²⁴

A animosidade na região não raro culmina com a mais exacerbada das formas de violência. Assassinatos e execuções sumárias de lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais e de militantes de movimentos sociais têm manchado de sangue a luta pela reforma agrária nessa parte da Amazônia. No total, entre 1971 e 2007, ocorreram 819 mortes de trabalhadores rurais – média de assustadores dois assassinatos por mês²⁵ – às vezes com participação explícita do próprio Estado, como no caso da chacina de 19 sem-terra cometido por policiais militares no episódio internacionalmente conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás”²⁶, em 17 de abril de 1996. “Se houve algum incidente que claramente divide a história contemporânea da luta pela terra no Pará em períodos de ‘antes’ e ‘depois’ foi o massacre brutal de 19 manifestantes do MST pela polícia no dia 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás (ONDETTI,

²⁴ Idem.

²⁵ Folha de S. Paulo. *Não existe mandante preso por morte no campo no Pará*. 08/05/2008.

²⁶ Há casos de massacres anteriores que não tiveram a mesma repercussão do episódio de Eldorado dos Carajás, mas que foram executados com requintes de crueldade semelhantes, como as chacinas de Conceição do Araguaia, em que morreram 12 trabalhadores, e a de Xinguara – que vitimou 19 pessoas, ambas ocorridas em 1985.

WAMBERGUE, AFONSO, 2010: 270)²⁷. O episódio aconteceu durante a tentativa de desobstrução da rodovia PA 150, que cruza o sul do estado, por soldados da Polícia Militar. A estrada estava ocupada por trabalhadores do MST que protestavam pela desapropriação do Complexo Macaxeira, uma enorme área de 42 mil hectares que originalmente pertencia à tradicional família Pinheiro que, assim com os Mutran, figuravam entre os expoentes da oligarquia de Marabá. A fazenda estava localizada entre os municípios de Curionópolis e Eldorado dos Carajás, perto da mina de ouro de Serra Pelada. O acampamento do MST montado na beira da rodovia em novembro de 1995 chegou a reunir 1.400 famílias, incluindo ex-garimpeiros. Numa tentativa de chamar atenção para a causa da desapropriação do Complexo Macaxeira, os militantes do movimento fizeram um protesto que parou a PA 150. Com aval do então governador Almir Gabriel (PSBD), a polícia teve autorização para debelar a manifestação. A operação terminou com 19 pessoas mortas no local e mais de 60 feridos. Todos os policiais envolvidos no caso foram absolvidos em um polêmico julgamento, em 1999. Três anos depois, dois comandantes foram condenados e receberam longas sentenças de prisão. Mas eles acabaram soltos, depois de recorrerem. Finalmente, em 2004, a condenação dos comandantes e absolvição de todos os soldados foi confirmada. Após o “Massacre de Eldorado dos Carajás”, gerou-se uma verdadeira comoção em nível nacional e internacional, dando destaque à luta do MST. Sem dúvida, a tragédia catalisou o processo de criação de uma pasta no poder executivo dedicada a cuidar exclusivamente dos projetos de reforma agrária como resposta à explosão dos conflitos no campo brasileiro: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que incorporou o Incra e o tirou do guarda-chuva do Ministério da Agricultura, historicamente identificado com os interesses da classe ruralista.

O “Massacre de Eldorado dos Carajás” também implicou uma maior presença do poder público federal para amainar os conflitos e acelerar a reforma agrária no sudeste do Pará. Uma das medidas mais importantes para atingir esse objetivo foi a promoção do escritório do Incra sediado em Marabá à categoria de Superintendência Regional, dando

²⁷ Todo ano, em memória dos companheiros assassinados na tragédia, o MST realiza a sua tradicional jornada de ocupações em luta pela reforma agrária batizada de “Abril Vermelho” em todo o país.

origem à SR 27 – que hoje responde por 492²⁸ projetos de reforma agrária²⁹. Além disso, cresceu significativamente a área incorporada à reforma agrária por meio da criação de novos assentamentos nos anos três anos subsequentes à chacina, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 06 – Área incorporada à Reforma Agrária (SR 27)

Ano	Projetos	Área (hectares)
1994	50	1.603.972
1995	13	114.856
1996	23	278.368
1997	32	404.662
1998	56	490.410
1999	93	460.269
2000	17	87.017
2001	41	196.253
2002	17	62.976
2003	35	83.121
2004	20	75.907
2005	53	327.738
2006	23	309.779
2007	08	38.585
2008	01	9.774
2009	10	28.769
TOTAL – SR 27	492	4.572.457
TOTAL – Brasil	8.562	84.279.446

Fonte: Incra – Organização: Carlos Juliano Barros

²⁸ Disponível em:

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=174&Itemid=203 (Consultado em 01 de maio de 2011).

²⁹ Se compararmos o número de assentamentos das 30 SRs que abarcam todo o país, ela só fica atrás da unidade do Maranhão (926), da Bahia (629) e do Mato Grosso (539). Já em termos de área ocupada, fica em sétimo lugar, atrás da SR do Amazonas (27,3 milhões de hectares), de Santarém (13,241 milhões de hectares), do Mato Grosso (6,094 milhões de hectares), do Acre (5,491 milhões de hectares) e de Rondônia RO (5,060 milhões de hectares). O Pará é a única unidade da federação a contar com três Superintendências Regionais do Incra. Pernambuco, outro estado célebre pela profusão de conflitos fundiários, tem duas SRs. Todos os outros estados brasileiros e o distrito federal contam com apenas uma sede do órgão federal que cuida da reforma agrária.

Um olhar cuidadoso sobre a tabela do Incra faz perceber que, três anos após o “Massacre de Eldorado dos Carajás”, o ritmo de criação de assentamentos e, por conseguinte, a extensão das áreas destinadas à reforma agrária voltam a cair drasticamente. Citando Alentejano, Michelotti (2007) afirma que, entre 1995 e 1999, “a intensidade das mobilizações e a repercussão nacional e internacional dos conflitos agrários desse período colocam o Governo FHC na defensiva”. Porém, passada essa fase defensiva do ex-presidente, ele “já no seu segundo mandato parte para a ofensiva por meio de medidas legais, como o impedimento de vistorias em terras ocupadas e da repressão aos movimentos sociais e às suas lideranças, forçando um recuo da luta pela terra (MICHELOTTI et AL, 2007:03)”. Vale lembrar que data justamente de 2001 a MP que introduziu no segundo artigo da Lei 8.629/93 a proibição de o Incra realizar vistorias, por um período de dois anos, em imóveis rurais públicos e particulares ocupados por movimentos sociais. Em caso de reincidência de ocupação, o período proibitivo subia para quatro anos. Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, há uma retomada das ocupações (cujo auge se deu entre 2005 e 2006) motivada pela esperança dos movimentos sociais de que fosse realizada uma ampla e massiva reforma agrária. Aparentemente, essa retomada da pressão política por parte dos movimentos sociais poderia ser a explicação para os dados robustos que se verificam na tabela acima para o biênio 2005/2006. Porém, é importante levar em consideração que nem toda essa área arrecadada corresponde efetivamente à criação de novos assentamentos. Em outras palavras, não dizem respeito necessariamente a imóveis rurais desapropriados para a formação de projetos de reforma agrária que não existam antes. Isso porque estão agregados dados sobre a chamada “regularização fundiária”, isto é, são computadas na somatória final as terras de pequenos agricultores que já ocupavam essas áreas e tiveram sua situação cadastral resolvida perante o Incra, passando a fazer parte da Relação de Beneficiários do órgão federal. Essa maquiagem de dados é chamada por Oliveira (2007) de “não-reforma agrária do governo Lula”:

“Isto quer dizer que desde 2003, o MDA/INCRA vem faltando com a verdade para com a sociedade brasileira, e mais ainda, para com os movimentos sociais e sindicais que lutam pela reforma agrária. Quando se divulga um dado total que é produto de soma de metas desiguais, tenta-se passar para todos que esses dados

referem-se ao cumprimento da Meta 1, os assentamentos novos reivindicados pelos movimentos sociais. Assim, a mídia vai repetindo os números divulgados oficialmente e são eles que ficam na memória coletiva da população, como se de fato o governo tivesse feito os assentamentos e movimento sociais é que estão ‘errados, pois não se contentam com nada’ (OLIVEIRA, 2007: 164”).

1.3. A expansão do território capitalista na fronteira amazônica

A partir da segunda metade do século XX, ganha fôlego o avanço do capital sobre a Amazônia e começam a surgir as primeiras denúncias consistentes de “escravidão temporária” de peões³⁰, como se verá mais detalhadamente no segundo capítulo. Boa parte dos conflitos por terra que se verificam hoje na região tem raízes diretas na gestão da questão agrária nacional levada a cabo principalmente a partir da década de 1960, quando teve início a ditadura militar. Essa recente etapa de “colonização” teve início com a abertura de estradas para ligar o centro político-econômico do país à área que até então, aos olhos dos governantes brasileiros, era considerada um verdadeiro “vazio demográfico” – sinônimo de atraso e de isolamento.

A rodovia Belém-Brasília é exemplo claro dessa diretriz. As obras começaram no apagar das luzes da década de 1950, durante a gestão do então presidente Juscelino Kubitschek, que desejava unir as várias regiões à nova capital federal, inaugurada em 1960. Porém, foi somente entre 1972 e 1973, já sob a ditadura militar, que se deu seu completo asfaltamento. Em torno da Belém-Brasília, então, acontece um fenômeno chamado de “colonização espontânea” (HÉBETTE, 2004, volume I). Lavradores migrantes, por sua própria iniciativa e sem orientação explícita do Estado, passaram a buscar terras onde pudessem se assentar, atingindo o oeste do Maranhão, a região do Bico do Papagaio no norte do Tocantins, e também o sudeste do Pará. Na realidade, esse movimento já vinha ocorrendo antes mesmo da abertura da estrada. “No início dos anos

³⁰ Ao estudar a relação conflituosa de uma grande empresa agropecuária com peões e posseiros, no nordeste do Mato Grosso, Esterici define o trabalhador peão da seguinte forma: “O termo *peões* podia ser usado para referir-se tanto a trabalhadores diretos como indiretos (*peões*, propriamente, e empreiteiros), desde que contratados por empreita, remunerados à base da produção, dedicados a tarefas tais como derrubadas, demarcação de limites, abertura de estradas, sem vínculo empregatício juridicamente reconhecido pela empresa e sujeitos a uma alta rotatividade, circulando de uma empresa para outra, por toda a região (ESTERCI, 1987: 137)”.

50, a expansão camponesa no Maranhão começou a alcançar os limites da floresta amazônica próximo ao rio Tocantins. Alguns dos camponeses começaram a atravessar na direção do Pará (VELHO, 1979: 197)”. Porém, como bem ressalva Hébette, é preciso deixar claro que, entre conceitos como “colonização espontânea” e “colonização dirigida”, as distinções dizem mais respeito aos momentos e à intensidade da interferência do Estado (HÉBETTE, 2004: 42, volume I). Isso quer dizer que há, de qualquer maneira, uma parcela nada desprezível de contribuição do poder público na dinâmica de ocupação por pequenos posseiros das margens da Belém-Brasília, motivada pela simples abertura da estrada – um processo migratório que até poderia não constar dos planos oficiais, mas que não poderia ser contido, e que era de certa forma esperado, pelas autoridades.

Com o advento da ditadura militar, em 1964, a expansão do território capitalista sobre a Amazônia se incrementa. O novo governo aposta suas fichas na implementação de ambiciosos planos de exploração da vasta riqueza natural da floresta, notadamente no sudeste do Pará. O mais célebre deles é o Projeto Grande Carajás, capitaneado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce, atualmente empresa de capital aberto chamada apenas de Vale, e que tinha como carro-chefe a extração do melhor minério de ferro do mundo – com teor de pureza de até 67%. A Serra dos Carajás é uma das maiores e mais ricas províncias minerais do planeta, de onde também são retirados cobre, manganês, níquel, ouro³¹, dentre outros minérios. O projeto também previa a utilização do babaçu para produção do carvão vegetal fornecido a siderúrgicas que seriam instaladas na região, além da atração de grandes empresas dispostas a tocar atividades agropecuárias na região (PINTO, 1982). Norteados por uma doutrina de segurança nacional, resumida no *slogan* “integrar para não entregar”, os militares investem na construção de estradas que rasgam a floresta, com destaque para a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. Nas bordas dessas rodovias, estimulam a “colonização dirigida”, implantando assentamentos como forma de aliviar as pressões por terra nas áreas de ocupação mais antiga e de histórica concentração fundiária, como a Zona da Mata nordestina. “As justificativas baseavam-se no princípio de que a solução para a área de tensão social (Nordeste) estava no estímulo ao processo

³¹ A famosa mina de ouro de Serra Pelada, conhecida pelas precárias condições de trabalho dos milhares de garimpeiros que para lá se dirigiram na década de 1980, também fica na Serra dos Carajás.

migratório para a ‘área vazia’ – a Amazônia (OLIVEIRA, 1988: 31)”. O plano era levar “homens sem terra para uma terra sem homens”, como resumia outra frase de efeito bastante recorrente na época.

“À medida que se desenvolvia o capitalismo industrial com base no Centro-Sul, alteravam-se os arranjos das estruturas agrárias em muitas partes do país. Ao mesmo tempo, ganhavam novos dinamismos os excedentes populacionais constituídos nos estados do Nordeste. Uma parte da população rural desses e outros estados começara a dirigir-se para áreas do Pará e outros estados, nos quais havia terras devolutas.” (IANNI, 1978: 90-91)

No mesmo ano do golpe que destituiu o então presidente João Goulart, os militares lançam o Estatuto da Terra, outro instrumento forjado com o intuito de aplacar os ânimos exaltados dos movimentos sociais que reivindicavam a reforma agrária. A nova legislação estipulava o conceito de “função social” da terra e, em certa medida, até abria precedente para uma reordenação fundiária. Porém, a concepção de reforma agrária dos militares tinha como pressuposto básico a garantia ao direito de propriedade e a manutenção do latifúndio³². A partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, a agropecuária de cunho estritamente capitalista encontra a brecha necessária para aportar e reproduzir ampliadamente capital na região Norte, amparada por incentivos fiscais concedidos pelo próprio governo. “A intervenção do Estado na problemática da terra, no campo, com o Estatuto e com a legislação da Sudam, define uma opção das classes dominantes, que é a opção pela exploração empresarial do campo; é uma opção contra o que se poderia chamar de economia camponesa, de economia de produção familiar (MARTINS, 1985: 67).”

Porém, o modelo de desenvolvimento escolhido pelos militares para modernização da região Norte, cujos efeitos se fazem sentir até hoje, não levou em consideração a ocupação de populações tradicionais, principalmente os povos indígenas, e dos posseiros presentes na região.

³² A discussão sobre a “função social da terra” e sobre o Estatuto da Terra será feita no quarto capítulo.

“A política de estímulo à pecuária extensiva parece partir da premissa de que a Amazônia se constitui num imenso espaço vazio, cuja ocupação e exploração econômica dependem de prêmios à iniciativa privada e só se efetivarão com a desejada rapidez se forem feitas por grupos capitalistas. O volume e o significado da migração espontânea foram, aparentemente, ou desconhecidos ou desprezados, na elaboração dessa política (HÉBETTE, 2004, Volume 1:73).”

A terra, então, adquiriu o caráter de reserva patrimonial com finalidade meramente especulativa, além de funcionar como contrapartida para obtenção de recursos públicos que enchiam o bolso de empresários industriais, caracterizando o capitalismo de cunho rentista que se desenvolve no Brasil, como bem define Oliveira. “A chamada modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos, sobretudo os do Centro-Sul do país, em proprietários de terra, em latifundiários (OLIVEIRA, 2007:131-132).”

A política de colonização da Amazônia forjada pelo governo militar, baseada na utilização da terra como estoque de patrimônio para a obtenção de incentivos fiscais, ensejou inevitáveis choques entre camponeses, indígenas, latifundiários e capitalistas, principalmente no que tange à questão agrária. Essas disputas podem ser estudadas sob a perspectiva de um conceito que, na literatura sociológica, é chamado de “fronteira” – lugar de conflito onde colidem grupos sociais não apenas de interesses distintos, mas de temporalidades históricas diversas. Assim, a “fronteira” é a um só tempo o caldeirão explosivo em que se misturam “matrizes de racionalidade” (GONÇALVES, 2000) que entram em disputa. É importante destacar que essas matrizes de racionalidade dizem respeito não só aos aspectos propriamente culturais desses grupos sociais, mas à organização econômica e à forma com que encaram a finalidade do uso da terra. Certamente, as diferenças entre indígenas, camponeses e capitalistas não repousam apenas em valores subjetivos e em modos de vida típicos, mas têm uma dimensão econômica que deve ser levada em conta. De qualquer maneira, a “fronteira” também é produto do movimento de expansão territorial do capital com vistas à sua reprodução ampliada. E, sob hipótese alguma, a organização de indígenas e camponeses pode ser estudada sob parâmetros exclusivamente capitalistas. Até porque os povos indígenas

compõem outro tipo de sociedade. E os camponeses, apesar de constituírem uma classe do capitalismo, acabam reproduzindo relações de produção que não são tipicamente capitalistas, quer dizer, por não se valerem eminentemente do trabalho assalariado.

Martins (1996) se debruça sobre as diferenças entre as noções de “frente de expansão” e de “frente pioneira” para discorrer sobre esse o tema da “fronteira”. *A priori*, essas duas terminologias revelam pontos-de-vista específicos de que se valem pesquisadores dos variados campos do conhecimento para analisar as particularidades da “fronteira”. Na realidade, constituem diferenciados modos de estudá-la. A “frente pioneira”, ideia formulada basicamente por geógrafos desde os anos 1940, toma como ponto de partida o movimento de expansão dos agentes tidos como modernizadores, a serviço da reprodução ampliada do capital, sobre territórios de ocupação antiga, em que já se verifica a presença de populações com modos de vidas típicos, como os indígenas, mas onde a inserção no mercado inexistia ou aparecia de forma embrionária. Em outras palavras, de acordo com a noção de “frente pioneira”, o sujeito da nova realidade a ser construída a partir das fricções ocorridas na “fronteira” é o agricultor pioneiro, empresário capitalista perfeitamente integrado à sociedade branca, que visa a se apropriar e a transformar em mercadoria a terra das populações com que trava contato. Trata-se, portanto, de uma fronteira econômica.

Porém, quando se leva em conta a ideia de “frente de expansão”, lapidada pelos antropólogos, é outro o lugar em que se posiciona o estudioso a fim de observar os conflitos sociais ocorridos na “fronteira”. Ao contrário do que se compreende na “frente pioneira”, não se trata de uma questão estritamente econômica. A princípio, consiste no alargamento dos limites demográficos do país. Para ser mais preciso, a “frente de expansão” corresponde a todo fluxo populacional que interfere principalmente na matriz de racionalidade dos povos indígenas. São “constituídas dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas” (VELHO, 1972: 13). E são justamente as consequências desse contato com as populações autóctones que interessam ao antropólogo. Nota-se, claramente, uma inversão do ponto-de-vista: os indígenas é que se tornam o cerne da análise, sujeitos do processo. No final das contas, Martins acaba por julgar a ideia de “frente de expansão” como mais ampla e completa, justamente por jogar luz sobre

valores subjetivos e dinâmicas antropológicas que não raro passam despercebidos quando se pensa uma análise da “fronteira” calcada na percepção eminentemente econômica, por assim dizer, da “frente pioneira”.

Mas é necessário fazer uma importante ressalva: os agentes da civilização que, na concepção da “frente de expansão”, avançam sobre os territórios indígenas não constituem necessariamente agentes da modernidade e do capitalismo. Pelo contrário: no processo de alargamento da “fronteira”, desenvolve-se uma rede de trocas e de comércio que não pode ser rigorosamente tachada de capitalista. Na “fronteira”, à medida que o capitalismo vai expandindo seus tentáculos, criam-se condições, contraditoriamente, para a reprodução da economia camponesa e para a consumação de relações de produção que não possuem caráter propriamente capitalista, como as formas de “escravidão temporária”. Na verdade, os camponeses podem até abrir espaço para a posterior expansão da agricultura capitalista. Mas, em outros casos, essa expansão capitalista não acontece de forma plena: em vez de produzir em bases estritamente capitalistas, por meio do trabalho assalariado, o capital pode se apropriar da renda camponesa da terra, cuja produção se dá em alicerces bastante peculiares. Ou pode ainda reproduzir temporariamente a escravidão como estratégia para acumulação primitiva de capital ou como estágio primário do processo de reprodução ampliada. Para Martins, “as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações *não-capitalistas* de produção mediadoras da reprodução *capitalista* do capital” (MARTINS, 1996: 48). Na verdade, as noções de “frente de expansão” e de “frente pioneira” funcionam de maneira complementar, como também aponta Martins. Mas, invariavelmente, a primeira antecede a segunda.

Ainda hoje, as atividades produtivas que funcionam como vetores de alargamento da fronteira agrícola na Amazônia como um todo e, especificamente, no sudeste do Pará são a exploração madeireira e, principalmente, a pecuária bovina de corte, avançando até mesmo sobre unidades de conservação e terras indígenas já registradas³³ – fenômenos comumente associado ao desmatamento e à “superexploração” de mão-de-obra. Tratam-

³³ É o que acontece, por exemplo, na Terra do Meio, localizada entre os rios Xingu e Iriri, no centro-sul do Pará. Essa região, com uma dimensão superior à da Bélgica, encontra-se protegida por diversas unidades de conservação e terras indígenas. Porém, isso não impediu que a extração do mogno e a expansão da pecuária dilapidassem o patrimônio natural dessa parte do Pará.

se de segmentos econômicos que podem se desenvolver sem a necessidade de qualquer infra-estrutura provida pelo poder público. Justamente por essa razão, constituem uma forma barata de expansão das fronteiras. Como bem observa Oliveira, a pecuária bovina é

“parte constitutiva da estrutura produtiva das elites. Foi também, a atividade econômica que serviu de instrumento para demarcação de grandes posses e hoje é a atividade que detém, na média, as maiores extensões territoriais do país. Caracteriza-se por ser uma atividade fortemente disseminada no campo. Para os pequenos é uma espécie de ‘poupança’, para os grandes é instrumento para se apoderar de muita terra (OLIVEIRA: 2003 , p.143)”.

Mesmo em lugares de difícil acesso, a criação extensiva de bois para corte ainda pode ser lucrativa. Afinal de contas, o gado caminha por conta própria, contornando o problema da inexistência de estradas que permitam a circulação de caminhões. Tanto é que, nos últimos anos, o crescimento do contingente nacional de bovinos têm se concentrado na região amazônica³⁴. O incremento da pecuária na região Amazônica e no sudeste do Pará também é motivado pelo baixo preço das terras na região, em comparação com a de outros estados. Contribui para isso não apenas a evidente distância dos principais mercados consumidores do país, mas também a chamada “insegurança jurídica” – já que boa parte dos imóveis rurais da região não possuem títulos definitivos e são suspeitos da prática de “grilagem”, de que se falou anteriormente.

³⁴ Segundo o estudo “O Reino do Gado”, divulgado pela ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira no primeiro semestre de 2008, a Amazônia conta com 74 milhões de cabeças de gado, na proporção de 3,3 animais por habitante – relação três vezes superior à média nacional. Em 2007, pela primeira vez na história, o número de abates ocorridos na região ultrapassou a marca dos 10 milhões, representando 41% do total no país. Além disso, a pesquisa revelou que um terço da carne *in natura* exportada em 2007 saiu de frigoríficos situados na Amazônia. Além disso, entre dezembro de 2003 e o mesmo mês de 2006, apenas 4% dos 10 milhões de novos animais adicionados às fazendas do país não estavam pastando sobre terrenos que um dia já foram floresta. Em outras palavras, o crescimento da criação de bois fora da Amazônia é praticamente insignificante. (SMERALDI, MAY, 2008)

Foto 02 – Pecuária extensiva no Pará é o principal instrumento para apropriação de terras

(Carlos Juliano Barros)

1.4. Os sujeitos sociais em cena

Para entender as razões que fazem do sudeste do Pará um dos principais focos dos conflitos por terra e das formas temporárias de escravidão no Brasil, é necessário conhecer os sujeitos sociais que se digladiam nessa fração do território e o quadro de correlação de forças que eles compõem. Como explicado anteriormente, a configuração socioeconômica que se observa atualmente na região ganhou contornos mais nítidos a partir da década de 1960, justamente com o incremento das “frentes pioneiras” e das “frentes de expansão” de que se falou anteriormente. Nessa época, foram criadas as bases legais para a expansão da agricultura capitalista e da empresa agropecuária sobre a floresta, com a concessão de incentivos fiscais propostos pela Sudam aos capitalistas que desejavam investir na região. A partir de então, como afirma Ianni, alguns personagens centrais passam a dominar a cena que se verifica até os dias de hoje. Em primeiro lugar, aparece o *posseiro*, camponês que se embrenhava mata adentro, construindo um rancho e limpando a mata, sem título legal sobre a terra em que trabalhava. Depois vem o

fazendeiro, que pode ser “uma pessoa, um grupo de pessoas, ou uma empresa” (IANNI, 1978: 114). Existe ainda a figura do *peão*, “o trabalhador braçal, que trabalha nas fainas da derrubada das matas e queima das árvores, além de outras tarefas. Em geral, o peão é migrante vindo dos estados do Nordeste, de Minas Gerais ou mesmo do próprio Pará” (Idem). Ele pode ser entendido como um proletário por excelência, mas filho de famílias camponesas, vítima potencial dos agenciadores ilegais (os famigerados “gatos”) de mão-de-obra que, em casos extremos, podem conduzi-lo a condições escravistas de trabalho.

Atuando na contramão da concentração de terra e de capital, aparecem as entidades que representam e assessoram camponeses e trabalhadores rurais do sudeste do Pará na luta pela terra. Até a chegada do MST à região, na virada da década de 1980 para a de 1990, a batalha pela reforma agrária era conduzida principalmente pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Atualmente, o movimento sindical encontra-se representado basicamente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Pará (Fetagri). Mas, durante o regime militar, os camponeses que lutavam para ter acesso a um pedaço de terra próprio eram chamados de *posseiros*, como aponta Ianni. Além disso, é inegável a contribuição da Igreja Católica, principalmente através do Conselho Indigenista Missionário, criado em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra, fundada em 1975, para a organização política das populações indígenas, camponesas e de trabalhadores rurais contra o avanço do capital sobre a floresta e seus povos. A Igreja, como bem apontou Martins (1996), enxergou a princípio o golpe militar com relativa simpatia ainda sob temor do espectro do comunismo. Porém, deu uma guinada total em sua própria posição ideológica ao se deparar justamente com a questão da Amazônia. Ao se dar conta de que o desenvolvimento do capitalismo não trouxe benefícios, pelo contrário, só acarretou mais miséria à população já oprimida do país, uma ala mais progressista da instituição passou então a defender a chamada “opção radical pelos pobres”, que conheceram justamente na floresta amazônica as formas mais extremas da violência inerente ao avanço do capital. Vale lembrar que essa linha politizada, conhecida como “Teologia da Libertação”, não foi posta em prática apenas no Brasil, mas marcou profundamente a Igreja Católica de toda a América Latina na transição da década de 1960 para a de 1970. “A clara percepção de que o seu discurso e a sua prática tinham sido até então preponderantemente voltados para os setores dominantes da sociedade colocava em

questão a concepção dos grupos conservadores e abria o debate interno sobre os vários caminhos e as novas práticas a serem seguidas (IOKOI, 1996: 34).”

Dentre essas novas práticas, destaca-se a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde foram gestados sindicatos e movimentos sociais, além de importantes quadros dos partidos ligados à classe trabalhadora, como o próprio Partido dos Trabalhadores (PT). No sudeste do Pará, essa aliança da Igreja com o campesinato assumiu contornos mais viscerais do que em outras regiões da Amazônia. Ainda hoje a CPT com sede em Marabá tem prestado importante auxílio aos movimentos sociais, principalmente no que se refere à assistência jurídica. Ela também contribuiu ativamente no processo de resistência dos camponeses do MST na desapropriação da Cabaceiras e na construção do Assentamento 26 de Março, como será visto nos próximos capítulos.

“O choque entre a frente de expansão camponesa e os empreendimentos pecuaristas, madeireiros e especulativos traduzem-se em conflitos violentos. De um lado, o empreendimento capitalista latifundiário encampa todos os poderes constituídos; os juízes, os cartórios, a polícia e os órgãos públicos nada têm de imparciais. De outro lado, os lavradores têm o apoio da Igreja dos pobres. Essa conjunção entre Igreja Católica e os camponeses sobressai-se como um traço sociológico característico da região (PEIXOTO, 1991: 146).”

Também é preciso falar da classe dos latifundiários. A região de Marabá já foi conhecida como “Polígono dos Castanhais” e algumas famílias – dentre as quais os Mutran, antigos donos da fazenda Cabaceiras – ganharam muito dinheiro com a extração e a comercialização de castanha-do-brasil, a partir da exploração de vastas extensões de terras públicas aforadas pelo governo do estado às oligarquias. Contudo, o poder dessas famílias hoje em dia já não se compara à influência que elas exerciam meio século atrás. Da mesma forma, não são mais os donos de castanhais que compõem a força hegemônica do capital no meio rural. Atualmente, os grandes latifúndios do sudeste do Pará estão dominados pela pecuária de corte. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, a unidade da federação aparece em quinto lugar no ranking dos maiores rebanhos do país, com cerca de 13,5 milhões de reses. Só a mesorregião sudeste do estado, em que se insere a maior parte dos municípios englobados pela SR 27 do Incra, concentra cerca

de 70% do contingente total. Porém, há quem diga que as estatísticas oficiais estão defasadas e não dão conta da realidade, já que o número de bovinos no Pará teria superado a casa das duas dezenas de milhão³⁵. A atividade vem crescendo vertiginosamente nos últimos anos, não só para abastecer o mercado nacional, mas também o internacional. Desde que a mesorregião do estado foi considerada área livre da febre aftosa em maio de 2007, recebeu passe livre para a exportação de bovinos, principalmente para a venda de animais vivos para o Líbano e para a Venezuela.

O capital industrial também se faz bastante presente na pecuária do sudeste do Pará – ou seja, não se limita à área de extração e processamento dos minérios da Serra dos Carajás, cadeia produtiva dominada pela bilionária multinacional Vale, que controla as maiores e mais valiosas jazidas da região. Os principais frigoríficos brasileiros de grande porte têm investindo maciçamente na construção de novas plantas industriais na Amazônia. Aliás, as principais empresas desse expressivo segmento do agronegócio brasileiro vêm recebendo bilionários aportes de recursos via instituições financeiras estatais, como o BNDES, ou multilaterais – como a International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial³⁶. Nos últimos anos, também vem ocorrendo uma verdadeira febre de negócios envolvendo frigoríficos na região. Na verdade, está em curso uma reestruturação da cadeia da pecuária como um todo, motivada principalmente por um processo de recomposição do capital das empresas de abate de bovinos. As companhias de médio porte estão sendo compradas pelas grandes, cujo objetivo primordial é justamente o de conquistar novas fatias do mercado internacional³⁷.

³⁵ Essa é a opinião de diversos especialistas ouvidos por este pesquisador ao longo da pesquisa, como representantes de entidades ruralistas e do próprio poder público.

³⁶ De 2006 para cá, o BNDES desembolsou pelo menos R\$ 7 bilhões para financiar a ampliação das atividades de cinco grandes frigoríficos com forte atuação na Amazônia brasileira: Marfrig, Minerva, Bertin, JBS Friboi e Independência. Apesar do aporte de recursos públicos, o frigorífico Independência quase foi à falência e entrou em processo recuperação judicial para tentar reverter o processo de bancarrota, em março de 2009. (Folha Online. *Frigorífico Independência entra com processo de recuperação judicial*. 02/03/2009). Em setembro do mesmo ano, o Bertin e o JBS Friboi fundiram suas operações, criando a maior empresa de proteína animal do mundo. (Folha Online. *Com Bertin e Pilgrim's, JBS forma líder global em carnes*. 16/09/2009). Ainda em 2009, o IFC cancelou um contrato de US\$ 90 milhões para financiamento das atividades do Grupo Bertin no sul do Pará, por conta de denúncias de ONGs que associavam casos de trabalho escravo e desmatamento ilegal ao incremento da pecuária na região (Amazonia.org. *Banco Mundial rescinde contrato com Bertin e pede dinheiro de volta*. 13/06/2009)

³⁷ A análise é de Maria do Carmo Américo, geógrafa e pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, especializada na pecuária paraense. Em 2007, por exemplo, o Bertin (que fundiu suas operações com o JBS-Friboi em 2009) costurou um acordo para arrendamento, com opção de compra, de plantas industriais do antigo frigorífico Redenção em três

Até mesmo investidores de áreas não afins à da economia agrária têm canalizado recursos para o sudeste do Pará. É o caso recentíssimo, por exemplo, da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, empresa vinculada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, que em menos de cinco anos de existência já controla centenas de milhares de hectares e detém quase meio milhão de cabeças de boi em fazendas localizadas na região. Crescimento tão fulminante que levantou suspeitas de lavagem de dinheiro por parte da Polícia Federal³⁸. Mas esse interesse do capital financeiro pelo setor agropecuário na Amazônia não é de hoje. Décadas atrás, importantes instituições financeiras sediadas no Centro-Sul, como os bancos Bradesco e Bamerindus, além de multinacionais de peso, como a Volkswagen, tornaram-se donas de imensos latifúndios na região, atraídas principalmente pelos incentivos fiscais concedidos pela Sudam.

1.5. Marabá e o “Polígono dos Castanhais”

Marabá é desde sempre um lugar de migrantes, “um verdadeiro ponto de contato entre Amazônia, Nordeste e Brasil Central” (VELHO, 1972: 14). A ocupação dessa parcela do Pará, na zona de junção dos rios Tocantins e Araguaia, remete principalmente às frentes pastoris provenientes do oeste do Maranhão e do sul de Goiás. Na verdade, a própria formação de Marabá é reflexo das disputas por domínios litigiosos de áreas travadas entre esses três estados, pois suas elites e seus governantes já estavam de olho nas riquezas vegetais extrativas da região. Curiosamente, os primórdios da fundação de Marabá estão diretamente ligados a uma briga entre as oligarquias de Goiás.

municípios diferentes do sul do Pará. Em 2005, ele já havia adquirido uma unidade de processamento em Marabá, maior município da região. Além do mega-grupo formado por JBS-Friboi e Bertin, importantes frigoríficos do país também resolveram apostar suas fichas no sul Pará. Sediado em Barretos (SP), o Minerva está construindo uma nova planta também no município de Redenção (Agência Pará de Notícias. *Grupo empresarial reitera compromisso com o desenvolvimento do Pará*. 17/03/2010). Já a empresa paulista Frigol, que passou por sérios problemas financeiros e renegociou dívidas com seus credores, já conta com uma indústria em Água Azul do Norte e vai ampliar suas operações investindo no município vizinho de São Félix do Xingu – dono do maior rebanho do Pará. A gaúcha Mercosul havia escolhido Tucumã para erguer uma grande unidade de abate, mas arrendou suas fábricas para o Marfrig em setembro de 2009. Também não se pode esquecer a compra do Frigoxin – localizado em Xinguara, onde também atua outro frigorífico de porte médio – pelo grupo Margen, que também arrendou plantas industriais para o Marfrig também em setembro de 2009. (Folha Online. *Marfrig arrenda 11 frigoríficos de Margen e Mercosul*. 22/09/09).

³⁸Folha de S. Paulo. *Empresa de Dantas no Pará reclama de "perseguição política"*. 24/11/2008. A empresa Santa Bárbara Xinguara também entrou na mira da Polícia Federal. O órgão desconfia de que, na verdade, o investimento em gado seria uma fachada para lavar dinheiro de origem escusa, proveniente de paraísos fiscais. Folha de S. Paulo. *Dantas lavou dinheiro com gado, diz novo relatório da PF*. 14/11/2008.

Tendo perdido prestígio político em sua província natal, o antigo deputado Carlos Leitão recebe um auxílio de 10 contos de réis do então governador paraense Lauro Sodré para, em 1895, arrebanhar uma legião de simpatizantes – composta por vaqueiros, lavradores e comerciantes – e fundar uma colônia conhecida como Burgo de Itacaiúnas, na foz do rio de mesmo nome. Tratava-se de uma região de mata virgem, de difícil acesso por conta de alguns trechos encachoeirados do rio Tocantins, habitada principalmente pelos índios da etnia Gavião, mas que não obstante já havia sido percorrida por religiosos e bandeirantes.

A princípio, o objetivo da fundação do Burgo de Itacaiúnas é o de desenvolver a atividade agropecuária no sudeste do Pará, criando mais uma frente de abastecimento de gêneros alimentícios para a capital Belém. Porém, na virada do século XIX para o XX, a Amazônia vivia um período de bonança da produção de borracha, com a alta cotação de preços desse produto no mercado internacional. Assim, os empecilhos inerentes à abertura de uma densa área de mata nativa e de complexo acesso, somadas à abundância e à valorização de produtos extrativistas como o caucho e a castanha, vão minando os esforços para o pleno desenvolvimento da atividade agrícola já nos primeiros anos de vida do Burgo, que chegou a reunir pouco mais de duas centenas de habitantes ao longo de sua existência:

“As perspectivas de desenvolvimento agropecuário se tornariam cada vez mais remotas. Já não era apenas uma pequena minoria que se internava na mata em atividades extrativas, as quais, por sua vez, iam-se definindo mais claramente pelo caucho. O futuro da área estava como que decidido por muitos anos. Ligar-se-ia necessariamente à extração, em função da qual surgiria e tornar-se-ia conhecida Marabá. O Burgo desapareceria, e com eles entrariam em hibernação os sonhos agropecuários dos colonizadores, para só ressurgirem muito depois, com nova feição (VELHO, 1972: 33-34).”

Nas primeiras décadas do século XX, a exploração das riquezas naturais da floresta passa a atrair levas de migrantes cada vez mais volumosas vindas do Maranhão, do Goiás, do Piauí e até de Pernambuco. Marabá é desmembrada de São João do Araguaia e é elevada à categoria de município em 1913³⁹. Basicamente, forma-se como

³⁹ Em 1927, Marabá torna-se sede de comarca.

um núcleo de comerciantes – muitos de origem sírio-libanesa, como a própria família Mutran – que operavam em dois momentos fundamentais. Em primeiro lugar, vendiam os insumos e instrumentos necessários àqueles que quisessem se “aviar”, quer dizer, adentrar a mata e se dedicar à extração vegetal. Posteriormente, esses mesmos comerciantes compravam e escoavam a produção. Em geral, o primeiro momento estava condicionado ao segundo: a venda dos insumos era feita a crédito, o que gerava a obrigação de o produtor entregar sua mercadoria ao comerciante que havia lhe fornecido o material inicial necessário ao aviamento.

Porém, é importante salientar que se tratava de uma atividade *livre*, na medida em que não era necessário ter a propriedade e nem mesmo a posse da terra para dela tirar o próprio sustento. Resumidamente, entre 1898 e 1919, predomina a extração da borracha a partir do caucho⁴⁰. Contudo, em decorrência da queda dos preços no mercado internacional que golpeou a economia da Amazônia em geral, toda a estrutura de relações sociais e produtivas nas margens do rio Tocantins se volta para a exploração da castanha. Isso não quer dizer, obviamente, que ela já não fosse extraída – o que de fato acontecia desde o início do século XIX, para a alimentação humana e para a fabricação de ração animal. Mas a crise da borracha altera definitivamente o foco do ciclo extrativista que tinha como centro o povoado de Marabá.

Até a primeira metade da década de 1920, os castanhais continuam “livres”. Esse período constitui, por assim dizer, a primeira fase da frente extrativista da castanha. A maior parte dos que se aviavam na mata não se fixava em Marabá, realizando migrações sazonais de acordo com a safra – cujo espaço de tempo de maior produtividade vai de dezembro a março, coincidindo com o inverno amazônico, caracterizado pelas chuvas que ajudam a derrubar os ouriços com as castanhas. Essa mobilidade da mão-de-obra sujeita às mais precárias condições de trabalho, aliada ao isolamento da área aos olhos do aparato estatal, enseja relações sociais marcadas pela violência ostensiva como forma de cobrança de dívidas e de acerto de contas.

⁴⁰ “A exploração do caucho, uma das árvores produtoras de borracha, envolvia certas peculiaridades em relação aos seringais, uma das quais implica a destruição das plantas. Este fator contribuirá para o contínuo deslocamento dos caucheiros em busca de terras pródigas na matéria-prima que procuravam (EMMI, 1999: 37).”

Mas a dinâmica social, política e econômica da região de Marabá começa a ser consideravelmente redesenhada em meados da década de 1920, quando tem início um processo de “cercamento”, por assim dizer, dos castanhais. O acesso às áreas de extração dos ouriços, que antes era essencialmente livre, passou então a ser mediado por contratos de aforamento e, principalmente, de arrendamento:

“O *novo* sistema começou a surgir em 1925. Aparentemente, foi uma reivindicação do chefe político local de então – Teodoro de Mendonça – aos seus correligionários no Governo do Estado de uma arma para favorecer os elementos da *situação* e controlar o comportamento político. Como os arrendamentos seriam provisórios – em geral por uma safra – podiam, a juízo do chefe político, deixar de serem renovados. Esperava-se que os aquinhoados, em troca do prestígio e do poder advindos, fossem capazes de retribuir politicamente a graça recebida. (...) Tratava-se quase que da criação de uma oligarquia, tendo por esteio a camada de comerciantes; ou pelo menos da efetiva consolidação e institucionalização de uma oligarquia nascente sem a qual o sistema não se reconheceria (VELHO, 1972: 59-60).”

É justamente nessa época que ganham notoriedade alguns grupos de comerciantes que detinham, em forma de oligopólio, tanto o comércio como o transporte não só da castanha, mas da maior parte dos gêneros alimentícios que abasteciam a região. Com o início dos arrendamentos, esses grupos também se transformaram em “donos” de castanhais. Assim, concentrando também a terra, passaram a influir diretamente no poder político e a dominar a atividade econômica da região, constituindo-se como verdadeiras oligarquias. Operavam em Marabá firmas importantes de origem familiar como a A. Borges & Cia., a Dias & Cia., a A. Mourão & Cia., dentre outras. Essa última empresa, por sinal, é primeira detentora de um dos títulos que cobrem a área do castanhal Cabaceiras, área objeto desta pesquisa de mestrado, como se verá posteriormente no item que trata da cadeia dominial da fazenda.

Com a Revolução de 1930, que alçou Getúlio Vargas ao poder, ganha corpo esse sistema de arrendamento dos castanhais, utilizados como moeda de barganha político-econômica e como instrumento de organização daquela parte do território. Mas, ainda durante algum tempo, convivem os castanhais arrendados e os chamados castanhais *do*

povo, onde qualquer pessoa poderia praticar a extração vegetal, desde que devidamente registrada pelas autoridades municipais. Ao longo da década de 1930, foram editados diversos decretos estaduais, de autoria dos interventores nomeados por Vargas, com a finalidade específica de regular o acesso e a exploração das áreas de castanhais – medidas que acabam freando, mas não liquidando, o poder das oligarquias. Porém, a partir da segunda metade da década de 1950, acentua-se novamente a transferência do controle, *na prática*, do patrimônio fundiário às elites castanheiras. É o apogeu das oligarquias do sudeste do estado, com destaque para a família Mutran (EMMI, 1999). Esse processo se apoiou legalmente na recriação do instrumento do “aforamento perpétuo” – uma espécie de aluguel eterno (e barato!) de extensas áreas de castanhais. Falamos em “recriação” porque o aforamento perpétuo já havia sido originalmente instituído no começo da década de 1920, mas acabou extinto por um decreto de 1930, tão logo assumiu o poder no Pará uma Junta Governativa Provisória, em consequência da ascensão de Vargas. Depois de restaurado em 1954, pela Lei Nº 913, o aforamento perpétuo volta a colocar sob domínio das oligarquias o vasto estoque de castanhais públicos da região que tinha Marabá como centro político e econômico.

1.5.1. A legislação agrária paraense e a apropriação dos castanhais⁴¹

Três anos depois da proclamação da República, em 1889, e um ano após a promulgação da Constituição de 1891, o então governador do Pará, Lauro Sodré, sanciona em setembro de 1892 a Lei Nº 82, a primeira legislação que dispunha sobre a “venda, revalidação, transferência e legitimação” das terras devolutas estaduais a particulares, que a partir daquele momento somente poderiam ser adquiridas mediante o instrumento da *compra*. Pelo texto, eram consideradas devolutas aquelas áreas que não tivessem sido destinadas a algum uso público federal, estadual ou municipal; as que não estivessem sob domínio particular amparado por título legítimo; ou aquelas cujas posses não se fundassem em títulos passíveis de legitimação ou revalidação. É interessante notar que essa definição de “terra devoluta” atravessaria décadas como referência para os legisladores paraenses. Ainda de acordo com a Lei Nº 82, as posses estariam limitadas a 1.099 hectares em lavouras, a 4.356 hectares em campos de criação e a 545 hectares em

⁴¹ Todas as leis e decretos analisados neste item foram pesquisados no site do Iterpa (www.iterpa.pa.gov.br)

seringais. Ou seja, acima desses limites, não poderiam ser legitimadas como propriedade privada. Porém, não constava ainda dessa primeira lei de terras do Pará sob período republicano qualquer possibilidade de arrendamento ou de aforamento de terras públicas, nem há qualquer menção específica à exploração dos castanhais. Com o Decreto 886, que regulamentaria a Lei Nº 82 no ano de 1900, abre-se a possibilidade de se fazerem aforamentos de áreas urbanas e rurais para a fundação de colônias e povoações, constituindo as chamadas “terras reservadas”. Segundo o decreto, o valor do foro deveria ser determinado por lei específica, mas também não havia qualquer menção a aforamentos de castanhais propriamente ditos.

Em 1909, o serviço de terras no estado é completamente reorganizado pela Lei 1.108. Seu artigo 47 determina categoricamente que as áreas de castanhais sejam vendidas. O Decreto 1.686, editado no ano seguinte para regulamentá-la, passa a considerar os castanhais como pertencentes à classe de “terrenos de indústria extrativa”, e estipula o preço para aquisição por particulares desse tipo de área⁴². O mesmo decreto também estabelece o limite máximo de 15 hectares para aforamento de um lote de terras públicas, que deveria ser beneficiado no período de um ano, e cujo domínio só poderia ser repassado a um terceiro com expressa autorização da Secretaria de Obras Públicas do governo estadual. Em 1914, a Lei Nº 1.423 prevê a possibilidade de concessão gratuita de um lote de terras de 100 hectares para quem não possuísse qualquer terreno no estado, desde que o requerente se comprometesse a cultivá-lo em no máximo três anos e a registrá-lo em até cinco anos. Três anos mais tarde, a Lei 1.584 revoga a 1.423 e altera algumas de suas disposições, porém, mantém o cerne da sua antecessora, garantindo licença – que ao cabo de dois anos de comprovação de moradia e de cultivo poderia gerar um documento de posse – aos lavradores que pleiteassem lotes de até 100 hectares.

Mas é logo no início da década de 1920 que se escreve um capítulo de suma importância para compreender a dinâmica fundiária do sudeste do Pará: a criação do

⁴² De acordo com o artigo 9º do Decreto 1.686, o preço das áreas de castanhais corresponderia ao dobro do determinado pelo artigo 8º, como se verifica a seguir:

“Art. 8º - A venda das terras devolutas não medidas e demarcadas, fora de hasta pública, será feita observando-se os seguintes preços:

- 1) 100\$000 para os terrenos cuja extensão não for superior a 100 hectares;
- 2) 1\$300 por hectare, para as extensões de 101 a 1.000 hectares; 1\$500 por hectare, para as extensões de 1.001 a 2.000 hectares; 1\$700 por hectare, para as extensões de 2.001 a 3.000 hectares e assim progressivamente aumentando-se 200 réis por hectare em cada 1.000 hectares ou fração.”

sistema de aforamentos perpétuos dos castanhais. Em 1921, a organização do serviço de terras do Pará é novamente reformulada pelo Decreto 3.791. Em seu artigo 50, ele descreve de forma bastante minuciosa, diga-se de passagem, as regras que regem o instituto do aforamento perpétuo. Essa modalidade de concessão de terras devolutas passa a figurar como clara alternativa de exploração econômica das riquezas nativas da Amazônia. Antes, ela parecia limitada a uma estratégia de povoamento e colonização, principalmente no entorno das sedes dos municípios que se instalavam no interior do Pará. Todavia, com a edição do Decreto 3.791, transforma-se em instrumento legal para a apropriação das terras públicas em favor da classe oligárquica e latifundiária, apesar da ressalva de que a reserva do direito dominical das terras permaneceria nas mãos do estado do Pará. De acordo com o texto do decreto, as áreas aforadas poderiam ter de 2 mil a 5 mil hectares, de 5 mil a 10 mil hectares ou poderiam até mesmo ser superiores a esse limite – mas dependeriam de autorização direta do governo estadual. Há ainda outra importante consideração: a concessão das terras devolutas de dimensão superior a duas léguas quadradas⁴³ somente poderia ser dada “em favor de empresas agrícolas ou industriais, dispondo de capitais necessários para o beneficiamento das terras que lhes sejam concedidas, por meio de cultura intensiva e metódica de cereais ou plantio de seringueiras, castanheiros, eucaliptos ou outras espécies de vegetais úteis, a juízo da seção de Agricultura do Estado”. Obviamente, trata-se de uma opção deliberada de transferência do patrimônio extrativista do Pará às oligarquias e aos representantes do incipiente capitalismo industrial que se desenvolvia na região, personificados nas firmas que se dedicavam a comprar, beneficiar e vender os recursos naturais da floresta.

Porém, com a Revolução de 1930, ocorre uma verdadeira reviravolta na cena política brasileira e “assiste-se à ruptura do Estado oligárquico, não significando porém a liquidação das oligarquias (EMMI, 1999: 50)”. Como era de se esperar, a centralização do poder em nível nacional promovida pelo movimento capitaneado por Getúlio Vargas redesenha o quadro de forças políticas do Pará, mas não representa o fim dos privilégios e dos benefícios conferidos à oligarquia local. Porém, no plano legislativo, operam-se algumas mudanças em decorrência desse novo contexto político que, em um primeiro

⁴³ A légua quadrada pode ser equivalente a 3.600 hectares ou a 4.356 hectares. A utilização de uma ou outra medida varia de acordo com cada uma das leis estudadas neste item.

momento, soam como derrota para a oligarquia que vinha se consolidando no sudeste do estado. Em 1930, a Junta Governativa Provisória que então administrava a segunda maior unidade da federação, tendo em vista o crescimento da importância da atividade castanheira para a economia paraense, edita o Decreto Nº 11 determinando que todos os castanhais fossem revertidos temporariamente para patrimônio exclusivo do estado⁴⁴. Além disso, cria uma sindicância para revisar todos os contratos de compra de castanhais por particulares para determinar se o negócio atendia ou não ao interesse público. Por fim, também reverte *definitivamente* para o patrimônio do estado do Pará todos os castanhais concedidos em regime de aforamento perpétuo, sem o pagamento de qualquer indenização. De longe, a medida mais importante trazida pelo decreto é justamente a extinção desse regime de concessão eterna do patrimônio fundiário público. Ainda em 1930, um segundo decreto – de número 12 – traz algumas especificações burocráticas sobre o trâmite necessário à locação dos castanhais.

Em 1931, um novo decreto (397) reafirma a extinção dos aforamentos perpétuos, mas em seu terceiro artigo garante aos antigos beneficiários desse sistema a possibilidade de converter o título de aforamento em título definitivo, desde que efetuado o pagamento estipulado por aquele mesmo texto. Além disso, no sétimo artigo, oferece-se a opção de *arrendamento* das terras devolutas, com preferência aos antigos locadores, para aqueles que não pudessem adquirir por compra essas terras. Cria-se, então, o subterfúgio necessário para atender aos interesses das oligarquias, garantindo acesso aos castanhais.

⁴⁴ O texto do Decreto Nº 11, que traz as justificativas que precedem os artigos, dá uma ideia interessante da crise do estado oligárquico e das medidas tomadas pelo governo do Pará para “recuperar” os castanhais:

“A Junta Governativa Provisória do Estado do Pará, considerando que a indústria de castanha constitui uma das maiores rendas do Estado; mas,

Considerando que os castanhais do Estado, na sua quase totalidade, foram entregues a particulares por compra a dinheiro à vista ou em prestações, com cupons apólices da dívida do Estado, com créditos e vencimentos a receber do Estado, por permuta, por concessões, por aforamentos perpétuos ou, ainda por antigos títulos de posse; e

Considerando que certos cidadãos que fruíram prestígio político favorecidos por uma lei que permitia a compra de terras com cupons e apólices da dívida do Estado, conseguiram passar para a sua fortuna particular a maior parte dos melhores castanhais existentes no Estado;

Considerando mais que as rendas arrecadadas da indústria da castanha estavam até a vigência do governo deposto definhadas e exangues, sofrendo o Estado grandes deficiências orçamentais em benefício daqueles citados cidadãos, os quais, com o protecionismo da política malsã que era a marca iniludível dos governos pré-revolucionários, lograram quase que açambarcar os copiosos lucros da referida indústria;

Considerando que os múltiplos contratos favorecidos por aquele protecionismo que foram lavrados entre o Estado e os ditos particulares, não consultaram os interesses da coletividade, pois, prejudicavam profundamente a fortuna pública, além de cercearem a liberdade do comércio;”

Nesse mesmo ano, o Decreto Nº 416 inaugura a Inspetoria de Minas e Castanhais, com a missão de administrar os pedidos de arrendamento. O texto também limita os arrendamentos a dois lotes, cada um com no máximo uma légua quadrada. Em 1933, um novo decreto (1.014) regula a atividade de extração vegetal nos castanhais de patrimônio das prefeituras ou de servidão pública, limitada a 75 trabalhadores por légua quadrada – com preferência aos que morassem no município há mais de dois anos. Nesse mesmo ano, o Decreto 1.044 daria mais uma vez nova regulamentação ao serviço de terras do estado, disciplinando basicamente a venda (limitada até uma légua quadrada) e o arrendamento das terras públicas de castanhais (limitado a dois lotes, cada um com no máximo uma légua quadrada). O aforamento só caberia a pequenos lotes rurais e urbanos, sob supervisão das prefeituras municipais. Ao longo da década de 1930, outros decretos seriam editados para regular o acesso às terras públicas do Polígono dos Castanhais.

Porém, de forma concisa, é importante ter em mente que, até o início dos anos 1930, existia a possibilidade de arrendamento e de aforamento de extensas áreas para os grandes castanheiros, mas havia também a exploração livre em escala reduzida para os pequenos. Contudo, a ascensão de Vargas se traduziu no sudeste do Pará na restrição do poder oligárquico e na limitação do controle dos castanhais, que passaram a ser explorados pela elite local unicamente através do sistema de arrendamento – processo também acompanhado pelo cercamento dos castanhais livres e do asfixiamento social dos camponeses que se dedicavam ao extrativismo autônomo na região.

“Os processos que devam origem aos contratos de arrendamento dão uma ideia bastante clara de como essa forma de domínio temporário sobre as áreas de castanhais constituía um precioso instrumento político. (...) Os informantes locais deixaram bem claro o que significa a substituição de um lote por outro “de fundos”. Muitas vezes funcionavam como “desforra” dos chefes políticos locais aos considerados desleais. Havia uma diferença muito grande em relação ao acesso aos rios, às estradas e também quanto ao potencial produtivo. Todas as vantagens, os diferenciais de produção e a localização certamente não foram ignorados quando se pretendeu a conversão do arrendamento em aforamento (EMMI, 1999: 100-101).”

Somente em 1954, com a Lei Nº 913, é que o instituto do aforamento volta a fazer parte do marco legal paraense, como instrumento de promoção por excelência do extrativismo vegetal⁴⁵. Em outras palavras, isso quer dizer que não poderiam ser desenvolvidas outras atividades econômicas nas terras devolutas aforadas, como se verificaria décadas mais tarde com o advento da pecuária, sem consentimento dos órgãos competentes do governo do estado⁴⁶. A Lei Nº 913 reza que, em primeiro lugar, seria necessário arrendar por cinco anos uma área devoluta de extração de produtos nativos (limitada a 7.200 hectares) para só então ter direito a explorá-la sob o regime de aforamento⁴⁷. Transcorrido esse período de meia década de arrendamento e uma vez iniciado o aforamento, o beneficiado poderia depois de exatos dez anos pleitear o chamado “resgate”, pelo qual se tornaria então proprietário definitivo do castanhal, mediante o pagamento de uma indenização ao governo do estado cujo valor seria equivalente a de um laudêmio e dez foros⁴⁸. Caso o foreiro tenha derrubado as castanheiras para o plantio de pastagem, fenômeno bastante comum na região, desviando a finalidade inicial do aforamento concedido pelo governo para fins exclusivamente extrativistas, ainda assim ele pode adquirir a terra por compra direta, depois de indenizar o ente público estadual pelo passivo ambiental gerado. Com base nessa nova legislação, entre os anos de 1955 e de 1966, o governo do estado expede 250 títulos de aforamentos.

⁴⁵ Em 1969, o artigo 27 do Decreto-lei nº 57 – a nova lei estadual de terras – reafirma que somente poderão ser aforadas as terras públicas cujo principal aproveitamento consistir no extrativismo vegetal.

⁴⁶ Sobre o instituto do aforamento, comenta Cássia Pereira, responsável pela Gerência de Aforamentos do Iterpa: “A noção que as pessoas têm é que o título [*de aforamento*] é do estado, só do estado. Não é só do estado, existem dois proprietários, tem dois domínios. Porque, na realidade, quem tem o título definitivo, ele tem só um domínio. Mas o título de aforamento é uma exceção àquilo: ele tem dois domínios. Tem o domínio direto, que é do governo do estado, e o domínio útil que é do foreiro. Tudo que o foreiro quiser fazer, ele tem que vir aqui e pedir autorização. Se quiser transferir, ele vai ter que pagar o laudêmio. Se quiser fazer uma penhora, uma hipoteca, ele também tem que pedir autorização. E, sucessivamente, quando ele vem fazer o resgate do aforamento.”

⁴⁷ “O direito de renovação do arrendamento constituiu-se (...) numa forma de aforamento perpétuo, e assim foi entendido socialmente. Antes, na sutil letra da lei, cumpridas as exigências contratuais, o arrendamento poderia ser renovado, e caso não houvesse outro pretendente. Após 1954, tinha-se assegurado o direito de renovação, com poucas margens para disputas (VELHO, 1972: 74).”

⁴⁸ A possibilidade do resgate de aforamento está prevista na redação do artigo 693 do Código Civil de 1916, que vigorava na época da Lei Nº 913 de 1954, e que lhe é complementar: “Todos os aforamentos, inclusive os constituídos anteriormente a este Código, salvo acordo entre as partes, são resgatáveis 10 (dez) anos depois de constituídos, mediante pagamento de um laudêmio, que será de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor atual da propriedade plena, e de 10 (dez) pensões anuais pelo foreiro, que não poderá no seu contrato renunciar ao direito de resgate, nem contrariar as disposições imperativas deste Capítulo (Redação dada pela Lei nº 5.827, de 23.11.1972)”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L3071.htm>.

“Se agruparmos os foreiros por famílias, aparece de maneira mais clara a concentração das áreas de castanhais. Essa concentração irá se acentuar por toda a década de 70, quando sucessivas transferências de direitos vão contribuir para a modificação do perfil fundiário dos castanhais (EMMI, 1999: 101)”.

É importante ponderar que a legislação que disciplina os aforamentos determina que, em caso de venda ou de transferência do imóvel rural a um terceiro, a pessoa beneficiada originalmente pelo título de aforamento dever pagar um laudêmio corresponde a 10% da avaliação do imóvel. Além disso, até 2009, o negócio carecia de autorização direta do próprio chefe do poder executivo estadual. Porém, em julho daquele ano, o Decreto 1.805 assinado pela então governadora Ana Júlia Carepa (PT) deliberou essa função ao presidente do Iterpa. Assim, hoje em dia, quem autoriza a transferência dos aforamentos ainda vigentes é o presidente do órgão estadual de terras do Pará. Uma curiosidade: em 2011, o valor anual do foro cobrado é de R\$ 120,00 para cada 500 hectares. Ele deve ser pago nos primeiros três meses de cada ano⁴⁹.

No total, as 250 áreas resguardadas pelos títulos de aforamento expedidos pelo governo do Pará perfazem uma dimensão de quase 913 mil hectares (ou precisamente 912.703ha65a65ca), espalhadas por dez municípios. Marabá concentra a esmagadora maioria dos castanhais aforados: 166 – prova da importância do município como centro político, social e econômico do Polígono dos Castanhais. Desses 250 títulos, 143 continuam vigorando até os dias de hoje, outros 100 acabaram desapropriados para fins de reforma agrária, um foi adquirido pelo Estado e apenas seis foram efetivamente resgatados⁵⁰, conforme mostra a tabela a seguir com dados oficiais do Iterpa. Na seção de anexos, encontram-se outros quadros com a descrição de todos os títulos de aforamentos, com o nome do castanhal, a identidade do foreiro, a localização do imóvel rural e a data da expedição do título.

⁴⁹ Informação obtida em entrevista com Cássia Pereira, funcionária responsável pela Gerência de Aforamentos do Iterpa.

⁵⁰ Na avaliação de Cássia Pereira, funcionária responsável pela Gerência de Aforamentos do Iterpa, o alto número de títulos não resgatados se explica em boa medida pela conjuntura de conflitos por terra no sul do Pará: “Os foreiros não acreditavam nessa possibilidade. Porque existe também um problema agrário muito grande. Têm algumas reintegrações de posse que não foram cumpridas, tudo isso faz com que eles fossem ficando incrédulos”. O que a funcionária do Iterpa quer dizer é que, por serem originalmente terras devolutas do estado, as áreas aforadas seriam alvos mais visados pelos movimentos sociais na luta pela reforma agrária.

Tabela 07 – Títulos de Aforamentos Expedidos entre 1955 e 1966 – Demonstrativo Geral

Municípios	Títulos Expedidos		Áreas Desapropriadas		Áreas Adquiridas pelo Estado		Áreas Resgatadas	
	Quantidade	Hectares	Quantidade	Hectares	Quantidade	Hectares	Quantidade	Hectares
Alenquer	03	6.900ha00a00ca	-	-	-	-	-	-
Almeirim	24	86.400ha00a00ca	-	-	01	3.600ha00a00ca	-	-
Conceição do Araguaia	14	51.452ha38a50ca	06	21.753ha48a50ca	-	-	-	-
Itupiranga	25	86.771ha97a00ca	10	33.673ha80a00ca	-	-	02	5.543ha31a36ca
Jacundá	01	7.200ha00a00ca	-	-	-	-	-	-
Marabá	166	614.711ha21a92ca	78	296.492ha14a46ca	-	-	04	15.073ha30a14ca
Monte Alegre	01	3.600ha00a00ca	-	-	-	-	-	-
Portel	04	14.400ha00a00ca	-	-	-	-	-	-
São Félix do Xingu	02	6.168ha08a23ca	-	-	-	-	-	-
Tucuruí	10	35.100ha00a00ca	06	20.700ha00a00ca	-	-	-	-
TOTAL	250	912.703ha65a65ca	100	350.865ha94a46ca	01	3.600ha00a00ca	06	20.696ha61a50ca

Fonte: Gerência de Aforamentos – Iterpa

1.5.2. A família Mutran

Na transição da década de 1940 para a de 1950, como reflexo das turbulências causadas pela 2ª Guerra Mundial, instala-se uma crise no mercado internacional de castanha, principalmente com a queda vertiginosa da demanda nos Estados Unidos, que acaba redesenhando o jogo de forças políticas e econômicas no sudeste do Pará. Com o vácuo deixado por algumas firmas compradoras de castanha que abandonaram o negócio – como a A. Mourão & Cia. e a Dias & Cia. –, uma família de ascendência sírio-libanesa que havia se instalado em Marabá três décadas antes passa a constituir o grupo oligárquico de maior peso na região.

“Esse grupo familiar cujo chefe será Nagib Mutran havia chegado a Marabá nos fins dos anos 20, já na década de 30 começa a arrendar grandes áreas de castanhas e a comprar alguns deles (*sic*). Oriundos da Síria, tendo morado no Maranhão (em Grajaú onde comercializavam), fixam-se em Marabá e aos poucos vão se tornando grandes latifundiários. Esse grupo foi formando um tronco familiar importante por meio de alianças matrimoniais que unem, com as famílias, suas terras e seus bens (EMMI, 1999: 91)”.

A projeção alcançada pelos Mutran advinha não só do domínio de vastas extensões de terra de onde era extraída a castanha, mas sobretudo do controle do comércio e do transporte desse fruto praticamente em regime de monopólio. Aliás, foi justamente através da imposição de dívidas comerciais que a família se apropriou das terras de pequenos e médios produtores, concentrando ainda mais a propriedade rural no Polígono dos Castanhais. As barcas dos Mutran levavam os carregamentos para grandes armazéns localizados em Alcobaça, hoje parte do município de Tucuruí, e depois para Belém. Já na capital, ocorria o beneficiamento em indústrias pertencentes à família, que também foi bastante atuante no segmento de exportação. Em poucas palavras, os Mutran dominavam de ponta a ponta a cadeia produtiva da castanha.

Paralelamente ao fortalecimento do poderio econômico, Nagib também procurou incrementar a presença de sua família no campo político-partidário, consolidando-a como oligarquia. O envolvimento visceral da família Mutran com os principais mandatários e

autoridades públicas do Pará foi fundamental para o desenvolvimento de seus negócios e para o domínio de parte expressiva das terras que compunham o Polígono dos Castanhais⁵¹. Só por meio do aforamento de terras pertencentes ao governo estadual, a família já controlava na década de 1950 uma área de 45.135 hectares de castanhais nos municípios de Marabá e São João do Araguaia. Três décadas mais tarde, os Mutran aumentaram seu portfólio para impressionantes 131.332 hectares (EMMI, 1999: 111). Obviamente, essa sinergia entre influência política e pujança econômica não foi construída do dia para noite. Ela remonta aos primórdios da chegada da família ao sudeste do Pará. Já em 1936, por exemplo, com a benção do então governador do Pará, Gama Malcher, Nagib conseguiu o arrendamento de uma área habitada pelos índios da etnia Gavião – em absoluto desacordo com a legislação da época (EMMI, 1999: 91-92). Com a derrocada do Estado Novo de Getúlio Vargas, precisamente em 1945, os Mutran aglutinam-se em torno da União Democrática Nacional (UDN) e passam a fazer oposição ao Partido Social Democrático (PSD), que dominou a cena política no Pará por muitos anos. Depois de duas tentativas frustradas, Nagib consegue então se eleger prefeito de Marabá no pleito de 1958, seu primeiro cargo público. Começava aí a saga política da família:

“Ao longo do século 20, os Mutran assumiram postos importantes da política local ou se tornaram empresários com peso econômico. Nagib Mutran, o patriarca da família, foi deputado estadual. Ele tem dois irmãos, Jorge e Benedito. O filho de Nagib, Osvaldo dos Reis, o Vavá, foi prefeito nomeado de Marabá e deputado estadual. Dos filhos de Vavá, Nagib Neto foi prefeito de Marabá e Osvaldo Júnior, vereador – casado com Ezilda Pastana, juíza em Marabá. Vavá tem dois irmãos. Guido – com um filho que foi vereador (Guido

⁵¹ Essa proximidade com figuras importantes da cena política paraense não aconteceu apenas na primeira metade do século XX. Há suspeitas de favorecimento à família Mutran bem mais recentes, como lembra Sakamoto: “Jader Barbalho, que em 2007 era deputado federal pelo PMDB do Pará, foi acusado de favorecer proprietários de terra do Sul do estado na compra de mais de 70 imóveis do Polígono dos Castanhais quando era ministro da Reforma Agrária, entre setembro de 1987 a julho de 1988. A família Mutran teria sido uma das beneficiadas com a venda superfaturada de algumas de suas fazendas. As denúncias, que ganharam repercussão na mídia nacional, afirmam que o governo não fez avaliação de preço das terras ou mesmo vistoria para checar se elas seriam adequadas para o estabelecimento de assentamentos. As fazendas dos Mutran desapropriadas nessa época foram: a Centro Novo, a Juriti e a Pacus (de Benedito Mutran), Bela Vista e a Boa Fé (Evandro Mutran), a Figuras (Maria José Mutran), a Limpeza (Benedito Mutran Filho), Fortaleza 1 e Boa Esperança (Helena Mutran), a Veneza, a Cotovelo e a Terra Nova (Alzira Mutran) e a Santo Antônio I e II (Osvaldo Mutran) (SAKAMOTO, 2007: 168).”

Filho) – e Aziz. Jorge Mutran teve três herdeiros, Délio, Celso e Evandro – que é responsável pela empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda., em sociedade com os irmãos, e proprietária da fazenda Cabaceiras. Por fim, o último irmão de Nagib, Benedito, é pai de Benedito Filho. Isso, é claro, não resume toda a família (SAKAMOTO, 2007:169)”.

Durante décadas, os Mutran representaram a principal liderança dos empresários e dos latifundiários ligados ao segmento castanheiro no Pará⁵². Porém, com o advento da ditadura militar e da política de desenvolvimento da Amazônia baseada nos “grandes projetos”, a participação da extração vegetal na economia do estado perde importância frente ao avanço do capital industrial e financeiro, mais interessado no setor de minérios e de pecuária extensiva. O declínio da economia calcada na castanha, que levou ao ocaso das oligarquias, também se deve a outro fator que modificou substancialmente a dinâmica socioeconômica do Polígono dos Castanhais: o aumento do fluxo de migrantes – sobretudo camponeses nordestinos – para a região de fronteira amazônica, em decorrência da política da ditadura para ocupar a floresta, intensificou os conflitos por terra e aumentou a necessidade de áreas para a reforma agrária. Assim, na região de Marabá, a expansão do capital financeiro e industrial, de um lado, e a chegada massiva de camponeses em busca por terra, de outro, alteram profundamente o próprio significado da propriedade rural. A economia extrativista perde, então, espaço para o capitalismo de tipo rentista que usa a propriedade da terra como patrimônio para especulação, em que os grandes grupos empresariais sediados no Centro-Sul do país encontram-se mais interessados nos incentivos fiscais da Sudam do que na atividade agrícola propriamente dita. “Isto ficou patente com os novos latifúndios apropriados pelos grandes bancos como o Bamerindus em Marabá (54.597 ha) ou o Bradesco em Conceição do Araguaia (61.036 ha) ou ainda pelas indústrias multinacionais como a Volkswagen (139.392 ha) em Santana do Araguaia (EMMI, 1999: 110).”

Os Mutran não ficam alheios a essa metamorfose, expandem seus ramos de atuação e passam a se dedicar àquela que é a principal atividade econômica do meio rural no sudeste do Pará atualmente: a pecuária de corte. Tanto Evandro como Benedito Filho,

⁵² De acordo com depoimento de Marília Emmi, colhido por este autor: “Tinha em Marabá uma associação de produtores da castanha, e em Belém uma associação de exportadores de castanha. A associação dos exportadores sempre era presidida por um Mutran”.

por exemplo, são pecuaristas renomados, investindo em modernas técnicas de inseminação artificial. Curiosamente, o segundo já foi até premiado, por duas vezes consecutivas, como o melhor criador e expositor da ExpoZebu, tradicional feira do setor realizada em Uberaba, Minas Gerais (SAKAMOTO, 2007: 171). Paralelamente a esse processo de superação da economia extrativista, as manifestações de violência no campo do sudeste do Pará se intensificam em todas as formas: conflitos fundiários, assassinato de militantes pela reforma agrária, explosão dos casos de escravidão temporária. Invariavelmente, a família Mutran tinha seu nome envolvido em episódios desse quilate. Aliás, como já registrado na introdução deste trabalho, vale lembrar que a fazenda Espírito Santo, então administrada por Benedito Filho, foi palco do famoso “Caso Zé Pereira”, em que o Estado brasileiro se comprometeu perante a OEA a indenizar o trabalhador alvejado por um tiro no rosto por tentar escapar da condição de “escravidão temporária” a que era submetido, em 1989⁵³. Mas esse não é o único fato de violência ostensiva associada aos Mutran. Na verdade, as práticas de truculência maculam a reputação da família desde o tempo do patriarca Nagib⁵⁴. Há ainda outros casos graves, inclusive de repercussão em nível nacional, que corroboraram a imagem pouco ilibada que recai sobre alguns membros da família – notadamente sobre Vavá Mutran. No início da década de 1990, ele foi acusado de ser o mandante do assassinato de um fiscal da receita estadual do Pará que apreendeu, para fins de cobrança de impostos, um caminhão que transportava gado pertencente ao pecuarista, sem as devidas notas fiscais. Deputado estadual na época do crime, Vavá perdeu o mandato por conta desse episódio, chegou a ser condenado à prisão, mas não cumpriu a pena integralmente⁵⁵. Ele também é acusado

⁵³ “Tanto no processo da OEA quanto no que correu na Justiça brasileira, Benedito Mutran Filho não aparece entre os réus. O proprietário da fazenda foi arrolado como testemunha pela acusação e afirmou que raramente ia à fazenda Espírito Santo e que demitiu os funcionários envolvidos assim que soube do acontecido (SAKAMOTO, 2007:172).”

⁵⁴ “Não se pode atribuir a Nagib a figura do líder de tipo paternalista; como são descritos na literatura os ‘velhos coronéis’. As referências mais comuns indicam métodos rigorosos de aliciamento e exploração do trabalho. A época de ‘domínio’ dos Mutran é lembrada na memória coletiva como dominação pelo dinheiro e pela força (EMMI, 199: 95).”

⁵⁵ José Batista, advogado da CPT, resume assim o episódio: “Eles [*os Mutran*] tinham o controle dos postos de fiscalização, da polícia, de todo mundo. Então, os caminhões com madeira e com gado passavam nos postos e não era recolhido nenhum centavo. Então, veio um rapaz da Sefa [*Secretaria da Fazenda*] de Belém, certamente não conhecia o poderio e a truculência da família Mutran, e ia passando um caminhão de gado do Mutran e ele então impediu a passagem e cobrou o imposto. O cara ligou pro Vavá e o que Vavá fez? Pegou dois pistoleiros e matou o cara dentro da casa dele. Ele era deputado estadual, perdeu o

pelo Ministério Público Estadual do Pará (MPE-PA) de ter matado com um tiro na cabeça uma criança de oito anos que brincava em um terreno ao lado de sua chácara, em 2002. A promotoria se baseia em testemunhas que teriam visto Vavá efetuar o disparo. Por sua vez, a defesa alega que o crime foi cometido por um caseiro, jamais encontrado⁵⁶. Levado a júri popular, ele foi absolvido em agosto de 2005. Porém, um novo julgamento foi marcado para abril de 2011 – mas acabou transferido para junho desse mesmo ano⁵⁷. O filho de Vavá, Nagib Neto, foi afastado da prefeitura de Marabá por corrupção, depois de vir à tona a contratação de crianças para fazer o serviço de limpeza das calçadas da cidade (SAKAMOTO, 2007: 172).

Recentemente, a família Mutran se converteu em uma das principais “fornecedoras” de latifúndios para a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, ligada ao Grupo Opportunity, controlado pelo banqueiro Daniel Dantas. Em 2005, Benedito Mutran Filho vendeu à empresa três fazendas (Cedro, Espírito Santo e Maria Bonita), totalizando aproximadamente 28 mil hectares. Porém, a Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE-PA) vem contestando na Justiça essas negociações por compreender que Benedito Mutran Filho não teria o título definitivo de todas as áreas, que também estão cobertas por títulos de aforamentos expedidos pelo governo do Pará em nome da família, décadas atrás, para a extração de castanha mediante o pagamento anual de um foro⁵⁸. A PGE-PA entende que a transação não poderia ter sido feita sem expressa anuência do governo estadual que responde pelo domínio direto sobre a área, ao passo que a Benedito Mutran Filho cabe o domínio útil⁵⁹.

cargo por causa disso, mas não ficou preso por causa disso. É o mesmo Vavá Mutran da história da criança”.

⁵⁶ Tribunal de Justiça do Pará. *Julgamento do ex-deputado Vavá Mutran foi adiado para 09 de junho*. 06/04/2011.

⁵⁷ Para Marília Emmi, o fato de Vavá Mutran ter sido levado a júri popular demonstra de forma exemplar como a oligarquia dos Mutran já não detém o poder político e econômico de décadas passadas. “Eles não têm mais aquele poder que eles tinham. Tanto que o Vavá Mutran, que é um deles, que matou uma criança, ele vai a júri popular. Como é que se podia imaginar, bem mais pra trás, que um Mutran ia a júri popular?”

⁵⁸ Em entrevista a este pesquisador concedida em setembro de 2009, o procurador-geral do Pará, Ibraim Rocha, define em poucas palavras a estratégia dos Mutran: “eles pegaram barato do estado e venderam caro para a Santa Bárbara”.

⁵⁹ Em entrevista ao portal G1, concedida em julho de 2008, o pecuarista afirmou que já teria dado entrada nos processos administrativos necessários para ter direito à propriedade definitiva sobre todas as áreas vendidas à Agropecuária Santa Bárbara Xinguara: “Eu não sou um qualquer, eu não sou um bandido, um falsificador, um vendedor de terras com documentos fraudulentos. Isso é que está me magoando e para isso tenho que me colocar inteiramente à disposição para que a verdade se sobreponha às especulações que querem atingir uma pessoa [Daniel Dantas] e que acabam respingando em uma outra, como é meu caso,

1.6. O castanhal Cabaceiras

Mapa 02 – Mesorregião Sudeste do Pará (em destaque: Marabá e a Cabaceiras)

Fonte: IBGE

que não tem nada a ver com os negócios, se é que são escusos. Disso não tenho conhecimento, não tenho comprovação e isso nem me cabe. Quando vendi não tinha escândalo, nem prisão, foi em 2005 em uma operação absolutamente legal, declarada no meu Imposto de Renda e eu não tenho nada a esconder.” G1. *Compra de terra por grupo de Dantas no Pará é irregular, diz Procuradoria.* 24/07/08

Quando os integrantes do MST ocuparam a fazenda Cabaceiras pela primeira vez, em 26 de março de 1999, ela se encontrava sob controle da família Mutran e era tida como propriedade modelo da pecuária extensiva de corte do sudeste do Pará. Na época, integrantes do movimento social suspeitavam que a fazenda tivesse sido “grilada”, ou seja, apropriada por meio de documentos fraudulentos. Essa inclusive foi uma das justificativas levantadas por algumas lideranças do MST, em entrevistas a veículos de comunicação locais, para justificar a ocupação da Cabaceiras. Porém, o exame da cadeia dominial mostra que ela tem em sua origem dois títulos expedidos em acordo com os trâmites legais. Isso quer dizer que a fazenda desapropriada para a constituição do assentamento é formada, na realidade, por dois grandes imóveis rurais contíguos que somados perfazem uma área total de 9.774,405 hectares⁶⁰, como pode ser visto no mapa na página a seguir, em que a sigla “TD” identifica a área coberta pelo título definitivo:

⁶⁰ Há um dado curioso que não pode ser desprezado. O último laudo de vistoria e avaliação feito por servidores do Incra, em abril de 2007, informa que a área efetivamente cercada pela fazenda Cabaceiras era de 9.945,9216 hectares – superior, portanto, ao garantido pelos dois títulos registrados em cartório que compunham a área total da fazenda Cabaceiras.

Mapa 03 – Divisão da Fazenda Cabaceiras de acordo com os títulos (definitivo e aforamento)

Fonte: Incra

Uma das áreas – de 3,6 mil hectares – tem sua gênese em um título de aforamento que o governo do estado do Pará havia concedido a Nilo Alves de Almeida, em 1959, para a extração exclusiva de castanha. Esse título, por sua vez, deu origem à matrícula de número 11.505 no Cartório de Registro de Imóveis de Marabá. Exatamente três décadas mais tarde, ocorre então a transferência da “enfiteuse”, como também pode ser chamado o aforamento, à empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda., que se torna assim a efetiva responsável pelo castanhal. A transação teve anuência dos órgãos estaduais

competentes e os foros são regularmente pagos pelos Mutran até o ano de 2008, quando então é lavrado o auto de imissão de posse pelo Incra, criando-se oficialmente o Assentamento 26 de Março.

Foto 03 – Detalhe do registro em nome de Nilo Alves de Almeida no livro de aforamentos do Iterpa

Denominação		MUNICIPIO	
Num.	Data	Proprietario	Titulo Origem
178/2108		Nilo Alves de Almeida	Aforamento feito pela Comissão de Fio- vel do Ter- ritório em 2.8.57

(Carlos Juliano Barros)

Já a cadeia dominial do segundo e maior imóvel é mais imbricada. Sua matrícula, registrada no cartório sob o número 394, diz respeito a uma área originalmente de 6.406,4620 hectares. Sua raiz remete a um título definitivo de compra de terra pública feita em 1942 pela A. Mourão & Cia. – como já explicado anteriormente, uma das principais firmas de comércio e transporte de castanha que operavam na região de Marabá naquela época. Ou seja, não se trata então apenas de domínio útil, como no caso do aforamento, mas de domínio útil e direto.

Foto 04 – Título definitivo de venda de terras em nome de “Martinho da Mota Silveira, do qual é cessionário A Mourão & Cia”

(Carlos Juliano Barros)

Depois, a área foi comprada por um conhecido comerciante de castanhas, Manoel Brito de Almeida, que posteriormente repassaria a propriedade da terra para o nome de uma empresa da qual era diretor, juntamente com seus familiares: a Nelito, Indústria e

Comércio⁶¹. A área também foi adquirida pelos Mutran em 1989. Naquele mesmo ano, uma parcela de 232,057 hectares foi desmembrada e deu origem a uma terceira matrícula (11.739). Esse imóvel ficaria, então, como uma dimensão remanescente de 6.174,405 hectares que, somados aos 3.600 hectares cobertos pelo título de aforamento, formariam a área total de 9.774,405 hectares. A cadeia dominial completa da Cabaceiras pode ser visualizada no quadro na página a seguir:

⁶¹ Genêncio Chimoka, antigo gerente da Cabaceiras, explica da seguinte forma a venda do castanhal aos Mutran: “Na realidade, tenho informações de que a família Nelito Almeida possuía 22 fazendas, de Marabá até Conceição do Araguaia, nesse eixo. Depois, com o falecimento dos seus patriarcas, Seu Nelito, Seu José, os herdeiros e membros da família optaram, acharam por bem vendê-las. E assim foi feito para vários pecuaristas”. Não pudemos comprovar o número exato de propriedades dos Nelito. Mas, de qualquer maneira, o número apontado por Chimoka por si só é suficiente para dimensionar a importância econômica da família.

Figura 01 – Cadeia dominial dos títulos da fazenda Cabaceiras

(Carlos Juliano Barros)

Ao analisar o histórico de registros que constam das matrículas que compõem a cadeia dominial da Cabaceiras, é possível chegar a algumas conclusões interessantes. Aliás, esses documentos podem ser consultados nos anexos no final desta dissertação. Somente ao longo do ano de 1977, quando o imóvel rural de maior área (matrícula 394) ainda estava sob controle da empresa Nelito Indústria e Comércio, foram feitas quatro hipotecas da propriedade ao Banco do Brasil como garantia de dívidas. Na segunda, que data de maio daquele ano, foram colocadas, além da Cabaceiras, outras seis fazendas/castanhais⁶² como garantia de um empréstimo de Cr\$ 5.544.000,00 feito pela instituição financeira. Só para efeito de comparação, somadas, as terras estavam avaliadas em Cr\$ 4.451.500,00. Em 1984, foi realizada ainda uma quinta hipoteca. Três anos depois, a empresa Nelito Indústria e Comércio chegou a receber um “mandado de citação e penhora” como decorrência de uma ação de execução forçada movida pelo Banco do Brasil em virtude do não pagamento de parte da dívida, mas a demanda foi resolvida por “meios amigáveis” em abril de 1988. Essa sequência de fatos retrata de maneira cabal aquilo que Oliveira (1999) chama de “caráter rentista” do capitalismo que se desenvolve em nosso país, em que a terra é utilizada não com o intuito eminentemente produtivo, mas como patrimônio e contrapartida para a obtenção de crédito:

“É esse papel da *terra mercadoria* na economia brasileira que tem caracterizado a estrutura básica do nosso campo. (...) Na realidade, quando se analisa a sua estrutura produtiva, verifica-se que o caráter da terra como reserva de valor se manifesta na terra improdutiva, em parte na terra ainda coberta por mata natural contida nos latifúndios, mas, sobretudo, na terra ocupada pelas pastagens (OLIVEIRA, 1999: 87-88).”

Durante o trabalho de campo necessário à realização desta pesquisa de mestrado, deparei-me com um personagem cujas lembranças são bastante valiosas para contar a história da Cabaceiras. Sua contribuição foi de suma importância principalmente pela dificuldade de se encontrarem pessoas que pudessem falar sobre a época em que o extrativismo da castanha ainda predominava naquele imóvel rural. Isso porque a maior

⁶² “Castanhal e Fazenda Boa Esperança, Lote Bela Aurora, Fazenda Santos Reis, Lote e Fazenda Piranha, Fazenda Cachoeirinha e Fazenda Santa Luzia, todas situadas em Marabá.

parte das fontes por mim ouvidas se referem à Cabaceiras já sob administração dos Mutran, quando então ocorreu a ocupação do MST. Porém, Pedro Alves Carvalho, que hoje possui um lote no Assentamento 26 de Março, chegou ao sudeste do Pará ainda criança e, segundo seu relato, passou boa parte de sua vida trabalhando na fazenda que mais tarde seria conquistada por ele e por seus colegas de movimento social. Seus conhecimentos sobre a Cabaceiras, onde ele se dedicou à coleta de castanha e ao garimpo de ouro e pedras preciosas, são referência entre os assentados e as lideranças do movimento, o que só reforçou a necessidade de fazer uma entrevista que servisse de fonte para entender a ocupação dessa fração do território objeto deste estudo:

“Eu não nasci aqui. Mas fui criado aqui dentro. Quando eu cheguei aqui, vim destinado a garimpo. Eu vinha pra garimpo. Eu sou do Ceará. Aí eu fugi dos meus pais, eu era o mais judiado da família. Com dez anos eu saí fora. Quando eu cheguei em Marabá, na beira do rio Tocantins, eu cheguei na casa dos Nelito. Gente bebendo, cada um com um revolvão na cintura. Eu digo “pra onde é que vocês vão?”. Eles dizem “nós vamos pra castanha”. Eu digo “castanha?”. “É... bôra mais nós?”, eles dizem. Aí eu digo “não, eu não tenho dinheiro”. Mas eu tinha. “Aí o homem que avia aí”. Aí eu me aviei com cinco tostão. Eu tinha dez anos de idade, eu me aviei com cinco tostão. Aí eu vim aqui pra Cabaceiras. Eu fazia um cepo, aí eu botava uma mola numa foice e cortava aqui, cortava a castanha. Já sabia qual era a castanha a boa e a castanha ruim, a segunda, a terceira e a quarta. Eu ganhava dez tostão. Não tinha capim, não. Era só castanha e coco. Aí tinha uma aberturinha bem aqui. Que era pra botar os animal aí... pra fazer o barracão de botar castanha. Aí teve uma aberturinha pra ter o animal pra carregar carga: a tropa. Aí ele disse: ‘agora, vou te tirar para Piranheira’. Piranheira me tiraram pro Piranha. Do Piranha me tiraram pro Surubim. Do Surubim me tiraram pro Gogó da Onça, do Gogó da Onça pra Esperancinha. Mandaram eu ir revistar as castanhas. Tudo era castanhal, tudo era fazenda e castanhal.”

Antes de prosseguir, cabe aqui uma observação relevante: o depoimento de Pedro Alves Carvalho obedece apenas a sua memória e, por essa razão, deve ser entendido como reflexo da seleção dos fatos feita por ele próprio, influenciada por sentimentos, percepções e visões de mundo que lhe são peculiares. A importância dessa ressalva se

deve ao fato de que ele narra casos de extrema violência que teriam ocorrido na Cabaceiras e que teriam sido testemunhados por ele próprio, mas não apresenta provas documentais que atestem indiscutivelmente a veracidade de sua versão. Por essa razão, é temerário assumi-la como absolutamente real, uma vez que a história por ele contada pode ter sido prejudicada por imprecisões de toda ordem, motivada pelos mais variados fatores – do esquecimento involuntário ao rancor deliberado.

Foto 05 – Pedro Alves Carvalho trabalhou na Cabaceiras fazendo garimpo e coletando castanha

(Carlos Juliano Barros)

Aliás, foi Pedro Alves Carvalho o principal responsável pela denúncia encaminhada a diversos órgãos públicos sobre a existência de um suposto cemitério clandestino na fazenda, nos primeiros anos da ocupação feita pelo MST. Esse assunto será desenvolvido no terceiro capítulo dessa dissertação de mestrado. Por ora, cabe dizer que as investigações da Polícia Federal, amparadas por laudos do Instituto Médico Legal

(IML), acataram a versão de que se tratava de um local em que foram sepultados os corpos dos parentes dos trabalhadores que não podiam ser removidos para cemitérios, devido aos problemas infra-estruturais de transporte na região. Portanto, não se trataria de um cemitério clandestino em que teriam sido enterrados peões executados por pistoleiros – apesar de terem sido encontrados sinais bastante sugestivos, como cadáveres com pés amarrados. Durante a entrevista concedida a este autor, Pedro Alves Carvalho faz acusações de uso de violência através da contratação de jagunços principalmente contra os Mutran, depoimento de teor bastante similar ao que ele havia concedido a um procurador do Ministério Público Federal (MPF), em 21 de julho de 1999, como será visto detalhadamente no terceiro capítulo desta dissertação de mestrado. Porém, é importante deixar claro mais uma vez que não estamos tomando tais denúncias como expressão real e inquestionável da história, até porque sequer existem processos ou condenações judiciais que imputem a responsabilidade desses supostos crimes atribuídos aos membros da família. E a versão contada pelo assentado também poder estar influenciada pelo tipo de relação pessoal que ele desenvolvia com os responsáveis pela fazenda. Ele manifesta, por exemplo, profundo respeito e grande admiração pelos Nelito Almeida, que comandavam a Cabaceiras antes dos Mutran – aos quais se refere, por outro lado, com um misto de mágoa e ódio. E, apesar de Pedro Alves Carvalho defender a reputação do clã Nelito Almeida, também há denúncias de que a família se valia, assim como os Mutran, do serviço de pistoleiros para garantir que posseiros não ocupassem seus latifúndios da ocupação e para assegurar que os peões não deixassem o serviço de coleta de castanha para o qual haviam sido contratados. Essas acusações fazem parte de um dossiê elaborado pela CPT que foi encaminhado ao Ministério Público Federal por ocasião da descoberta do cemitério na fazenda Cabaceiras⁶³, do qual retiramos a seguinte passagem:

“(...) até o mês de maio de 1989 os dez mil e seis hectares que compõem a Fazenda Cabaceiras eram controlados pela empresa Nelito Indústria e Comércio S/A. Além desta área, a mencionada empresa controlava diversas outras fazendas na região entre Marabá e Xinguara. (...) Para o fim de expulsar os trabalhadores rurais ocupantes, a empresa manteve durante a primeira metade da

⁶³ *Denúncia de Cemitério Clandestino na fazenda Cabaceiras*. Documento em anexo.

década de oitenta um grupo fixo de pistoleiros, comandados por João Passos. Quando havia o interesse no assassinato de diversos trabalhadores posseiros, a empresa recorria aos serviços dos grupos de pistoleiros de Sebastião Pereira Dias (“Sebastião da Teresona” – o mais conhecido entre todos os pistoleiros com atuação no sul do Pará) e de Quincas Bonfim. Esses dois grupos, entre 1982 e 1989, foram responsáveis por aproximadamente quarenta homicídios documentados de trabalhadores rurais e posseiros nas fazendas da empresa Nelito Indústria e Comércio S/A.

Além de terem se especializado no assassinato de trabalhadores rurais e posseiros, os grupos de Sebastião da Teresona e Quincas Bonfim eram responsáveis pela contratação de trabalhadores para a coleta de castanha nas fazendas controladas pela empresa Nelito Indústria e Comércio. Em sua maioria estes trabalhadores eram recrutados em outros Estados. Ao chegarem para trabalhar sob as ordens do grupo de Sebastião da Teresona nos castanhais da empresa Nelito, estes trabalhadores deparavam-se com condições completamente diferentes daquelas prometidas na contratação. (...) O próprio Sebastião da Teresona, após ter sido preso e abandonado pelos seus poderosos contratadores, em uma entrevista exclusiva para o Jornal do Brasil, revelou o nome dos locais onde foram executadas a maioria de suas vítimas. Segundo suas próprias palavras, a Fazenda Cabaceira seria uma desses locais:

‘Quando resolve falar, depois de 16 meses de silêncio e uma hora de conversa recheada de juras de inocência e pedidos para falar com o ‘ministro da Justiça’, a quem quer ‘contar tudo’, Sebastião da Terezona ainda olha para o lado e ouve o incentivo de um latrocida – quatro assassinatos – com quem divide a cela: ‘abre o bico, cara, você vai ficar nessa sozinho, os grandes não vão te ajudar não’.

– Tem o Carlos Chamié, do Castanhal Tona, tem o João Almeida, da Cabaceira, tem o Pau Preto, do Aziz, tem um bocado de lugar deles onde teve muita morte. Se alguém matou, o patrão mandou e deixou. Eles não vão pagar? Por que essa injustiça comigo? – protesta o ‘fiscal de fazenda’ (sem grifos no original) (Jornal do Brasil, edição do dia 17 de janeiro de 1988, Primeiro Caderno, página 13)”

Apesar das ressalvas e observações à entrevista que nos foi concedida por Pedro Alves Carvalho, apontadas anteriormente, julgamos que seu relato ainda sim é interessante para jogar luz sobre a dinâmica das relações sociais e de produção que engendraram por décadas a ocupação do Polígono dos Castanhais como um todo e da

fazenda Cabaceiras, especificamente. A entrevista é particularmente fecunda para a melhor compreensão do funcionamento do sistema de aviamento que subjuguava os peões:

“Carlos Juliano Barros: Como funcionava o aviamento?”

Pedro Alves Carvalho: Eu era o patrão, tu vinha caçar serviço pra mim. Aí eu te aviava pra tu ir trabalhar. Aí tu pagava aquele dinheiro que tu pegou na minha mão. Aí ganhava outro dinheiro, aí eles te matavam para que aquele dinheiro voltasse. Não saía aquele dinheiro da fazenda.

CJB: Vamos supor que o senhor fosse meu patrão, eu pegava comida, bota, essas coisas, ou era só dinheiro mesmo?

PAC: Dinheiro, comida, bota, rede, tudo... tudo que você queria. Aí já sabia que, quando tu quisesse ir embora, ia aquela conta pra Marabá. Ia aquela carta e eles te pagavam lá.

CJB: O pagamento era feito em Marabá?

PAC: Era feito em Marabá. Aí, eu tava ajustando conta contigo aqui, o pistoleiro já estava sabendo da hora que tu saía. Ele ficava lá na estrada pra te matar. (...) Quando saísse, matava e o outro estava com a carta. Pronto. Aí botava dentro de um jipe véio e levava lá onde cortava a garganta.

CJB: Pistoleiro era mais comum na época dos Nelito ou dos Mutran?

PAC: Dos Mutran. No tempo dos Nelito, não tinha. Eles pagavam direitinho. Vez quem ia era eu, pagar o saldo, saía com os peão. Aquele rolo de homem, pra pagar saldo. Eu não era empregado dele, eu aviava homem, levava homem pro mato, ajustava conta, pagava – ia pra Marabá. (...) Chegava com aquele pelotão de homem. Aí passei a ser gerente, mais outro. Aí pronto.

CJB: Se fugisse e fosse pra Marabá eles pagavam?

PAC: Pagavam. Se tu levava a carta pra pagar, teu saldo...

CJB: Mas a carta não ficava na mão do aviador aqui?

PAC: A carta, ele te dava, eu te dava a carta: ta aqui! Que dia tu vai embora? Aí tu dizia o dia. Aí, tu morria. Mas, se tu ficasse com a carta, guardasse e fosse trabalhar de novo, aí quando tivesse uma vaga, tu fugisse, tu recebia teu dinheiro lá. Recebia bastante.”

A reputação de truculência associada à família Mutran e as violentas condições de trabalho nos tempos dos castanhais também nos foram relatadas por outro assentado do PA 26 de Março, chamado Domingos de Oliveira:

“Tinha que trabalhar. Tinha um tempo de sair pra rua, eu não sei bem, mas era de quatro a cinco mês, que era a safra da castanha. Ou então uma tarefa que eles pegavam de juquirá para derrubar, só saía no período de fechamento daquele trabalho. Se quisesse sair antes não podia, era cheio de capanga, pistoleiro. Meu pai chegou em 30 [nos anos 1930] aqui na região de Marabá, aqui nessa região com os Mutran. Eu não era nascido, não. Então, ele trabalhou muito com eles. Então, ele dizia bem pra nós aqui: ‘eu quero que vocês trabalhem com todo mundo aqui, menos com os Mutran’. Ele já sabia da história dos Mutran, só que não falava para nós. Era perigoso. Ele não conseguiu terra, mas eu consegui.”

A conversão do castanhal Cabaceiras em fazenda de gado de corte começaria poucos anos depois da aquisição da área pela família Mutran, na primeira metade da década de 1990. A derrubada da mata nativa⁶⁴ para a plantação de pastagem foi conduzida por Genêncio Chimoka, gerente da propriedade contratado especialmente para comandar esse processo, segundo seu próprio relato:

“Devo afirmar que fomos procurados e contratados pela família Mutran por volta do início de 1994, que me relataram que havia adquirido uma propriedade de Nelito S.A. Agropecuária, uma área de floresta, capoeiras e cocais, próximo de Marabá, e que até a data de aquisição dos pecuaristas a floresta tinha sua exploração na castanha. Depois, com o envelhecimento das árvores e a crescente diminuição da sua produção de castanhas, eles optaram por transformá-la em reflorestamento e pastagem, transformá-la em pecuária. Aí me procuraram e juntos, então, trabalhamos nesse sentido. A floresta, parte da floresta, foi preservada – exatamente 50%, 500 alqueires. E foi feito um reflorestamento de seringueiras, que acredito que se encontre até hoje, bem como de castanhas de enxerto, sob a técnica do professor Hans Miller da Embrapa. (..) Como disse, o início foi em 1994. Demorou-se dois anos para a implantação da pecuária, da transformação de parte dessa área em pastagem.”

É interessante notar como o antigo gerente da Cabaceiras, personagem importante dos conflitos que mais tarde se desenrolariam com a ocupação da fazenda pelo MST,

⁶⁴ A derrubada da mata na Cabaceiras é assim descrita por Pedro Alves Carvalho: “Aqui eles jogavam o capim de avião. Eles jogavam o veneno, o veneno matava os matos e eles mandavam derrubar de motosserra, jogava semente. Aí o veneno matava os paus, e o fogo queimava aqueles paus, o capim crescia e eles formavam. Aí eles iam tirar a castanheira e iam tirar as outras.”

preocupou-se em frisar que o desmatamento teria respeitado o limite de 50% da área total da propriedade, conforme mandava a legislação ambiental da época⁶⁵. Na entrevista, ele afirma inclusive que a reserva legal teria sido averbada em cartório – o que de fato ocorreu. Porém, como será visto no quarto capítulo dessa dissertação, o desmatamento da Cabaceiras ultrapassou e muito o limite fixado pelo Código Florestal, alcançando quase três quartos do total da fazenda, como mostram os laudos das vistorias realizadas pelos técnicos do Incra e de órgãos ambientais. Existe ainda outra informação importante fornecida por Chimoka que bate de frente com os dados constantes dos relatórios do órgão federal:

“Exatamente, a partir de 94, então, iniciou-se o processo de plantio de capim e foi concluído no final de 1995. A fazenda teve um rebanho muito considerado, de alta genética, porque a família tem tradição de criar gado de elite, gado selecionado, de renome nacional, e chegamos a possuir nessa época, de acordo com os cadastros na Adepará [*Agência de Defesa Agropecuária do Pará*], até um rebanho de 15 mil cabeças, só na Cabaceiras. Chegou a esse quantitativo, 15 mil cabeças de gado de corte.”

O número de reses está claramente superestimado. Essa conclusão advém de uma simples comparação: segundo vistoria feita em julho de 2000 pelos técnicos do Incra⁶⁶, resposta do poder público à ocupação do MST para destinação da fazenda à reforma agrária, a área total de pastagem era de 6.532,2274 hectares e o rebanho da Cabaceiras girava em torno de 5 mil cabeças de gado – três vezes menos do que o levantado por Chimoka. Pode ser até que nos anos seguintes o número de bovinos tenha aumentado, mas parece pouco provável que esse crescimento fosse suficiente para atingir a cifra aventada pelo antigo gerente. Essa diferença considerável pode ter explicação no fato de que o contingente de bois é elemento fundamental para determinação dos índices de produtividade e de aproveitamento de uma propriedade dedicada à pecuária. O ex-gerente e homem de confiança dos Mutran inflaciona tal informação – ao mesmo tempo em que ameniza o real impacto do passivo ambiental gerado pela criação extensiva de gado –

⁶⁵ O tamanho da reserva legal no bioma amazônico só foi aumentado para 80% do total da propriedade pela Medida Provisória 2.166-67 de 2001.

⁶⁶ Os dados dessa vistoria também serão esmiuçados no quarto capítulo deste trabalho.

como forma de provar que a fazenda comandada por ele era supostamente moderna e desenvolvida. Por fim, vale lembrar que foi justamente nas tarefas de limpeza de pasto que se verificaram os casos “trabalho análogo ao de escravo” constatados pelo Grupo Móvel de Fiscalização do MTE na Cabaceiras, a partir de 2001. Os episódios de exploração desumana de mão-de-obra, relatados no segundo capítulo deste trabalho, baseiam-se principalmente em relatórios oficiais feitos pelas autoridades competentes. Não é possível afirmar com toda certeza que casos de “superexploração” do trabalho e até mesmo de “escravidão temporária” tenham ocorrido antes dos flagrantes feitos pelos auditores fiscais do MTE, por não haver provas irrefutáveis dessa prática. Porém, não se pode duvidar de forma alguma da análise de Pedro Alves Carvalho sobre as condições a que estavam submetidos os peões na Cabaceiras: “Acontecia demais. Era o que mais tinha aqui. Trabalho escravo, tu não tinha direito e nem dinheiro, rapaz. Era pra roçar.”

2. A “escravidão temporária”

A desapropriação do castanhal Cabaceiras só aconteceu graças à luta dos integrantes do MST que durante uma década resistiram, em um acampamento na beira da rodovia PA 150, às pressões para desocupar a área. Porém, dentre os fatores primordiais que motivaram a desapropriação da fazenda, encontra-se o descumprimento da “função social” da terra em decorrência da “redução de trabalhadores a condição análoga à de escravos”, como define o artigo 149 do Código Penal brasileiro. Por essa razão, é essencial compreender a dinâmica de exploração desumana a que estavam submetidos os peões recrutados para labutar na antiga fazenda Cabaceiras – o que contribuiu decisivamente para que ela fosse destinada à reforma agrária.

Além disso, tendo em vista que os casos chamados de “trabalho escravo” vêm despertando cada vez mais atenção dos veículos de comunicação e do meio acadêmico⁶⁷, também se faz necessário entrar na discussão científica sobre o que se entende por essas relações de trabalho de cunho escravista que ainda se verificam no meio rural brasileiro, bem como dimensionar por meio de dados e estatísticas a amplitude do problema no país. Afinal, é preciso ter conceitos bem afiados para analisar com propriedade os acontecimentos que motivaram a desapropriação da fazenda Cabaceiras – mais um exemplo das condições a que estão submetidos os trabalhadores na zona de expansão do capital e de alargamento da fronteira agrícola da Amazônia.

Por enquanto, a definição do artigo 149 do Código Penal – “trabalho análogo ao de escravo” – será recorrentemente utilizada para designar os problemas sociais e trabalhistas flagrados pelos auditores fiscais do MTE a partir de 2001, na fazenda Cabaceiras. Até porque esse é o termo técnico utilizado por esses operadores do direito para caracterizar o regime de exploração dos peões na antiga propriedade da família Mutran. Essa opção também se justifica pelo fato de que a discussão científica e conceitual sobre a persistência de relações escravistas no meio rural brasileiro será feita a

⁶⁷ A opinião não é exclusiva deste autor. Na avaliação de Ricardo Rezende, um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) - que faz parte do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ), o tema demorou para entrar nas universidades, mas está se consolidando cada vez mais.

posteriori. Assim, antes de proceder à análise dos fatores socioeconômicos que explicam o emprego desse tipo de mão-de-obra nos dias de hoje, principalmente na região amazônica, serão analisados os casos ocorridos especificamente na fazenda Cabaceiras. Para tanto, foram consultados registros de depoimentos de peões fugidos daquele imóvel rural, colhidos pelo escritório de Marabá da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Também foram de fundamental importância as informações contidas em duas Ações Cíveis Públicas movidas pelo MPT que recuperaram uma série de informações relativas às operações do Grupo Móvel de Fiscalização na Cabaceiras.

Os relatórios produzidos pelos auditores fiscais do GMF também subsidiaram a análise feita pela consultoria jurídica do MDA que recomendou a edição do decreto de desapropriação do imóvel rural por descumprimento da “função social” da terra em virtude de desrespeito à legislação trabalhista – como prevê o artigo 186, inciso III da Constituição Federal de 1988. Além disso, as ocorrências de “trabalho análogo ao de escravo” na Cabaceiras, entre 2001 e 2004, podem ser analisadas com mais detalhe por conta do material disponível sobre esses casos. Os depoimentos prestados por trabalhadores fugidos da fazenda aos agentes da CPT de Marabá, por exemplo, constituem rico acervo de informações. Obviamente, é possível que haja imprecisões e até mesmo fatos inverídicos no relato dos trabalhadores, já que eles também são parte interessada na punição a seus empregadores. Porém, as outras fontes de informação consultadas, como os relatórios de fiscalização do GMF e as ACPs movidas pelo MPT, corroboram boa parte – senão a totalidade – dos problemas apontados pelos peões, como se verá mais adiante. Até porque as fiscalizações quase sempre são motivadas pelo encaminhamento, por parte de entidades como a CPT, dessas denúncias às autoridades competentes.

2.1. O caso da fazenda Cabaceiras

Silas e sua esposa Cleia deixaram o modesto município de Igarapé do Meio, no interior do Maranhão, à procura de trabalho no Pará. Em julho de 2003, já na cidade de Marabá, conheceram um “gato” que atendia apenas pelo singelo nome de Belmiro. O agenciador de mão-de-obra, então, ofereceu a Silas um serviço de “roço de juquirá” – como popularmente é designada a limpeza de pasto – na fazenda Cabaceiras, propriedade

de Evandro Mutran, distante a poucas dezenas de quilômetros do centro de Marabá. Para cada alqueire roçado, o valor combinado era de R\$ 130,00 – do qual seriam descontados ainda as despesas com alimentação.

Silas, Cleia e outro trabalhador rural aceitaram a empreitada e tocaram para a fazenda. No entanto, foram obrigados a se instalar no meio de um açailal, em um precário barraco coberto apenas por uma lona preta, incapaz inclusive de protegê-los da chuva, devido aos furos no plástico. Sem quaisquer instalações sanitárias, tinham de fazer as necessidades fisiológicas no meio do mato, a céu aberto mesmo. Pelas contas de Silas, o grupo estava a cerca de oito quilômetros de distância da casa onde morava Belmiro, ainda na fazenda. De acordo com o gato, no entanto, o isolamento era necessário para garantir que uma eventual batida policial não encontrasse alguma irregularidade.

A jornada de trabalho dos dois homens era incrivelmente desgastante: começava a partir das seis e meia da manhã e se prolongava até o pôr-do-sol, por volta das seis da tarde. Não havia folgas aos domingos. Cleia, por sua vez, era a cozinheira do trio. O cardápio cotidiano raramente fugia ao arroz, feijão, farinha, milho e açaí. Todos esses produtos eram, na verdade, vendidos por Belmiro, que frequentemente se esquecia de algum dos gêneros alimentícios e sempre cobrava preços bem acima dos praticados no comércio local. Certa vez, o gato chegou a vender sete quilos de carne bovina estragada, recheada de vermes. A água usada para beber, cozinhar e tomar banho provinha de uma grotta que cortava o açailal onde os três estavam instalados. Por sinal, tratava-se da mesma fonte utilizada pelo gado para saciar a sede. Mesmo quando havia algum animal morto dentro da grotta, não havia alternativa senão usar aquela água.

Pelas suas contas, Silas e o colega trabalharam sem interrupção por 27 dias e conseguiram roçar 10 alqueires de pasto. Mas o gato se recusava a medir o serviço realizado antes que fosse concluída toda a tarefa para a qual haviam sido contratados. Além disso, ele havia afirmado categoricamente que não pagaria absolutamente nada até que tudo fosse finalizado. Sem alternativa, os três resolveram fugir da fazenda numa madrugada de agosto, apesar de a Carteira de Trabalho de Silas ter ficado “presa” na fazenda. Caminharam, então, 12 quilômetros até a beira da estrada, onde conseguiram uma carona até Marabá. Já na cidade, procuraram o escritório da Comissão Pastoral da

Terra, a quem denunciaram a situação que enfrentaram. Ainda de acordo com eles, pelo menos outros 40 trabalhadores passavam por condições semelhantes.

A história acima relatada não tem uma linha sequer de ficção. Ela obedece fielmente ao depoimento do trabalhador rural Silas Oliveira Barros registrado pelos agentes da CPT de Marabá, em agosto de 2003. Depoimento, aliás, que serviu de base para que dois meses depois o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego encontrasse, pela terceira vez consecutiva, peões em “condições análogas às de escravos” na fazenda Cabaceiras – comprovando, portanto, os problemas que Silas havia relatado anteriormente. Em decorrência da operação, os auditores fiscais do MTE lavraram 18 autos de infração, com descrição genérica das irregularidades flagradas e indicação precisa dos artigos violados da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 08 – Autos de Infração lavrados pelos fiscais do MTE

Item	N. AI	Ementa	Capitulação
1	009838066	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico correspondente	Art. 41, <i>caput</i> da CLT
2	007054793	Deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 horas, contado do início da prestação laboral	Art. 29, <i>caput</i> , da CLT
3	007054807	Manter o empregado trabalhando sob condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho	Art. 444 da CLT
4	009838082	Descontar do salário do empregado valor referente a vestuários, equipamentos outros acessórios fornecidos e utilizados no local de trabalho	Art. 458, § 2º da CLT
5	007054823	Deixar de efetuar, até o 5º. dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado	Art. 459, § 1º da CLT
6	007054777	Admitir empregado que não possui CTPS	Art. 13, <i>caput</i> da CLT
7	007054815	Limitar por qualquer forma a liberdade do empregado de dispor de seu salário	Art. 462 § 4º da CLT
8	009838074	Coagir ou induzir empregado a utilizar-se de armazém ou serviços mantidos pela empresa	Art. 462 § 2º da CLT
9	007054866	Deixar de consignar em registro mecânico, manual ou	Art. 74 § 2º da CLT

		sistema eletrônico, os horários de entrada, saída e período de repouso efetivamente praticados pelo empregado nos estabelecimentos com mais de 10 empregados	
10	007054777	Admitir empregado que não possui CTPS	Art. 13, caput da CLT
11	009869611	Manter o empregado e sua família em moradia coletiva	Art. 157, I da CLT c/c item 21.6.1 NR – 21 da Portaria nº 3.214/78
12	009869662	Deixar de promover treinamento para os operadores de motosserra	Art. 157, I da CLT c/c item 6.2 do anexo I NR 12 da Portaria nº 3.214/78
13	009869646	Deixar de garantir o fornecimento de água potável em recipientes portáteis hermeticamente fechados e que permitam fácil limpeza	Art. 157, I da CLT c/c com o subitem 24.7.1.2 da NR 24 da Portaria nº 3.214/78
14	009869654	Deixar de garantir serviço de privadas por meio de fossas adequadas ou outro processo que não afete a saúde pública	Art. 157, I da CLT c/c item 24.1.16 da NR 24 da Portaria nº 3.214/78
15	007322003	Deixar de equipar estabelecimento com material necessário a prestação de primeiros socorros	Art. 168, § 4º da CLT
16	009869638	Deixar de fornecer gratuitamente EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento	Art. 13 da lei 5.889/73
17	009869620	Manter alojamentos com paredes construídas com material diferente de tijolo, concreto ou madeira	Art. 157, I da CLT c/c subitem 24.5 da NR 24
18	007321996	Deixar de incluir no PCMSO a realização obrigatória de exame médico admissional	Art. 168 da CLT c/c com o item 7.4 alínea a da NR 7

Fonte: Ministério Público do Trabalho

A resumida descrição dos problemas no ambiente de trabalho contida na tabela organizada pelos fiscais do MTE, por si só, já é mais do que suficiente para entender a situação degradante em que se encontravam os peões recrutados para derrubar a mata e roçar a juquira na Cabaceiras. Além dos autos de infração lavrados por conta das precárias condições de instalação dos empregados da fazenda, como o que discorre sobre

o não fornecimento de água potável (item 13), o que acusa a falta de vasos sanitários (item 14) e o que mostra a utilização de pedaços de pau e de lonas pretas, em vez de tijolos, na construção dos alojamentos (item 17), existem outros itens que chamam atenção por caracterizarem maneiras mais ou menos ostensivas de cerceamento da plena liberdade dos trabalhadores, obrigando-os a permanecer no serviço, e depreciando ainda mais a já parca remuneração a que teriam direito.

É o caso do AI lavrado pelo não preenchimento da carteira de trabalho dos funcionários, no prazo exigido por lei de 48 horas. Ao adiar a devolução desse importante documento, o empregador – o “gato” ou o seu preposto – joga com o tempo e com a esperança do próprio trabalhador de ver sua situação regularizada. O funcionário continua a desempenhar suas funções não porque seja um pobre inocente que acredita na benevolência do patrão, que um dia cumprirá com seus deveres de empregador, mas porque sabe que possui direitos que se materializam com a assinatura da carteira, como se o documento funcionasse como uma prova irrefutável do serviço prestado. Além de não anotar e devolver a carteira de trabalho, os empregadores da Cabaceiras também incorreram na infração registrada no item 7 (limitar por qualquer forma a liberdade do empregado de dispor de seu salário). Ou seja, ao não efetuarem o pagamento dos salários como manda a lei, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido (como mostra o auto de infração do item 5), também forçavam os trabalhadores a continuar na labuta, sob a promessa de que o acerto ainda seria realizado. Então, para não sair de mãos abanando, era preferível permanecer no serviço, à espera de que o acerto um dia realmente fosse feito.

Existem ainda outros fatores que permitem concluir que os problemas encontrados na fazenda não constituíam meras irregularidades trabalhistas. O item 4, por exemplo, mostra que eram descontados ilegalmente dos salários do empregados os valores relativos a peças de vestuário e outros acessórios fornecidos no ambiente de trabalho. Tampouco eram fornecidos gratuitamente os equipamentos de proteção individual, como se observa no item 16. Além disso, os trabalhadores da Cabaceiras eram coagidos a utilizar “armazém ou serviços mantidos pela empresa” (item 8), como também se pode depreender do depoimento prestado pelo trabalhador Silas aos agentes da CPT.

Levando todas essas questões em conta, os próprios auditores fiscais do trabalho então concluíram:

“O sistema de barracão era aplicado na fazenda e, somente em uma das cantinas a alimentação era livre, permanecendo o clássico sistema de anotações em cadernos para registros de produção dos trabalhadores e os descontos a serem feitos quando do acerto do pagamento. (...) Concluímos, pelos apontamentos expostos, pela existência do ciclo de endividamento dos trabalhadores. (...) A alimentação não era de boa qualidade, sendo insuficiente para o sustento dos trabalhadores na grande força despendida nos dias de trabalho. As condições de higiene também se configuravam bem ruins, não dispondo de banheiros apropriados. (...) Não havia também o impedimento bruto da saída e entrada dos trabalhadores, mas havia a comunicação por parte dos gatos de que somente após o término do trabalho, isto é, do roço da juquirá é que iriam poder sair e receber o saldo. (...) Concluímos que a situação dos trabalhadores na fazenda Cabaceiras era de extrema degradação”⁶⁸.

Já no próprio sumário do relatório de fiscalização do Grupo Móvel, decorrente dessa operação realizada em outubro de 2003, há menção a uma parte intitulada “Caracterização do Trabalho Escravo”. Porém, ainda não é o momento de discorrer sobre a definição desse conceito, o que será feito com mais propriedade no transcorrer deste capítulo. Nos depoimentos concedidos por trabalhadores fugidos da Cabaceiras aos agentes da CPT de Marabá, há referência a situações ainda mais graves do que as registradas nos autos de infração lavrados pelos auditores fiscais do MTE – até de ameaças de morte e de vigilância armada. É o caso, por exemplo, de um camponês chamado Ademir dos Santos Chagas, morador no município de Chapadinha, no nordeste do Maranhão, e que viajou para Rondon do Pará para “caçar” alguma ocupação. Ao fazer contato com um “gato” apelidado de Canário, foi contratado para fazer o roço de juquirá na fazenda Cabaceiras, a partir de março de 2003. Durante 11 dias, Ademir se dedicou aos serviços de limpeza de pasto, mas ficou doente e precisou ser encaminhado a um hospital de Marabá, onde ficou internado por quatro dias. Ao receber alta, voltou à

⁶⁸ Este relato consta do corpo da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra a empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda., ajuizada em janeiro de 2004

fazenda, mas passou a trabalhar somente como cozinheiro, função que desempenhou até junho. Em seu depoimento, Ademir ainda revela

“que durante o período em que esteve trabalhando nesta fazenda jamais recebeu qualquer valor do gato ou do gerente, o senhor CHIMOCA; que dia 21/06/03, quando foi tentar fazer seu acerto com o gato, senhor Canário, este quis lhe pagar apenas R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), dizendo que *o senhor Ademir estava lhe devendo as passagens de Rondon do Pará até a fazenda, a hospedagem no hotel enquanto aguardava para viajar, os medicamentos comprados por ocasião de sua doença, botinas para o trabalho e outros artigos pessoais comprados na cantina da fazenda* (grifo do autor); QUE ao tentar negociar com senhor Canário para que este lhe pagasse um pouco mais, dizendo que havia trabalhado até os 15 dias em que deveria repousar, segundo atestado médico que apresentou ao gato, *este lhe agrediu fisicamente, dizendo que iria lhe matar* (grifo do autor); QUE conseguiu escapar e fugiu da fazenda apenas com a roupa que estava usando, porque teve medo de que algo pior lhe ocorresse”⁶⁹.

A existência de ameaças físicas e psicológicas na fazenda Cabaceiras também foi relatada pelo trabalhador Josimar Ferreira dos Santos, então residente no município de São Domingos do Araguaia. Ele contou

“que os trabalhadores moravam em barraco de palha e a água era suja. Que os trabalhadores não tinham equipamentos de proteção. Que foi contratado pelo “gato” conhecido por “NANA”. (...) O gato não quis dizer quanto os trabalhadores receberiam pelo serviço, apenas garantiu que nenhum sairia com prejuízo. (...) Que o depoente, desconfiando de que não iria receber, combinou com os outros companheiros e fugiu por uma ‘colônia dos fundos’. Que os outros 11 ficaram presos, vigiados pelo capataz para não saírem da área, para não ‘complicarem a Fazenda com a Justiça e com a polícia’, conforme as recomendações do capataz da Fazenda.”⁷⁰

⁶⁹ Depoimento prestado por Ademir dos Santos Chagas à Comissão Pastoral da Terra de Marabá, em 23 de junho de 2003. Em anexo.

⁷⁰ Depoimento prestado por Josimar Ferreira dos Santos à Comissão Pastoral da Terra de Marabá, em 24 de fevereiro de 2003. Em anexo.

Já Osmar Claudiano da Silva, natural de Araguatins (TO), procurou a CPT para dizer

“Que o depoente trabalhava todos os dias (de segunda a domingo), não gozando de repouso semanal remunerado. (...) Que a alimentação servida aos trabalhadores era apenas arroz, feijão e, às vezes, carne. Que os trabalhadores só comiam carne quando o gerente mandava matar algum boi “gabarrento” (animal atingido por uma doença: frieira que dá no meio da unha do boi rachando todo o seu casco) (...) Que o sr. **“CHIMOCA”** se recusou a entregar a carteira de trabalho do depoente, alegando que só entregaria se o mesmo aceitasse o valor e assinasse os recibos”⁷¹

O atraso no pagamento dos salários, a falta de registro em carteira e a retenção desse documento, a coação à compra de gêneros alimentícios e equipamentos vendidos pelos patrões, o desconto dos salários dos valores de itens que deveriam ser fornecidos gratuitamente pelos empregados, as jornadas exaustivas de trabalho, as condições precárias em que estavam instalados os funcionários, a nada desprezível distância de seus alojamentos erguidos no meio da mata até a cidade de Marabá, o clima de ameaças físicas e psicológicas. Esse conjunto de problemas não deixa dúvida quanto à existência de um mecanismo de exploração que prendia os peões ao trabalho, ferindo seu direito à plena liberdade e caracterizando a “escravidão temporária”.

Mas essa não foi a primeira e nem a última vez em que a família Mutran⁷² se valeu desse expediente de retenção de mão-de-obra. Como dito anteriormente, antes da fiscalização ocorrida em 2003, outras duas operações já haviam encontrado problemas bastante semelhantes na mesma fazenda Cabaceiras. E uma posterior, realizada em fevereiro de 2004, flagrou mazelas muito parecidas. Novamente, os depoimentos colhidos pelos agentes da Comissão Pastoral da Terra constituem fonte de informação

⁷¹ Depoimento prestado por Osmar Claudiano da Silva à Comissão Pastoral da Terra de Marabá, em 19 de março de 2003. Em anexo.

⁷² Há pelo menos outras três fazendas pertencentes a membros da família Mutran fiscalizadas pelo Grupo Móvel até 2007, de acordo com o quadro de fiscalizações disponibilizado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE). Em julho de 2003, foram resgatados 36 trabalhadores da fazenda Baguá, em Eldorado dos Carajás, de Celso Chuquiat Mutran. Em maio de 2005, foi a vez de 64 trabalhadores ganharem a liberdade na fazenda Mutamba, de Aziz Mutran, localizada em Marabá. Por fim, em junho de 2006, foram encontrados 27 trabalhadores escravizados na fazenda Peruanos, de Evandro Liege Mutran, no município de Eldorado dos Carajás.

fundamental. Em agosto de 2002, poucos dias antes da segunda operação do Grupo Móvel que encontrou trabalhadores em “condições análogas às de escravos” na Cabaceiras, um trabalhador resolveu denunciar as condições a que ele e outros colegas estavam submetidos:

“que eles compravam a ‘feira’ (arroz, feijão, óleo, açúcar, farinha, café, sabão etc.), ferramentas de trabalho (foice, lima e esmeril) e botas na mão do gato para ser descontado no final. Que o gato anotava tudo, mas que eles não sabiam o total que estavam devendo. (...) Que quando já tinham roçado 10 alqueires, os trabalhadores tentaram receber dinheiro para vir na rua, e o “gato” disse que não tinha dinheiro.”⁷³

Tanto na fiscalização ocorrida entre maio/abril de 2001, como na levada a cabo em agosto do ano seguinte, os auditores do MTE flagraram adolescentes com menos de 16 anos em atividades insalubres e perigosas. Aliás, em decorrência da segunda passagem do Grupo Móvel pela Cabaceiras, o Ministério Público do Trabalho ajuizou uma ACP contra a empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda., que acabou sendo resolvida por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPT e Evandro Mutran, um dos sócios da companhia, pelo qual o empresário se comprometia a corrigir os problemas trabalhistas apontados na ACP e a não mais cometer as mesmas irregularidades. Tudo isso, não custa lembrar, aconteceu antes da fiscalização de 2003, que novamente flagrou trabalhadores em “condições análogas às de escravo”.

Tendo em vista o descumprimento do TAC firmado anteriormente, o MPT moveu então nova ACP, em janeiro de 2004. O processo judicial, no entanto, foi extinto depois de firmado um acordo judicial, em julho daquele mesmo ano, pelo qual a família Mutran⁷⁴ se comprometeu a pagar uma multa, a título de indenização por dano moral coletivo⁷⁵, de R\$ 1.350.440,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil, quatrocentos e

⁷³ Depoimento prestado por Robson Lopes à Comissão Pastoral da Terra de Marabá, em 08 de agosto de 2002. Em anexo.

⁷⁴ Nesse processo, eram réus Evandro Liege Chuquia Mutran, Delio Chuquia Mutran, Celso Chuquia Mutran e Helena Chuquia Mutran, sócios da empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda.

⁷⁵ O pagamento de indenização ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é encarado como forma de reparação aos direitos difusos desrespeitados. A noção de “direito difuso” diz respeito a toda coletividade de trabalhadores, em outras palavras, a toda a sociedade. Dessa forma, está-se reparando um mal feito a

quarenta reais) – divididos em 18 parcelas mensais revertidas para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Curiosamente, entre o ajuizamento da ACP e a realização do acordo, houve ainda uma quarta fiscalização na Cabaceiras feita pelo Grupo Móvel, e que também foi abarcada pelo acordo. Os Mutran de fato cumpriram com o que haviam se comprometido judicialmente – até porque, em caso de não pagamento, seriam obrigados a desembolsar quase R\$ 3,9 milhões, valor inicial pedido pelo MPT quando do ajuizamento da Ação Civil Pública.

Antes da assinatura do acordo, no entanto, a família Mutran chegou a apresentar contestação à ACP movida pelo MPT em janeiro de 2004. Alguns dos argumentos utilizados pelos advogados de defesa, naquela época, permitem conhecer algumas das desculpas mais comuns dos fazendeiros que teimam em não respeitar os direitos fundamentais de seus empregados. Inicialmente, a defesa entendia que o processo deveria ser extinto, sem que seu mérito fosse julgado, pelo fato de que os sócios da empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda., que também se tornaram réus do processo, não residiam em Marabá e, portanto, estariam distantes da administração do cotidiano da fazenda. De acordo com os advogados, a responsabilidade deveria recair sobre os empreiteiros de mão-de-obra, os “gatos”, que haviam contratado os trabalhadores para o serviço de roço de juquirá, como se os reais donos do imóvel rural não soubessem de nada e não pudessem responder pelos crimes ocorridos no interior de *suas* propriedades, e como se os trabalhadores não fossem empregados da Cabaceiras. Porém, a família Mutran

“objetivando resolver de uma vez por todas tais problemas, fez o registro, nos termos da Lei, de todos os trabalhadores que prestam serviços na Cabaceiras, independente do fato de serem ou não seus empregados. (...) Além disso, tomou a providência de efetuar o pagamento dos direitos trabalhistas dos citados obreiros, nada devendo aos mesmos, estando pois perfeitamente quitada com o cumprimento de suas obrigações relativas a mão de obra que labuta na aludida fazenda.”⁷⁶

todos os brasileiros, e não apenas aos trabalhadores que de fato sofreram na fazenda, e que recebem aquilo a que tem direito já no ato da fiscalização feita pelo Grupo Móvel.

⁷⁶ Essa passagem foi extraída da página 07 da contestação redigida pelo advogado José Ronaldo Viegas Paulo à Ação Civil Pública do MPT, em 19 de fevereiro de 2004, e disponível nos autos do processo 0005420041170800-X

Ou seja, apesar de não reconhecer como seus empregados os peões resgatados pelo Grupo Móvel, os Mutran assumiram – contraditoriamente – o pagamento de todos os direitos trabalhistas que lhes eram devidos, agindo como seus legítimos empregadores. Há ainda outras passagens dignas de menção na peça de defesa da família Mutran:

“os aludidos sócios, ora demandados, estão proibidos de entrar no citado Fundo Agrícola, por elementos do movimento sem-terra, que invadiram *grande parte* (grifo nosso) da aludida fazenda, onde destruíram pastos, derrubaram árvores, incendiaram alojamentos e outras benfeitorias, tratores e demais equipamentos, etc. além matarem (sic) mais de duas mil cabeças de gado e não permitindo *nenhuma nova construção* (grifo nosso).⁷⁷”

Como já colocado anteriormente, a fazenda Cabaceiras tem aproximadamente 10 mil hectares e é cortada pela rodovia PA 150, espalhando-se pelos dois lados da estrada. O acampamento do MST, no entanto, ocupava menos de 1% da área total da propriedade, cuja atividade principal – a criação de gado – conviveu a pleno vapor, por quase uma década, com as roças plantadas pelos camponeses sem-terra. Os casos de “trabalho análogo ao de escravo”, por sinal, aconteceram enquanto a fazenda já estava ocupada. Portanto, parece pouco provável, para usar um eufemismo, que os sócios da família Mutran não pudessem acessar a própria fazenda de dimensões tão extensas. Além disso, nenhuma das obrigações assumidas com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta proposto ainda em 2002 pelo MPT, como a construção de alojamentos adequados para os trabalhadores, tinha saído do papel. Entretanto, segundo a justificativa dos Mutran, isso também seria culpa do movimento social que, como dito anteriormente, ocupava menos de 1% da área total da Cabaceiras.

Por fim, é interessante registrar também as justificativas fornecidas pelo antigo gerente da fazenda, Genêncio Chimoka, obtidas por meio de entrevista feita por este autor. Ao contrário da linha seguida pelos advogados de defesa dos Mutran, que transferiam a responsabilidade pelos problemas flagrados pelo Grupo Móvel aos

⁷⁷ Essa passagem foi extraída da página 03 da contestação redigida pelo advogado José Ronaldo Viegas Paulo à Ação Civil Pública do MPT, em 19 de fevereiro de 2004, e disponível nos autos do processo 0005420041170800-X.

agenciadores de mão-de-obra, Chimoka argumenta que as fiscalizações parecem ter sido “planejadas” pelo MTE como forma de aumentar a pressão feita pelo MST para a desapropriação da área. Além disso, segundo o gerente, os trabalhadores “em condição análoga à de escravo” resgatados pelos auditores fiscais seriam, na verdade, integrantes do movimento social que se passavam por trabalhadores da Cabaceiras e que, por esse motivo, foram indenizados indevidamente. Ele também considera “injusto” o pagamento milionário firmado entre o MPT e a família Mutran em decorrência do descumprimento do TAC que havia sido firmado para a melhoria das condições de trabalho na fazenda:

“Concomitantemente com a presença deles [*dos sem-terra*] e a ação criminosa deles, até parece que foi planejado pelo governo federal as vistorias do Ministério do Trabalho e Emprego em cima da fazenda. Com tantas outras que tinham pra fazer... justamente na Cabaceiras. E lá pegavam parte dos sem-terra e parte dos funcionários da fazenda, generalizavam tudo, fotografavam tudo, sem direito a defesa do empregador, de nada valia a nossa palavra. Pessoas que nunca lá tinham aparecido e nem comparecido foram indenizadas. (..) Uma armação, uma armadilha, maquiavelicamente armada, uma ação de fiscalização só para prejudicar os proprietários da fazenda. (..) Os sem-terra, sempre foram eles que forjavam e denunciavam. E, no momento em que o Grupo Móvel lá comparecia, eles entrosavam no meio dos outros, e não eram discriminados, e informavam: ‘eu estou aqui há um mês, estou aqui há 20 dias, estou aqui há 60 dias, nada recebi’. Mulheres gestantes que não tinham nada a ver iam pelo meio e assim era a coisa mais triste de se ver. (...) A fazenda foi autuada, maior autuação que se tem notícia, na época. A duras penas, conseguiu pagar, saldar os seus compromissos em dia, como era costume da família Mutran, não ficava devendo nada a ninguém. E teve que também pagar essa multa, ao meu ver, totalmente impropriedade e injusta. Lá não havia trabalho escravo. Pelo contrário, lá havia trabalho ordeiro, os funcionários vestiam a camisa da fazenda com amor, porque sabiam que seu trabalho ia ser recompensado, muito bem recompensado.”

2.2. A necessária discussão conceitual sobre a escravidão nos dias de hoje

“Terminou nesta quarta-feira (28) a operação do grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que encontrou 38 pessoas submetidas à escravidão na Fazenda Bandeirante, situada num local de

difícil acesso no município de São Félix do Xingu (PA), no sudeste paraense. Outros 15 trabalhadores que também labutavam na propriedade foram tirados do local pelo fazendeiro antes da chegada dos fiscais, no dia 17 de maio.

A manobra do empregador foi relatada por três trabalhadores que estavam entre essas 15 pessoas. Eles procuraram a equipe fiscalizatória depois do ocorrido, na cidade de São Félix, e relataram que a caminhonete que os levava chegou a se esconder no mato para esperar a passagem dos veículos do grupo móvel rumo a Fazenda Bandeirante. As outras pessoas que também foram "retiradas" pelo fazendeiro já haviam sido levadas para Xambioá (TO).

Para chegar até a propriedade, a equipe percorreu uma distância total de cerca de 200 km desde o centro do município de São Félix do Xingu. Além de vencer as estradas de terra em grande parte do trecho, atravessou a balsa do Rio Xingu e passou por uma ponte de madeira submersa. A fiscalização levou 14 horas para chegar ao local. Foi necessário um trator para desatolar os veículos em alguns trechos. Devido às péssimas condições do caminho, os libertados foram retirados por helicópteros do Exército no sábado (24). Na sexta-feira (23), um trabalhador foi picado por escorpião e levado de avião fretado - pago pelo empregador - ao hospital municipal. De acordo com integrantes do grupo móvel, ele foi socorrido a tempo e já teve alta.

(...)

Os libertados derrubavam árvores e faziam o chamado roço de juquirá (preparação para o pasto) e chegaram entre março e abril deste ano. Desde então, ninguém recebeu salário regularmente. (...) havia dois contratos verbais por produção: um pagamento maior pelo roço significaria um desconto da alimentação; em outro modelo, o preço do alqueire roçado era menor, mas a comida era fornecida gratuitamente. "De qualquer jeito, o sujeito ganhava pouco", resume o fiscal. Os trabalhadores comiam arroz e feijão: se quisessem comer carne, teriam de caçar na mata.

Havia descontos ilegais de comida, que era comprada nas vilas próximas e repassada aos trabalhadores, e de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como botas e luvas. Eles estavam alojados em cinco barracos de madeira, lona e palha, três dos quais localizados completamente dentro da floresta. Tampouco havia banheiro ou eletricidade. Toda a água - para beber, cozinhar e lavar roupa - vinha de um igarapé barrento.

De acordo com os relatos colhidos pela fiscalização, todos tinham medo de reclamar porque o fazendeiro e o segurança da propriedade andavam armados. O trabalhador denunciante que conseguiu fugir da Bandeirante caminhou

durante seis dias pela mata e por estradas de terra até chegar ao posto da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Tucumã (PA).” (CAMARGO, 2008)⁷⁸

Na crescente literatura especializada sobre o assunto, várias são as noções utilizadas para tentar classificar as relações de trabalho violentas, coercitivas e de traços escravistas que ainda se verificam no meio rural brasileiro, principalmente nas chamadas regiões de fronteira e, notadamente, na Amazônia. “Peonagem”, “semi-escravidão”, “escravidão branca”, “escravidão por dívida”, “trabalho escravo”, “trabalho escravo contemporâneo” e “trabalho análogo ao de escravo” são algumas delas. Nos últimos anos, os meios de comunicação talvez sejam os principais disseminadores do termo “trabalho escravo” para categorizar situações similares à descrita na reportagem acima transcrita. E, não raro, acabam utilizando essa noção de forma indiscriminada e até mesmo inapropriada. Por esse motivo, a definição de conceitos sólidos é essencial para delinear com mais clareza a realidade que se pretende analisar, evitando a muleta das generalizações arriscadas.

“Como não se trata exatamente da modalidade de escravidão que havia na Antiguidade greco-romana, ou da escravidão moderna de povos africanos nas Américas, em geral o termo escravidão veio acrescido de alguma complementação: ‘semi’, ‘branca’, ‘contemporânea’, ‘por dívida’, ou, no meio jurídico e governamental, com certa regularidade se utilizou o termo ‘análoga’, que é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) designa a relação. Também têm sido utilizadas outras categorias para designar o mesmo fenômeno, como o ‘trabalho forçado’, que é uma categoria mais ampla e envolve diversas modalidades de trabalhos involuntários, inclusive o escravo (FIGUEIRA, 2004: 35)”.

Grosso modo, o que se entende por “trabalho escravo” no Brasil contemporâneo é a sujeição ostensiva de peões pobres e pouco qualificados a um serviço pesado e temporário no meio rural, em condições que frequentemente beiram o desumano: ambiente insalubre, alojamento precário, alimentação repugnante, remuneração ultrajante, sem falar ainda na atmosfera de ameaças físicas e/ou psicológicas. Boa parte dos peões

⁷⁸ Repórter Brasil. *Escravidados em fazenda isolada são retirados de helicóptero*. 28/05/2008.

submetidos a esse tipo de situação são pessoas desenraizadas que já perderam, parcial ou totalmente, os vínculos com a família ou com a comunidade a que pertenciam. Por essa razão, são verdadeiros *outsiders*⁷⁹ que fazem da estrada a sua lida cotidiana. Assumem a feição de eternos estrangeiros, vagando à procura de emprego por terras distantes e desconhecidas, formando grupos de coesão pouco expressiva que se desfazem tão logo chega ao fim a tarefa para a qual foram contratados. Esses são chamados de “peões de trecho”, trabalhadores sem residência fixa que andam pelas estradas – o trecho – à procura de serviço e se hospedam em pensões humildes até conseguirem ocupação, que será sempre *temporária*. Por essa razão, também se inclinam mais facilmente a aceitar qualquer proposta de trabalho feita pelos agenciadores de mão-de-obra conhecidos como “gatos”, que os convocam para as chamadas “empreitas” ou “empreitadas”, serviços sem perspectiva de longa duração. Evidentemente, por todas essas características, uma relação classificada como escravidão nos dias de hoje não pode ser encarada como uma situação de mera irregularidade trabalhista.

Entretanto, a rigor, é possível chamar de escravidão essas modalidades de exploração desumana de trabalho que se verificam atualmente no campo brasileiro? Quais são as diferenças e as semelhanças entre a escravidão que de fato existiu no Brasil durante o período colonial e imperial, por exemplo, e as formas de precarização de trabalho ocorridas nos dias de hoje? Em primeiro lugar, é importante deixar claro que esta pesquisa parte da premissa de que a própria colonização brasileira, assentada em relações escravistas de produção, foi levada a cabo como resposta às necessidades do desenvolvimento do então incipiente sistema capitalista mundial⁸⁰. Por isso, é preciso

⁷⁹ A noção de “*outsider*” é trabalhada por FIGUEIRA (2004) com base no conceito formulado por Norbert Elias e John Scotson. Ela será mais bem explorada no transcorrer deste capítulo.

⁸⁰ “(...) as formações sociais baseadas no trabalho compulsório, criadas no Novo Mundo, nascem e desenvolvem-se no interior do mercantilismo; ou seja, na época e sob influência do capital mercantil, então predominante e ascendente na Europa. (...) o Novo Mundo entra ativa e intensamente no processo de acumulação primitiva, que se realiza de maneira particularmente acentuada na Inglaterra. Em seguida, com a progressiva subordinação do capital mercantil ao capital produtivo, isto é, industrial, as formações sociais baseadas no trabalho compulsório rearticulam-se interna e externamente (IANNI, 1980: 162)”. Não é intuito deste estudo discutir as correntes de pensamento que abordam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Apenas é importante ressaltar que alguns pensadores consideram o período colonial como expressão do feudalismo, por exemplo. É o caso de Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Inácio Rangel, que apontam a existência de feudalismo ou de relações “semi-feudais” no Brasil. “Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo (OLIVEIRA, 1999: 70)”. Assim, posteriormente, seria feita uma revolução socialista de superação

entender o que se compreende por escravidão sob esse modo de produção⁸¹. No capitalismo, tanto a força de trabalho como a própria pessoa do escravo são consideradas *mercadorias*. Em outras palavras, ao contrário do trabalhador livre e assalariado que pode vender apenas sua capacidade de trabalho a um empregador, na figura do escravo não se pode dissociar a *pessoa da força de trabalho*, como bem explica Marx:

“Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado, enquanto for (...) oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário de sua capacidade de trabalho, *de sua pessoa* (grifo nosso). Ele e o possuidor de dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e outro o comprador, sendo ambos juridicamente pessoas iguais. A continuidade dessa relação exige que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, *pois se a vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de*

da etapa capitalista do desenvolvimento da sociedade. Ao contrário, como já expusemos acima, acreditamos que a colonização do Brasil corresponde aos primórdios da formação do capitalismo e à fase do que Marx chama de “acumulação primitiva”.

⁸¹ Essa ressalva é importantíssima porque não figura entre os objetivos deste estudo traçar um panorama sobre o instituto da escravidão ao longo da história da humanidade, evitando assim qualquer alusão à escravidão que existiu no período greco-romano, por exemplo. Durante a Antiguidade, a estrutura socioeconômica das civilizações obedecia a outro modo de produção que não o capitalista. Assim, por uma questão de método, que compreende as contingências materiais como fatores determinantes da organização social, não faz sentido aproximar fenômenos tão distantes. Certamente, existem algumas semelhanças entre as cruéis condições de vida a que estavam submetidos o escravo da Antiguidade, o negro africano cativo até século XIX e os peões da fronteira agrícola amazônica dos dias de hoje. E elas são facilmente perceptíveis. Porém, mais importante do que pontuar essas semelhanças, é necessário ressaltar as diferenças. Nesse sentido, é interessante acompanhar a ácida – porém, instigante – crítica que Moses Finley faz a Karl Marx. Apesar das discordâncias (e dos ressentimentos), é interessante notar que, em última análise, o historiador inglês especializado em Antiguidade está de acordo com o pensador alemão ao entender o modo de produção como elemento vital para compreender as diferenças entre a escravidão antiga e a moderna. “Pode-se mesmo afirmar, sem paradoxos, que Marx prestava pouca atenção à escravidão em si. Na Antiguidade era apenas um dos modos de produção que submeteu a uma análise curta e abstrata. No mundo moderno, foi primeiro uma das formas de “acumulação primitiva” nas colônias, depois uma estranha anomalia (na América do Sul) num contexto capitalista. O fato, escreve nos *Grundrisse* (p. 513), ‘de hoje não apenas chamarmos os latifundiários na América de capitalistas, mas de o serem, é baseado em sua existência como anomalias num mercado mundial de trabalho livre’. Por outro lado, ‘todos os filólogos que falam de capital na Antiguidade, de capitalistas gregos e romanos’, cometem um erro grosseiro. Dessa, forma é também um grande erro servir-se das várias e ácidas observações de Marx sobre a escravidão americana a fim de reconstruir sua visão da escravidão antiga. Havia, obviamente, semelhanças, elementos comuns – se não houvesse, o termo comum ‘escravidão’ não se justificaria –, mas havia também, na base, um fosso intransponível, o sistema de produção, e este era o fator determinante na análise (FINLEY, 1991: 43-44).”

homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria (grifo nosso). Tem sempre de manter sua força de trabalho como sua propriedade, sua própria mercadoria, o que só consegue, se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar a sua propriedade sobre ela (MARX, 1984: 187-188).

Quando um senhor de engenho do nordeste brasileiro comprava um escravo negro africano, por exemplo, assumindo sobre ele direitos legais de propriedade, estava na verdade adquirindo uma ferramenta especial, com a capacidade de agregar valor à cana cortada e depurada por ele, transformando-a no açúcar que seria vendido posteriormente. Porém, o negro africano não estava apartado dos meios de produção⁸². E tampouco tinha liberdade para vender sua força de trabalho ao patrão que quisesse contratá-lo. Estava despojado de toda e qualquer propriedade, inclusive da sua própria força de trabalho. Portanto, a produção baseada na força de trabalho do escravo negro não pode ser considerada estritamente capitalista, uma vez que para se reproduzir ampliamente a partir da mais-valia o capital necessita de trabalhadores dissociados dos meios de produção, mas livres para vender sua força de trabalho em troca de um salário que garanta sua sobrevivência⁸³. Nas relações capitalistas de produção, em que se tem como padrão o trabalho assalariado, empregadores e empregados são necessariamente iguais

⁸² Cardoso também aponta a condição singular do escravo no modo capitalista de produção ao mostrar que o capital variável (mão-de-obra) é, na realidade, fixo (meio de produção): “(...) o escravo precisa, além disso, produzir mais produtos para cobrir o capital inicialmente investido na sua compra, sem o que a empresa escravista brasileira, que visava lucros que se realizavam no mercado, estaria, desde o início, condenada. Esta exigência da economia escrava voltada para a produção capitalista mercantil mostra não só sua fragilidade para concorrer com a produção capitalista assalariada, como evidencia outra contradição do sistema ‘escravocrata-capitalista’ de produção: *na economia capitalista o capital variável é circulante, enquanto, na economia ‘capitalista’ à base de mão-de-obra escrava, o ‘capital variável’ é ‘fixo’* (grifo nosso). É evidente que as próprias categorias que permitem a descrição e a explicação da economia capitalista aparecem contraditórias, às vezes nos termos, quando aplicadas à economia escravista. Isto revela, mais uma vez, a inviabilidade, em termos capitalistas, da organização escrava do trabalho” (CARDOSO, 2003: 226). Partilhamos da leitura de Cardoso que sugere a identificação entre os capitais fixo e variável materializada na pessoa do escravo. Porém, não concordamos com o autor quando ele trata a questão da escravidão sob o capitalismo como uma espécie de *anomia*. A nosso ver, ele não leva em conta, por exemplo, o pensamento de Luxemburg – que entende a escravidão como produção de capital e acumulação primitiva, que nunca pode ser capitalista, e também como forma válvula escape do sistema capitalista para realização da mais-valia.

⁸³ A soma gasta com os recursos destinados ao pagamento da mão-de-obra é chamada por Marx de “capital variável” – pois tem a capacidade de variar, agregar valor no decorrer do processo de produção, gerando excedente. Já os recursos gastos com os meios de produção e insumos compõem o chamado “capital constante” que, por não ter capacidade de gerar excedente, como o trabalho humano, não têm a magnitude de seu valor alterado durante o processo de produção (MARX, 1984: p.234).

perante a lei. Dessa forma, celebram entre si um contrato de compra e venda de trabalho entre partes que juridicamente se equivalem.

Por outro lado, nas relações escravistas de produção, ocorre o exato oposto. O escravo é, numa palavra, mercadoria. E, como reflexo dessa contingência material, advém a condição de propriedade – que constou formalmente do ordenamento jurídico brasileiro até 1888, quando a Lei Áurea aboliu definitivamente a escravidão. Portanto, existia uma relação de hierarquia e subordinação socialmente legítima e legalmente reconhecida. Ao transformar a própria pessoa do trabalhador escravo em mercadoria, o instituto da escravidão sob o modo capitalista de produção também engendra a criação de um *mercado* de escravos. Como bem define Marx, “o preço pago pelo escravo nada mais é que a mais-valia antecipada e capitalizada, ou seja, o lucro que se pretende extrair dele” (MARX, 1984: 926). Por essa razão, numa economia de fato escravista, também é essencial perceber a figura do *vendedor* de escravos, que recebe de forma antecipada⁸⁴ a renda que o escravo pode vir a produzir no futuro, como observa Martins:

“Já sob trabalho escravo, além do tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador, é preciso antecipar uma parte do seu trabalho excedente para pagar ao traficante seu uso, a sua exploração como produtor de valor. Mas, do mesmo modo que na renda territorial capitalizada, o proprietário espera extrair do seu escravo um rendimento econômico que é medido pelo lucro médio, que deve ao menos equivaler ao rendimento que seu dinheiro lhe daria se fosse aplicado em outro negócio. A exploração do escravo no processo produtivo já está, pois, precedida de parâmetro e relações comerciais que a determinam. Essa exploração não abrange apenas o lucro médio, mas também a conversão do capital em renda capitalizada, a parcela do excedente que o escravo pode produzir e que é antecipadamente paga ao mercador de escravos.” (MARTINS, 1986: 16).

⁸⁴ À primeira vista, a compra de um escravo, assim como a compra de um pedaço de terra, representa uma irracionalidade no âmbito do modo capitalista de produção porque engessa o capital que poderia ser aplicado diretamente no processo produtivo, a fim de gerar mais-valia. Em outras palavras: em vez de aplicar recursos no processo produtivo – adquirindo os meios de produção que serão utilizados pelo trabalho humano que vai, então, gerar mais-valia –, o capitalista acaba engessando seu capital com a compra do escravo, apenas para ter o direito de extrair futuramente a mais-valia do trabalhador que passa a ser sua propriedade. Essa aparente irracionalidade é resolvida, por exemplo, por Luxemburg – como se verá mais adiante. Daí deriva também a ideia de capitalismo brasileira de tipo rentista, desenvolvida por Oliveira, a partir de Martins.

Durante os períodos colonial e imperial, comprar um negro africano representava um investimento considerável, não só pelo montante necessário à aquisição em si, mas pelos recursos necessários à sua manutenção. O próprio patrimônio de um fazendeiro poderia ser mensurado pelo número de escravos que possuía. Além disso, o escravo era um bem escasso – necessariamente, um negro cativo oriundo da África. Portanto, havia um componente étnico de suma relevância nesse processo. Por outro lado, o vasto estoque de trabalhadores que hoje compõem o exército de reserva de mão-de-obra do modo capitalista de produção torna os peões *descartáveis*. Portanto, se no período colonial e imperial o escravo era visto como investimento e patrimônio, no Brasil contemporâneo o chamado “trabalho escravo” representa uma forma exacerbada que o capital encontrou para cortar custos com o pagamento de salários – o capital variável. Em geral, os casos reportados pela mídia e analisados pelo poder judiciário estão mais para variação extrema do trabalho assalariado precarizado, exploração da mais-valia absoluta até o limite da sobrevivência do trabalhador, do que para escravidão de fato.

À primeira vista, pelo que foi exposto até o presente momento, não seria possível então chamar de escravidão *stricto sensu* as relações de trabalho coercitivas que ainda se verificam no campo brasileiro. Mas, se por um lado existem essas diferenças substanciais entre a escravidão colonial/imperial e o chamado “trabalho escravo” dos dias de hoje (a não transformação da pessoa do trabalhador em mercadoria, a ausência de um mercado de escravos e a inexistência de leis que garantam a propriedade sobre um indivíduo, dentre outras), também não se pode desprezar o dado real de que ainda existem situações em que, na prática, o empregador dispõe não só do trabalho, mas também do corpo do seu empregado como se ele fosse *de fato* um escravo, uma mercadoria. Ainda há casos de “gatos” que chegam até mesmo a “comprar a liberdade”⁸⁵ dos trabalhadores ao assumirem o pagamento de dívidas dos chamados “peões de trecho” (FIGUEIRA, 2004). Em alguns casos, o agenciador de mão-de-obra quita o débito dos trabalhadores nas pensões “peoneiras”, estabelecendo assim um acordo pelo qual o trabalhador se

⁸⁵ Alguns relatos desse tipo foram coletados pelo autor por meio de conversas e palestras proferidas por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que já encontraram nos cadernos em que os gatos anotavam os gastos dos trabalhadores a seguinte expressão: “compra da liberdade”. Figueira também relata o caso de um gato que quitou a fiança de um peão que havia sido preso pela polícia. Ou seja, literalmente, pagou pela sua liberdade (2004: 135).

compromete a devolver aquela espécie de adiantamento. Essa “compra de liberdade” não chega a constituir um *mercado* formal de peões – aliás, nem mesmo informal, ao contrário do que se verifica no tráfico internacional de mulheres que alimenta redes de prostituição⁸⁶. Mas pode fazer com que o empregador ou o agenciador de mão-de-obra se sintam no direito de dispor da vida do peão como bem entenderem. Por essa razão, de acordo com Sakamoto:

“Pode-se afirmar que no caso do trabalho escravo (...) a questão decisiva (a propriedade de um ser humano que leva ao cerceamento de liberdade) não está mais presente. Porém, esse elemento é emulado por meio de uma série de condições violentas e/ou fraudulentas e, na prática, se não há um endosso legal para o proprietário, ele de fato exerce poder de propriedade, ou seja, controle total, sobre a mão-de-obra enquanto lhe interessar aquela força de trabalho” (SAKAMOTO, 2007: 31).

Certamente, os casos de extrema violência e de pleno cerceamento de liberdade representam minoria no universo de relações de trabalho que *atualmente* são analisadas como exemplos de práticas de “análogas a trabalho escravo” pelo poder judiciário no sul do Pará, por exemplo⁸⁷. Mesmo que recebam uma quantia bem abaixo do salário mínimo estipulado por lei, é bem provável que na maior parte das vezes os peões se submetam a condições de trabalho precárias, mas que ao final da empreitada consigam uma parca remuneração que os possibilitará sobreviver (mesmo que de forma sofrível) até

⁸⁶ Mas os casos de tráfico de pessoas não se restringem à prostituição. Luís Fabiano de Assis (2008) cita um relatório da OIT publicado em 2001, intitulado “Não ao trabalho forçado”, que relata o caso de trabalhadores haitianos enviados à República Dominicana. “Trabalhadores domésticos, operários de fábrica e, sobretudo, os que trabalham no setor informal, podem tornar-se vítimas desse fenômeno (ASSIS, 2008: 43)”.

⁸⁷ É o que se verifica, por exemplo, na entrevista feita com o juiz Carlos Haddad, titular da Justiça Federal de Marabá que já analisou dezenas de processos sobre trabalho em condição “análoga à de escravo”, como prevê o artigo 149 do Código Penal. Como se verá mais adiante, o magistrado ressalta que a caracterização do “trabalho escravo” nos dias de hoje, no entendimento do poder judiciário brasileiro, remete mais a condições precárias e degradantes do que a expedientes como a fabricação de dívida ou a utilização de violência ostensiva, por parte dos empregadores. Segundo o magistrado: “a dívida não é nem tanto a pior parte. Pelo sistema de empreitada que eles [*os peões*] fazem, normalmente eles recebem no final do trabalho. Às vezes, dura 45 dias. Então, não recebeu no prazo de 30 dias. A dívida nem era o maior problema. O mais grave era a falta de propiciar condições dignas de trabalho.”

encontrarem um novo serviço⁸⁸. Por essa razão, é necessário ficar bastante atento ao que Martins (1999) chama de “ciladas da interpretação”: a confusão feita por aqueles que, no afã de denunciar situações de extrema degradação, acabam misturando (até intencionalmente) os conceitos de escravidão e de “superexploração” do trabalho. Não estamos, de forma alguma, desprezando o significado político que o significante “trabalho escravo” assumiu nos dias de hoje como bandeira (necessária, diga-se de passagem) na luta que sindicatos, movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil – e até mesmo órgãos do aparato estatal, como o MTE e o MPT – vêm encampando no sentido de melhorar as condições de trabalho no meio rural brasileiro. Também não queremos dizer, de forma alguma, que a “superexploração” do trabalho é preferível ou talvez menos cruel do que a escravidão. Obviamente, para aqueles que realmente desejam a superação do capital e do sistema produtor de mais-valia, ambas as situações são deploráveis. Porém, é preciso distingui-las no panorama geral das relações de trabalho, sob pena de não tratá-las com a devida precisão científica.

Apesar de todas as ressalvas expostas até agora, não se pode afirmar que a escravidão tenha sido completamente extirpada do seio das relações de trabalho no campo brasileiro – ou que atualmente só existam exemplos de “superexploração”. Tampouco sustentamos a ideia de que a escravidão seja incompatível com o modo capitalista de produção. Muito pelo contrário. Até mesmo Martins, que faz o importante alerta para as tais ciladas da confusão conceitual, também reconhece a possibilidade de existirem situações que nos dias de hoje podem, sim, ser enquadradas na categoria de escravidão. E até critica aqueles que não vislumbram essa possibilidade:

“Alguns acadêmicos têm notória e compreensível dificuldade para dar a essa relação de trabalho o nome que lhe é mais apropriado: *escravidão*. Ainda que se trate, claramente, de uma relação de sujeição, que vai ao ponto de fazer o patrão supor que tem um direito absoluto ao corpo do trabalhador, além do próprio trabalho, como se vê quando este é submetido à humilhação, à tortura, ao castigo e até à morte. Essa dificuldade decorre, no meu modo de ver, de opções teóricas inadequadas ao tratamento do tema. De um lado, de uma concepção liberal e

⁸⁸ “Além de casos de notória mercantilização da pessoa, há casos em que o mecanismo do endividamento não impede que o peão, ao final do período de trabalho, disponha de um pequeno saldo em dinheiro. Essa é, provavelmente, a ocorrência mais comum” (MARTINS, 1995: 14).

típico-ideal de capitalismo, que os impede de aceitar que o capital possa gerar outra forma de exploração do trabalho que não seja formalmente contratual e livre. De outro lado, porque seu quadro teórico é, explícita ou disfarçadamente, marxista-estruturalista, de inspiração althusseriana e, portanto, de fundo positivista. Nessa linha de interpretação, só há lugar para relações sociais de uma temporalidade, a do tempo linear. A complexidade histórica das relações sociais na sociedade contemporânea é diluída (e desfigurada) em estruturas particulares de temporalidade única, artificialmente ligadas entre si pela concepção de *articulação de modos de produção*. Os ‘desvios’, nessa orientação híbrida, aparecem como tipos dotados de vida e historicidade próprias. É o que se vê na esdrúxula distinção dualista entre “capitalismo burguês” e “capitalismo autoritário”, como se fosse possível um outro capitalismo que não o burguês e como se o capitalismo autoritário não fosse ele mesmo o capitalismo burguês. São justamente os seguidores dessa orientação que não conseguem compreender que as contradições engendradas pelo capital, em seu processo de reprodução ampliada, incluem formas sociais e mediações formais, como é o caso da *escravidão por dívida*, diversas de outras manifestações formais, como a do trabalho livre. Nesse caso, referem-se imprópria e eufemisticamente à peonagem como “repressão da força de trabalho” ou como “imobilização da força de trabalho”. Na verdade, estão em face do que ficaria melhor definido como *trabalho sob coação*. Ou seja, são *formas coercitivas extremadas de exploração do trabalhador*, produzidas em momentos e circunstâncias particulares da reprodução do capital. Trata-se, como mostro, de *escravidão temporária*, no âmbito do próprio processo do capital, que, obviamente, não pode ser reduzida ao equívoco de um modo de produção” (MARTINS, 1995: 20)”

Em nosso entendimento, a definição contida na passagem acima – “escravidão temporária” – caracteriza de maneira bastante precisa as modalidades mais perversas de trabalho sob coação que ainda se verificam nos dias de hoje. Mas há ainda autores que chamam esse fenômeno de “peonagem”. Essa é a noção utilizada por Oliveira para definir o mecanismo de sujeição dos peões, como se pode verificar logo na introdução desta dissertação de mestrado⁸⁹. Ela remete a um dos regimes de exploração do trabalho indígena durante o período colonial na América Espanhola e tem como elemento central a

⁸⁹ A discussão sobre a prática da “peonagem” na obra de Oliveira também pode ser vista em “A fronteira amazônica norte-matogrossense: grilagem, corrupção e violência”.

imposição de uma dívida ao empregado por parte do empregador⁹⁰. É o que se percebe na obra do próprio Marx⁹¹, que entende a “peonagem” como uma forma de ocultar uma relação que, na realidade, consiste em escravidão. Por sua vez, Esterci chama atenção para os componentes violentos de sujeição que conferem à “peonagem” características escravistas, criticando aqueles que enxergam nesse tipo de relação de trabalho tão somente o aprofundamento do processo de proletarianização do trabalhador rural da zona de alargamento da fronteira agrícola amazônica:

“A literatura sociológica produzida sobre a Região, referindo-se à peonagem, nem sempre atribuiu um peso tão significativo às indicações de coerção constantes dos relatos de terceiros ou depoimentos dos próprios trabalhadores acerca de suas condições de trabalho, tendendo a enfatizar muito mais o caráter de proletariado emergente desses novos personagens como ‘assalariados temporários, ... categoria especial de operários no campo’ (Ianni: 1978, página 118). Entretanto, o rótulo de escravismo pelo qual se tem condenado a relação sugere que estejamos atentos aos mecanismos de coerção sobre os quais repousa esta forma de subordinação do trabalho porque eles podem ser indicadores de alguma particularidade desta relação. (...) Neste sentido, a *dívida* adquire uma relevância singular porque através do endividamento se justifica o cerco aos trabalhadores e se configuram como “fugas” suas tentativas de deixar as áreas de serviço (ESTERCI, 1987: 139-140)”.

Esse é também o instrumento central de dominação no conceito de “escravidão por dívida”, assumido por Figueira. Em seu estudo (2004), fruto de duas décadas de

⁹⁰ Durante algum tempo, existiu uma previsão legal para o endividamento dos indígenas que trabalhavam nas *haciendas*. Mas esse endividamento tinha limite e não impedia que os trabalhadores mudassem para outros locais, caso recebessem uma oferta mais vantajosa. Citando alguns documentos da época, Gibson afirma que: “O informe fala da grande escassez de trabalhadores de *hacienda*, escassez que contribuiu para aumentar a quantidade de dívidas de *peonage*. **Era impossível, afirmava o autor, encontrar índios que trabalhassem com uma dívida de apenas cinco pesos, então o limite legal** (grifo nosso). Por ‘costume antigo’, os índios solicitavam antecipações de quarenta a oitenta pesos, o índio desertava e se mudava para outra *hacienda* onde as condições fossem mais atrativas” (GIBSON, in BELLOTTO e CORRÊA, 1979: 47). Em suma, a peonagem surgiu como forma de reter os trabalhadores indígenas por meio de dívidas ilimitadas que eram proibidas anteriormente.

⁹¹ “Em diversos países, notadamente no México (antes da Guerra Civil americana também nos territórios arrancados ao México e, até a revolução de Kusa, nas províncias danubianas) a escravatura se oculta sob a forma de peonagem. Por meio de adiantamento resgatáveis em trabalho e transmitindo-se a obrigação de resgate de geração em geração, torna-se não só o trabalhador individual mas também sua família propriedade, de fato, de outras pessoas e das respectivas famílias” (MARX, 1984: 188).

experiência como missionário católico na Amazônia brasileira, principalmente no sudeste do Pará, ele relata diversas histórias de trabalhadores aliciados para fazendas da região através de promessas que nunca se concretizavam. De acordo com Figueira, para impedir que os peões deixassem seus postos, os empregadores ou prepostos lançam mão do artifício da dívida artificialmente e ilegalmente fabricada, da qual os trabalhadores dificilmente conseguem se desvencilhar:

“Para realizar o trabalho, o fazendeiro em geral alicia, diretamente ou através de terceiros, pessoas de outros municípios ou mesmo de fora do estado. Uma vez transportados até os imóveis, os recrutados são informados de que só poderão sair após pagar o “abono” recebido no ato do recrutamento e os gastos com o transporte, a hospedagem e a alimentação efetuados no transcurso da viagem. A dívida aumenta, pois eles devem adquirir sua alimentação e os instrumentos de trabalho de uma cantina na própria fazenda, onde os preços são incompatíveis com a remuneração prevista.” (FIGUEIRA, 2004: ps. 34-35)

Resumidamente, essa seria – na opinião de Figueira – a dinâmica básica que prende os peões ao trabalho. Porém, a ideia de “escravidão por dívida” não abarca *necessariamente* todos os vetores de dominação que caracterizam uma relação de trabalho escravista, nos dias de hoje, ainda que a imposição da dívida constitua o expediente mais comum. Na verdade, o que está em jogo não é apenas a questão da dívida, mas uma série de outros componentes que também contribuem decisivamente para a sujeição do trabalhador. O isolamento geográfico pode ser um desses itens. Algumas fazendas, principalmente nas regiões de fronteira, estão encravadas no meio da floresta, a dezenas ou até mesmo centenas de quilômetros de qualquer povoado. Sem dúvida, a distância e a sensação de incomunicabilidade fragilizam o trabalhador e o compelem a continuar sua tarefa, na expectativa de um dia receber o salário e, enfim, continuar sua sina de procurar serviço. Há ainda casos em que o trabalhador é obrigado a trabalhar por conta do atraso no pagamento de salários ou da retenção de documentos. Existem até mesmo exemplos de coação extrema, com aplicação de castigos físicos e

humilhações⁹². Por todas essas razões, um peão inicialmente contratado de acordo com o que reza a lei, mas que passasse subitamente a ser coagido ao trabalho sob a ameaça de perder a própria vida, não poderia ser enquadrado de maneira cabal na categoria de escravo por endividamento! Não estamos insinuando de forma alguma que Figueira passa ao largo dessas observações. Ao contrário, elas são minuciosamente exploradas em sua pesquisa, que se concentra detidamente inclusive na esfera simbólica da dominação que sujeita os peões⁹³. Porém, em nossa opinião, a noção de “escravidão temporária” transmite com mais propriedade o cerne desse fenômeno: trata-se de uma relação de curta duração, de espaço de tempo determinado pela vontade do empregador, que define como e quando o empregado pode deixar o trabalho. *Em outras palavras, o conceito de “escravidão temporária” dá a devida ênfase ao tempo em que o empregador se julga no direito de controlar a vida e o corpo do seu empregado, e não apenas a sua força de trabalho.* Impor uma dívida ou utilizar a coação física são estratégias para atingir o mesmo objetivo.

Portanto, assumimos a possibilidade de existir escravidão de fato – ainda que temporária – no Brasil contemporâneo. E ela acontece quando os empregadores dispõem da vida dos trabalhadores como se fossem mercadorias descartáveis, que podem ser torturados, mutilados e até assassinados. Todavia, é sempre bom ressaltar, a maior parte das relações que hoje são chamadas de “trabalho escravo” constituem, na realidade, uma variação extrema do trabalho assalariado precarizado. São, antes de tudo, situações que despertam indignação devido ao tratamento dispensado por alguns empregadores aos seus empregados, chegando ao cúmulo de garantir melhores condições de vida aos animais do que aos funcionários. Existe aí uma importante dimensão no debate conceitual sobre a

⁹² O fazendeiro Gilberto Andrade chegou a ser condenado a 14 anos de prisão pela Justiça Federal do Maranhão pelo crime de trabalho escravo, em maio de 2008. Em uma das visitas do GMF a uma de suas fazendas, foi encontrado um trabalhador ferido com ferro quente de marcar gado. (Repórter Brasil. *Fazendeiro que marcou trabalhador a ferro é condenado por escravidão*. 15/05/2008).

⁹³ Nesse sentido, um dos casos mais impressionantes relatados por Figueira – demonstrando o cúmulo a que chegam os requintes de crueldade para imposição do medo sobre os trabalhadores – é o do peão obrigado a fazer sexo oral, como punição pela tentativa de fuga. “Romperam o feitiço do medo diversos dos 150 peões que trabalhavam na fazenda Arizona entre agosto de 1989 e abril de 1990 (...) Mesmos pressionados por ameaças crescentes, empreenderam fugas. Alguns sem sucesso, pois foram capturados e espancados diante do grupo antes de serem mortos. Apesar disso, houve novas tentativas. Finalmente, tentando reinstalar novamente o feitiço do medo, através de uma ação que ofenderia mais profundamente a vítima e apavoraria todo o grupo, o fugitivo capturado foi levado até o local do trabalho e, diante de uns sessenta peões, um dos pistoleiros o submeteu, com uma arma apontada contra a cabeça, ao sexo oral (FIGUEIRA, 2004: 157)”.

existência de escravidão nos dias de hoje no Brasil que não pode se ignorada: a do plano do discurso *político*. É o que aponta Esterci (1994):

“Escravidão tornou-se, pode-se dizer, uma categoria eminentemente política; faz parte de um campo de lutas, e é utilizada para designar toda sorte de trabalho não-livre, de exacerbação da exploração e da desigualdade entre os homens. Muitas vezes, sob a designação de escravidão, o que se vê mais enfaticamente denunciado são maus-tratos, condições de trabalho, de remuneração, de transporte, de alimentação e de alojamento não condizentes com as leis e os costumes.” (ESTERCI, 1994: 44)

Por trás das diferentes noções utilizadas para enquadrar essa realidade de exploração extrema dos trabalhadores, escondem-se também bandeiras ideológicas e interesses de classe que entram em choque. Aos olhos dos representantes dos ruralistas brasileiros, por exemplo, interessa demolir a ideia de que ainda possam existir formas de escravidão⁹⁴. Até porque as implicações negativas são das mais diversas, desde as a) *econômicas*: já que, do ponto-de-vista de negócios, podem ser erguidas barreiras comerciais internacionais, sem falar na quebra de contratos de financiamentos com instituições bancárias⁹⁵; passando pelas b) *morais*: pois, para a sociedade como um todo, trata-se de uma prática imperdoável, chaga inesquecível da história nacional; chegando até as c) *legais*: porque, segundo o Código Penal Brasileiro, “reduzir alguém a condição análoga à de escravo” é crime com pena prevista de dois a oito anos de reclusão. Por outro lado, as entidades de defesa de direitos humanos, principalmente através dos meios de comunicação, jogam com os juízos de valor que o conceito de “escravidão” carrega para pautar a imprensa, comover a opinião pública e cobrar políticas públicas efetivas no sentido de erradicar esse problema. Por isso, a edição do decreto de desapropriação da

⁹⁴ Reportagem do jornal Valor Econômico, em 17 de março de 2011, traz as manifestações de descontentamento do deputado Moreira Mendes (PPS-RO), representante da bancada ruralista e então presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, com relação à legislação trabalhista. “Outra enorme polêmica está concentrada na revisão da legislação trabalhista. ‘Não podemos conviver com uma lei trabalhista de 1945. Quantos itens cada empregador tem que cumprir?’, questiona Mendes. Os ruralistas se queixam da extensa lista de exigências feitas pelo Ministério do Trabalho nas fiscalizações de campo. ‘Hoje, um trabalhador não pode nem comer um prato de comida na sombra de uma mangueira que configura trabalho escravo’.”

⁹⁵ Essa questão será mais bem discutida adiante. Por ora, vale apenas dizer que bancos públicos e privados vêm desenvolvendo políticas internas de corte de crédito a pessoas físicas e jurídicas que constam da chamada “Lista Suja” do trabalho escravo, mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

fazendas Cabaceiras, justificada pelo descumprimento da função social da terra em decorrência da exploração de “trabalho análogo ao de escravo”, é considerada um marco histórico.

“As classificações se fazem de acordo com o contexto, os critérios e as posições dos diversos atores envolvidos ou que se pronunciam em cada caso. É mais provável que entidades de defesa de direitos humanos, representantes de organizações de trabalhadores, trabalhadores e seus advogados concordem entre si quanto à caracterização e ao enquadramento legal de uma situação. É provável também que discordem de representantes de órgãos públicos e empregadores em virtude de suas respectivas posições na cena política” (ESTERCI, 1994: p. 11).

Como não poderia deixar de ser, o movimento pela erradicação das diferentes modalidades de trabalho agrupadas sob o guarda-chuva do conceito de escravidão transcende as fronteiras brasileiras e mobiliza organizações da sociedade em todo o mundo. Esse ativismo, por assim dizer, enseja a construção de um discurso e de um conceito de escravidão que, inegavelmente, desempenha papel relevante no campo das lutas políticas e simbólicas. Contudo, às vezes, acaba por colocar o mesmo rótulo em fenômenos bastante diferentes, com peculiaridades relevantes que devem ser encaradas sob prismas diversos. É o que se percebe, por exemplo, na obra do sociólogo norte-americano Kevin Bales, fundador e presidente da Free The Slaves⁹⁶, uma das mais conhecidas organizações mundiais devotadas ao combate à escravidão.

“Hoje, as características essenciais da escravidão continuam as mesmas de sempre. São as mesmas características que descreviam a escravidão no passado: o controle exercido sobre o escravizado através de violência ou de ameaças, a falta de qualquer tipo de remuneração além da subsistência, e o roubo do trabalho ou outras qualidades do escravizado para fins de ganho econômico. Toda escravidão apresenta esses atributos, apesar de haver exceções, como o ganho de presentes ou o recebimento de uma remuneração que vai além da subsistência. Mas a característica-chave, o coração da escravidão, no entanto, é o controle violento de uma pessoa sobre outra.” (BALES, 2005: 09)

⁹⁶ Criada em 2000 nos Estados Unidos, a “Free The Slaves” é uma organização-irmã da entidade inglesa Anti-Slavery International.

A definição acima transcrita é extremamente vaga e dá margem a uma série de interpretações sobre o significado de escravidão. Seguindo esse raciocínio, por exemplo, o pai desempregado de uma família pobre que coloca um filho para pedir esmola em um semáforo e ameaça bater na criança, caso ela não consiga arrecadar uma quantia mínima, estaria escravizando-a. Apesar de essa situação ser condenável sob qualquer ponto-de-vista, ela não pode ser considerada, sob hipótese alguma, escravidão⁹⁷. Por sinal, como escreve o próprio autor, a própria definição acima contém “exceções” que a estremecem. Afinal, o escravo pode ou não pode receber uma remuneração que exceda o montante necessário à satisfação das suas necessidades mais básicas?

Bales chama de “escravidão por contrato de curta duração” o que acontece em algumas partes do meio rural brasileiro, ao mesmo tempo em que fala de “tráfico de pessoas” no Leste Europeu e de “servidão por dívida”⁹⁸ no sul da Ásia (BALES, 2005). Ao misturar tantas situações distintas, ele está na verdade se insurgindo contra condições de trabalho precárias e violentas, as quais o autor tacha de escravidão.

“Não importa quantas leis foram feitas contra ela, a escravidão de fato nunca terminou. Ao longo da história, escravidão significou exercer total controle sobre uma pessoa e explorar seu trabalho. A essência da escravidão não é a propriedade legal e nem o negócio de vender pessoas; a essência da escravidão é controlar pessoas através da violência e usá-las para ganhar dinheiro. Antes de as leis darem a uma pessoa o direito de propriedade sobre outra, mesmo antes da invenção do dinheiro como meio de troca, a escravidão era parte da humanidade. Hoje, as leis que permitem a escravidão foram extintas, mas pessoas ao redor do mundo ainda são constrangidas, violentadas e reduzidas à escravidão através da

⁹⁷ Como se verá adiante, uma situação como essa até poderia ser enquadrada na categoria de “trabalho forçado”, como propõe a OIT. É esse o entendimento de Luís Fabiano Assis, procurador do MPT e mestre em direito do Trabalho pela USP. “Ademais, não é necessário que se reconheça a natureza econômica de certa atividade para que, em seu contexto, identifique-se o trabalho forçado. Ilustrativamente, uma criança ou adulto que, sob coação, exerce a mendicância, será considerado como vítima daquela prática” (ASSIS, 2009: 36).

⁹⁸ Aliás, aqui cabe uma comparação com o conceito de “escravidão por dívida” assumido por Figueira(2004): a servidão por dívida, no caso asiático, tem desdobramentos sociais que vão além da pessoa de um trabalhador específico. A dívida pode ser repassada ao longo de gerações, de pai para filho, e pode ser transferida até mesmo para um povoado inteiro, que fica sob domínio de um grande proprietário de terras. Por essa razão, reforça-se o argumento de que o termo “escravidão por dívida” não é o mais apropriado para designar as relações de trabalho que no Brasil são tidas como escravistas.

violência. Sua liberdade é suprimida. Seu trabalho, suas mentes e suas vidas são consumidas pela ganância de outro. Escravidão, em sua essência, tem apenas três elementos: controle a partir da violência, exploração econômica e a perda da liberdade. Escravidão não tem a ver com raça, cor ou propriedade. Qualquer um desses fatores pode ser usado para justificar a escravidão, mas não são essenciais para sua existência.” (BALES, 2007: 10-11)

Mais uma vez, se levarmos esse raciocínio às últimas consequências, qualquer relação de trabalho capitalista baseada em alta lucratividade para o empregador e em miséria absoluta para o empregado pode ser considerada escravidão. Os limites utilizados por Bales para descrever uma situação de escravidão resvalam em uma subjetividade extrema e beiram o clichê. Não à toa, o senso comum reza que as indústrias chinesas escravizam seus trabalhadores. Não há dúvidas de que alguns operários da principal potência asiática sofrem com “superexploração” e que, não raro, são vítimas até do controle violento por parte de seus empregadores⁹⁹. O problema é que, no fundo, toda relação de trabalho sob o modo capitalista de produção – em maior ou menor grau – baseia-se na dinâmica de extração predatória de mais-valia. Aliás, Bales não está defendendo a superação do sistema produtor de mais-valia, mas propondo uma simples adaptação da exploração do trabalho humano a uma realidade menos “violenta”, por assim dizer. O desafio que ele coloca, portanto, não é o de ir além da dicotomia capital/trabalho, mas apenas eliminar as formas aviltantes de exploração e possibilitar que os ex-escravos possam achar trabalho digno – e assalariado! No fundo, Bales sugere que os fenômenos entendidos por ele como escravidão consistem em uma simples falha do sistema que pode ser corrigida do dia para noite, a um custo absolutamente baixo. No caso dos países subdesenvolvidos, então, ele acredita que a persistência das formas escravistas deriva de uma “falta de capitalismo”, como se o avanço das forças capitalistas fosse capaz de erradicar o trabalho precário. Em suma, não percebe que a própria

⁹⁹ É o que se percebe, por exemplo, no vídeodocumentário “China Blue” (2005), dirigido por Micha X. Peled. O filme narra a história de uma jovem chinesa que deixa a casa dos pais, no meio rural, para trabalhar em uma fábrica de jeans na cidade. A indústria exporta a maior parte da sua produção para os Estados Unidos e para a Europa. O cotidiano de trabalho é extremamente degradante: os funcionários vivem amontoados em alojamentos precários e o pouco dinheiro que recebem mal banca suas necessidades básicas. Além disso, estão sujeitos a pressão psicológica para dar conta do alucinado ritmo de produção.

dinâmica de espacialização do capital conduz a essa situação, como se percebe na seguinte passagem:

“Nenhuma indústria ou empresa, nenhum partido político, nenhum Estado, país ou cultura depende da escravidão. Nenhum governo ou negócio entraria em colapso se a escravidão acabasse hoje. O custo da erradicação da escravidão é só uma fração do montante que os escravos libertados vão injetar na economia global. Para nós dos países mais “saudáveis” do mundo, o custo da erradicação da escravidão seria tão pequeno que sequer perceberíamos – moedas aqui e ali, centavos de nossos bolsos.” (BALES, 2007: 04)

2.2.2. O ordenamento jurídico brasileiro e internacional

É importante trazer à tona o que se entende por escravidão do ponto de vista do marco legal, tanto nacional como internacional. As definições são essenciais para compreender a construção do discurso político e do aparato estatal que vem sendo arquitetado – principalmente no Brasil – para erradicar essa prática. O debate conceitual teve início já nas primeiras décadas do século XX. Em 1926, a Sociedade das Nações (organização que precedeu a ONU) lançou uma Convenção que determinava a escravidão como “o estado ou a condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade”¹⁰⁰. Em 1948, foi a vez da Declaração Universal dos Direitos Humanos tocar no assunto¹⁰¹. Oito anos mais tarde, por meio de uma Convenção Suplementar, a ONU deu ênfase à questão da servidão por dívidas como prática análoga à escravidão¹⁰².

¹⁰⁰ “Artigo 1º

Para os fins da Presente Convenção, fica entendido que:

1º A escravidão é o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade;

2º O tráfico de escravos compreende todo ato de captura, aquisição ou sessão (*sic*) de um indivíduo com o propósito de escravizá-lo; todo ato de aquisição de um escravo com o propósito de vendê-lo ou trocá-lo; todo ato de cessão, por meio de venda ou troca, de um escravo adquirido para ser vendido ou trocado; assim como em geral todo ato de comércio ou de transportes de escravos”. Disponível em www.mp.pe.gov.br/.../CONVENO_SOBRE_A_ESCRAVATURA_ASSINADA_EM_GENEBRA.doc.

Consultado em 24 de março de 2011.

¹⁰¹ Em seu artigo IV, a Declaração afirma que “ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas” (ALVES, 2009: 24).

¹⁰² De acordo com a Convenção Suplementar Relativa à Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e de Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, de 1956, a servidão por dívidas é “o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus

Além de ter se comprometido oficialmente a fazer valer as diretrizes desses documentos, regulamentando-os por meio de decretos, o Estado brasileiro também é signatário das convenções de número 29 e de número 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A primeira data de 1930 e dispõe sobre a eliminação de todas as formas de “trabalho forçado ou obrigatório”, definido da seguinte maneira: “todo ou qualquer trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça de sanção e para o qual ela não tiver se oferecido espontaneamente”. Abrem-se algumas exceções, no entanto, como o serviço militar obrigatório, o trabalho compulsório em penitenciárias (desde que determinado previamente por condenação do poder judiciário estabelecido) ou as tarefas necessárias em caso de emergência ou calamidade pública¹⁰³. Já a segunda convenção é de 1957 e prevê a abolição de formas de trabalho que sejam utilizadas como punição por participação em greves ou por expressão de posicionamento político, como medida de discriminação de qualquer natureza, e como “método de mobilização e utilização de mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico”.

Nitidamente, as convenções da OIT não se detêm apenas na definição e na proibição de relações de trabalho de cunho “escravista”. O escopo das situações condenadas pela organização é sensivelmente mais *amplo* e envolve uma série de componentes – políticos, culturais e econômicos – que ficam mais bem delineados pela categoria de “trabalho forçado”. A evolução desse conceito também fez com que mesmo as exceções previstas nas primeiras convenções internacionais, como o trabalho obrigatório em penitenciárias, acabassem sendo repudiadas pelas legislações específicas de determinados países – como o Brasil, por exemplo¹⁰⁴. Atualmente, a principal bandeira da OIT é a defesa do chamado “trabalho decente”, como explica Alves:

“A partir de 1998, a OIT passou a desenvolver o conceito de trabalho decente, quando da aprovação do documento intitulado Declaração Relativa aos

serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação da dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida” Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OIT-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Internacional-do-Trabalho/convencao-suplementar-sobre-abolicao-da-escravatura-do-trafico-de-escravos-e-das-instituicoes-e-praticas-analogas-a-escravatura-1956.html>.

Consultado em 24 de março de 2011.

¹⁰³ Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_29.pdf, consultado em 24 de março de 2011.

¹⁰⁴ Vale lembrar, no entanto, que o serviço militar no Brasil não é facultativo!

Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, segundo a qual os Estados-membros se comprometeriam a eliminar todas as formas de trabalho forçado, a abolir o trabalho infantil, a eliminar a discriminação no emprego e ocupação, bem como atender às exigências da própria OIT, no que diz respeito à liberdade sindical. Além disso, na 87ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho foi aprovada uma proposta prioritária da OIT pela busca do trabalho decente.

(...)

A OIT define o trabalho decente como aquele que promove oportunidades para os homens e mulheres de obter um trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade humana (ALVES, 2009: 16)".

No Brasil, a referência à categoria de “escravidão” no ordenamento jurídico nacional já tem algumas décadas. O Código Penal (CPB) prevê, no seu artigo 149, o crime de “redução a condição análoga à de escravo” desde 1940¹⁰⁵. O qualificativo “análogo” deriva justamente do fato de a escravidão ter sido legalmente abolida em 1888, com a Lei Áurea. Logo, do ponto de vista da doutrina do Direito, o que ocorre desde então são apenas práticas “similares”, “semelhantes” ou “equivalentes”. Porém, quando esse tipo penal foi introduzido no corpo do CPB, sua redação era bastante sucinta e pouco detalhada¹⁰⁶. “Os juízes não o aplicavam porque entendiam ser insuficiente, embora pudessem se remeter a convenções internacionais que definem como forma contemporânea de escravidão a servidão por dívida. Por isso, concluiu-se que esse artigo devia conter uma descrição de condutas para que os juízes passassem a aplicá-lo” (CASTILHO, 2008: 181). Como resultado do incremento das ações do Estado brasileiro de combate a esse problema e do aumento de interesse pelo assunto por parte não só dos profissionais ligados ao meio jurídico, mas da sociedade civil como um todo, foi proposta uma nova redação com uma série de especificações pela Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, cujo texto vigora até os dias de hoje:

Redução a condição análoga à de escravo

Art. 149 – Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições

¹⁰⁵ Decreto-lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940

¹⁰⁶ Na verdade, a descrição do tipo penal correspondia à sua própria nomenclatura: “reduzir alguém à condição análoga à de escravo”, sem qualquer tipo de caracterização.

degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além de pena correspondente à violência.

§ 1º - Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º - A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem¹⁰⁷.

Outro artigo do CPB que incide diretamente sobre a questão do “trabalho análogo ao de escravo” é o que trata do “aliciamento de trabalhadores”. Para a realidade brasileira, é um dos instrumentos legais mais importantes, já que a promessa de salários recompensadores e a fabricação de dívidas ilegais por meio do desconto de itens como transporte – o mecanismo típico apontado por Figueira (2004) e Oliveira (1993) – constitui uma das formas mais comuns de restringir a liberdade dos peões¹⁰⁸.

Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional

Art. 207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena - detenção, de dois meses a um ano, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.

Pena - detenção de um a três anos, e multa.

¹⁰⁷ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del2848.htm>. Consultado em 24 de março de 2011.

¹⁰⁸ “Há norma administrativa do Ministério do Trabalho e Emprego, a Instrução Normativa n.65, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), que estabelece uma série de obrigações a serem observadas, para que se faça de maneira regular a contratação de trabalhadores rurais e seu deslocamento pelo território nacional, tais como certidão liberatória emitida por este Ministério, registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social, realização de exames médicos e formalização dos contratos por escrito, disciplinado a duração do contrato, o salário, as condições de alojamento, alimentação e de retorno à localidade de origem (ALVES, 2009: 45).”

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental¹⁰⁹.

Nesse ponto, é preciso fazer algumas considerações importantes sobre o ordenamento jurídico brasileiro – principalmente sobre o artigo 149. Um exame pouco rigoroso desse tipo penal mostra que sua redação é bastante ampla e genérica. A rigor, para que se caracterize uma situação “análoga à de escravo”, não é necessário que se verifiquem *todas* as situações previstas pelo CPB, como jornada exaustiva, condição degradante ou cerceamento de liberdade. Ao pé da letra, basta que um desses problemas salte aos olhos para configurar o trabalho “análogo ao de escravo”. Por outro lado, apesar dessa aparente pluralidade de interpretações, a aplicação da lei também está sujeita – antes de tudo – ao bom senso. Assim, ninguém ousaria considerar como escravo o bem remunerado executivo que trabalha 16 horas por dia em um banco ou em uma empresa multinacional. Tampouco seria assim chamado o empregado formalmente registrado que passa o dia em ambiente insalubre – até porque existe previsão legal para o recebimento de adicionais ao salário, em casos dessa natureza.

Mas é fato que, no meio jurídico, ainda há discrepâncias de entendimento. Existem aqueles que enxergam o trabalho “análogo ao de escravo” como o que ofende, em primeiro lugar, a dignidade humana¹¹⁰. Nesse sentido, estão mais próximos da noção política que o conceito de escravidão ganhou nos dias de hoje (ESTERCI, 1994). Ou seja, “trabalho escravo” é aquele que não se enquadra nos padrões mínimos e aceitáveis não só pela legislação trabalhista, mas também pelos valores incutidos no inconsciente coletivo

¹⁰⁹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del2848.htm>. Consultado em 24 de março de 2011.

¹¹⁰ Citando Ela Wiecko de Castilho, Sub-Procuradora Geral da República, Figueira afirma o seguinte. “Como o conceito de escravidão, sob o ângulo jurídico, assim como as interpretações formais e conservadoras do direito estão atreladas unicamente ao critério de liberdade formal, para Castilho, era preciso incluir na conceituação dos crimes as práticas que iam contra a dignidade da pessoa. Não se trata mais de proteger a liberdade individual, mas a dignidade da pessoa humana. É, sem dúvida, um conceito mais amplo e mais apropriado à efetiva repressão das formas contemporâneas de escravidão (FIGUEIRA, 2004: 45)”.

de uma determinada sociedade. Todavia, essa visão entra em choque com a definição apregoadada, por exemplo, pela ex-coordenadora da “Campanha contra o Trabalho Escravo” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil¹¹¹, que enxerga na restrição de liberdade o componente essencial para caracterização da “escravidão” nos dias de hoje. Logicamente, não se trata da restrição de liberdade por direito de propriedade, mas por outras formas não menos engenhosas:

“toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro é a liberdade”.

Quando falamos em trabalho escravo, falamos de um crime que cerceia a liberdade dos trabalhadores. No Brasil, essa falta de liberdade ocorre por meio de quatro fatores: apreensão de documentos; presença de guardas armados e “gatos” de comportamento ameaçador; dívidas ilegalmente impostas, e características geográficas do local que impedem a fuga.” (AUDI, 2008: 47)

Como já exposto parágrafos atrás, não é da alçada desta pesquisa de mestrado navegar pelos meandros das discussões jurídicas técnicas. Porém, não se pode deixar de reconhecer que a definição do que se entende por “condição análoga à de escravo” é realmente controversa no âmbito judicial¹¹². Afinal, se a lei abre a brecha para que qualquer condição degradante – com toda a subjetividade que esse termo implica – possa ser considerada “condição análoga à de escravo”, então, dá-se privilégio à utilização do conceito de “trabalho escravo” como bandeira *política*. Na opinião do juiz federal Carlos Haddad¹¹³, que atua na Vara Federal de Marabá, por exemplo, a redação do artigo 149

¹¹¹ Patrícia Audi foi coordenadora da “Campanha contra o Trabalho Escravo” da OIT no Brasil entre os anos de 2003 e 2007.

¹¹² Em novembro de 2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a competência para o julgamento dos crimes de trabalho escravo compete à Justiça Federal, e não à Justiça Estadual – também chamada de Justiça Comum. A decisão contemplou antiga reivindicação dos movimentos sociais e das entidades de defesa dos direitos humanos, que entendiam que a Justiça Estadual fosse mais sensível às pressões locais exercidas pelos latifundiários que se valiam da “*peonagem*”, provocando impunidade. Do ponto-de-vista técnico, atendeu também à interpretação do Ministério Público Federal de que o crime previsto no artigo 149 corresponde, na verdade, a um crime contra a organização do Trabalho como um todo, o que pela Constituição deve ser apreciado pela Justiça Federal. “As condutas que ocorrem no Pará, no Tocantins, no Maranhão, enfim, em todo o Brasil, e que configuram servidão por dívida, violam a organização geral do trabalho, ou seja, os princípios básicos que direcionam as relações de trabalho no País, tais como definidas na Constituição” (CASTILHO, 2008: 178).

¹¹³ Em março de 2009, ao analisar 32 casos de trabalho escravo no Pará de uma só vez, o juiz federal Carlos Haddad condenou 24 réus pelo crime previsto no artigo 149 do Código Penal.

“é extremamente ambígua, ampla. São conceitos indetermináveis, que dão para o juiz uma margem de descrição muito ampla. Mas foi uma opção feita. Quando se alterou a redação do tipo penal, foi para dar essa margem ao juiz, porque anteriormente era muito limitado. Era “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”. E, normalmente, a interpretação era restrita à situação de escravo mesmo, açoitado, acorrentado a grilhões. Dessa maneira, colocou jornadas exaustivas, condições degradantes. Então, realmente, o magistrado tem uma ampla gama de atuação”.

2.3. As relações escravistas de trabalho no Brasil contemporâneo

A existência de formas extremadas de exploração do trabalho e de potencialização da mais-valia absoluta, em que na prática os trabalhadores se vêem presos ao serviço, perpassa a história do Brasil e, principalmente, da Amazônia desde a virada do século XIX para o XX. Em outras palavras, a transição de uma economia baseada em relações de produção escravistas para um sistema assentado no trabalho livre e assalariado não foi de forma alguma *imediata* e, muito menos, *pacífica*. Em alguns casos, as práticas de retenção da mão-de-obra ao trabalho estavam inclusive previstas em lei¹¹⁴. Um dos exemplos mais notáveis foi o “sistema de aviamento”, empregado durante o período em que a extração da borracha das seringueiras nativas, cuja produção voltava-se essencialmente à exportação para a Europa e para os Estados Unidos, respondia por parte expressiva da economia da floresta¹¹⁵. A dinâmica do sistema de aviamento – que

¹¹⁴ Um caso bastante expressivo aconteceu em Goiás. Uma lei estadual do final do século XIX previa que o locador de uma terra poderia pagar em trabalho ao locatário o valor do arrendamento que não tivesse sido honrado. “Conforme observa SÉRGIO PAULO MOREYA, o artigo 9º da Lei Estadual n.º 11, de 20 de julho de 1892, dispunha (...) que “findo o termo estipulado [pelo contrato], o locador, ainda que esteja devendo ao locatário, poderá despedir-se, pagando a dívida; não o fazendo, será obrigado a continuar a servir ao locatário por tanto tempo, nunca mais de três anos, quanto seja necessário para pagá-la com duas terças partes do salário estipulado, sendo-lhe entregue mensalmente a outra parte”. Apesar de, aparentemente, estipular um limite temporal à vinculação, acrescentava referida lei, no artigo 11, que no encerramento do documento contrato (*sic*) o fazendeiro deveria passar (ou não passar) atestado de idoneidade ao trabalhador, informando como trabalhou e se ainda devia, caso em que, se o novo interessado em contratá-lo não a pagasse, o contrato seria nulo. Outra previsão interessante para a nossa análise era a de prisão para os que se saíssem (*sic*) ou se recusassem a trabalhar ‘sem motivo justo’ (ASSIS, 2008: 49)”.

¹¹⁵ Enquanto comandava uma expedição pelos caudalosos rios da Amazônia, constituída para delimitar as fronteiras entre o Brasil e o Peru, o engenheiro, jornalista e escritor Euclides da Cunha também registrou nas suas anotações, que mais tarde seriam reunidas nos livros “À margem da história” e “Contrastes e Confrontos”, as precárias condições de vida dos trabalhadores recrutados para a extração do leite das seringueiras usado na fabricação da borracha. O autor de “Os Sertões” manifestava especial desconforto

também foi empregado na extração de outros produtos, como a castanha-do-brasil – guarda inegáveis semelhanças com os mecanismos utilizados por empregadores que se valem da “escravidão temporária” nos dias de hoje, tal qual nos descreve Ianni:

“No extrativismo da borracha, as relações de produção estavam organizadas de tal forma que o seringueiro parecia prisioneiro do seu trabalho. A borracha produzida pelo seringueiro somente poderia ser vendida por ele ao dono do seringal, o seringalista. E o seringalista detinha o monopólio do fornecimento de gêneros alimentícios, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, armas, bebidas, roupas, etc., ao seringueiro. O seringalista fornecia ou aviava o seringueiro, o aviado. Mas esse aviamento era baseado no crédito, o que reforçava a posição monopolista desfrutada pelo seringalista em face do seringueiro. Além disso, o erro das lonjuras, o pacto dos seringalistas, para evitar qualquer fuga ou mudança de seringueiro devedor, e o combate sistemático aos atravessadores, os regatões, todos esses laços aumentavam o controle das condições de trabalho e da circulação social do seringueiro. Acresce a isso tudo a manipulação abusiva dos preços por parte do seringalista, o que agravava a exploração do seringueiro e o deixava em permanente débito nas contas que tinha com aquele” (IANNI, 1978: 45-46).

Contudo, o processo de precarização do trabalho a que se assiste ainda hoje em algumas partes da Amazônia ganhou fôlego principalmente a partir da segunda metade do século XX, com as sucessivas políticas de Estado que tinham o objetivo de “integrar” a Amazônia ao restante do país. Já havia planos nesse sentido desde o governo de Getúlio Vargas, passando pela abertura da rodovia Belém-Brasília durante a gestão de Juscelino Kubitschek, mas foi decididamente com o advento da ditadura militar em 1964, e com as medidas de incentivos fiscais colocadas em prática pelo governo militar, que o avanço do capital sobre a Amazônia agravou o panorama das violações de direitos trabalhistas e humanos fundamentais de povos indígenas, camponeses e peões¹¹⁶. Amparados pelo

com o sistema de aviamento, e chegou a escrever – numa clara inversão de valores – que “o seringueiro é o homem que trabalha para escravizar-se”.

¹¹⁶ As políticas de ocupação da Amazônia colocadas em prática pelo governo militar durante a ditadura (1964-1985) são mais bem analisadas no primeiro capítulo.

Estado, grandes grupos empresariais sediados no centro-sul do país passaram a investir em empreendimentos agropecuários.

As primeiras denúncias que repercutiram em âmbito internacional sobre a existência daquilo que alguns estudiosos chamam hoje de “trabalho escravo” datam justamente desse período de acelerada expansão do capital sobre a floresta, fomentada pelo governo militar. Coube ao missionário católico catalão radicado no Mato Grosso, D. Pedro Casaldàliga, em 1971, por meio do seu libelo “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, trazer à tona a realidade do trabalho dos peões no Mato Grosso. É curioso notar como o clérigo se vale de alguns conceitos como “escravidão” e “feudalismo” para caracterizar o contexto socioeconômico da região¹¹⁷. Como se sabe, a “escravidão” dizia respeito às precárias condições de trabalho a que se submetiam os peões. Já a noção de “feudalismo” retratava a estrutura agrária hiperconcentrada que havia se estabelecido em decorrência das estratégias de colonização e exploração da Amazônia, fomentadas pelo governo militar. Na comparação feita por Casaldàliga, a extensão dos latifúndios instalados na região lembrava o porte dos feudos da Idade Média européia. Pode-se perceber que as condições de trabalho dos peões, relatadas pelo bispo catalão, são bastante similares à realidade recente descrita pelos estudiosos citados até agora:

“Vou assinalar primeiro algumas característica gerais sôbre a escravidão dos *peões* (trabalhador rural, desmatador...) empreitados nas grandes Fazendas ou Companhias latifundiárias (...). São geralmente os peões gente nova. Porém com freqüência, pais de família com vários filhos. (...) Iludidos quase sempre a respeito do pagamento, do lugar, das condições de trabalho, do atendimento médico. Tendo que pagar até a viagem – contra todo o estipulado num a posteriori decepcionante e forçado. Em sistema de empreitada que significa submeter-se, além do dono e seu gerente, às fraudes e abusos dos empreiteiros.

¹¹⁷ “Faz dois anos e um mês que estou morando aqui, entre o Araguaia e o Xingu, no extremo norte do Mato Grosso. Agora como Prelado Administrativo Apostólico de São Félix. Com tempo, viagens e contatos diretos mais do que suficientes para conhecer a verdade revoltante dos fatos e para confrontar depoimentos, lágrimas, feridas e até a palavra irrecusável da própria morte de muitas testemunhas-vítimas da escravidão e do feudalismo que intento gritar neste relatório sumário” (CASALDÀLIGA, 1971: 104). É possível que, na sua condição de militante religioso e social sem pretensões científicas rigorosas, D. Pedro Casaldàliga tenha se valido da noção de “feudalismo” como um recurso metafórico de comparação. Mas, como já exposto anteriormente, não se pode desprezar o fato de que, principalmente nessa época, havia teoria que sustentavam que o Brasil havia atravessado um período de “feudalismo” em sua história.

Já na mata das fazendas, sem possibilidade de saída. Fechados no ‘inferno verde’. Controlados por pistoleiros e ‘gatos’ (CASALDÁLIGA, 1971: 106)”.

Já quase no fim dessa década, agentes da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, revelaram para o mundo a existência de condições precárias e coercitivas de trabalho na fazenda Vale do Cristalino, no sudeste do Pará, pertencente à multinacional automobilística Volkswagen, com base em denúncias feitas por peões que conseguiram fugir a pé da propriedade. A partir da década de 1980, as violações de direitos fundamentais dos peões recrutados para alargar a fronteira agrícola amazônica começam a ganhar mais visibilidade¹¹⁸, principalmente a partir da conquista de importante espaço de denúncias nas páginas dos meios de comunicação (ESTERCI, 1994). Mas isso só acontece, obviamente, graças ao surgimento e ao fortalecimento das entidades civis de defesa e promoção de direitos, com destaque para os sindicatos de trabalhadores rurais e as pastorais sociais da Igreja Católica. Mesmo com a adesão a convenções internacionais que pregam a abolição de formas contemporâneas de trabalho forçado e “análogas ao de escravo”, o combate a esse crime no Brasil só foi alçado à condição de política de Estado já na década de 1990, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que reconheceu oficialmente perante a Organização Internacional do Trabalho a existência de “trabalho escravo” no Brasil, em 1995. Em junho daquele mesmo ano, por meio do decreto de número 1.538, foram criadas algumas estruturas essenciais para a erradicação das práticas criminosas de sujeição de trabalhadores: o Grupo Executivo para o Combate ao Trabalho Forçado (Gertraf) e o Grupo Móvel de Fiscalização¹¹⁹. Desde então, vem crescendo a repressão ostensiva a essa prática criminosa, principalmente pelo aumento progressivo do número de operações de fiscalizações realizadas de 1995 até hoje – apesar da ligeira queda verificada em 2010 e 2009. Nesses 15 anos de existência do Grupo

¹¹⁸ É essencial compreender o papel político desempenhado pelas pastorais da Igreja Católica na denúncia das práticas de “escravidão temporária”. Além da já citada carta escrita por Dom Pedro Casaldáliga, há também outro documento que precisa ser mencionado – “Peões e Garimpeiros: terra e trabalho no Araguaia”, publicado em 1983 pela Comissão Pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT).

¹¹⁹ O Grupo Móvel é composto basicamente por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) e por agentes da Polícia Federal. Eventualmente, pode contar com a participação de algum juiz do Trabalho ou de outro funcionário público. Os Grupos Móveis são acionados por meio de denúncias encaminhadas por entidades de defesa dos direitos humanos – principalmente a Comissão Pastoral da Terra – às Superintendências Regionais do MTE.

Móvel, o número de total de peões encontrados em “condições análogas às de escravo” chega quase à casa dos 40 mil, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 09 – Quadro Geral das operações de fiscalização para erradicação do Trabalho escravo – SIT/SRTE – 1995 a 2010

Ano	N.º Operações	N.º de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores cujos contratos foram formalizados no curso da ação fiscal	Trabalhadores Resgatados	Pagamento de Indenização	Als Lavrados
2010	141	305	2.721	2.617	8.770.879,81	3.926
2009	156	350	3.412	3.769	5.908.897,07	4.535
2008	158	301	3.021	5.016	9.011.762,84	4.892
2007	116	206	3.637	5.999	9.914.276,59	3.139
2006	109	209	3.454	3.417	6.299.650,53	2.772
2005	85	189	4.271	4.348	7.820.211,26	2.286
2004	72	276	3.643	2.887	4.905.613,13	2.465
2003	67	188	6.137	5.223	6.085.918,49	1.433
2002	30	85	2.805	2.285	2.084.406,41	621
2001	29	149	2.164	1.305	957.936,46	796
2000	25	88	1.130	516	472.849,69	522
1999	19	56	ND	725	ND	411
1998	17	47	ND	159	ND	282
1997	20	95	ND	394	ND	796
1996	26	219	ND	425	ND	1.751
1995	11	77	ND	84	ND	906
Total	1.081	2.840	36.395	39.169	62.232.402,28	31.533

(Fonte: SIT/MTE)

Em março de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Palácio do Planalto, foi lançado o I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo¹²⁰, com um conjunto de metas a serem cumpridas para prevenir e reprimir esse crime. Ainda em 2003, foi montada a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), em substituição ao Gertraf. Ela é composta basicamente por diversos ministérios ligados ao poder executivo, bem como entidades da sociedade civil e outros órgãos do poder público. Mas foi no ano seguinte à formação da Conatrae que se deu a

¹²⁰ Em setembro de 2008, foi lançado o II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, contendo 66 ações desenvolvidas por órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Naquele mesmo ano, também foi editado o decreto instituindo o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

criação daquele que é, sem dúvida, o principal instrumento de combate ao “trabalho escravo” no Brasil: a chamada “Lista Suja”. Regulamentada pela portaria 540/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ela consiste em um cadastro público de empregadores flagrados pela prática desse crime, atualizado em média a cada seis meses. Uma vez citado na “Lista Suja”, o infrator permanece por pelo menos dois anos. Se todas as pendências trabalhistas e previdenciárias forem resolvidas, durante esse período, seu nome pode então ser retirado. Enquanto os dados de uma pessoa física ou jurídica estiverem presentes nessa relação, ela fica automaticamente impedida de receber recursos dos chamados fundos constitucionais de financiamento¹²¹, geridos por bancos públicos. Algumas instituições financeiras privadas também levam em conta a utilização de mão-de-obra “análoga à de escrava” como fator de risco para análise de pedidos de concessão de crédito. Em dezembro de 2005, o então presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) assinou uma declaração de intenções recomendando a seus associados a adoção de medidas de restrição a quem estivesse na “Lista Suja”.

A construção desse aparato estatal ao longo dos últimos quinze anos, além de transformar o combate ao “trabalho escravo” em política pública inegavelmente mais contundente, também criou bases de dados valiosas para subsidiar pesquisas sobre esse problema. Tanto as estatísticas oficiais produzidas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE), com base nos relatórios decorrentes das operações de resgate de trabalhadores escravizados pelo Grupo Móvel, como as compiladas pela Comissão Pastoral da Terra, que trazem também denúncias que não necessariamente foram verificadas *in loco* pelas equipes de fiscalização do poder público, permitem concluir inquestionavelmente que a esmagadora maioria dos casos registrados se concentra na Amazônia, em especial nos estados do Pará, do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Apenas a título de ilustração, segundo a CPT, as denúncias de “trabalho escravo” bateram recorde histórico em 2008¹²² com 280 ocorrências – desse

¹²¹ Os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-oeste são mantidos com uma porcentagem da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Seus operadores são o Banco da Amazônia (Basa), o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil. Além dessas três instituições financeiras públicas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também tem cláusulas internas em seus contratos que vedam a liberação de créditos a empregadores da lista suja.

¹²² Repórter Brasil. *Denúncias sobre trabalho escravo atingem recorde em 2008*. 01/05/2009.

total, 106 ocorridas no Pará, 33 no Mato Grosso e 27 no Maranhão¹²³. De acordo com a tabela organizada pela SIT/MTE, reproduzida páginas atrás, este também foi o ano com o maior número (158) de operações realizadas pelos Grupos Móveis desde a sua criação. Foram resgatados mais de 5 mil trabalhadores, estatística inferior apenas à de 2007 e de 2003 – quando foram libertados 5.999 e 5.223 trabalhadores, respectivamente.

Com base nos dados dos empregadores que constam da Lista Suja e nos relatórios feitos pelos auditores fiscais do MTE, foi possível mapear os ramos produtivos e as cadeias de comercialização em que estão inseridos os empregadores que incorreram na prática do trabalho “análogo ao de escravo”. Três estudos nesse sentido, produzidos em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, foram feitos pela ONG Repórter Brasil, em que este autor atua como pesquisador. De acordo com os nomes incluídos na Lista Suja de junho de 2004, verifica-se a seguinte divisão das fazendas flagradas por trabalho “análogo ao de escravo” por atividade produtiva:

Figura 02 – Ramos de atividades em que foram encontrados trabalhadores em condições análogas à de escravo nas propriedades rurais (2004) – Fonte: Repórter Brasil

Fonte: Repórter Brasil

¹²³ É importante deixar claro que a maioria dos trabalhadores reduzidos a condições análogas às de escravos não se encontra *necessariamente* nos estados com maior número de denúncias. Isso porque pode ocorrer o resgate de um grande contingente de trabalhadores recrutados para atividades que necessitam de muita mão-de-obra, como o corte de cana-de-açúcar, em poucas fazendas – o que pode levar um estado como Goiás, que habitualmente não figura entre os campeões de número de denúncias de trabalho escravo no Brasil, a apresentar maior número de peões resgatados do que o Pará, tradicional líder desse *ranking*.

Já os dados referentes à “lista suja” de 2007 trazem novos ramos de atividades agrícolas, mas ainda apontam a pecuária de corte como principal vetor de utilização de mão-de-obra em regime “análogo ao de escravo”:

Figura 03 – Ramos de atividades em que foram encontrados trabalhadores em condições análogas à de escravo nas propriedades rurais (2004) – Fonte: Repórter Brasil

Fonte: Repórter Brasil

Já a atualização baseada em dezembro de 2009, por sua vez, traz a seguinte composição: pecuária (54%), carvão (16%), cana-de-açúcar (5%), soja (4%), além de outros diversos segmentos. Cabe aqui, porém, uma importante consideração. Não figura entre os objetivos desta pesquisa de mestrado analisar detalhadamente os dados acima apresentados. Mas convém explicar as mudanças nos perfis produtivos das fazendas que os estudos da ONG Repórter Brasil vêm constando desde 2004. Apesar de a pecuária de corte ainda responder pela larga maioria das propriedades em que ocorreu a prática do “trabalho escravo” (80% em 2004, 62% em 2007, e 54% em 2009), a participação em relação ao total da atividade vem decaindo. Isso revela, entre outros fatores, a disposição das autoridades competentes (no caso, a Secretaria de Inspeção do Trabalho) de expandir a atuação do Grupo Móvel para outras regiões do país, além da Amazônia e do Nordeste, intensificando a fiscalização no Sul e no Sudeste do Brasil, onde a incidência de “trabalho escravo” na pecuária é menor. Em 2007, por exemplo, as propriedades que constavam da

Lista Suja estavam distribuídas por 13 estados. Em 2009, elas ocupavam áreas em 17 unidades da federação. Também cresceu substancialmente a pressão para que os pecuaristas melhorassem as condições de trabalho oferecidas a seus empregados, tanto por parte do poder público como por parte de seus clientes, como os frigoríficos, sob pena de rompimento de contratos de comercialização. Mas a capilarização da fiscalização do trabalho para mais estados do país, em que a pecuária de corte não tem tanta importância como se verifica nos estados da Amazônia, permitiu que uma gama maior de atividades produtivas fosse representada, explicando a crescente queda da participação da pecuária entre as fazendas autuadas pelo Grupo Móvel.

2.4. A escravidão sob o modo capitalista de produção

Ao estudar o papel da escravidão no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, principalmente durante o período colonial, Cardoso (2003) sustenta que o regime escravista é, acima de tudo, um “regime de desperdício”. Basicamente, seu raciocínio parte da premissa de que a organização do trabalho desenvolvido na colônia, que tinha o suor do negro cativo como alicerce da produção agroexportadora, acabava por inibir a própria produção. Isso ocorre, em primeiro lugar, pelo capital necessário à sustentação dos escravos e do sistema escravista em si, recursos desembolsados pelos senhores que adquiriam e mantinham os negros africanos. Além disso, segundo Cardoso, as únicas possibilidades de incrementar o rendimento de um escravo consistem no alongamento da sua jornada de trabalho ou na intensificação do seu ritmo de trabalho – em suma, através do aumento da mais-valia absoluta:

“Noutros termos, isto significa que a escravidão permite apenas uma intensificação absoluta de mais produto, enquanto a mola sobre a qual assenta a dinâmica do sistema capitalista desenvolvido é a produção de mais-valia relativa, obtida graças à introdução de recursos técnicos e à subdivisão do trabalho, que permitem produzir em menos tempo o equivalente ao salário (CARDOSO, 2003: 225)”.

Assim, a sobrevivência do sistema escravocrata nos primórdios do capitalismo estaria atrelada a uma série de peculiaridades econômicas que lhe garantiram sobrevida.

Para Cardoso, durante a colonização, não havia necessidade de se racionalizar o processo produtivo em moldes estritamente capitalistas porque as mercadorias das colônias tropicais eram produzidas em regime de monopólio, portanto, não sujeitas a concorrência – sabidamente, um dos pilares do desenvolvimento do capital. Porém, com o passar do tempo, a produção escravista teria seus dias contados ao se deparar com a produção capitalista, mais dinâmica e rentável. Não queremos aqui criticar radicalmente a leitura de Cardoso, até porque ela toca em pontos importantes, como os limites que as relações escravistas de produção enfrentam no sentido de reproduzir ampliamente o capital. Mas, em última instância, Cardoso não resolve a questão da escravidão sob o capitalismo. Na verdade, ele parece dizer que esse fenômeno constitui a “crônica de uma morte anunciada”, tratando-o como uma espécie de *anomalia*. Em momento algum, Cardoso se detém, por exemplo, sobre o pensamento da Rosa de Luxemburg, que concebe a escravidão também como produção de capital e como acumulação primitiva – que nunca pode ser capitalista. Deve-se justamente a Luxemburg a ideia de que a acumulação do capital depende diretamente de relações de produção não-capitalistas. E, ao propor essa teoria, ela questiona princípios basilares da proposta formulada por Marx. Em sua avaliação, a doutrina marxista – ao partir da suposição de que capitalistas e proletários são os únicos representantes do consumo social – baseia-se em um recurso fictício que não contempla a realidade tal como ela se dá verdadeiramente. Dessa maneira, ela coloca em xeque a visão de que o modo capitalista de produção possa dominar *exclusivamente* as relações de produção de qualquer sociedade. Até porque, se assim fosse, a realização de mais-valia para fins de acumulação acabaria por se tornar um problema sem solução, tendo em vista que a produção de excedentes não poderia ser completamente assimilada apenas pelas duas classes principais que, de acordo com Marx, compõem o sistema. Como aponta Luxemburg,

“para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio-ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Mas, não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial (LUXEMBURG, 1984: 31)”.

Assim, o que a autora põe em discussão é a necessidade de existirem “*camadas sociais* (grifo nosso) ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista”¹²⁴, mas que funcionem como fornecedores de insumos e de força de trabalho, e também como compradores de produtos – fora da sociedade capitalista. Esse raciocínio obedece à simples observação do processo de desenvolvimento do capitalismo no curso da história. O acelerado crescimento que a indústria têxtil inglesa conheceu na primeira metade do século XIX, por exemplo, certamente não teria sido possível sem o fornecimento de algodão proveniente da América do Norte, produzido de acordo com o sistema de *plantation* que combinava a monocultura de larga escala ao trabalho escravo do negro – a anos luz de distância, portanto, do que se convencionava tachar de capitalista. Nesse sentido, outro elemento essencial ao desenvolvimento da indústria têxtil inglesa foi representado pelos meios de subsistência necessários à reprodução social do operariado. De acordo com Luxemburg, a maior parte dos cereais que alimentavam o proletariado da Inglaterra durante o florescimento do capitalismo naquele país era produzida no meio rural da Rússia feudal, em bases camponesas – também destoante da dinâmica capitalista, assim como o sistema escravista norte-americano¹²⁵.

No entanto, o íntimo diálogo com esses mercados externos¹²⁶ foi vital para o enriquecimento dos capitalistas ingleses, ao minorar os custos desembolsados com o capital constante (mediante a aquisição de matérias-primas produzidas em bases escravistas) e ao rebaixar as despesas com o capital variável (através do fornecimento de gêneros alimentícios, cultivados por camponeses, ao alcance do baixo poder aquisitivo do salário pago ao proletariado). Além disso, os capitalistas da Inglaterra também dependiam

¹²⁴ LUXEMBURG, 1984:19

¹²⁵ Os resultados divulgados publicamente, em setembro de 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o último Censo Agropecuário, baseado em dados de 2006, também mostram a clara importância da produção camponesa no fornecimento de alimentos para a sociedade brasileira. Como exemplo, basta mencionar que 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite, dentre outros alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos pelo que o IBGE chama de “agricultura familiar”. (IBGE. *Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários*. 30/09/2009)

¹²⁶ É necessário explanar a distinção entre “mercado externo” e “mercado interno”, presente na obra de Luxemburg. Não se trata aqui de simplesmente pensar em fronteiras entre nações. Para a autora, o mercado interno corresponde ao próprio mercado capitalista. Já o mercado externo é “o meio social não capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho”. Segundo esse ponto de vista, “a Alemanha e Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus consumidores ou produtores camponeses representam, para o capital alemão, relações de mercado externo”. LUXEMBURG (1984), p. 29.

diretamente desses mercados externos para, então, realizar a mais-valia decorrente da própria exploração do operariado. Tanto é que os tecidos produzidos nas fábricas britânicas inundaram países que nem de longe poderiam ser considerados capitalistas naquela época, como a Índia e diversas nações da África, além de vestir camponeses dos mais recônditos rincões europeus.

Nesse sentido, a ocorrência de casos de “escravidão temporária” no Brasil obedece a uma lógica similar à descrita por Luxemburg. Eles são mais recorrente nas áreas de recente expansão territorial do capital, principalmente na região de fronteira agrícola da Amazônia – onde se encontram a maior parte dos trabalhadores recrutados para atividades de derrubada de mata para abertura de fazendas de criação de gado ou para a realização dos serviços de limpeza de pasto, o chamado “roço de juquira”. Ou seja, são típicas regiões de franja do sistema, em que as relações de produção tipicamente capitalistas ainda não se assentaram plenamente.

“Essas formas coercitivas extremadas da exploração capitalista surgem onde o conjunto do processo de reprodução capitalista do capital encontra obstáculos ou não encontra as condições sociais e econômicas adequadas a que assumam, *num dos momentos* do seu encadeamento, a forma propriamente capitalista” (MARTINS, 1997: 85)

No entanto, essa relação de trabalho coercitiva e violenta é, com bastante frequência, praticada até mesmo por empresas da vanguarda do capitalismo. Vale lembrar, por exemplo, que já na década de 1970 a Comissão Pastoral da Terra denunciou em âmbito internacional a existência de peões enfrentando condições precárias em uma fazenda do sudeste do Pará pertencente à Volkswagen, multinacional automobilística ícone do capitalismo mundial¹²⁷. Mas isso não significa que o problema esteja restrito ao passado, mesmo que recente. Ainda nos dias de hoje, existe uma profusão de casos de exploração criminoso de trabalhadores rurais por parte de grandes corporações ou empresários bem sucedidos¹²⁸. Além disso, essa prática também se verifica – em menor

¹²⁷ SAKAMOTO, 2007: p. 142-143

¹²⁸ A própria família Mutran, ex-proprietária da fazenda desapropriada para fins de reforma agrária que é objeto deste estudo, desenvolve técnicas avançadas de inseminação artificial para criação de gado, no sul do Pará.

escala, é preciso ressaltar – em ramos de ponta do capitalismo agrícola brasileiro, como no segmento sucroalcooleiro¹²⁹, notadamente do interior paulista, onde o próprio capital se territorializa, dominando todas as etapas do processo produtivo, da agricultura à indústria¹³⁰.

“Não estamos, portanto, apenas diante de um fenômeno de persistência de relações arcaicas de trabalho que, à primeira vista, têm sido muitas vezes definidas, impropriamente, como pré-capitalistas. Pois, o que constatamos é que modernas empresas capitalistas que investem em empreendimentos agropecuários na vasta região da Amazônia brasileira (mais da metade do território de um país com cerca de oito milhões e meio de quilômetros quadrados) rotineiramente tem recorrido à escravidão por dívida em algumas de suas atividades (MARTINS, 1995: 02).

Assim, a ocorrência de modalidades temporárias de escravidão não é de maneira alguma estranha ao avanço do capital, como se poderia pensar apressadamente. Tampouco deve ser entendida como resquício de relações de produção supostamente atrasadas que ainda não foram completamente desintegradas pelo desenvolvimento do capitalismo nessas regiões de franja do sistema. Ao contrário: em determinadas conjunturas, o capital pode prescindir do trabalho assalariado e se valer de relações não capitalistas para se desenvolver, quando lhe são convenientes. Essas relações podem servir à produção de capital, como no caso de abertura de novas fazendas, mas também podem constituir uma etapa do processo de reprodução ampliada do capital, quando peões são contratados para limpar pastagens já formadas que, posteriormente, serão cuidadas por trabalhadores regularmente assalariados. É um processo, portanto, inerente ao desenvolvimento do capital.

¹²⁹ O grupo Cosan, uma das maiores processadoras mundiais de cana-de-açúcar, proprietária das conhecidas marcas de açúcar União e Da Barra, e controlada da rede Esso de distribuidora de combustíveis, foi incluído em dezembro de 2009 na chamada “lista suja” do trabalho escravo, cadastro oficial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que relaciona publicamente os empregadores que incorreram nessa prática criminosa, desde 2004. Por conta, disso, o BNDES suspendeu em janeiro de 2010 a liberação de crédito de R\$ 635,7 milhões. No mesmo mês, no entanto, a empresa obteve liminar judicial que suspendia a inclusão de seu nome na Lista Suja e conseguiu restabelecer o financiamento do banco público de fomento..

¹³⁰ Para Oliveira (1981), além de se territorializar e dominar todas as etapas do processo produtivo, da agricultura à indústria, como no caso do setor sucroalcooleiro brasileiro, o capital pode “apenas” exercer o monopólio sobre o território, recriando relações não capitalistas – como o trabalho escravo e o camponês – aparentemente estranhas à lógica produtiva típica do capital.

Em boa parte dos casos, as fazendas em que se observa a existência da “escravidão temporária” ficam nas chamadas frentes pioneiras, ponta de lança do avanço do capital, distantes dos principais centros consumidores. E, por razões de natureza logística, enfrentam problemas para escoar e comercializar a produção, encarecendo o custo final das mercadorias. As dificuldades de inserção no mercado acarretadas pelo isolamento geográfico, que também dificultam o encaminhamento de denúncias e as próprias ações de fiscalização e repressão por parte do Estado, são frequentemente apontadas pelos fazendeiros que se valem dessas práticas como justificativas para a exploração desumana de mão-de-obra. Ou seja, para manter o empreendimento economicamente viável, rebaixam-se os custos com a força de trabalho – sabidamente, a parte hipossuficiente em qualquer correlação de forças. Apesar de se situarem em locais pouco “desenvolvidos”, por assim dizer, essas fazendas operam, mesmo que de forma coadjuvante, em setores avançados do sistema capitalista, como o dos frigoríficos brasileiros, líderes mundiais no segmento de proteína animal. Não raro, essas mesmas empresas, conhecidas internacionalmente pela pujança de seus negócios, apresentam em suas carteiras de fornecedores pessoas físicas e jurídicas incluídas na “Lista Suja” divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego¹³¹.

O fenômeno da “escravidão temporária” pode representar, então, uma forma de inflar artificialmente a chamada composição orgânica do capital desses empreendimentos, pintando suas fachadas com uma falsa tinta de “desenvolvimento” e inserindo-os de forma competitiva em ciclos econômicos mais avançados do ponto de vista capitalista. Teoricamente, quanto maior a proporção do capital constante em relação ao capital variável, maior será sua composição orgânica, e mais “moderno” será o empreendimento. Assim, ao se cortarem drasticamente as despesas com salários, pode-se depreciar também o montante desembolsado com os meios de produção. Assim, as fazendas em que praticamente inexistem investimentos em equipamentos podem competir em pé de igualdade com aquelas de alta composição orgânica de capital, em que a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, sua rentabilidade aumentam em decorrência da larga utilização de maquinário. *Nesse sentido, a prática da “escravidão*

¹³¹ Diversos são os casos rastreados pelas pesquisas de cadeias produtivas de que este autor participou na ONG Repórter Brasil, como já relatado no subitem anterior.

*temporária” pode ser compreendida como exploração extrema da força de trabalho, a fim de rebaixar ao máximo o montante gasto com o capital variável de empreendimentos de baixíssima composição orgânica de capital*¹³². Porém, é preciso fazer uma importante ressalva: mesmo em propriedades onde se utilizam tecnologias de última geração, pode ocorrer o emprego de “trabalho escravo” em momentos que geralmente precedem a etapa produtiva propriamente dita¹³³, como no caso de abertura de novas fazendas, ou em etapas preliminares do processo produtivo – como a limpeza de pasto.

Mas ainda é preciso atar um nó que ficou desamarrado, parágrafos atrás, quando se estabeleceu a hipótese de que o emprego do “trabalho escravo” possa ser entendido como “acumulação primitiva” – aquela que, no entendimento de Marx¹³⁴, não decorre do modo capitalista de produção, mas vem a ser seu ponto de partida. Historicamente, a apropriação de riquezas que mais tarde se metamorfoseariam em capital se deu por diversas formas que podem ser enquadradas na categoria de acumulação primitiva. Na Inglaterra, berço por excelência do capitalismo, o cercamento das terras comuns e a expropriação dos camponeses possibilitaram a privatização da renda da terra bem como a formação de um exército de mão-de-obra supostamente livre que migrou para as cidades para vender sua força de trabalho, formando o operariado. Também foi de suma importância para esse processo o sistema colonial, pelo qual as nações européias fizeram a rapina dos bens naturais da Ásia, da África e das Américas. Por meio da comercialização dos insumos extraídos das colônias, o mercantilismo possibilitaria o desenvolvimento do capital industrial. Não se trata aqui, porém, de propor uma teoria sobre a acumulação primitiva, esmiuçando todas as suas possibilidades. O intuito é mostrar que a *produção* de capital não pode ser capitalista, mas apenas a sua *reprodução*. Como visto nos exemplos históricos relatados acima, a produção de capital não recorre à

¹³² “Essas estratégias permitem, ao mesmo tempo, diminuir a participação relativa do capital variável em face do capital constante na composição orgânica do capital da empresa. Embora sejam setores realmente de baixa composição orgânica do capital, funcionam como se fossem setores de alta composição orgânica do capital” (MARTINS, 1995: 12-13).

¹³³ É o caso da fazenda Peruano, outra propriedade da família Mutran, localizada no município de Eldorado dos Carajás (PA). Em dezembro de 2001, 54 trabalhadores foram encontrados pelo Grupo Móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego em condições análogas às de escravos. Eles não recebiam salários há meses, dormiam em barracos precários e consumiam água visivelmente suja – a mesma do pasto. A fazenda era tida como modelo no desenvolvimento de matrizes reprodutoras, inseminação artificial e comercialização de embriões (SAKAMOTO: 2007, p. 24).

¹³⁴ MARX, 1988, Volume I, parte II

exploração de mão-de-obra assalariada para produzir mais-valia, mas sim à pura e simples pilhagem.

Entretanto, a acumulação primitiva não deve ser entendida apenas como um estágio histórico que necessariamente *antecede* a formação do capitalismo e que para por aí. Ao se levar em consideração, como bem apontou Luxemburg, que o próprio sistema capitalista depende de mercados externos e de relações de produção e de trabalho não capitalistas para se desenvolver, a “escravidão temporária” deve ser entendida, portanto, como uma relação intrínseca ao próprio funcionamento do sistema, parte integrante do processo de reprodução ampliada do capital.

“Quando se pensa na acumulação primitiva como *processo* e não como rótulo, pode-se entender que é processo que pode ter, e tem, ritmo mais ou menos lento. Por isso, além de ser um requisito *histórico* da acumulação capitalista (e não necessariamente um requisito simultâneo dessa acumulação em todos os ramos e momento da produção), a acumulação primitiva pode se mesclar e se confundir com a reprodução do capital. Essa modalidade de trabalho se traduz em acumulação primitiva porque é, em parte, *produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital* (MARTINS, 1995: 09)”

Esse avanço contraditório do capital também recria outras classes sociais que não produzem estritamente pelo modo capitalista, como o campesinato, mas que lhe podem ser extremamente úteis. Não custa lembrar que Kautsky (1980), em pleno século XIX, já mostrava que a então incipiente “Casa Nestlé” – hoje uma das maiores multinacionais do ramo alimentício do mundo – vinha construindo seu império no ramo de laticínios sem criar uma vaca sequer. Em vez de se territorializar, como fizeram as corporações do setor sucroalcooleiro paulista, por exemplo, a empresa submete a renda da terra camponesa, comprando o leite produzido em bases familiares. Além disso, as classes sociais não capitalistas, mas inseridas no modo capitalista de produção, também têm a importante função de abastecer o chamado exército de reserva de mão-de-obra, que não é constituído apenas pelos filhos do proletariado, empregado por meio de relações estritamente capitalistas, e que se reproduz basicamente com o salário pago pelos seus empregadores.

Nas regiões de fronteira, então, essa premissa torna-se ainda mais evidente, já que esses são os locais em que os tentáculos do capital ainda não se expandiram por completo, e onde o campesinato desempenha papel fundamental na dinâmica de forças políticas e econômicas. No caso da Amazônia, por exemplo, os jovens filhos de camponeses, privados do acesso à terra justamente por conta da avanço do capital sobre o meio rural nas últimas quatro décadas, compõem um vasto reservatório de força de trabalho. É bastante comum, por exemplo, que filhos de pais camponeses saiam de suas terras à procura de serviços acessórios que lhe rendam algum dinheiro, seja para contribuir com o orçamento familiar, seja para gastar por conta própria. Aliás, não seria nem um pouco arriscado dizer que parte expressiva dos trabalhadores encontrados em “condições análogas às de escravos” enquadra-se nessa condição. Mas o fato é que a sobrevivência da família camponesa que fica não depende *unicamente* do sucesso daquele membro que vai tentar a sorte longe de casa. Em outras palavras, existe um excesso de mão-de-obra ociosa que, por mais precárias que sejam suas condições de vida, consegue se reproduzir socialmente graças ao suporte prestado pela economia camponesa ao modo capitalista de produção. Assim, entre outros motivos, interessa ao capital que o campesinato se reproduza como forma de garantir a sobrevivência de um populoso exército de reserva.

2.4.1. A “escravidão temporária” sob outros olhares marxistas

É importante também registrar a leitura de outros autores que, apesar de se inserirem na seara do pensamento marxista, discordam da linha teórico-metodológica que vem sendo desenvolvida até aqui, cuja raiz remete às ideias de Luxemburg, mas que encontra sua expressão mais bem acabada nas obras de Martins e Oliveira. Resumidamente, neste item são analisadas as contribuições de Kurz e Antunes. Mais do que elucidar os fatores que justificam a persistência de relações escravistas no corrente estágio do capitalismo, principalmente no meio rural brasileiro, a contribuição decisiva desses autores diz respeito ao debate sobre a importância da categoria “trabalho” na atual compleição do modo capitalista de produção. E essa discussão se faz necessária uma vez que a relação dialética entre capital e trabalho é justamente o pano de fundo de qualquer análise sobre a persistência da escravidão nos dias de hoje.

De um lado, Kurz compreende o capitalismo como refém de uma crise imanente de valorização do capital, embalada pela decadência da “sociedade do trabalho”, a partir do momento em que o desenvolvimento tecnológico-científico torna descartável o trabalho de uma expressiva parcela da população mundial. Na contramão, Antunes se fia na tradição do pensamento leninista para reafirmar a centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, mas sem passar despercebido pelas formas de precarização e de subemprego a que se assiste nos dias de hoje. Observando também a crescente importância do papel que as tecnologias avançadas vêm desempenhando na organização do sistema produtor de mercadorias, ele sustenta que máquina e homem têm relação cada vez mais estreita, mas que não é possível prescindir do trabalho humano.

Crise da sociedade do trabalho

Para Kurz, a “superexploração” da mais-valia absoluta dos trabalhadores nos países do Terceiro Mundo só pode ser compreendida como reflexo da crise permanente de valorização do capital a que está sujeito o modo capitalista de produção. Na realidade, essa crise seria reflexo de uma armadilha criada pelo próprio “sistema produtor de mercadorias”, consequência do aumento da produtividade baseado na dispensa do trabalho humano e na utilização cada vez mais intensiva da ciência e da tecnologia. Assim, na percepção de Kurz, o desafio do pensamento marxista consiste em encontrar formas de superar não a dicotomia capital *versus* trabalho ou a dominação de uma classe sobre outra, mas principalmente em propor alternativas ao que Marx chamou de “fetichismo da mercadoria”¹³⁵.

Aparentemente, existe até uma certa proximidade entre as proposições de Kurz e as de Luxemburg. Mas a sutileza das diferenças entre os pontos de partida dos dois pensadores alemães desemboca em raciocínios completamente díspares. Como já explicado parágrafos atrás, Luxemburg afirma que o capital necessita do contato com

¹³⁵ “Como mercadorias, os produtos são coisas de valor abstrato, privadas de suas qualidades sensíveis, manifestando-se somente nessa forma estranha a mediação da sociedade. No contexto da crítica da economia política de Marx, esse valor econômico determina-se de modo puramente negativo, como forma coisificada, fetichista, desprendida de todo conteúdo concreto sensível, forma de representação morta e abstrata em que se apresentam os produtos de um trabalho social pertencente ao passado, fenômeno que se desenvolve, num movimento imanente às relações de troca, até alcançar a forma de dinheiro, a ‘coisa abstrata’. Esse valor é a qualidade distintiva de uma sociedade que não é dona de si mesma” (Kurz, 1993:26).

“terceiros”, os chamados mercados externos (não-capitalistas ou pré-capitalistas, como a economia camponesa), para continuar se reproduzindo ampliamente. Isso acontece porque o poder de consumo do proletariado e dos capitalistas não é suficiente para realizar toda a mais-valia produzida. Assim, o capital necessita dessas camadas não-capitalistas como mercado consumidor, mas também como fonte de mão-de-obra. Por outro lado, Kurz entende que a análise de Luxemburg esbarra na limitação da época em que ela viveu. Segundo ele, o processo evolutivo do capital, que tende a expandir seus tentáculos e dominar as regiões que antes se organizavam sob relações de produção distintas, está alicerçado no desenvolvimento científico e tecnológico, gerando cada vez mais “trabalhadores improdutivos” – aqueles que não se ocupam diretamente da produção de mercadorias e se concentram no setor de serviços e na burocracia estatal, por exemplo. Para Kurz, eles são improdutivos justamente porque não valorizam o capital com seu trabalho, mas acabam representando os “terceiros” (de que falava Luxemburg) necessários à realização da mais-valia. Contudo, no longo prazo, esses trabalhadores tendem a se transformar em um fardo a ser carregado pelo sistema produtor de mercadorias, justamente pelo fato de seu trabalho não ter a capacidade de valorizar o capital¹³⁶.

É nessa esteira que se insere, então, outra noção cara a Kurz: a da “crise da sociedade do trabalho”, que não pode ser confundida com a ideia de “desemprego

¹³⁶ Referindo-se a Luxemburg, Kurz afirma o seguinte: “no entanto, a sua tese duma dependência crescente da acumulação do capital em relação à renda monetária de ‘terceiros’ (que se acham fora da verdadeira reprodução produtiva do capital) aproxima-se do nó do problema. Certamente Rosa Luxemburgo, filha do seu tempo, ainda via estes ‘terceiros’ no contexto duma produção de mercadorias pré-capitalista ou não-capitalista (camponeses, artesãos, colónias), cujo poder de compra devia alimentar o mercado capitalista que se tornara demasiado reduzido, devido ao ‘subconsumo’ estrutural do proletariado industrial. Assim, o capitalismo parece depender, no plano da realização do mercado, dos sectores não-capitalistas da produção e das zonas não-capitalistas da Terra; em consequência, ele deveria atingir o seu limite absoluto à medida que absorvesse e assimilasse estas zonas e sectores. É verdade que Rosa Luxemburgo menciona de passagem, entre os ‘terceiros’, os próprios funcionários públicos; mas ainda não lhe passa pela cabeça que, exactamente ao contrário da sua argumentação, o limite estrutural do capital poderia consistir no próprio facto de que a sua dinâmica cria um número crescente de sectores improdutivos e de ‘terceiros’, cujos réditos e cujo consumo se tornam um ónus crescente, por fim insuportável para a reprodução do capital. Com efeito, o problema que Rosa Luxemburgo reconheceu, embora por assim dizer às avessas, apresentase justamente desta forma: a parcela de dispêndio de força de trabalho que não retorna mais à circulação ampliada do capital cresce estruturalmente, até por fim superar o limiar crítico. Ironicamente, poder-se-ia dizer que os ‘custos empresariais’ ou as ‘despesas gerais’ da maravilhosa economia de mercado crescem tão desproporcionadamente, que por fim ela própria se torna não rentável, segundo os seus próprios critérios. A maior parte do trabalho terciário, estruturalmente em contínuo crescimento, não pode retornar à produção de mais-valia como ‘consumo produtivo’, e isso por diversos motivos; em parte estão na natureza ou no carácter destes mesmos trabalhos, em parte trata-se de limitações externas (KURZ, 1995)”.

estrutural” e nem com a de “exército de reserva”. Segundo seu raciocínio, a humanidade atravessa um estágio de desenvolvimento do modo capitalista de produção em que os desempregados superam (em muito) o número de trabalhadores necessários ao funcionamento do “sistema produtor de mercadorias”. Grosso modo, ele defende a tese de que o desenvolvimento das forças produtivas, potencializadas a um nível jamais visto a partir do advento da microeletrônica e da informática, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, tende a tornar o trabalho humano cada vez mais obsoleto. Mas, como bem esclarece Marx, só o trabalho humano é capaz de gerar valor, isto é, valorizar o capital injetado em qualquer atividade produtiva. Por outro lado, como frisou Cardoso, a mola em que se assenta o desenvolvimento do capitalismo é a mais-valia relativa, quer dizer, o contínuo incremento da participação do trabalho morto das máquinas na composição do capital total. Então, se é necessário cada vez *menos* trabalho vivo, configura-se uma crise de valorização que assola o “sistema produtor de mercadoria”. Essa dinâmica contraditória (a derrocada cada vez mais acelerada da importância do trabalho humano, apesar de ser ele o gerador de lucro para o capital) foi batizada por Marx de “queda tendencial da taxa de lucro”. Como resultado dessa crise também deriva a crescente importância na economia mundial do que Marx chama de “capital fictício”. Sem capacidade de se valorizar por meio do trabalho humano, o capital tem se valido cada vez mais dos instrumentos propostos pelo mercado financeiro. É por meio do capital fictício – da concessão de crédito, financiamentos e mecanismos afins – que se sanam primeiro as necessidades monetárias para depois se satisfazerem as necessidades cotidianas dos trabalhadores, dos capitalistas e do Estado¹³⁷. Mas o problema é que esse capital definitivamente não tem lastro – já que não foi produzido a partir do trabalho humano. Portanto, constitui uma mera ficção. Enfim, esse processo se transforma numa verdadeira bomba-relógio na medida em que cresce o número de trabalhadores improdutivos para o capital, que gastam cada vez mais esse dinheiro sem substância¹³⁸.

¹³⁷ Basta citar a explosão do crédito habitacional no Brasil, nos últimos anos.

¹³⁸ A crise financeira mundial de 2008 foi causada por mercados de capitais desregulados, em que bancos emprestavam quantias de dinheiro muito além do que tinham a receber futuramente. Para agravar o quadro, boa parte do frágil lastro de algumas importantes instituições financeiras dos EUA, centro do capitalismo mundial, estava baseado nas hipotecas de cidadãos norte-americanos que até tinham trabalho, mas que não recebiam o suficiente para pagar suas dívidas e, assim, colocavam suas casas como garantia para novos empréstimos. Bastou que um banco fosse à bancarrota para que uma bola de neve se formasse e

Para Kurz, ao contrário de Luxemburg (e também de Martins e Oliveira), não faz mais sentido falar em um processo de acumulação primitiva que ainda se encontra em curso nos países subdesenvolvidos. Ao discorrer sobre o colapso das experiências do socialismo real, no começo da década de 1990, ele afirma que

“As idéias de uma ‘colonização’ capitalista do Leste estão claramente orientadas no antigo paradigma esquerdista da ‘exploração neocolonialista’ do Sul; em ambos os casos conjura-se como motivo fundamental a absorção de ‘mão-de-obra barata’ pelo ‘vampiro’ capital. Mas essas idéias tinham seu fundamento real na história de imposição pré-fordista do capital, há muito tempo passada. Mão-de-obra barata como meio principal da acumulação, trabalho forçado e de escravos em produções pouco dispendiosas, na exploração de matérias-primas (mineração, plantações) ou em gigantescos projetos infra-estruturais, tais como a construção de ferrovias e represas, faziam parte (particularmente na União Soviética) das forças impulsoras históricas do capital, isto é, de sua de sua ‘acumulação primitiva’. Quem refere essas forças e esses motivos sem cerimônias ao atual sistema global está vivendo ideologicamente no passado e deixa de ver os potenciais entrementes nascidos da penetração das ciências e o nível daí resultante da produtividade (KURZ, 1993: 166).”

Como esse pensamento se insere, então, no debate sobre os casos de “escravidão temporária” que se verificam no Brasil? Em primeiro lugar, como já explicitado, as modalidades “escravistas” de trabalho não poderiam ser entendidas como expressão de uma contínua acumulação primitiva. Kurz se vale de outras explicações. Até as primeiras décadas do século XX, principalmente no estágio de desenvolvimento do capitalismo anterior à disseminação do fordismo, o elemento “mão-de-obra barata” era um fator de concorrência que realmente pesava a favor dos países do Terceiro Mundo, onde as modalidades de “superexploração” do trabalho são muito mais comuns. Porém, com o desenvolvimento das forças produtivas e com o advento das tecnologias baseadas na microeletrônica, o trabalho humano entra em crise no sistema produtor de mercadorias e esse diferencial cai por terra.

contaminasse todo o sistema financeiro mundial. Porém, como se sabe, isso não significou de maneira alguma o fim do capitalismo.

Obviamente, a produção de mercadorias nos países do Terceiro Mundo não consegue competir em pé de igualdade com a dos países desenvolvidos, já que a reprodução global do capital encontra-se nivelada por um patamar mínimo de produtividade cuja regulação também se dá em âmbito internacional. Então, a persistência de relações “escravistas” de trabalho apenas confirma o fato de que uma parte da humanidade precisa trabalhar praticamente de graça em alguns países pobres para que o capital investido tenha um retorno pelo menos equiparável ao dos países com elevado desenvolvimento das forças produtivas. Mas não é somente isso. Recorrer a práticas “escravistas” constitui uma tentativa desesperada de o capital gerar valor a partir da exploração intensiva da mais-valia absoluta, expressão cabal da crise do sistema produtor de mercadorias que já não necessita mais de tanto trabalho vivo. Ou seja, a escravidão ainda persiste em alguns lugares porque o capital não consegue mais explorar o volume necessário de trabalho vivo em outros locais. Se, meio século atrás, contar com um exército de mão-de-obra barata e abundante constituía um diferencial na concorrência global, por outro lado, o atual desenvolvimento das forças produtivas torna obsoleta essa mesma mão-de-obra. Assim, as modalidades escravistas de trabalho não constituiriam uma alternativa engenhosa de que o capital se vale para se reproduzir ampliamente, como sugere Martins, por exemplo. Em outras palavras, não consistem em uma alternativa, mas em sinal de que o sistema produtor de mercadorias caminha para um beco sem saída.

Essa crise permanente de valorização do capital a que se refere Kurz seria também a explicação para a convivência contraditória, na esfera agrária, entre relações de produção tipicamente capitalistas e relações não-capitalistas, conforma aponta Alfredo (2008). Mais uma vez, é importante ressaltar que se trata de uma orientação distinta da seguida por este estudo, baseado nas leituras de Martins e de Oliveira. Para ambos, o capital subordina e recria – tática e contraditoriamente – relações não capitalistas de produção no seu processo de reprodução ampliada. Ao contrário, Alfredo propõe que essa aparente recriação do campesinato seria fruto da expansão do capital para o universo rural-agrário, reflexo da crise de reprodução do capital no universo urbano-industrial, terra-natal por excelência do capitalismo. Por não alcançar a reprodução ampliada a partir da exploração da mais-valia dos trabalhadores da indústria, o capital migra para o campo

a fim de também se apropriar da renda da terra. De acordo com ele, o universo urbano-industrial se desenvolve historicamente sob a égide das relações capitalistas de produção. Mas o mesmo não se verifica no universo rural-agrário, que não é em sua totalidade dominado por relações capitalistas. Dessa forma, o universo rural-agrário não poderia ser compreendido como território absolutamente capitalista. Assim, a migração do capital de territórios plenamente capitalistas para territórios em que o capital ainda não fincou raízes por completo seria um sintoma da incapacidade que o capital apresenta para se reproduzir apenas nos territórios em que já se consolidou. Assim, por estar permanentemente em crise, o capital se expande para territórios sobre os quais ainda não exerce domínio. Exemplo cabal desse processo seria a incorporação da renda da terra ao capital industrial, como fez o setor sucroalcooleiro ao dominar não só o processamento da cana-de-açúcar, mas também o plantio dessa cultura.

“Ou seja, até que ponto a extensão de uma realidade industrial como produção agrária não estaria revelando, ao contrário do como parece ser, as determinações da crise da reprodução social, que se fazem, se expressam como expansão capitalista. Mesmo a incorporação do trabalho camponês no interior dos monopólios industriais, como o caso do leite, por exemplo, pode ser vista sob a perspectiva desta superação de limites lógicos que se põem como barreiras históricas, ditadas pela lógica urbano industrial que, como já o dissemos, por si só não é suficiente para a sua re-posição (ALFREDO, 2008: 06)”.

Apesar de abrirem portas para debates instigantes, como a crise de valorização do capital e a centralidade do capital financeiro no atual estágio do modo capitalista de produção, ao fundar suas análises no conceito de “fetichismo da mercadoria”, relegando a um segundo plano o conceito de luta de classes e desconsiderando a possibilidade de o processo de reprodução ampliada do capital implicar contraditoriamente relações de produção não capitalistas, Kurz e Alfredo não respondem a uma pergunta fundamental: de que maneira a burguesia se reproduz como classe? Esta talvez seja a principal contribuição do pensamento de Luxemburg: a percepção de que a *produção* do capital não pode ser capitalista, mas apenas a sua *reprodução*. Dessa forma, para que nasçam novos burgueses, é necessário que se desenrole um processo de produção de capital

concomitantemente ao processo de reprodução ampliada do capital. Afinal, a burguesia não pode se reproduzir socialmente apenas de forma hereditária. Assim, o processo de constituição das “frentes pioneiras” para alargamento da “fronteira”, discutido de forma cuidadosa no primeiro capítulo desta dissertação, refere-se justamente ao debate sobre as diferentes modalidades de produção de capital: é mediante a pilhagem do patrimônio natural, o roubo do trabalho de peões migrantes e a apropriação de terras através da grilagem (não raro, acompanhada da expulsão de indígenas e posseiros), que a burguesia também se reproduz como classe no Brasil. Não à toa, os veículos de comunicação continuam a relatar constantemente casos de desmatamento ilegal para a formação de grandes fazendas a partir de mão-de-obra temporariamente escravizada. Em outras palavras, a acumulação primitiva não pode ser considerada um processo datado e extinto, já que ela continua se manifestando em pleno território capitalista.

Centralidade do trabalho na sociedade

Na direção oposta à de Kurz, Antunes reafirma justamente a centralidade da categoria trabalho no atual estágio do sistema produtor de mercadorias. Logo de cara, percebe-se a nítida orientação leninista que inspira o autor, segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo segue uma linha evolutiva que tende a suplantear as formas não-capitalistas, culminando com a polarização entre as duas classes fundamentais que compõem o sistema: proletários e capitalistas. Ou seja, não existe espaço para a recriação de relações não-capitalistas de produção no âmbito do próprio modo capitalista de produção, como propõem Martins e Oliveira. Mas isso não quer dizer que a análise de Antunes deixe de lado as metamorfoses que vêm se observando no mundo contemporâneo, como o desemprego estrutural e o crescente contingente em condições precarizadas. Basicamente, ele cunha o conceito de “classe-que-vive-do-trabalho” para designar a totalidade daqueles que sobrevivem da venda da própria força de trabalho. Porém, o cerne dessa classe são os chamados “trabalhadores produtivos”, aqueles que produzem diretamente mais-valia e cujo núcleo duro se encontra no proletariado industrial. Porém, a “classe-que-vive-do-trabalho” também engloba os trabalhadores improdutivos, ou seja,

“aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo (...). O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos, etc, até aqueles que realizam atividades nas fábricas mas não criam diretamente valor (ANTUNES, 2002: 102).”

Antunes destaca o “enorme incremento do *novo proletariado fabril e de serviços*, que se traduz pelo impressionante crescimento, em escala mundial, do que a vertente crítica tem denominado *trabalho precarizado*” (2002: 104), a que ele também se refere como novo “subproletariado”. Nessa categoria, ele engloba os subcontratados, os trabalhadores *part-time*, entre outras tantas formas assemelhadas. Décadas atrás, esses postos de trabalho de segunda classe eram preenchidos principalmente por migrantes¹³⁹. Contudo, com o desmantelamento das políticas do *Welfare State* nos países do centro do capitalismo, somado à crise do modelo fordista/taylorista e ao crescimento do desemprego estrutural, um número cada vez mais expressivo de trabalhadores tem se submetido a condições precárias.

Antunes se contrapõe aos que não consideram a categoria do trabalho como central no sistema produtor de mercadorias atualmente vigente. Dentre os citados por ele, destaca-se Habermas, para quem o progresso técnico e científico teria se tornado uma fonte autônoma de mais-valia, colidindo frontalmente com a tese de Marx. Aqui é importante fazer uma distinção entre Habermas e Kurz. Enquanto o primeiro enxerga o desenvolvimento tecnológico como saída para a valorização do capital, Kurz entende esse mesmo processo como aprofundamento da crise de valorização. Portanto, são visões diametralmente opostas: enquanto a primeira recusa, a segunda corrobora a teoria do valor-trabalho de Marx. Em momento algum, Antunes desconsidera o fato de que o trabalho morto das máquinas vem se ampliando, ao passo que o trabalho vivo dos seres humanos está se reduzindo. Fiel à doutrina marxista, ele apenas não concebe que a

¹³⁹ É interessante notar uma certa proximidade entre o pensamento de Antunes e de Figueira. Enquanto o primeiro se dedica principalmente à análise do trabalho precarizado no meio urbano e industrial, o segundo foca suas atenções nas condições de trabalho no âmbito rural e agrário. Apesar das diferenças, ambos assinalam que as piores formas de trabalho precarizado recaem principalmente sobre estrangeiros e migrantes. Porém, se hoje até mesmo nativos são obrigados a se submeter a trabalhos precários, para os de fora sobrou o máximo do aviltamento e da exploração – a escravidão.

eliminação do trabalho vivo permita a reprodução do capital. O que acontece, em sua opinião, é que no atual estágio do sistema de produtor de mercadorias é necessário cada vez menos *trabalho estável*¹⁴⁰. Concomitantemente, cresce a incidência de outras formas de trabalho – trabalho parcial, *part-time*, terceirizado – que são parte constitutiva do processo de produção capitalista (2002: 119). Nessa mesma linha, ele descreve essa tendência como

“aquela marcada pelo enorme aumento do assalariamento e do proletariado precarizado em escala mundial. Nas últimas décadas, paralelamente à redução dos empregos estáveis, aumentou em escala explosiva o número de trabalhadores, homens e mulheres, em regime de tempo parcial, em trabalhos assalariados temporários. Essa é uma forte manifestação desse novo segmento que compõe a classe trabalhadora hoje, ou a expressão desse novo proletariado (2002: 202)”.

Para Antunes, o que ocorre então não é a substituição do trabalho humano pelo da máquina na produção de mercadorias e na geração do valor. Assiste-se, na verdade, a uma transferência da competência típica da inteligência humana para as máquinas informatizadas. Ou seja, homem e máquina trabalham cada vez mais unidos. Isso acentua a tendência apontada por Marx de transformação do trabalho vivo em trabalho morto. Nesse ponto, destacam-se as mudanças introduzidas pelo toyotismo, que aprimorou a organização do trabalho proposta pelo sistema fordista/taylorista, da primeira metade do século XX. Essas novas medidas têm, contraditoriamente, intensificado o trabalho num período de “escassez de trabalho”, de redução do contingente de trabalhadores no setor industrial e de crescimento da mão-de-obra no setor de serviços.

Em certa medida, é até arriscado evocar a teoria de Antunes para dar conta do objeto de estudo desta pesquisa e analisar as modalidades escravistas de trabalho no meio rural brasileiro. Elas poderiam talvez ser encaradas como expressão do trabalho

¹⁴⁰ Paralelamente ao crescimento das formas de trabalho precarizado, Antunes também aponta o incremento do chamado trabalho “imaterial”, de natureza mais intelectual. “O avanço do trabalho em atividades de pesquisa, na criação de softwares, marketing e publicidade, é também exemplo da ampliação do trabalho na esfera imaterial. Isso também atende a um nível de complexidade cada vez maior na esfera do processo produtivo em si, introduzido pelo toyotismo. Se no sistema fordista/taylorista as mercadorias eram padronizadas e estandardizadas (só eram produzidos Ford T5 Pretos, única opção oferecida pela montadora), hoje a indústria produz carros customizados, atenta à demanda (2002: 127).”

precarizado a que está sujeito esse subproletariado contemporâneo de que ele tanto fala. Porém, essa suposição não é completamente segura, já que o autor dá pouca atenção (para usar um eufemismo) ao universo dos trabalhadores rurais – reflexo da sua orientação calcada na visão leninista, que compreende o proletariado fabril e urbano como protagonista da transformação social e que relega a um segundo plano o papel do campesinato. Nesse sentido, os peões das frentes pioneiras da Amazônia talvez pudessem ser enquadrados no subproletariado que tende a crescer, mas que ainda serve ao capital para reproduzi-lo.

2.5. Escravidão, ideologias e discursos de dominação

Este estudo tem privilegiado até aqui o aspecto material na análise das formas escravistas que ainda existem no meio rural brasileiro. Em outras palavras, procurou-se entender como essas relações de trabalho se relacionam com o modo capitalista de produção, desvendando eminentemente as motivações econômicas que ainda levam ao emprego desse tipo de mão-de-obra nos dias de hoje. Porém, não poderia ser deixada de lado, ainda que rapidamente, uma discussão sobre o universo simbólico dos sujeitos sociais envolvidos nas práticas do que hoje se chama de “trabalho escravo”. Ou seja, não se trata de compreender o fenômeno apenas como relação de produção, mas também como relação social – elucidando os discursos e os valores que explicam a violenta sujeição dos peões por fazendeiros e seus prepostos.

Páginas atrás, introduzimos o assunto ao afirmar que o peão escravizado é, via de regra, um *outsider* – um eterno estrangeiro que vaga pelas estradas à procura de emprego, e que já perdeu total ou parcialmente os vínculos que tinha com sua família ou comunidade. A aplicação desse conceito ao mundo do trabalho degradante na Amazônia é um dos pilares da obra de Figueira (2004), que o tomou emprestado de um estudo de caso feito por Norbert Elias e John Scotson sobre os conflitos sociais em uma pequena cidade chamada Winston Parva. Resumidamente, os *outsiders* eram um grupo social nada coeso, constituído basicamente por pessoas que haviam chegado há pouco tempo ao modesto povoado, onde viviam há pelo menos três gerações aqueles que os autores batizaram de *estabelecidos*. As diferenças de etnia, de classe e de cultura geraram um perverso processo de estigmatização dos forasteiros, que passaram a ser considerados

realmente inferiores pelos *estabelecidos*. Ou seja, tratava-se de um fenômeno de apartação social que extrapolava o preconceito individual e recaía sobre todo um grupo que, com o passar do tempo, passou até mesmo a aceitar o discurso de inferioridade proposto por aqueles que se autointitulavam superiores. Na opinião de Figueira, é justamente desse processo de estigmatização que são vítimas muitos peões da fronteira agrícola amazônica, que tendem inclusive a assimilar a suposta inferioridade que lhes é reputada.

Figueira chega a considerar que, em situações extremas, alguns peões podem desenvolver um quadro de “negação da vida”. Ele toma como base a análise de Hannah Arendt sobre o comportamento de alguns indivíduos judeus durante o regime nazista, que aceitavam de forma resignada a violenta perseguição de que eram vítimas nos campos de concentração. Não se tratava, portanto, apenas de uma morte “física”, mas também de uma morte “social”. Assim, os peões que não vislumbram uma possibilidade de escapar da rede de endividamento em que estão presos, muitas vezes potencializada pela dependência do álcool e pelo constante isolamento “afetivo, econômico e geográfico” (2004: 291), entram em uma espiral emocional trágica que pode culminar com o quadro que Arendt chama de “negação da vida”. Dessa forma, “há uma espécie de suicídio na vida sem perspectiva dos ‘peões de trecho’, em que se alternam humilhações e violências em fazendas sucessivas, praticamente a troco de comida (2004:291)”.

É possível compreender a constituição desses mecanismos de dominação sob as mais diversas orientações teórico-metodológicas. Bourdieu (1989) afirma que a tradição do pensamento marxista privilegia as funções políticas na construção do universo simbólico. Para tanto, é fundamental entender o conceito de “ideologia” como peça fundamental nesse processo. Trocando em miúdos, isso quer dizer que toda ideologia que impera em uma determinada sociedade tem o objetivo político de justificar e ampliar a dominação de uma classe sobre outra. E faz parte desse jogo político-ideológico que as “classes dominadas” também aprovelem e aspirem aos valores apregoados pela “classe dominante”. É por isso que, com o passar do tempo, os próprios *outsiders* de Winston Parva passaram a aceitar a inferioridade que lhes era imputada pelos estabelecidos da cidade. Referindo-se ao pensamento marxista, Bourdieu coloca o seguinte:

“As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989: 10)”.

O culto à necessidade de trabalhar duro para vencer na vida, por exemplo, é expressão cabal dessa ideologia que nasce no seio dos valores da “classe dominante” e se espalha pelo inconsciente coletivo das “classes dominadas”, como tática para subordiná-las. Não raro, fazendeiros flagrados pela prática de “trabalho análogo ao de escravo” também afirmam que já passaram pelas mesmas condições de precariedade, como se esse fosse um preço inevitável a se pagar pelo desbravamento pioneiro da fronteira agrícola supostamente necessário ao progresso. Aliás, como se esse fosse um preço inevitável a se pagar por simplesmente viver a vida em um ambiente naturalmente hostil ao desenvolvimento do capital. Além disso, alguns desses latifundiários chegam a argumentar que as precárias condições em que seus empregados são mantidos refletiriam, na verdade, os próprios costumes dos peões da região. Trata-se da construção de um discurso de dominação que propõe uma leitura rasa da realidade e que termina por culpar os pobres pela pobreza, os atrasados pelo atraso, os violentados pela violência. Existe, portanto, um processo de transferência da responsabilidade pela precariedade das condições de trabalho, como se esses ditos costumes dos trabalhadores não tivessem sido impostos – ao longo de séculos de história – pela “classe dominante” e não servissem aos interesses dela própria, mas refletissem um jeito de ser “embrutecido” dos peões. É sintomático, nesse sentido, o discurso de um senador da República que subiu às tribunas do Congresso para responder da seguinte maneira às autuações feitas pelos fiscais do Grupo Móvel em decorrência do flagrante de “condições análogas às de escravo” em uma de suas fazendas: “Senhores fiscais do trabalho, complacência para com aqueles homens

rudes do campo que ainda não se adaptaram aos novos tempos”¹⁴¹. Mais do que uma justificativa pública esdrúxula, a fala do senador retrata de forma emblemática o raciocínio capcioso que incute na cabeça do peão da fronteira agrícola a ideia de que sua condição é fruto da sua própria contingência de ser humano não “civilizado”. Essa transferência da culpa pelas más condições de trabalho é uma estratégia do parlamentar – e da classe que ele representa – no sentido de *naturalizar* um problema que deriva não da “essência tosca” do peão, mas justamente da exploração que a classe dominante faz da classe trabalhadora ao longo das gerações. É o que aponta também o juiz federal Carlos Haddad, lotado na cidade de Marabá, e que já julgou diversas ações contra fazendeiros acusados de crime de redução de trabalhadores a “condição análoga à de escravo”. De acordo com ele, as precárias condições de trabalho dos peões na Amazônia correspondem a um “estado de normalidade” que não sensibiliza os empregadores e que também não é questionado por aqueles que sofrem na pele as consequências dessa organização social perversa.

“O nível de reivindicação desses trabalhadores é muito baixo. Para eles, tudo está ótimo. A necessidade alimentar e de sobrevivência é tão grande que eles aceitam tudo. Eu não sou daqui da região, a gente estranha um pouco. Eu vim lá de Belo Horizonte, do Sudeste. Isso aqui é um estado de normalidade. Só que é uma normalidade assustadora. Você vê pessoas aí trabalhando meses, morando em um barraco de palha, fazendo necessidades no mato, bebendo água de rio. É um padrão comum. Nem os trabalhadores e, mesmo os fazendeiros, a maioria não vê algo de anormal nisso. A dívida não é nem tanto a pior parte. Pelo sistema de empreitada que eles fazem, normalmente eles recebem no final do trabalho. Às vezes dura 45 dias. Então, não recebeu no prazo de 30 dias... A dívida nem era o maior problema. O mais grave era a falta de propiciar condições dignas de trabalho. E não são pessoas, fazendeiros, que não têm condições de fazer isso. Alguns são donos de rebanhos de 10 mil cabeças de gado. Eles têm milhões em gado. Mas não têm disposição para conferir uma condição mínima e razoável para a pessoa trabalhar (...) Eu acho assim... só talvez fazendo exigências maiores para ver se eleva o nível de expectativa dessas pessoas. Senão fica o *status quo* e nada se muda”.

¹⁴¹ Repórter Brasil. *Senador faz ofensiva na Justiça para evitar punição por trabalho escravo*. 14/04/2005.

Há exemplos ainda mais radicais dessa estratégia de transferência de responsabilidade, como demonstra Figueira. Citando opiniões de alguns grandes proprietários de terra flagrados pela pelo emprego de “trabalho escravo”, colhidas em entrevistas feitas por ele próprio ou por meios de comunicação variados, é curioso entender como esses latifundiários justificam o tratamento desumano dispensado aos seus funcionários até mesmo como decorrência do “mau caráter” dos peões. Assim, na acepção desses empregadores, quando acusações de péssimas condições de trabalho vêm à tona, geralmente são histórias falsas fabricadas por peões de idoneidade duvidosa, com o objetivo de denegrir a imagem dos fazendeiros que, ao contrário, estariam realizando uma genuína boa ação ao oferecer emprego a uma massa desocupada que não teria sequer onde “cair morta”, como reza a tradição popular.

“Para ele [*o fazendeiro*], os peões não deveriam ser tratados como vítimas, mas como réus. Estes eram ‘preguiçosos’, de ‘vida promíscua’, ‘troca[va]m bota por pinga’, eram ladrões, não sabiam trabalhar, fugiam deixando dívidas. Entre eles, havia uma mulher mentirosa e bêbada que ‘armava’ toda essa denúncia contra ele. Outro exemplo vem de um preposto(...), Geraldo José Ribeiro. (...) Geraldo explicou: ‘Quem trabalha com a gente é só marginal’. Isso justificava contratá-los de forma irregular. Contudo, se a justiça não acredita nesses argumentos e tem provas que considera irrefutáveis, os proprietários dos imóveis podem ou não admitir a existência do problema. Se admitem, tendem a transferir a responsabilidade para outros (FIGUEIRA, 2004: 315)”.

Também é interessante trazer a contribuição de um pensador que não se insere na seara marxista, mas cuja obra se dedica a examinar as relações de poder em suas expressões mais capilarizadas. Estamos falando de Foucault (1979). Em primeiro lugar, sua obra não tem como um dos elementos centrais o conceito de “ideologia”, tão caro ao marxismo. Para ele, as relações de poder não obedecem a uma hierarquia facilmente perceptível e nem emanam de um centro absoluto. Também não devem ser encaradas apenas como reflexo do domínio de uma classe sobre outras¹⁴². Definitivamente, Foucault

¹⁴² “Terceira precaução metodológica: não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são

não despreza a conjuntura material e econômica para estudar as relações de poder. Porém, está mais preocupado em entender *como* o poder se estabelece. Para ele, o poder só pode ser exercido através da “produção da verdade” (1979: 180). E a verdade não tem nada a ver com o conteúdo veiculado de um discurso, o que ele diz de fato, mas sim com a transmissão de uma aparência confiável. O conceito marxista de ideologia tende a considerar que a verdade representa o ponto-de-vista da “classe dominante” imposto às “classes dominadas”. Foucault está mais interessado em compreender os efeitos da verdade proposta por esses discursos, que *a priori* não são nem falsos e nem verdadeiros.

As ponderações de Foucault são bastante estimulantes para explicar, por exemplo, as peculiaridades das esferas de poder que se estabelecem entre os sujeitos sociais envolvidos nessas práticas escravistas que se verificam no meio rural brasileiro. Como explicar, por exemplo, a ascendência do “gato” – o aliciador de mão-de-obra – sobre o peão? Em muitos casos, o próprio “gato” é ou já foi um trabalhador rural e sua condição social não difere muito da do peão por ele recrutado. Apesar de estar a serviço de um fazendeiro, de um sujeito de classe social mais abastada, não se pode dizer que seja essa a única fonte da autoridade que ele impõe ao peão. Foucault nos fornece pistas mais interessantes ao propor o conceito de “disciplina”. Nesse ponto, é necessário fazer uma breve digressão. Essa noção está diretamente associada à ascensão do capitalismo. Explica-se: durante o feudalismo, o poder consistia principalmente no controle da terra e das riquezas por ela produzidas. Com a evolução do capitalismo, o poder passa, então, a recair sobre os corpos e os atos das pessoas através das táticas de disciplina. Isso é também reflexo, obviamente, do poder que as “classes dominantes” alcançaram ao divorciar as “classes dominadas” dos meios de produção e ao explorar seu trabalho. Porém, o poder é alcançado não apenas pela dominação “física” dos corpos, a serviço da classe dominante. Os trabalhadores são compelidos ao controle não apenas pela necessidade ou pela violência, mas são enredados em uma trama de discursos que envolve todos os sujeitos sociais e todos os níveis de hierarquia.

No caso dos peões submetidos a regimes escravistas, por exemplo, faz parte da estratégia de disciplina a criação do discurso de que as precárias condições de trabalho ou

submetidos. O poder deve ser entendido como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede (FOUCAULT, 1979: 183).”.

a fabricação de dívidas são artifícios legítimos – e que representam o tal “costume da região”. Mas isso não é somente um truque do fazendeiro mal intencionado que impõe unilateralmente a sua vontade, criando justificativas esfarrapadas que são aceitas de forma mais ou menos inocente pelos trabalhadores recrutados. Essas relações de poder também são replicadas pelos próprios peões e, por essa razão, precisam ser analisadas de forma capilarizada, sob o prisma do contexto social em que se inserem. Certamente, o gato também considera legítima a fabricação das dívidas porque, em muitos casos, já foi peão e passou pelas mesmas dificuldades dos empregados aliciados. Portanto, seu poder sobre os trabalhadores também se justifica como “argumento de autoridade”, a opinião de alguém mais experiente que superou as adversidades e ascendeu na escala social da fronteira agrícola.

Assim, superar as dificuldades e aguentar o sofrimento de forma resignada configuram uma espécie de regime probatório por que já passaram muitos peões, uma experiência praticamente indispensável ao seu currículo social – nesse ponto, pode-se fazer uma ligação direta com o conceito de “negação da vida” proposto por Arendt e desenvolvido por Figueira. Além disso, não raro, joga-se com a “honra” do peão para discipliná-lo. Ou seja, peão bom é aquele que nunca abandona o trabalho incompleto e que não deixa dívida para trás – que pode até ser ilegal do ponto de vista da legislação, mas é legítima no âmbito das relações sociais que se criaram na fronteira. A noção de “honradez” assume, então, um papel primordial no sentido de disciplinar os trabalhadores e conservar o *status quo*. A falta de confiança na polícia, na Justiça, e em outros órgãos do poder público – em suma, a inoperância do Estado – também contribui para que o peão se convença de que seu destino é irremediável. Trata-se de um disciplinamento quase que fatalista. Até porque a própria construção do aparelho estatal nas zonas de alargamento da fronteira assenta-se invariavelmente no processo de burla das leis e de negação do direito. Frequentemente, os principais representantes do poder público (prefeitos, vereadores e a burocracia como um todo) são aqueles que atingiram o poder político a partir da constituição de um poder econômico calcado em um processo *ilegal* de apropriação de riqueza – seja através da exploração criminosa dos recursos naturais ou do trabalho humano. No imaginário social, então, o direito se constrói pela negação da legalidade, pelo seu próprio inverso. Por exemplo: o madeireiro, ao abrir a estrada que

escoa a extração irregular de toras nativas, também facilita o trânsito da comunidade. E, mais tarde, pode colher frutos políticos – e não apenas econômicos – da sua suposta boa ação. Dessa forma, até mesmo a reprodução social só pode ser garantida pelo descumprimento da lei – que se transforma, contraditoriamente, em regra.

3. A conquista do Assentamento 26 de Março

Já caía o fim da tarde na chuvosa sexta-feira do dia 26 de março de 1999 quando cerca de 1.200 famílias sem-terra deixaram a cidade de Marabá em direção à rodovia PA 150, rumo ao sul do Estado. No começo, a maioria tentava se abarrotar nas caçambas de caminhões, mas era tanta gente que o melhor mesmo foi marchar pela estrada até o castanhal Cabaceiras, mais um dos inúmeros latifúndios controlados pela família Mutran. A massa de milhares de pessoas cortou a cerca de arame e entrou na fazenda, na margem direita da rodovia. A chuva não dava trégua e a noite se aproximava cada vez mais veloz. Tão logo entraram no local, as pessoas só pensavam em se proteger da água farta que incessantemente despencava do céu, guarnecidas pelas lonas que serviriam de telhado aos barracos que precisavam construir para montar mais um acampamento do MST no sudeste do Pará. Todos ali estavam em busca de um sonhado pedaço de chão para viver. Porém, ninguém poderia imaginar que seriam necessários quase dez longos anos para que aquele latifúndio cedesse lugar a um assentamento.

3.1. As ocupações da Cabaceiras: estratégia contra a oligarquia e o latifúndio

A ocupação da fazenda Cabaceiras foi gestada ao longo de meses que antecederam aquele épico 26 de março. Trabalhadores rurais sem-terra, filhos de camponeses desempregados e esquecidos na periferia de Marabá, gente interessada em conquistar um lugar para viver, enfim, quem quisesse se aventurar na luta pela reforma agrária tornava-se bem-vindo. E era necessário muita gente para botar medo nos donos da Cabaceiras. Mas, na verdade, os Mutran é que botavam medo em muitos sem-terra. Tanto que alguns desistiram na hora mesmo da ocupação, ao tomar conhecimento de que a fazenda pertencia àquela conhecida família do sudeste do Pará. A direção do movimento tinha em mente outras áreas, além da Cabaceiras, que poderiam ser ocupadas. Porém, como estratégia para evitar dispersão, só revelou no último momento o destino das milhares de pessoas que marchavam contra o latifúndio.

Definitivamente, não se tratava de uma ocupação qualquer. Em primeiro lugar, era uma espécie de homenagem a dois companheiros que haviam sido mortos no dia 26

de março de 1998, em Parauapebas, em mais um conflito por terra na conturbada região sudeste do estado. Além disso, segundo Glaison Marcos da Silva, um dos coordenadores da época do acampamento e que hoje tem lote no assentamento, a ideia

“era enfraquecer a oligarquia agrária que tinha na região. Porque até hoje eles têm uma forcinha ainda. Eles têm dinheiro. No princípio, era isso, era quebrar a força do latifúndio. E o latifúndio pesado, forte, que tinha na região aqui, eram os Mutran. E foi por isso que nós decidimos. Mas eles ainda têm terra bem aqui, a Peruano, a Mutamba, que é deles, dos Mutran. Nós quebramos a força política que eles tinham... e territorial também”.

Segundo o advogado José Batista, da CPT, a Cabaceiras sempre esteve na mira do movimento sindical, que comandava as ocupações de terra no sudeste do Pará até a chegada do MST, na década de 90. Porém, na avaliação do agente da pastoral, o movimento sindical nunca teve força e organização suficientes para enfrentar a família Mutran, que já havia repellido a balas – disparadas por jagunços e até mesmo por policiais – as tentativas de posseiros de entrar na área. O MST, por outro lado, reunia as condições necessárias para segurar a ocupação e enfrentar possíveis represálias, ao organizar uma força massiva, composta por milhares de pessoas¹⁴³.

“Era uma ocupação estratégica por algumas razões. Primeiro porque havia já muitas denúncias no passado, que a gente nunca tinha condições de comprovar, de trabalho escravo, denúncias que não resultaram em fiscalizações [*do Ministério do Trabalho e Emprego*]. Denúncias de assassinatos de trabalhadores, de ter cemitério clandestino na fazenda, a razão de ter sido um castanhal e transformado todo em pastagem, a propaganda de que a fazenda Cabaceiras era uma propriedade modelo, e por ser da família Mutran, que tem uma folha de antecedentes de alguns quilômetros aqui na região.”

¹⁴³ Durante a entrevista, o advogado José Batista complementou essa análise recordando um episódio curioso e engraçado, que “até parece piada”, segundo suas próprias palavras. “Logo depois da ocupação da Cabaceiras pelo MST, teve uma reunião muito grande de lideranças do movimento sindical, que era o movimento que sempre pretendeu ocupar a Cabaceiras, mas nunca deu conta. Aí uma liderança do movimento sindical levantou e disse que estava muito contente com a notícia da ocupação do MST na Cabaceiras, porque eles tentavam fazer isso há muito tempo e não conseguiam, e usou a seguinte expressão: ‘o MST conseguiu quebrar o cabaço da fazenda Cabaceiras’. Desvirginou uma coisa que ninguém dava conta.”

No entanto, os Mutran já estavam prevenidos. Exatamente um ano antes da ocupação do MST, os advogados da família ingressaram na Vara Cível da Comarca de Marabá com uma ação de interdito proibitório contra dois coordenadores do movimento, pedindo que fosse aplicada multa de R\$ 50,00 por dia a cada sem-terra que porventura entrasse na Cabaceiras, a fim de debelar o chamado “esbulho possessório”. E, se isso de fato acontecesse, a ação também solicitava que o interdito proibitório se convertesse automaticamente em mandado de reintegração de posse. A ação justificava seus pedidos com base em declarações públicas concedidas pelos dois coordenadores do MST a jornais e emissoras de televisão do sul do Pará, aos quais teriam relatado os planos de entrar na Cabaceiras. De acordo com o texto do documento, a ocupação seria uma questão de tempo, iminente, como vinha ocorrendo em outras fazendas da região de Marabá. Todos os desejos dos Mutran foram prontamente atendidos pelo magistrado que analisou a petição. Logo no dia seguinte, 27 de março de 1998, a Justiça deferiu a expedição do interdito proibitório, argumentando que a declaração feita pelos coordenadores do MST era “audaciosa, irresponsável e inconsequente”, e que a conduta dos integrantes dos movimentos sociais na região não se assemelhava à de trabalhadores rurais, mas à de um “bando de bárbaros invasores da Idade Média”.

Feita a ocupação da fazenda Cabaceiras, a reação não tardou a vir. Ao todo, 16 trabalhadores foram detidos, “acusados pela polícia de invadir a fazenda Cabaceiras”¹⁴⁴, mas nenhum acabou sendo condenado. Na realidade, eles foram liberados depois de uma grande manifestação realizada pelas ruas de Marabá. No total, foram cumpridos dois mandados de reintegração de posse. O primeiro, na realidade, foi agilizado por um acordo feito entre o Incra e os sem-terra, que só concordaram em deixar a área para a realização de uma vistoria. Mesmo com o acerto feito com o órgão federal, a saída dos trabalhadores foi acompanhada por um pelotão de 400 homens da Polícia Militar especialmente preparados para “garantir a integridade física dos oficiais de Justiça no cumprimento do Mandado Judicial de Reintegração de Posse”¹⁴⁵. O acampamento, então, foi

¹⁴⁴ O Liberal. *Justiça solta 16 do MST*. 25/06/1999.

¹⁴⁵ “A corporação usa na manhã de hoje 400 homens para acompanhar os oficiais de Justiça que farão a citação do grupo de invasores que ocupa há 27 dias a fazenda Cabaceiras (...). Segundo o Cel. Jaime, será utilizado o mínimo de armamento possível, mas, se necessário, serão usadas bombas de efeito moral para

temporariamente transferido para um local fora da fazenda, às margens do rio Sororó, onde as famílias se instalariam temporariamente e também receberiam 850 cestas básicas. Mas o principal item do acordo consistia na fixação de um prazo de 30 dias para que os técnicos do órgão procedessem a uma vistoria. Porém, o Incra não honrou o prometido. Em protesto, passado pouco mais de um mês da primeira investida sobre a Cabaceiras, o MST voltou a ocupar a fazenda, dessa vez, tomando a sede próxima à beira da rodovia PA 150. Como nem poderia deixar de ser, com o transcorrer do tempo as desistências dos trabalhadores foram se acentuando, devido às dificuldades materiais e à pressão psicológica enfrentadas pelos trabalhadores, como explica Sebastião Félix de Araújo, assentado que chegou ao acampamento montado na Cabaceiras, no dia 04 de abril de 1999:

“A primeira ocupação foi de 1.200 famílias. Aí, quando a gente foi para o Sororó, que saiu na primeira liminar de despejo, um bocado desistiu. Quando a gente voltou para lá (*para a Cabaceiras*), nessa volta de novo para a sede tornou faltar alguém que não foi. Gente desistiu, não aguenta aquela pressão e tal.”

Ao retornarem para a fazenda, em 10 de junho de 1999, os sem-terra permaneceram no local por cerca de quarenta dias, até o cumprimento da segunda liminar de despejo. Nesse meio-tempo, porém, veio à tona a denúncia da existência de um cemitério clandestino na Cabaceiras, onde supostamente estariam enterrados corpos de peões assassinados enquanto a propriedade já se encontrava sob controle dos Mutran¹⁴⁶. A descoberta das ossadas foi feita pelos próprios integrantes do MST, guiados por Pedro Alves Carvalho, que décadas antes havia trabalhado na fazenda no garimpo e na extração de castanha, como relatado no primeiro capítulo desta dissertação. Tão logo surgiram as suspeitas do cemitério clandestino, o procurador Ubiratan Cazetta, do Ministério Público Federal, requereu por meio de ofício enviado em 07 de julho de 1999 ao superintendente da Polícia Federal que fizesse uma diligência no local dos fatos. Cinco dias depois, uma equipe do Instituto Médico Legal (IML) partiu da capital Belém para dirigir a retirada e a

dispersar os exaltados, se houver”. Correio do Tocantins. *PM usa 400 homens para acompanhar desocupação da fazenda Cabaceiras*. 23 a 26/04/1999.

¹⁴⁶ O Liberal. *Ossadas humanas em fazenda*. 12/07/1999.

análise das ossadas, operação também acompanhada pela Polícia Civil. Segundo depoimento de Raimundo Nonato, um dos coordenadores estaduais do MST na época, concedido ao jornal “O Liberal” em 12 de julho de 1999, “dois esqueletos estavam amarrados com cordas de *nylon* em estado quase perfeito. Até os panos de algumas vestimentas das vítimas, de acordo com o coordenador do MST, indicam que os corpos foram enterrados num período de cinco anos”. O caso chamou a atenção de meios de comunicação de todo o país e ganhou repercussão em nível nacional.

Em 21 de julho, Pedro Alves Carvalho – o informante que havia indicado a localização exata das covas – concedeu um depoimento ao procurador Ubiratan Cazetta do MPF relatando a história a partir do¹⁴⁷:

“(...) momento em que os Mutran assumiram de vez a Fazenda e passaram a cometer, por meio de pistoleiros, as maiores barbaridades; Que, como os trabalhadores de Marabá já conheciam a fama dos Mutran, eles contratavam “gatos” para trazer trabalhadores do Maranhão e do Tocantins; Que, nesta época, passaram a habitar a fazenda diversos pistoleiros, alguns deles comandados pelo Sebastião da Terezona; Que estes pistoleiros não ficavam vigiando os trabalhadores, mas diziam que, quem fugisse, seria perseguido e morto (...) Que sabe que as pessoas que morriam de causas naturais na fazenda eram embrulhadas numa lona preta e mandadas, junto com a castanha, para Marabá, sendo enterradas no cemitério que tem no “Cabelo Seco”; Que nunca houve cemitério para as pessoas que morriam naturalmente na fazenda” (...) Que mais uma vez afirma que não havia cemitério na fazenda para quem morria naturalmente, apenas sendo enterrados lá os casos de morte violenta”

Em entrevista ao jornal “O Liberal”¹⁴⁸, Délio Mutran – um dos sócios da empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda., então proprietária da Cabaceiras – alegou que não havia envolvimento de “ninguém de sua família ou de empregados da fazenda em eventos que tenham ligação com a descoberta das ossadas”. Délio também acusou as lideranças do MST de utilizarem o episódio do suposto cemitério clandestino para desviar

¹⁴⁷ O depoimento de Pedro Alves Carvalho, intitulado “Termo de Declarações”, consta da seção de anexos, no final desta dissertação.

¹⁴⁸ O Liberal. *Dono nega envolvimento e ataca os sem-terra*. 12/07/1999.

as atenções sobre a ocupação da fazenda e deixar de cumprir o pedido de reintegração de posse que a Justiça já havia concedido em favor dos Mutran:

“(...) poderei mostrar toda a cadeia dominial da propriedade, que já existe há cerca de 60 anos. Informo desde logo, porém que não adquirimos essa fazenda de bandidos, e sim da empresa Nelito Indústria e Comércio S/A, uma das mais respeitadas, mais ilibadas do município de Marabá. Eu admito que possa haver corpos enterrados lá, mas garanto que não temos nada a ver com isso, considerando a honorabilidade da empresa que, anteriormente a nós, era a proprietária da Cabaceiras (...). Uma coisa são essas ossadas, outra é a escandalosa, inadmissível postura do MST, de afrontar as leis e de desafiar as autoridades, esquivando-se de cumprir ordens judiciais para que desocupe propriedades privadas.”

As denúncias sobre a existência de um cemitério clandestino foram esvaziadas com a apuração feita pela Polícia Civil. Os investigadores colheram o depoimento do lavrador Fernando Rodrigues de Oliveira, que tinha 78 anos na época e que declarou conhecer a Cabaceiras desde 1945. Segundo ele, as covas teriam sido abertas por trabalhadores que lá enterraram seus familiares devido às dificuldades logísticas e financeiras para levar os corpos até um cemitério. Ele próprio teria sepultado duas netas na área da fazenda¹⁴⁹. Por fim, as análises técnicas também fizeram cair por terra a hipótese de as covas constituírem uma espécie de cemitério clandestino. O próprio diretor do IML de Belém afirmou que as ossadas teriam mais de 30 anos, o que inviabilizaria a acusação do MST de que se tratavam de cadáveres de trabalhadores assassinados por pistoleiros contratados pelos Mutran¹⁵⁰ – já que a fazenda havia sido adquirida pela família em 1989. Por outro lado, o movimento social colocou em xeque as investigações da Polícia Civil e o trabalho dos peritos do IML, acusando os funcionários dos órgãos públicos de favorecimento à família Mutran¹⁵¹.

¹⁴⁹ Correio do Tocantins. *Denúncias de cemitério clandestino não passam de sensacionalismo*. 13/07/1999.

¹⁵⁰ A Província do Pará. *Ossadas são analisadas no IML*. 14/07/1999.

¹⁵¹ É o que mostra reportagem publicada no Correio do Tocantins. “Em nota divulgada ontem, 12, no início da noite, o MST critica o trabalho dos peritos e contesta os resultados iniciais divulgados pela Polícia Civil. O documento afirma que ‘ficou muito clara a preocupação e aflição do perito criminal em tentar convencer a imprensa presente que o local das escavações era um cemitério comum de empregados da fazenda, ao

Ao mesmo tempo em que se arrastava o imbróglio sobre o cemitério clandestino na Cabaceiras, aumentava a pressão para que o MST desocupasse a área. No dia 16 de julho 1999, uma semana após a descoberta das ossadas, uma reunião realizada na sede do Incra de Marabá tenta colocar fim ao impasse e encontrar uma via de desocupação pacífica. A direção do órgão federal em Marabá propõe, então, aos trabalhadores que as famílias sejam transferidas para a Gleba Carajás, a 160 quilômetros de Marabá. Mas a coordenação do movimento recusa a oferta alegando tratar-se de uma área “inóspita”, que não oferece “as mínimas condições de sobrevivência”¹⁵². Assim, ao contrário da primeira vez em que os trabalhadores deixaram temporariamente a fazenda depois de celebrado o acordo com o Incra (não honrado, diga-se de passagem) para a realização da vistoria, o cumprimento do segundo despejo, em virtude da liminar judicial de reintegração de posse, não foi dos mais amistosos. Já contando com a chegada dos policiais, os agricultores fizeram algumas cruzeiras de madeira simbolizando o “Massacre de Eldorado dos Carajás”, ocorrido em 1996 – quando soldados abriram fogo para “dispersar” um protesto na “curva do S”, naquela mesma rodovia PA 150 onde se encontrava o acampamento do MST instalado na Cabaceiras. O clima era de evidente tensão por conta do medo de que se repetisse a chacina dos 19 sem-terra acontecida três anos antes. Maria Ivonete Araújo, esposa de Sebastião Félix de Araújo, conta com riqueza de detalhes o episódio.

“Aquele dia foi assim. Nós estávamos todo mundo ali e aí teve uma reunião: ‘hoje a polícia vai vir para cá’. Ficou todo mundo naquela expectativa, e eu fiquei um pouco nervosa, sabe? Aí disseram ‘não, não faz medo, não, que eles não vão fazer nada com ninguém’. Aí era só chegando carro, era reportagem, pessoal dos direitos humanos. Nós estávamos todo mundo na frente [*do acampamento*]. Muita gente, eram mil e poucas famílias que tinham. Nós estávamos lá, todo mundo na frente, quando a polícia chegou. Quando eles chegam assim, não tem esse negócio de respeitar ninguém, não. (...) Chegaram aqueles cachorrões, aí foi batendo os pés e quebrando os paus, derrubando menino, foi desse jeito. Derrubando tudo. (...) Demorou um pedaço, começou a chegar carro para levar o pessoal e nós não queríamos sair, não. Para ir para

mesmo tempo que demonstrava pouco interesse nas escavações e retirava as ossadas das covas”. Correio do Tocantins. *Denúncias de cemitério clandestino não passam de sensacionalismo*. 13 de julho de 1999.

¹⁵² Opinião. *Sem-terra não aceita proposta para desocupar Cabaceiras*. 17 a 19/07/1999.

onde? Até que ajeitaram e nós saímos, tudo em fila. Aí nós passamos, fileira de soldado de um lado e de outro, nós passando entre uma e outra. Na pista formou uma fileira de gente, e nós saímos caminhando. (...) A gente ficava gritando para os policiais: ‘cachorro/do Almir/Gabriel’ [*governador (PSDB) do Pará na época*], ‘nós vamos voltar, seus cachorros’, nós dizíamos desse jeito. O pessoal não tinha medo, não. E eles [*os policiais*] ficavam todos sérios. Nós ficamos com raiva deles porque eles quebraram tudo lá dentro. Mas depois disseram que não fizeram nada... Como é que não fizeram nada? Eles só não fizeram bater em ninguém. Mas teve criança que foi machucada, que eles derrubaram pau para cima das crianças.”

Em 26 de julho de 1999, depois de deixarem a Cabaceiras, pela segunda vez, os sem-terra seguem diretamente para a sede da Superintendência Regional 27 do Incra em Marabá e ocupam as instalações do órgão federal por um par de dias, à espera de uma solução para o imbróglio. Todavia, sem avanço nas negociações, as famílias voltam pela terceira e última vez para o latifúndio da família Mutran, onde se instalam definitivamente numa área de 81 hectares – menos de 1% dos quase 10 mil hectares da fazenda. Os trabalhadores só se retiram definitivamente do acampamento instalado na beira da rodovia PA 150 no ano de 2008, quando ocorre finalmente a divisão dos lotes para as 206 famílias contempladas com a criação do assentamento. Vale lembrar que é precisamente nesse ínterim que se dão as quatro fiscalizações do Grupo Móvel de Fiscalização que flagram trabalhadores em “condições análogas à de escravo”, prova de que presença do MST não afetou consideravelmente as atividades econômicas da fazenda. Mas os conflitos não param por aí. Nesse longo intervalo de tempo, a convivência entre os camponeses do movimento social e os funcionários da família Mutran torna-se bastante conturbada.

Reportagens de jornais locais publicadas na época servem de termômetro para entender o verdadeiro clima de guerra que se instalou na Cabaceiras, com graves denúncias de violência de ambas as partes. No entanto, é importante ressaltar que as matérias jornalísticas, via de regra, criminalizam de maneira deliberada as ações do movimento social e inequivocamente tomam partido dos proprietários da fazenda¹⁵³. Não

¹⁵³ Uma das raras exceções se deu em junho de 2000, quando ganhou destaque em diversos veículos de imprensa a denúncia feita por integrantes do MST de um esquema de extração ilegal de cedro, angelim e

estamos aqui propondo qualquer espécie de teoria da conspiração – no sentido de que os jornais teriam fabricado de forma mentirosa os atos de violência cometidos por integrantes do MST – e nem estamos fazendo vistas grossas sobre a possibilidade de que ações mais enérgicas tenham sido realmente realizadas por integrantes do movimento social. Porém, a cobertura dos episódios de conflito revela a construção de um discurso raso e enviesado que não dá conta da realidade de animosidade extrema tal como ela se dá verdadeiramente, como se os atos de força ostensiva partissem apenas de um lado. Um dos períodos de maior tensão se deu em agosto de 2001. Uma simples análise das manchetes e dos termos utilizados nas notícias publicadas nos veículos de imprensa da época – como “selvageria”¹⁵⁴ e “vandalismo”¹⁵⁵ – por si só é suficiente para evidenciar a orquestração desse discurso ideológico contrário ao MST. Naquela oportunidade, um grupo formado por mais de uma centena de camponeses sem-terra foi acusado de depredar a sede da Cabaceiras, de espancar quatro funcionários da fazenda e de esfaquear outros dois. Personagem singularmente importante desse turbulento capítulo é o gerente da propriedade na época, Genêncio Chimoka, fonte primordial da maior parte das reportagens que atacam as ações do MST. O ex-funcionário e homem de confiança da família Mutran também foi entrevistado por este autor, a quem afirma ter sido vítima de ações violentas por parte dos integrantes do movimento não só naquela vez, mas em outras oportunidades também:

“Devo dizer que eu, juntamente com outros funcionários, por duas vezes, fomos vítimas de cárcere privado e seqüestro, por várias horas, sob o resgate de um delegado de polícia com escolta armada. A primeira vez [*o episódio ocorrido em 16 de agosto de 2001*], eu estava trabalhando, cerca de 22 horas da noite, no

outros tipos de madeira nobre da área de mata nativa da fazenda. “Integrantes do Movimento dos Sem-terra denunciaram a destruição da maior área de mata localizada na fazenda cabaceiras, a 25 km de Marabá, por serrarias da região. A denúncia foi comprovada ontem, quando dirigentes do MST convidaram a imprensa local para ir até o interior da reserva onde foram montadas várias frentes de desmatamento para extração de madeira nobre. (...) Logo após cruzar a porteira que dá acesso a mata, um acampamento foi montado para os mais de 30 homens contratados para derrubar as árvores e fazer o transporte. (...) Segundo informou Levino Ortelan, sócio-proprietário instalado em Morada Nova, toda a transação para a extração ilegal na área foi feita diretamente com o proprietário da fazenda, Evandro Mutran, que teria vendido árvores de pelo menos 100 alqueires da reserva.” Opinião. *MST denuncia desmatamento na fazenda Cabaceiras*. 17 a 20/06/00.

¹⁵⁴ Correio do Tocantins. *Sem-terra ateiam fogo na sede e espancam funcionários da fazenda*. 17 a 20/08/2001.

¹⁵⁵ Correio do Tocantins. *Cabaceiras sofre mais vandalismo*. 24/08/2001.

escritório da fazenda, quando chegou um grupo de 200 pessoas armadas, atirando... e aí ficamos lá retidos até o dia seguinte, por volta das 10 horas, quando fomos resgatados pelo delegado João Carlos. E outras vezes foi cerceado nosso direito de ir e vir, previsto pela Constituição, na base da arma mesmo, do fogo. E eu, juntamente com outros funcionários, permanecemos cerca de oito horas detidos, lá, sob a mira de revólveres, até o momento que eles acharam por bem nos liberar (...) Reter nós pra não prestarmos socorro, nem informações às autoridades, enquanto eles saqueavam pneus, gasolina, madeira, saqueavam tudo que existia no almoxarifado, arames, defensivos, ferramentas e produtos pertencentes à fazenda.”

Com relação ao episódio de agosto de 2001, a coordenação do MST emitiu na ocasião uma nota negando as acusações feitas pelo gerente da fazenda e afirmando que a ação desencadeada na sede da Cabaceiras teve unicamente o intuito de expulsar um grupo de pistoleiros, contratado pela família Mutran, que vigiava o local e que já havia ameaçado e espancado alguns trabalhadores acampados¹⁵⁶. Para tentar amenizar o clima de batalha campal e evitar que os conflitos caminhassem para uma tragédia de grandes proporções, foi convocada uma reunião emergencial na sede do Incra de Marabá, no dia 23 de agosto de 2001, que contou com a presença da Igreja Católica, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e da Polícia Civil, além do ouvidor-agrário nacional em pessoa, Gercino José da Silva Filho. Só a presença de tantas autoridades já dá a dimensão da gravidade da situação que se desenhava na Cabaceiras. Por meio de um termo de acordo, os integrantes do MST se comprometeram a entregar as armas de fogo de que dispunham para as autoridades competentes. Também ficou acertado que o acampamento montado na beira da PA 150 não seria desmanchado e que os trabalhadores permaneceriam na pequena parcela que ocupavam na fazenda em forma de comodato, até que se definisse pela desapropriação ou não do imóvel rural. Em suma, a reunião culminou com a construção de um pacto de não-agressão chancelado pelo movimento

¹⁵⁶ Segundo nota emitida pela coordenação do MST, publicada no jornal Opinião: “Diferente do que já se veiculou na imprensa local, informamos que de forma alguma foram feitas ameaças de morte por parte dos trabalhadores (as), muito menos ferimos pessoas. De nossa parte, assumimos que resolvemos expulsar os pistoleiros como forma de evitar uma tragédia para nossas famílias e, ao mesmo tempo, denunciar para toda a sociedade o descaso por parte do INCRA e autoridades responsáveis no tocante à desapropriação da área e a concretização real da Reforma Agrária”. Opinião. *Nota a sociedade*. 18 a 20/08/2001.

social e pela família Mutran¹⁵⁷, que seria acompanhado de perto pelas autoridades policiais e do Ministério Público. Mas esse acordo não significou o fim dos conflitos. Ao longo dos anos que antecederam a desapropriação da Cabaceiras, houve ainda outros casos – classificados até mesmo como “terrorismo”¹⁵⁸ – praticados pelos sem-terra que ganharam as páginas dos jornais do sudeste do Pará.

3.2. A consolidação do acampamento na fazenda Cabaceiras

Com o transcorrer do tempo, os camponeses do MST que haviam ocupado a propriedade da família Mutran passaram a participar cada vez mais ativamente da vida econômica e social de Marabá. Certa vez, a ocupação recebeu até mesmo um grande concerto do popular cantor e compositor Chico César, que atraiu diversos espectadores que a princípio nada tinham a ver com o movimento. Apesar de cobrir uma parcela ínfima do antigo castanhal Cabaceiras, o acampamento tornou-se referência na luta pela reforma agrária no sudeste do Pará por conta das milhares de pessoas que lá viviam e em razão da grande produção de gêneros alimentícios que abasteciam outros focos de resistência pela reforma agrária no sudeste do Pará, sem falar ainda nos acampados que vendiam parte da sua produção para hotéis e estabelecimentos comerciais de Marabá, conforme relata Glaison Marcos da Silva:

“Das primeiras vezes, nós estava no negócio da cesta básica mesmo. Aí, depois, quando nós entremos da última vez, que foi a terceira, decidimos fazer a roça. Fizemos uma roça, meu amigo... 16 alqueires. Todo mundo cultivou bacana. Em 2000, não teve uma crise mundial? Aqui nós não sofremos crise, não. Meu amigo, nós tivemos uma produção aqui, abóbora... nós tava sustentando os outros acampamentos tudo. Abastecendo todo mundo de legume, abóbora, arroz. Era uma roçona, 16 alqueires: arroz, milho, abóbora, pepino, feijão, tudo e quanto. E foi coletiva essa roça. Nós decidimos assim uma linha pra cada um, pra ficar organizado. Porque é o seguinte: no mutirão, não dava. Então, cada cabra cuida de uma linha, então vai cuidando e pronto, está resolvido.”

¹⁵⁷ Correio do Tocantins. *Autoridades se reúnem para pôr fim ao clima tenso na Cabaceiras*. 24/08/2001.

¹⁵⁸ Opinião. *Integrantes do MST acusados de saquear a Cabaceiras*. 14 a 15/01/2003.

No começo, o acampamento foi dividido em grandes grupos de 40 a 60 famílias. Também foram organizados *setores* para garantir assistência às famílias, como o de saúde (a fim de acessar o poder público em caso de necessidade), o de educação (para construir e organizar a escola), o de segurança (para garantir a integridade dos trabalhadores), sem falar nas atividades agrícolas propriamente ditas, necessárias à manutenção das famílias, divididas por grupo de famílias – que tinham liberdade para decidir sobre a própria organização do trabalho.

Foto 06 – A escola foi fundamental para a resistência do acampamento do MST na Cabaceiras

(Carlos Juliano Barros)

Certamente, um dos fatos que mais contribui para a consolidação da luta pela terra na Cabaceiras foi o reconhecimento oficial do governo municipal da escola montada no acampamento, como conta a coordenadora do assentamento e integrante da coordenação estadual do MST no Pará, Giselda Coelho.

“Ela (*a escola*) funcionou nos primeiros dois anos ainda numa negociação que a gente fez para que a documentação – para que as crianças não perdessem o ano – saísse pela escola aqui do assentamento 1º de Março. E, no segundo ano de acampamento, o município reconheceu a escola, registrou a escola. É uma das primeiras escolas dos acampamentos nossos que não é anexa, que não é vinculada a nenhuma outra escola. Ela foi registrada ainda no processo de acampamento. A primeira escola que é registrada onde a terra não está legalizada. (...) Significa que o município passa a ter mais responsabilidade com esses estudantes. Tem que manter educadores, pessoal de servente, manter vigia. (...) E todo material da secretaria, para parte de registro de matrícula, de boletim, essas coisas todas têm que ser mantidas pelo município. E a escola tem um nome, um registro, e ela mesma pode emitir a documentação dos próprios estudantes. (...) A escola acaba tendo essa centralidade na comunidade do ponto de vista da resistência também. Cumpre um papel importante.”

Num segundo momento, a organização interna do acampamento foi repensada. Os grupos iniciais de algumas dezenas de famílias foram reduzidos e se transformaram em *núcleos* que reuniam de dez a 20 famílias. A coordenação também foi ampliada, no sentido de fortalecer as células de base e de não sobrecarregar os que já estavam à frente da ocupação há mais tempo. A ideia era consolidar estruturas de organização já antevendo a futura constituição do assentamento. Mas, entre 2006 e 2007, a luta pela terra sofreria uma guinada completa. Como será visto no quarto capítulo, que trata do processo administrativo e judicial da desapropriação da Cabaceiras, o decreto presidencial que declarava a fazenda de interesse social para fins de reforma agrária foi publicado em outubro de 2004. Porém, a família Mutran conseguiu logo em seguida um mandado de segurança concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo seus efeitos. Dessa forma, numa cartada para abreviar a disputa judicial que poderia se arrastar por muitos anos ainda, e para colocar ainda mais pressão a fim de que a desapropriação saísse enfim do papel, as pouco mais de duas centenas de famílias sem-terra que ainda resistiam acampadas contrataram por conta própria um topógrafo com a missão de fazer a divisão da Cabaceiras em lotes, no final de 2006. Cada uma delas desembolsou R\$ 200,00 – totalizando um montante de aproximadamente R\$ 40 mil. Os trabalhos do topógrafo foram acompanhados por uma comissão interna criada especialmente para esse objetivo.

Na certeza de que a estratégia seria bem-sucedida, o MST também dialogou com o Incra no sentido de garantir que o órgão reconhecesse a organização idealizada pelos próprios sem-terra quando o assentamento fosse oficialmente criado. Sobre esse assunto, analisa Giselda Coelho, coordenadora do assentamento:

“Seria uma forma de territorialização e de garantir de fato a conquista da área, porque estava no Supremo Tribunal Federal e podia ter aí até 18 anos para sair o decreto de desapropriação (...) Mediante isso, nós tivemos um debate interno no acampamento e decidimos fazer a topografia do assentamento, aonde todas as famílias iriam para os lotes. Seria uma forma de a gente também ocupar todo o espaço e, literalmente, não ter mais ninguém da fazenda na área.”

Já em 2008, as famílias que antes se encontravam aglomeradas no acampamento restrito a uma ínfima parte que lhes cabia do latifúndio decidiram se espalhar de fato pela Cabaceiras a fim de “territorializar” a ocupação, como definiu a liderança do movimento. O assentamento foi pensado para contemplar as 206 famílias que ainda resistiam acampadas. Para tanto, foi dividido basicamente em seis grandes vilas que, a princípio, deveriam abrigar as famílias organizadas sob os 21 núcleos de base constituídos na reta final do acampamento. Obviamente, cada vila abrigaria mais de um núcleo. Porém, durante o processo, foi necessário fazer novos arranjos, tanto que o 21º núcleo acabou extinto e incorporado a outros já existentes. Finalmente, a destinação dos 206 lotes foi realizada por sorteio – conforme iam sendo sorteados, os núcleos decidiam internamente como fariam a repartição dos lotes nas vilas selecionadas. A planta do assentamento foi concebida sob o formato de “raio de sol”¹⁵⁹. As vilas funcionariam como uma espécie de

¹⁵⁹ Sobre a organização do assentamento no formato raio de sol, comenta o agrônomo Fernando Michelotti, professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Pará (Campus de Marabá), em entrevista concedida a este autor: “Outro fato novo é a tentativa de organizar a distribuição de lotes no formato de raio de sol, dos núcleos. É um dos poucos da região. O MST está experimentando isso em outros lugares. Porque tem um grande debate aqui: morar em agrovila ou morar nos lotes? O movimento sindical tem uma tendência a preferir que as pessoas morem nos lotes e o MST teve uma tendência maior de privilegiar as agrovilas. A vantagem da agrovila é que você consegue escola, chegar eletrificação mais fácil, ter uma organização, as pessoas estão mais próximas, você também aproxima os problemas. Por outro lado, você também distancia muito o local de residência do local de produção. Porque, se o assentamento for grande, imagina está todo mundo concentrado na agrovila, mas o cara tem um lote na outra ponta, às vezes, o cara vai gastar uma hora entre a casa dele e o lote. Então, isso dificulta pra ele ter certos tipos de produção. (...) Esse que é o inovador deles [do PA 26 de Março]. O lado oposto da agrovila é cada um morar no seu lote. Então, está todo mundo perto da sua área de produção, mas existe uma dispersão muito

centro, onde seriam construídas as casas dos futuros assentados, reforçando os laços de companheirismo dos núcleos já formados. Os lotes é que foram divididos no formato propriamente dito de raio de sol, como mostra o quadro na sequência. Por uma questão de otimização da área do imóvel rural, algumas famílias foram instaladas nas beiras das vicinais já existentes. Assim, buscava-se garantir que cada grupo de famílias que havia construído conjuntamente a trajetória de luta durante os duros e longos anos de acampamento também seguiria unido na nova e almejada fase do assentamento.

Figura 04 – Planta do Projeto de Assentamento 26 de Março

Fonte: Incra/SR 27

grande que dificulta certas questões de organização da vida comunitária. Então, eles tentaram fazer essa coisa meio mista, que é dividir os lotes tipo uma pizza, raio de sol, aí você tem os vários núcleos de moradia, você forma pequenas vilas, mas todo mundo está no seu lote. Então, ele não está distante da área de produção dele, mas está todo mundo numa certa dinâmica de vila. Eu acho bem interessante, bem inovadora, mas é nova na região.”

3.3. Pós-luta: os desafios do Assentamento 26 de Março

Após a conquista definitiva da fazenda Cabaceira, com a criação oficial do Projeto de Assentamento 26 de Março, em 19 de dezembro de 2008, os camponeses beneficiários da reforma agrária vêm se deparando com uma série de dificuldades e desafios para a consolidação do assentamento. Referimo-nos, sobretudo, aos obstáculos que precisam ser transpostos para garantir a viabilidade econômica que, por sua vez, permita a reprodução social das famílias que lá vivem. Até porque é justamente das questões relacionadas à “viabilidade econômica” que se originam a maior parte dos conflitos que fragilizam a mobilização construída a duras penas no processo de conquista da terra. Nesse sentido, uma das principais fontes dos problemas enfrentados no dia-a-dia pelos assentados é justamente o relacionamento com os órgãos do poder público que têm a missão de executar as políticas de reforma agrária. Um caso emblemático é o dos ramais de estrada que precisam ser abertos para facilitar o escoamento da produção e a própria locomoção dos moradores pelo assentamento, conforme aponta Giselda Coelho, membro da coordenação estadual do MST no Pará e assentada no PA 26 de Março:

“O assentamento foi criado em 19 de dezembro de 2008. No dia 30 de dezembro, [o Incra] empenhou mais de um milhão [de reais] para 24 quilômetros de estradas, 63 metros de ponte e mais o recurso para as casas, que nós estamos acessando agora, um ano depois. E a estrada até hoje não saiu. Com 24 quilômetros, 100% das famílias teriam acesso a seus lotes, se a Setran [Secretaria de Estado de Transportes do Governo do Estado do Pará] fizesse a estrada. A culpa é da Setran porque o dinheiro foi repassado.”

Como se pode perceber, a entrevista foi concedida por Giselda em dezembro de 2009, por ocasião do primeiro trabalho de campo realizado por este autor. Ao retornar pela segunda vez ao assentamento, em fevereiro de 2011, as obras para a abertura das estradas ainda não haviam começado e, segundo a coordenadora do MST, já não tinham mais prazo para serem iniciadas, devido ao rompimento do contrato pelo qual o Incra repassaria à Setran o recurso para a execução das obras. A fim de facilitar a circulação no interior do PA, alguns poucos quilômetros de ramais acabaram sendo abertos pelos

tratores da firma que venceu a licitação para a construção das casas dos assentados para o transporte dos materiais de construção. Houve famílias que chegaram até mesmo a abrir pequenos trechos na base da enxada e da motosserra. Para se ter uma noção de como o atraso nas obras das estradas prejudica a organização do movimento, alguns membros da coordenação do assentamento ficam a 14 quilômetros de distância da escola, local onde são realizadas as reuniões de sábado para discutir os rumos do PA 26 de Março. Para piorar, o ônibus que leva e traz as crianças e adolescentes que lá estudam não circula aos fins de semana, o que restringe significativamente a locomoção dos coordenadores.

Foto 07 – Obras de abertura das estradas não foram feitas pelo poder público no PA 26 de Março

(Carlos Juliano Barros)

Existem outros problemas básicos de infra-estrutura que estão longe de serem resolvidos. Com exceção daqueles assentados cujos lotes se encontram próximos à rodovia PA 150 e às vicinais que já contavam com rede elétrica, a esmagadora maioria das 206 famílias ainda não dispõem de luz em suas casas. A falta de energia implica

dificuldades à satisfação de necessidades básicas, como o armazenamento e o processamento de alimentos, e também inibe o acesso a equipamentos de rádio e televisão, itens importantes para garantia do direito ao lazer. Além disso, dificulta até mesmo o acesso à água, que é retirada dos poços artesanais por meio de um sistema de alavancas e baldes de manuseio complicado – e pesado! – para crianças e idosos, como se pode verificar na foto abaixo:

Foto 08 – Sebastião Félix de Araújo retira balde cheio d’água do fundo de poço artesiano, complicações devido à falta de luz

(Carlos Juliano Barros)

A previsão inicial era que elas saíssem do escuro até 2012. Porém, a implantação da estrutura de postes e fios depende diretamente da abertura dos ramais, o que pode levar anos. Outro exemplo das dificuldades de relacionamento dos assentados com o

Estado pode ser visualizado no processo de construção das casas dos assentados. O MST planejava construí-las em regime de mutirão, o que no entendimento da coordenação do movimento economizaria recursos e possibilitaria o erguimento de edificações de acordo com os gostos e as necessidades dos trabalhadores. Porém, não houve acordo com o Incra e a tarefa de construção das casas foi delegada a uma empresa que venceu a licitação aberta pelo órgão público federal. Esse episódio, por sinal, precipitou uma cisão entre os assentados e fez com que dois núcleos – do total de 20 que originalmente havia sido formado, quando da divisão dos lotes – se desligassem do MST. Dessa maneira, atualmente existem duas associações no PA 26 de Março: a Aproterra e a Asrupam¹⁶⁰. A segunda constitui uma dissidência formada por 47 famílias que se desligaram do movimento social queixando-se de pouca voz ativa nas deliberações sobre os rumos do assentamento¹⁶¹. E não se trata apenas de uma questão política. Pelo contrário: as associações são espaços fundamentais para o desenvolvimento dos camponeses porque fazem a ponte burocrática entre trabalhadores e órgãos públicos, além de funcionarem como instrumentos imprescindíveis para agilizar o acesso a linhas de crédito e financiamento bancário, como o Pronaf.

Outro sério problema que também não pode passar despercebido é a constante investida de madeireiros sobre os lotes de assentados do PA 26 de Março. Existe aí uma relação bastante delicada. Não se pode negar que a extração ilegal de árvores nativas do sudeste do Pará, de alto valor de mercado, desenvolve-se com a conivência dos próprios assentados – esquema que chegou inclusive a ser flagrado por uma operação de fiscais do Ibama que apreenderam, em outubro de 2010, três caminhões carregados com 453 metros cúbicos de madeira, inclusive de castanheiras, cujo corte é proibido¹⁶².

¹⁶⁰ A Aproterra (Associação dos Trabalhadores Rurais do PA 26 de Março) foi fundada em maio de 2009 e reúne 159 famílias. Já a Asrupam (Associação dos Pequenos Produtores Rurais familiares do PA 26 de Março) foi criada em agosto daquele mesmo ano e congrega 47 famílias.

¹⁶¹ Para Elias Vieira Lucena, vice-presidente da Asrupam: “no meu ponto de vista tinha que ter quatro associações, com mais ou menos 50 famílias por associação. É melhor para trabalhar.”

¹⁶² Globo.com. *Grupo derrubava castanheiras-do-Pará em assentamento do Incra em Marabá*. 17/08/10.

Foto 09 – Corte de castanheiras já foi investigado pelo Ibama devido a esquema com madeireiros

(Carlos Juliano Barros)

Vários são os motivos que justificam essa “parceria”. Em primeiro lugar, a venda ilegal de toras é das poucas atividades econômicas que se sustentam em um local de condições materiais tão precárias e em que a produção agrícola camponesa ainda enfrenta sérios obstáculos para se viabilizar economicamente. Até porque os assentados estão acessando as primeiras linhas de crédito a que têm direito¹⁶³. Além disso, os tratores das madeireiras abrem estradas no interior do assentamento de forma muito mais veloz que o poder público – que tem a obrigação de proporcionar aos beneficiários da reforma agrária

¹⁶³ Trata-se do PEA (Plano de Exploração Anual), que prevê cinco modalidades de crédito: o apoio inicial, o habitação, o fomento, o adicional de fomento e o fomento mulher. Além do dinheiro para a construção das casas, de acordo com um dos membros da coordenação do assentamento, conhecido pelo apelido de Ari, 130 famílias já tomaram recursos do apoio inicial – no valor total de R\$ 3.200,00 que precisam ser quitados pelos assentados. Segundo Ari, que também é técnico agrícola de uma prestadora de serviços formada por integrantes do próprio MST, “63 pessoas optaram por trabalhar com reservatório de água, 19 famílias optaram por trabalhar com bovino leiteiro, duas famílias optaram por galinha caipira e 19 optaram por roça mecanizada (aração e gradagem)”.

a infra-estrutura mínima, mas que não cumpre com a sua missão. Também não se pode descartar o componente da formação política desses camponeses e a dificuldade inerente ao processo de organização de duas centenas de famílias que, naturalmente, possuem aspirações distintas.

3.4. A trajetória do MST no sudeste do Pará

Para entender o processo de luta pela terra e a conquista do castanhal Cabaceiras pelos integrantes do MST, também é necessário resgatar a caminhada desse movimento social no Pará, iniciada justamente a partir do sudeste do estado. Até sua chegada a essa conturbada região da Amazônia, o enfrentamento ao latifúndio e as ocupações de terra eram comandados principalmente pelos sindicatos de trabalhadores rurais, com destaque para a entidade localizada no município de Conceição do Araguaia. Como já explicado no primeiro capítulo, durante todo o regime militar e até o início da década de 1990, o protagonista da luta pela reforma agrária era o camponês chamado de *posseiro*, cuja organização política havia sido gestada nas Comunidades Eclesiais de Base articuladas pelos setores progressistas da Igreja Católica que fundariam a CPT, em 1975. A princípio, as ocupações feitas pelos posseiros constituíam ações esparsas. Paralelamente ao considerável aumento do fluxo de migrantes para a Amazônia e ao acirramento dos conflitos por terra, foi se fortalecendo então a organização político-sindical dos posseiros que, em 1987, assumem o controle da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e a filiam à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Porém, no final dos anos 1980 e no começo da década seguinte, quando Fernando Collor de Melo assume a presidência, verifica-se um refluxo das lutas pela reforma agrária, motivada principalmente pela resistência do governo federal em criar assentamentos e fazer uma efetiva redistribuição de terras (ONDETTI, WAMBERGUE, AFONSO, 2010: 264). Só a partir da chegada do MST ao sudeste do Pará é que se alteraria profundamente esse quadro de estagnação.

A gênese do movimento na segunda maior unidade da federação remete à segunda metade da década de 1980, após a realização do primeiro congresso do MST, em 1985, quando a coordenação nacional decide enviar alguns militantes para articular apoios institucionais, iniciar trabalhos de base e identificar áreas passíveis de ocupação a fim de

estruturar o movimento no Pará. Essa medida fazia parte da estratégia de expansão do MST, que atingiu 18 estados da federação entre 1985 e 1990. Segundo Fernandes (2000), esse é o período de “institucionalização” do movimento. Porém, de acordo a pesquisa feita por Assis (2007), já havia articulações tocadas pelos militantes do STR de Conceição do Araguaia para a formação do MST antes mesmo do primeiro congresso. Também é fundamental a inserção política da CPT entre os camponeses do sudeste do Pará para a escolha dessa região como ponto de partida para o desenvolvimento das atividades do movimento no estado:

“Os dirigentes sindicais de Conceição do Araguaia eram mais próximos do MST. A história de luta dos posseiros, a estreita relação dos posseiros e dirigentes sindicais com a CPT talvez tenham sido fatores motivadores da escolha dessa região para as primeiras ações do MST. Outros aspectos que certamente influenciaram essa decisão foram: a constatação de um grande número de latifúndios na região e o fato de, nas décadas de setenta e oitenta, Conceição do Araguaia ter sido palco de muita violência e de resistência dos posseiros” (ASSIS, 2007: 121)

Em 1989, uma ocupação de terra em Xinguara esboça a primeira ação concreta do MST no Pará. Naquele ano, sempre com o apoio dos sindicalistas de Conceição do Araguaia, o movimento começa o trabalho de base em outros dois municípios, além de Conceição: Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras. Ainda em 1989, acontece o primeiro encontro estadual, que elege uma coordenação composta por sindicalistas e por militantes vindos de outros estados. Porém, nos primeiros meses de 1991, o MST transfere sua secretaria estadual para Marabá em virtude de divergências com o STR de Conceição de Araguaia, para quem

“a conquista da terra já era um grande passo e, portanto, definido o direito à posse do lote, o próximo passo era começar a roçar imediatamente. Para os militantes do MST, a conquista da terra era o primeiro passo, no entanto, outros teriam que ser dados imediatamente, como por exemplo: a definição da forma de apropriação da terra (o MST propunha a posse coletiva da terra), a luta pelo crédito agrícola, a definição de como e o quê produzir (o MST propunha a produção coletiva), a luta por infra-estrutura, pelo preço mínimo dos produtos,

eram exemplos dos passos imediatos após a conquista da terra” (ASSIS, 2007: 122)

Apesar de o MST e o movimento sindical defenderem a mesma bandeira da reforma agrária, a relação entre essas duas organizações ao longo da história não é absolutamente pacífica. As diferenças dizem respeito às formas de tomar posse da terra, à organização do trabalho no campo e, de maneira mais ampla, aos projetos políticos de representação da classe trabalhadora e camponesa. Divergências que se manifestam até mesmo no tocante à questão partidária. No começo da década de 1990, tanto os sindicatos como o MST se identificavam com o Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, apoiavam tendências distintas. Os primeiros flertavam com a ala majoritária moderada, enquanto o movimento social dialogava intimamente com os pensadores mais combativos.

Uma vez instalado em Marabá, tem início a fase de consolidação do movimento, que passa a entrar em choque com as elites agrárias do sudeste paraense. A região vivia um preocupante processo de ebulição social e de aprofundamento da miséria, com o esgotamento da mina de ouro de Serra Pelada e o desemprego crescente de muitos migrantes atraídos pelas promessas de progresso que rondavam a instalação do Projeto Grande Carajás. Desde sempre, os planos dos coordenadores do movimento eram de concentrar esforços na conquista de áreas próximas aos centros urbanos¹⁶⁴. Já em 1991 havia intenção de entrar em propriedades da família Mutran, mas a ideia precisou ser abortada quando sete de seus militantes foram presos pela PF¹⁶⁵. Apesar dos percalços iniciais, ao longo dessas duas décadas de atuação, o movimento se transforma no principal ator da reforma agrária no sudeste do Pará. Mas não se pode creditar unicamente a ele as conquistas de terra obtidas nos últimos vinte anos:

¹⁶⁴ Essa é a mesma avaliação do professor Fernando Michelotti, agrônomo e professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Pará (Campus de Marabá): “o MST não ocupa qualquer área. Eles priorizam as que têm potencial de estruturar mais autonomia na produção e na comercialização. Você não vai encontrar o MST ocupando áreas muito distantes, isoladas. Você vai encontrar o MST sempre na beira do asfalto. O lado ruim dessa estratégia é que eles pegam áreas que já foram muito devastadas. Então, eles têm muito problema depois para materializar sistemas de produção porque normalmente encontra área que já foi transformada em pasto. Aí depende de mecanização, depende de um sistema de produção um pouco mais complexo do que o padrão daqui, que é a agricultura de corte e queima”.

¹⁶⁵ “Os militantes só foram liberados meses depois em consequência de uma campanha coordenada por grupos de direitos humanos (ONDETTI, WAMBERGUE, AFONSO, 2010: 267)”.

“Até meados da década de 2000, 20 anos após as tentativas iniciais do MST em estabelecer uma presença do estado do Pará, as conquistas do Movimento continuam relativamente modestas se mensuradas com os indicadores quantitativos mais simples. Desde que começou a organizar ocupações de terras no estado, no final da década de 1980, o MST respondeu por menos de 15% de todas as ações realizadas no Pará. Os assentamentos da reforma agrária vinculados ao MST representam uma proporção ainda menor do total. Essas medidas são eclipsadas em ampla medida pelas realizações dos STRs associados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) do Pará, uma das associações mais combativas do sindicalismo rural do Brasil (ONDETTI, WAMBERGUE, AFONSO, 2010: 257-258).”

Por outro lado, também não se pode desdenhar a importância que a chegada do MST ao Pará trouxe para o movimento da reforma agrária como um todo, e nem se pode contestar o papel de liderança que vem exercendo nos últimos anos. Isso pode ser verificado pelos próprios números de ocupações no estado. De acordo com dados da CPT, mais de 80% das ações, ocorridas entre 1988 e 2004, aconteceram justamente depois de 1995 (Idem: 282). Se o MST não comandou a maior parte delas, não há dúvidas de que todo o seu acúmulo de experiência e todo seu conhecimento de estratégias de mobilização e de comunicação deram novo fôlego a um considerável número de entidades, organizações e outros movimentos sociais populares, revigorando de forma substancial a luta pela terra¹⁶⁶. Essa intensificação da pressão social acabou forçando o governo federal a acelerar o ritmo da reforma agrária, o que na prática se concretizou com a criação da Superintendência Regional do Incra de Marabá, no ano de 1994. A medida acabou criando um fenômeno de retroalimentação: ao mesmo tempo em que aumentou consideravelmente a capacidade do poder público de atender à grande demanda por terra no sudeste do Pará, a abertura da SR 27 acabou estimulando que trabalhadores se envolvessem em novas ocupações. Com o MST, o sujeito social protagonista da

¹⁶⁶ “O que diferenciava o MST da tradição dos posseiros eram suas táticas e métodos organizacionais que provinham em grande parte das experiências desenvolvidas pelo MST do Sul do Brasil. As ocupações tendiam a envolver um número maior de pessoas que as ações dos posseiros. Elas também se caracterizavam por impor uma ordem mais estrita e um ethos coletivista. Enquanto os posseiros entravam em uma propriedade e imediatamente se espalhavam, repartindo os lotes, o MST formava um único e compacto acampamento. Esse método facilitava a organização coletiva (ONDETTI, WAMBERGUE, AFONSO, 2010: 269)”.

reforma agrária muda de nome: o termo “posseiro” cai em desuso e passa a se referir principalmente aos camponeses que formam ocupações pequenas e pouco organizadas, tradicionalmente ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais. “Cada vez mais, as pessoas pobres que lutam pela terra no Pará são chamadas de sem-terra, mesmo que não sejam filiadas ao MST” (Idem: 282).

3.5. A questão camponesa sob o modo capitalista de produção

Sem sombra de dúvida, a questão camponesa representa uma verdadeira pedra no sapato da tradição marxista tida como “ortodoxa”, por assim dizer, desde os primeiros congressos da Internacional Comunista, passando pelas políticas públicas para o campo que incidiram exemplarmente sobre a União Soviética, e chegando até mesmo aos dias de hoje. A rigor, de acordo com o esquema evolutivo defendido por pensadores adeptos da concepção purista da doutrina lapidada por Marx, o campesinato constituiria um resquício de tempos superados, verdadeira anomalia a ser inevitavelmente liquidada pelo avanço das relações de produção capitalistas sobre o campo. Segundo essa leitura específica do pensamento marxista, a extinção do campesinato seria uma consequência natural do desenvolvimento pleno das forças capitalistas, etapa necessária para o surgimento do proletariado que poderia, então, promover a revolução.

Seguindo essa linha de raciocínio, reserva-se ao campesinato um papel evidentemente reacionário. Se os camponeses almejam, acima de tudo, o acesso à terra para viver, trabalhar e se reproduzir socialmente, tal desejo é encarado, de acordo com essa concepção, como pequeno-burguês ou contra-revolucionário. O próprio Marx – ao analisar as revoltas camponesas ocorridas em 1848, na França, em seu clássico “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” – chega a tachar o campesinato de classe que representa a “barbárie dentro da civilização”. Isso porque os camponeses franceses, descontentes com a cobrança de impostos criados depois do advento da República, defendiam a volta do regime do Império comandado pela família Bonaparte. Consta dessa mesma obra a célebre frase de que os camponeses constituem tão somente um “saco de batatas”, por não formarem uma organização social típica de classe, capaz de lutar por seus reais interesses, mas apenas um amontoado de famílias incapazes de engendrar uma verdadeira comunidade com sentimento de coletividade (DIVERSOS, 1979).

Assim, a orientação marxista ortodoxa confia ao proletariado urbano a missão de conduzir a revolução para suplantar o capitalismo. Lênin (1982) aponta para a inevitável expansão das relações capitalistas no campo e na progressiva diferenciação social entre os camponeses que se transformariam em capitalistas rurais e aqueles que perderiam suas terras, convertendo-se em proletários. Porém, mesmo no âmbito das discussões dos primeiros congressos da Internacional Comunista, e principalmente dos debates travados nos círculos internos do partido bolchevique, não se pôde desprezar o peso e a importância do campesinato para a precipitação dos acontecimentos que levaram ao processo de colapso do regime czarista na Rússia, na transição do século XIX para o XX, culminando com a revolução comunista de 1917 – em que se destacou a liderança exercida justamente por Lênin. “Mas como resolver a contradição entre o impulso revolucionário dos camponeses e sua aspiração pequeno-burguesa à posse da terra? A oportunidade política aconselhava, segundo Lênin, a ‘atacar juntos, marchar separadamente, não confundir as organizações, controlar o aliado como a um adversário’”. (RIZZI, 1985). Assim, percebe-se claramente que os camponeses eram vistos como aliados táticos no processo de desmantelamento do regime feudal e czarista. Porém, deveriam ser controlados tal qual um adversário pelas organizações de operários urbanos a quem, na acepção dos marxistas ortodoxos bolcheviques, caberia de fato instaurar a ditadura do proletariado. Décadas mais tarde, essa orientação acabou influenciando a formulação de políticas bastante controvertidas e inegavelmente autoritárias na União Soviética, como o processo de coletivização forçada desenvolvido principalmente durante o regime stalinista, que só se realizou depois do assassinato de 12 milhões de camponeses.

Na direção diametralmente oposta, concebemos o campesinato como classe que, apesar de operar por lógica distinta dos capitalistas, continua se reproduzir socialmente sob esse modo de produção. A formação dos movimentos sociais e os contínuos conflitos por terra no campo brasileiro são prova cabal desse processo. Nesse ponto, faz-se necessário desenvolver o que se compreende por campesinato. “O camponês é um produtor que se define por oposição ao não-produtor” (MOURA, 1986: 13). Ao contrário da empresa capitalista, em que a reprodução ampliada do capital a partir da exploração do

trabalho assalariado alheio constitui o objetivo central, a unidade camponesa só tem êxito se as necessidades da família, que constituem a força de trabalho básica, são satisfeitas.

Como bem aponta Chayanov (1985), as figuras do “empresário” e do “trabalhador” são indissociáveis na unidade de produção camponesa. Porém, quando o ritmo de trabalho na sua terra se torna insuficiente para atender às necessidades coletivas de sua família, o camponês pode até vender sua força de trabalho temporariamente como *meio* de obter algum produto ou serviço que sua unidade não pode proporcionar. Mas esse recurso não faz dele menos camponês. Pelo contrário: de acordo com a necessidade de consumo da sua família, ele regula a intensidade do trabalho desempenhado em seu cotidiano e avalia a necessidade de eventualmente se submeter a um trabalho complementar como forma de obter aquilo que não pode produzir por conta própria. Ou seja, o balanço entre o que se trabalha e o que se consome é o que garante a autonomia da vida e da produção camponesas.

Na agricultura, o capital pode controlar a circulação através da subordinação da produção, ou pode também se instalar diretamente na produção e subordinar a circulação. Assim, os capitalistas podem se valer do trabalho familiar camponês, por exemplo, para não investir capital na contratação de mão de obra assalariada. Daí, apropriam-se de uma parte do trabalho camponês sem remunerá-lo, fazendo então a metamorfose da renda da terra em capital. Verifica-se aí o processo de produção de capital por meio de relação não propriamente capitalista. Por essa razão, “o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado (...), destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar (OLIVEIRA, 1999: 80)”. Dessa maneira, deve-se entender o processo de desenvolvimento do capital no campo como um movimento contraditório que, ao mesmo tempo em que expande o trabalho assalariado, principalmente nas médias e grandes propriedades, também faz crescer o número de trabalhadores familiares, predominantemente nas pequenas.

Porém, esse movimento contraditório não é pacífico. Na Amazônia, fica patente o descompasso entre matrizes de racionalidade dos que concebem a terra como morada do trabalho e da vida e os que enxergam a terra como *locus* da especulação para a

reprodução ampliada do capital. Enquanto a economia de excedentes derivada da policultura caracteriza as unidades camponesas no sudeste do Pará, a pecuária extensiva de larga escala é a atividade por excelência das empresas capitalistas desde a década de 1960. Na matriz de racionalidade camponesa, a terra simplesmente não pode ser utilizada com finalidade especulativa. Ela é lugar de reprodução social a partir do trabalho familiar autônomo e não da proletarização ou da exploração do trabalho alheio.

Também existem autores cujo filtro de análise da organização camponesa foge à esfera econômica e se pauta pela “ordem moral”, como define Woortmann (1990). Assim, não se trata de conceber o camponês apenas como “pequeno produtor”, como fazia Chayanov, mas de tentar interpretá-lo em sua subjetividade. Até porque nem todos os pequenos produtores podem ser considerados camponeses – o diferencial mais substancial residiria, segundo Woortmann, na partilha de valores éticos. Assim, a terra é entendida não apenas “como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas” (Idem: 12). A terra não pode ser vista como mera coisa ou mercadoria, mas deve ser entendida como “patrimônio da família”, onde se realiza o trabalho que também constrói o valor da própria família. Aqui também é preciso fazer outra distinção importante: para Woortmann – ao contrário de Chayanov que entendia a família como uma espécie de “pool de força de trabalho”, sujeita a diferentes ciclos que dependiam de sua variação demográfica interna – a noção de família é alçada à condição de “valor”, portanto, algo permanente no tempo. Woortmann assinala que, em muitos casos, o apego à tradição e à organização familiar pode ser justamente uma estratégia para evitar a proletarização e o empobrecimento. A ideia de hierarquia e de coesão são componentes centrais da “ordem moral” camponesa. “O coletivismo interno da família tem sido um dos fatores de permanência do campesinato através da história, mas hoje, ele parece se chocar com projetos individuais” (Idem: 54). As fissuras nesse coletivismo interno parecem derivar da não aceitação do destino camponês por parte de alguns filhos, que partem em busca de outro destino. A contribuição de Woortmann é importante para o debate da questão camponesa. Porém, suas ponderações não diminuem a necessidade de se discutirem as racionalidades derivadas da inserção econômica das famílias

camponesas, nem mesmo as que tratam de suas relações com a terra e, portanto, da propriedade familiar da terra.

4. Os meandros da desapropriação da Cabaceiras

Foto 10 – Placa na entrada do PA 26 de Março, na beira da rodovia PA 150

(Carlos Juliano Barros)

Para que uma fazenda seja desapropriada e destinada para fins de reforma agrária, é necessário, em primeiro lugar, a instalação de um processo administrativo no âmbito do Incra – órgão responsável pela vistoria dos imóveis rurais passíveis de desapropriação. No gigantesco perímetro sob alçada da Superintendência Regional 27 – sediada em Marabá, mas responsável por toda a região do sudeste do Pará – as áreas potencialmente aptas à criação de assentamentos, geralmente, são indicadas pelos movimentos sociais. O caso do antigo castanhal Cabaceiras não se deu de forma diferente. O processo administrativo foi aberto em abril de 1999, motivado pela ocupação da fazenda, em 26 de março daquele mesmo ano, por integrantes do MST. Naquela época, é importante ressaltar, ainda não estava em vigor o parágrafo 6º do artigo 2º da Lei 8.629/93,

introduzido no corpo dessa legislação por meio de medida provisória, no ano de 2001 – manobra da classe ruralista a fim de enfraquecer os movimentos sociais de luta pela terra. Com essa modificação, o Incra foi impedido de realizar vistorias em imóveis rurais públicos e particulares ocupados por movimentos sociais, por um período de dois anos. Em caso de reincidência de ocupação, a proibição aumentava para quatro anos.

Antes mesmo da primeira ocupação feita pelo MST, o Incra já havia procedido a uma avaliação da Cabaceiras, em dezembro de 1996. De acordo com o relatório técnico elaborado pelos funcionários do órgão, tratava-se de uma “vistoria técnica para fins de fiscalização cadastral”, realizada pela Divisão de Cadastro Rural do Incra. É importante ressaltar que não há qualquer menção no corpo dessa peça a uma possível desapropriação da Cabaceiras. Até porque as vistorias feitas com essa finalidade são conduzidas por outro departamento do Incra, a Divisão de Obtenção de Terras, conforme explicação da procuradora da SR 27, através de entrevista¹⁶⁷. Além disso, o autor do relatório enfatizou a “não existência de tensão e/ou conflito social no imóvel”. Quer dizer, não havia na época ocupação de movimento social pressionando para que a Cabaceiras fosse destinada à reforma agrária. Porém, este autor julgou relevante trazer informações que constam desse relatório técnico, produzido antes da abertura do processo de desapropriação.

A análise dos dados contidos nesse documento de 1996 já permite visualizar as principais atividades produtivas desenvolvidas na fazenda e os impactos socioambientais acarretados por elas. Dos 10.006,4 hectares medidos pelo engenheiro agrônomo responsável pela elaboração do laudo, 6.428,8 hectares estavam tomados por pastagens plantadas – portanto, aproximadamente 64% do total da fazenda, que abrigavam 6.261 cabeças de bovino. Existiam ainda 1.944,4 hectares utilizados para fins de extração de castanha. Do ponto de vista ambiental, as considerações tomam apenas um parágrafo, intitulado “Conservação dos Recursos Naturais”:

“Com relação à este item, informamos que às fls. 39 do presente processo, encontra-se um documento de Averbação de Reserva Legal, de uma área de **3.203,2 ha.**, referente à fazenda Cabaceiras. Entretanto, em nossa vistoria ‘in loco’, constatamos que a área de Reserva Legal atual do imóvel é de **1.136,9 ha.**”

¹⁶⁷ A procuradora do Incra responsável pela SR 27 entrevistada por este autor se chama Priscilla Lima.

De acordo com os cálculos do servidor do Incra, o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Exploração Econômica (GEE) atingiam, respectivamente, 99,4% e 100%, demonstrando aproveitamento racional e adequado da propriedade. Além disso, em sua avaliação, os empregados da fazenda tinham carteiras de trabalho assinadas e estavam instalados em condições satisfatórias. Por essas razões, o funcionário do Incra só fez restrições à questão ambiental, concluindo em letras maiúsculas que se tratava de um imóvel “PRODUTIVO”, cujo passivo ambiental poderia ser resolvido a “médio e/ou longo prazo” por um projeto de reflorestamento. Nesse sentido, a severa degradação ambiental gerada pela família Mutran não foi compreendida como fator legítimo de descumprimento da “função social”¹⁶⁸, suficiente para colocar em xeque o direito de propriedade. Claramente, o critério da produtividade se sobressaía aos demais requisitos – ambiental e trabalhista.

4.1. O processo administrativo

Com a ocupação do MST, em março de 1999, e a abertura do processo administrativo no Incra, no mês seguinte, acirra-se a disputa pela Cabaceiras entre latifundiários e camponeses sem-terra. Devido à pressão do movimento social, inicia-se então uma série de avaliações técnicas feitas pelo Incra – também há uma realizada conjuntamente por funcionários do Ibama e da Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente do governo estadual do Pará. Em julho de 2000, foi feita uma vistoria preliminar do imóvel para aferir o cumprimento ou não de sua “função social” e a fim de avaliar a viabilidade da área para o assentamento das famílias sem-terra que haviam se instalado em parte da fazenda, no ano anterior. Para a realização dos trabalhos, os camponeses chegaram a desocupar temporariamente a área em que haviam montado seu acampamento, à qual voltaram tão logo foi encerrada a vistoria. De acordo

¹⁶⁸ O tema da “função social da terra” será analisado posteriormente, neste mesmo capítulo. Apenas a título de introdução, cabe dizer que, de acordo com o artigo 186 da Constituição Federal de 1988, a terra cumpre sua função social quando satisfaz aos seguintes requisitos: “I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores”.

com esse relatório, a fazenda dedicava-se somente à cria, cria e engorda de bovinos para venda. A área de pastagem plantada correspondia a 6.532,2274 hectares e o rebanho perfazia um total de 5 mil reses. Apenas 25,76% da área da fazenda eram ocupados por vegetação nativa, apesar de 50% de sua área estarem averbadas em cartório a título de reserva legal. Os sem-terra, por sua vez, ocupavam 81 hectares com cultivos de arroz, milho, mandioca, fava e outros gêneros alimentícios.

Ao contrário daquele relatório técnico feito em 1996, nessa primeira vistoria realizada após a abertura do processo administrativo os índices de GUT e GEE não foram considerados satisfatórios para caracterizar o aproveitamento racional e adequado do imóvel. O primeiro alcançou 78,24% (o mínimo exigido por lei é de 80%) e o segundo atingiu 100%. Assim, a Cabaceiras foi enquadrada na categoria de “grande propriedade improdutiva (grifo nosso)”. Contribuíram também para acusar o descumprimento da “função social” da terra os problemas ambientais. Só na área de 3.600 hectares abarcada pelo título de aforamento expedido pelo governo estadual para a exploração exclusiva de castanha, exatos 1.922 hectares de mata nativa haviam tombado irregularmente para ceder lugar a pastagens. No relatório, os funcionários também fizeram uma rápida menção ao fato de terem encontrado trabalhadores sem carteira assinada prestando serviço na fazenda como um problema do ponto de vista “social”. Mas não há qualquer referência a “trabalho escravo” ou expressões afins. Por fim, o parecer final se manifesta favoravelmente à desapropriação da Cabaceiras. Pelos cálculos dos responsáveis pela avaliação do imóvel, a fazenda poderia assentar até 338 famílias.

Como se pode perceber, o relatório técnico de 1996 e o laudo da vistoria de 2000, ambos produzidos pelo Incra, apesar de apresentarem discordâncias com relação à real extensão da reserva legal e também divergirem sobre o total de área desmatada, dão as mãos quando apontam o total desrespeito à legislação ambiental por parte dos administradores da Cabaceiras. Em novembro de 2000, foi a vez da Sectam/Ibama proceder à realização de uma avaliação sobre o cumprimento – ou não – da “função social” da fazenda. Recorrendo a imagens de satélites georreferenciadas, entre os anos de 1997, 1998 e 1999, o órgão chegou à conclusão de que nesse período houve expansão da área desmatada, conforme se observa no quadro a seguir, extraído do relatório oficial:

Tabela 10 – Desmatamento na fazenda Cabaceiras

Especificações	1997 (ha)	1998 (ha)	1999 (ha)
Capoeira	3.248,1512	3.850,1512	4.427,1512
Pastagem	3.485,1512	2.861,1512	2.335,1512
Floresta	3.258,1512	3.280,1512	3.229,1512
Áreas de Preservação Permanente	461,6625	461,6625	461,6625
Área total do imóvel	10.037,1512	10.037,1512	10.037,1512
Área de Reserva Legal	5.018,5755	5.018,5755	5.018,5755
Área total desmatada	6.733,1512	6.711,1512	6.762,1512
Reserva legal suprimida	1.714,5757	1.692,5757	1.743,5757

Fonte: Sectam-PA/Ibama

Ainda de acordo com a Sectam, as imagens de satélite não deixaram dúvidas de que a área de reserva legal foi desmatada para a formação de pastagens e para a exploração ilegal de madeira. Também acusaram a devastação das matas ciliares dos igarapés que alimentavam a fazenda. Por esses motivos, em suas considerações finais, os técnicos do órgão se manifestaram favoráveis à criação de um assentamento na área, recomendando um licenciamento ambiental prévio.

Entretanto, em dezembro de 2001, o processo de desapropriação da Cabaceiras – que parecia caminhar sem maiores obstáculos no sentido de recompensar a dura luta do movimento social – sofreria uma reviravolta e tanto. Devido a um pedido de impugnação da vistoria realizada em julho de 2000 feito pela família Mutran, o Incra concordou em proceder a uma “revisão” – trocando em miúdos: uma nova vistoria. O laudo resultante dessa segunda avaliação complicaria ainda mais o imbróglio administrativo ao classificar o imóvel como “grande propriedade *produtiva* (grifo nosso)”, com ambos os índices de GUT e GEE na casa dos 100%. Com relação aos “aspectos sociais”, o relatório afirma que a fazenda cumpria exemplarmente a legislação trabalhista ao empregar somente funcionários devidamente registrados. Estranhamente, não há uma linha sequer sobre a operação do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego que flagrou trabalhadores em “condições análogas às de escravo”, em abril/maio de 2001 – inclusive

um adolescente. Os técnicos do Incra, no entanto, consideravam preocupante o “clima de tensão social” e ainda acusavam os sem-terra de desmatar parte da reserva legal para o plantio de culturas de subsistência, ocupando uma área total de aproximadamente 250 hectares. O relatório só faz restrições à questão ambiental, ao constatar um desmatamento de 69,73% da área total da fazenda, onde estariam englobadas as áreas de pastagem e o próprio acampamento do MST, recomendando que os órgãos competentes tomassem as medidas cabíveis.

Figura 05 – Área desmatada na fazenda Cabaceiras

Fonte: Inpe

Esse segundo laudo chegou a ser retificado pelo Superintendente Nacional do Desenvolvimento Agrário, que refez cálculos e rebaixou o índice GUT da Cabaceiras ao nível de 67%, fazendo com que ela fosse novamente classificada como grande propriedade improdutiva. Mas o fato é que um sério conflito havia sido criado. Não seria muito complicado para os Mutran reverterem na Justiça a avaliação da fazenda Cabaceiras como improdutiva, tendo em vista que os próprios servidores do Incra batiam cabeças. Até mesmo o laudo da primeira vistoria, que apontara o GUT de 78,24% (muito próximo, portanto, dos 80% exigidos por lei), poderia ser contestado. Tendo em vista essas fragilidades, a edição do decreto poderia ser barrada até mesmo na última instância por que passa no poder executivo, o Ministério da Casa Civil¹⁶⁹, se fosse justificada apenas pelo critério de improdutividade. Essa também é a avaliação de José Batista, advogado da CPT que acompanhou de perto o processo de desapropriação:

“Aí a Conjur e a procuradoria do Incra em Brasília, pegando as duas vistorias, disseram: ‘bom, vamos pegar como base essa primeira, mas para a gente não ficar na briga se é produtiva ou improdutiva, só pelo critério econômico, nós vamos então lançar mão do artigo 186 da Constituição e ver: tem crime ambiental? Tem trabalho escravo? Então, a gente enquadra no descumprimento da função social”.

Realizada a segunda vistoria, em janeiro de 2002, foram necessários mais burocráticos dois anos e meio para que se contornasse o impasse gerado pelos dois laudos conflitantes acerca da produtividade da Cabaceiras. A edição do decreto presidencial que declarou a fazenda como área de interesse social para fins de reforma agrária foi subsidiada por análise feita pela Consultoria Jurídica (Conjur) do Ministério do

¹⁶⁹ A interpretação de que a desapropriação da fazenda Cabaceiras, apenas pelo critério da produtividade, poderia ser facilmente rebatida consta de um parecer elaborado pelo procurador federal Carlos Antonio Martins Quirino, em novembro de 2002, em que ele escreve: “registro a observação que considero notória e que merece ser reavaliada, ou seja, os índices encontrados através dos dados coletados na primeira vistoria apontaram o GUT muito próximo ao índice mínimo especificado pela norma à aferição de produtividade, isto é, apenas 0,76% (menos de 1%) para atingir os 80% (*o procurador se enganou aqui, a diferença é de 1,76%, uma vez que o GUT foi de 78,24%*), fato que, se debatido na Justiça, ou mesmo na Casa Civil da Presidência da República, poderá sopesar em desfavor dos interesses do INCRA, ressaltando que os índices encontrados pelo Sr. Superintendente Nacional de Desenvolvimento Agrário (GUT = 67% e GEE = 100%, fls. 624), ainda que o trabalho profissional apresente-se de alta credibilidade, *concessa venia*, vieram de interpretações sobre os dados coletados pelos agrônomos autores do trabalho no campo.”

Desenvolvimento Agrário (MDA). No sumário da “Informação nº 373”¹⁷⁰, de agosto de 2004, aparece claramente a intenção de fundamentar a edição do decreto “com fulcro também no art. 186, II e III da CF/88 em face do descumprimento da “função social” ambiental e trabalhista”. Ou seja, a questão da produtividade não constituía mais o único critério para transformar a Cabaceiras em um assentamento para famílias sem-terra. E, ao contrário dos dois laudos de vistoria elaborados pelos técnicos de campo do Incra, não só se fala claramente das ocorrências de “trabalho análogo ao de escravo” na fazenda, como também se utiliza dessas violações à legislação trabalhista e aos direitos humanos fundamentais como justificava fundamental para a desapropriação.

Nesse ponto, porém, é preciso fazer uma ressalva. Na primeira vistoria, realizada em julho de 2000, ainda não havia ocorrido nenhuma fiscalização do Grupo Móvel na fazenda da família Mutran. Porém, como dito anteriormente, o laudo da segunda vistoria, produzido em janeiro de 2002, omitiu de forma negligente informações sobre a operação conduzida em abril/maio de 2001 que resgatou 15 trabalhadores. Curiosamente, a morosidade do processo administrativo permitiu que outras três fiscalizações do Grupo Móvel encontrassem “trabalho análogo ao de escravo” na fazenda – agosto de 2002, outubro de 2003 e fevereiro de 2004. Bem ou mal, o fato é que esses novos casos, somados aos crimes ambientais largamente apontados pelas próprias vistorias, foram peça chave na orientação da Conjur de recomendar a edição do decreto de desapropriação: “entendemos que o Decreto deverá ancorar sua fundamentação também no art. 186 inciso III da CF/88, justamente pelo descumprimento da função social trabalhista”. De acordo com o advogado da CPT, José Batista, a Cabaceiras tem uma importância simbólica:

“Era o primeiro caso no Brasil em que estava sendo feita uma desapropriação com base no descumprimento da função social. Até aí, todas as desapropriações de terra eram feitas com base só no critério econômico, que mede a produtividade. E como é que se mede isso? Aplicando o GUT e o GEE. Era totalmente desconsiderada a questão ambiental, trabalhista. Nunca se aplicou o artigo 186 da Constituição. Então, foi o primeiro caso que chegou ao Supremo

¹⁷⁰ INFORMAÇÃO/CPALNP/CONJUR/MDA/N ° 373/2004 é o documento com a justificativa para a edição do decreto, elaborado em 31 de agosto, pelo procurador Valdez Adriani Farias, coordenador da Coordenação de Processos Agrários, Legislação, Normas e Pesquisas (CPALNP) da Consultoria Jurídica (Conjur) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

dizendo ‘queremos que seja feita a desapropriação por descumprimento da função social e não só pelo critério econômico’, se é produtiva ou improdutivo.”

Com base nas recomendações feitas pela Conjur do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é publicado o decreto que declara de interesse social para fins de reforma agrária o imóvel rural “Fazenda Castanhal Cabaceiras”, em 18 de outubro de 2004. Cinco dias depois, em artigo publicado no jornal “O Diário do Pará”¹⁷¹, o consultor jurídico do MDA – Carlos Henrique Kaipper – definiu a importância do inédito ato executivo que desapropriou uma propriedade por descumprimento da “função social” ambiental e trabalhista:

“(...) com a publicação do decreto de declaração de interesse social da Fazenda e Castanha Cabaceiras o Poder Executivo Federal inaugura um instrumento que – a um só tempo – promove a Reforma Agrária e atua preventivamente na preservação do meio ambiente e na regulação das relações de trabalho no campo, de forma a efetivar as normas constitucionais relativas à reforma agrária e, em especial, o fundamento – também constitucional – da dignidade da pessoa humana”

Dessa forma, encerrava-se o processo administrativo, mas começava uma nova etapa: a abertura do processo judicial, através do ajuizamento de uma ação por parte da procuradoria do Incra com o intuito de discutir os valores a que teriam direito os proprietários da fazenda, a título de indenização. Porém, a esperança das famílias sem-terra de conquistar o tão aguardado pedaço de chão sofreria novo revés quando os advogados da família Mutran conseguiram um mandado de segurança expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em fevereiro de 2005, suspendendo os efeitos do decreto presidencial de desapropriação. Com a transferência da disputa para a mais importante corte do Estado brasileiro, não era apenas a conquista da Cabaceira que estava em jogo, como explica o advogado José Batista:

“Qual era nossa briga no mandado de segurança? O mandado de segurança suspendeu o decreto, então, a primeira experiência de desapropriação pelo

¹⁷¹ Diário do Pará. *Desapropriação Fazenda Cabaceiras é marco histórico*. 23/10/2004.

descumprimento da função social corria risco. Se o Supremo derrubasse, ia dizer: ‘não pode desapropriar pelo descumprimento da função social’, porque o critério único e exclusivo da desapropriação é o da produtividade com base nos índices econômicos apenas, GUT e GEE. Então, isso era o cavalo de batalha: criar o precedente.”

A mesma lentidão do âmbito administrativo também se verificou no plano judicial. O mérito do mandado de segurança jamais foi julgado. Porém, a resistência do MST continuava inabalável. Os trabalhadores não acenavam com a possibilidade de desmontar o acampamento e desistir da Cabaceiras. Por essa razão, em carta endereçada à direção do Incra, a família Mutran chegou até mesmo a “ofertar” a fazenda pela módica quantia de R\$ 3.500,00 por hectares, o que lhe renderia aproximadamente R\$ 35 milhões. Apenas a título de comparação, em maio de 2002, depois da realização do segundo laudo de vistoria que declarou produtiva a Cabaceiras, o Incra designou servidores para proceder a uma avaliação econômica do imóvel, caso o órgão se dispusesse a adquiri-lo sem recorrer à desapropriação. Naquela oportunidade, os técnicos estipularam o valor total em exatos R\$ 10.960.868,75 – três vezes menos do que os Mutran consideravam justo. Porém, a insistência dos trabalhadores do MST fez com que a família paraense desistisse do mandado de segurança, em agosto de 2008, nove anos após a primeira ocupação, o que finalmente possibilitou a conclusão do processo de desapropriação. Dessa forma, percebe-se a clara falta de vontade política do Estado brasileiro para efetivar as disposições constitucionais sobre a reforma agrária, apesar de haver instrumentos legais para tanto. A desapropriação do Castanhal Cabaceiras, onde se registraram escandalosos crimes ambientais e desumanas violações à legislação trabalhista, em flagrante desrespeito à “função social” prevista pela própria Constituição, só saiu do papel por conta da pressão dos movimentos sociais, que fizeram os donos da área desistirem da pendenga judicial¹⁷². Assim como em outros cantos do país, tal qual

¹⁷² Em entrevista à agência Repórter Brasil, Evandro Mutran, um dos sócios da empresa familiar Jorge Mutran Exportação & Importação Ltda., antiga proprietária da fazenda Cabaceiras, afirmou que “se não abríssemos mão dos nossos direitos [de propriedade], essa desapropriação não sairia nunca” e que “a justificativa do interesse social está abaixo do direito de propriedade”. Também disse que “a função social da Fazenda Cabaceiras estava sendo cumprida” e que a justificativa de desapropriação com base em interesse social tinha “dados falsos”. De acordo com Evandro Mutran, as fiscalizações do Grupo Móvel que encontraram trabalho escravo na fazenda foram forçadas. “Tudo foi montado para que houvesse a desapropriação. Fazenda nossa não precisa de trabalho escravo para lucrar. Trouxeram gente de fora para

ensina a história brasileira, a reforma agrária só acontece “na marra”, ou seja, através de muita luta.

4.2. O processo judicial

Depois da homologação do pedido de desistência do mandado de segurança, em agosto de 2008, pelo qual os Mutran na prática abriram mão da Cabaceiras, a procuradoria do Incra entrou, naquele mesmo mês, com uma ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária na Vara Federal de Marabá, uma vez que voltou a vigorar o decreto presidencial. Trata-se do trâmite normal exigido por lei. O auto de imissão de posse da Cabaceiras expedido pela Justiça Federal em favor do órgão federal foi cumprido em 27 de novembro de 2008. Alguns dias depois, precisamente em 19 de dezembro de 2008, realizou-se o ato de desapropriação e criação do Assentamento 26 de Março, solenidade que contou com as presenças de autoridades, como o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e da governadora do estado do Pará, Ana Júlia Carepa.

Mas ainda é necessário fazer alguns apontamentos sobre a ação movida pela procuradoria do Incra. Como reza a lei, o órgão deve oferecer uma indenização pelo imóvel desapropriado. O valor total da Cabaceiras foi orçado em R\$ 8.695.171,91. A terra nua foi avaliada em R\$ 6.452.820,00, representadas por 71.698 Títulos da Dívida Agrária (TDA's), e as benfeitorias perfaziam R\$ 2.242.326,83, a serem depositados em conta bancária. O pagamento desses valores foi calculado com base em uma nova vistoria feita por servidores do Incra, em abril de 2007. O laudo apontava então que a real dimensão cercada pela fazenda era de 9.945,9216 hectares, portanto, superior aos 9.774,0405 assegurados pelos dois títulos apresentados pelos Mutran (um aforamento de 3.600 hectares e um título definitivo de 6.174,0405 hectares). Curiosamente, nesse documento é feita menção à ocorrência de “trabalho escravo”, porém, de maneira bem telegráfica e nada aprofundada.

A princípio, o laudo chegou à conclusão de que o valor total do imóvel era de R\$ 21.033.017,43. Porém, para calcular a indenização a que a família Mutran teria direito de fato, o Incra descontou o montante necessário à recuperação do passivo ambiental da

fazer o flagrante. Foi armação". Repórter Brasil. *Avança desapropriação inédita de terra por interesse social*. 09/12/2008.

fazenda. Assim, para recompor a reserva legal de 80%¹⁷³, exigido para os imóveis rurais localizados no bioma amazônico, seria necessário recuperar 4.930,2080 hectares – ou seja, praticamente metade da área da Cabaceiras. O custo para desse procedimento foi orçado em R\$ 12.337.845,52, posteriormente deduzidos do valor total do imóvel. A diferença de quase R\$ 9 milhões era o dinheiro destinado aos cofres dos Mutran. A ação de desapropriação ainda está em curso, uma vez que a poderosa família busca incrementar o valor da indenização. Mas o mérito da desapropriação em si não pode mais ser discutido¹⁷⁴.

Existe ainda um complicador a mais para essa já complexa história. Em janeiro de 2009, o governo do Estado do Pará também entrou na briga, reclamando para si a parcela da indenização referente aos 3.600 hectares da fazenda Cabaceiras resguardados pelo título de aforamento expedido em 1959, em nome de Nilo Alves de Almeida, mas transferido três décadas depois para a empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda.. No entendimento da Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE-PA), a família possui apenas o domínio útil da área. Além disso, o aforamento previa apenas a extração de castanha. Porém, com a substituição das árvores nativas por pastagens, o contrato original teria sido desvirtuado. Por essa razão, a PGE-PA e o Iterpa entraram conjuntamente com uma Ação Civil Pública na Vara Agrária de Marabá (TJ-PA) requerendo a resolução do contrato de aforamento da área de 3.600 hectares “por descumprimento de cláusulas contratuais c/c pedido de indenização por perdas e danos e indenização pelos danos morais e ambientais causados”¹⁷⁵. Além disso, também constava da ACP o pedido de concessão de uma medida cautelar para que fosse bloqueado o valor atribuído pelo Incra à terra nua, de acordo com os autos da ação de desapropriação que corre na Vara Federal de Marabá, até que se decidisse sobre os direitos do Estado do Pará sobre a área aforada. De acordo com a ACP,

¹⁷³ Vale lembrar que a reserva legal de 80% da propriedade localizada no bioma amazônico passou a vigorar a partir de 2001, com a edição da Medida Provisória 2.166-67. Antes disso, a exigência era de 50%.

¹⁷⁴ De acordo com o juiz federal da Vara Única de Marabá, Carlos Haddad, responsável pela análise do processo da Cabaceiras, “a ação de desapropriação tem uma peculiaridade. Normalmente, nela só se vai discutir o valor do imóvel. Uma vez editado o decreto presidencial estabelecendo o motivo, por trabalho escravo, por crime ambiental ou por improdutividade, a questão basicamente gira em torno de discutir o valor”.

¹⁷⁵ Segundo a ACP obtida pela consulta aos autos do processo que corre na Vara Agrária de Marabá.

“(...) houve um **desvio de finalidade nas áreas objetos de Títulos de Aforamento inicialmente concedidos pelo Estado**, vez que as mesmas deveriam ser destinadas à atividade extrativa e passaram a ser destinadas especialmente à atividade pecuária. Essa destinação precípua que deveria ser dada a essas áreas, qual seja a atividade extrativa, já disciplinada na Lei nº 913/1954, em seu art.38, foi expressamente prevista na nova lei de terras estadual (Decreto-lei nº 57/1969), no art.27, o qual prevê que **somente poderão ser aforadas as terras públicas cujo principal aproveitamento consistir no extrativismo vegetal**. Vê-se, pois, que o desenvolvimento de outras atividades econômicas (tal como a pecuária) nas áreas de extrativismo aforadas pelo Estado ocorreu em total descompasso com a legislação fundiária e ambiental sobre o assunto (ACP, 2009: 05-06)”

Ainda segundo o texto da ação, ao adquirir os direitos enfiteuticos de Nilo Alves de Almeida, a família Mutran também herdou as obrigações estipuladas pelo contrato e, por essa razão, não poderia ter modificado sua finalidade “sem a devida ciência e anuência do Poder Público, de forma que tendo procedido, descumpriu a própria razão de ser do título de aforamento” (ACP, 2009: 08). Até o presente momento, não há ainda uma sentença definitiva sobre o pedido de resolução do contrato de aforamento, de acordo com a requisição do Governo do Pará. Porém, em 28 de maio de 2009, a juíza Claudia Regina Moreira Favacho Moura decidiu bloquear o valor referente à indenização da terra nua, deixando o montante depositado em juízo, até que finalmente se chegue a uma deliberação.

4.3. A “função social” da terra e a reforma agrária

A Constituição Federal de 1988 enquadra-se na categoria de *Constituição dirigente*, ou seja, aquela que tem por finalidade mudar a realidade e não apenas versar de forma abstrata sobre direitos que pouco ou nada tem a ver com o dia-a-dia dos cidadãos cujas vidas são regidas por ela. Definitivamente, não está divorciada de questões ideológicas, e pode ser entendida como proposta de alteração do *status quo*.

“A Constituição brasileira, estão de acordo os diversos autores, é uma *Constituição dirigente*, dado seu caráter prefigurador da realidade econômica e social a ser construída por meio de sua própria aplicação. É nesse sentido que ela, nos pontos em que é mais progressista, pode servir de “cavalo de batalha” para que a sociedade busque a melhoria de suas condições de vida, organizando-se politicamente de modo a constituir novas relações de poder capazes de sustentar *faticamente* a concretização dos programas constitucionais” (MELO, 2009: 47)

No Brasil, são raros os debates que despertam paixões ideológicas tão controversas quanto o da reforma agrária. No tocante à luta pela terra, não há dúvidas de que os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil têm na Constituição de 1988 uma justificativa e um instrumento para mudar radicalmente as estruturas de poder, as relações de trabalho e as práticas produtivas do campo brasileiro. Mas isso não quer dizer que seja o suficiente. Muito pelo contrário. Apesar de nosso Código máximo abrir as portas para se alterar a injusta realidade fundiária nacional, a história ensina que só por meio de muita pressão social é que se tem feito valer os dispositivos constitucionais que tratam desse assunto. O caso da fazenda Cabaceiras é exemplar nesse sentido. Apesar das constantes violações aos direitos trabalhistas e dos recorrentes crimes ambientais, a desapropriação levou praticamente meia década para sair do papel, e só aconteceu – é sempre bom reiterar – por conta da insistência dos trabalhadores sem-terra.

Sem sombra de dúvidas, a Constituição Federal de 1988 atualmente em vigor não entende o direito de propriedade como absoluto ou inquestionável. No tocante à questão da terra, então, essa concepção fica ainda mais evidenciada, principalmente pela noção de “função social”. Mais do que um limitador, o conceito consiste em uma carta de intenções, uma receita para garantir justiça e desenvolvimento do campo brasileiro. Em seu artigo 186, ao preceituar que o imóvel rural deve 1) ter aproveitamento racional adequado, 2) prezar pela conservação dos recursos naturais, 3) respeitar a legislação trabalhista e 4) favorecer o bem-estar de proprietários e trabalhadores, a Carta Magna estabelece importantes condicionantes e pré-requisitos ao pleno exercício do direito de propriedade no meio rural. Alguns juristas chegam até mesmo a entendê-lo como espécie de “encargo social”, na medida em que a posse e o domínio sobre a terra constituem

assunto que interessa a toda a sociedade, pois dizem respeito a um meio de produção vital à sobrevivência da coletividade – que não pode ser livremente reproduzido por ser restringido pela própria natureza.

Entretanto, os parâmetros para aferição do cumprimento da “função social” não nasceram em 1988. A gênese do direito agrário no Brasil está ligada à lei 4.504 de 1964, o chamado Estatuto da Terra, que em seu Artigo 2º traz definições bastante semelhantes à contida na atual Constituição Federal. Porém, é preciso fazer uma importante distinção com relação a contextos históricos e políticos. O Código de 1988 é fruto do processo de consolidação de reivindicações sociais e de redemocratização do país, que ficou mais de duas nebulosas décadas sob domínio da ditadura militar. Ao contrário, o Estatuto da Terra foi um instrumento forjado com o intuito de aplacar os ânimos exaltados dos movimentos sociais que reivindicavam a reforma agrária, logo após o golpe que destituiu o então presidente João Goulart, em 1964. Em certa medida, a nova legislação até abria precedente para uma reordenação fundiária. Porém, a concepção de reforma agrária dos militares tinha como pressuposto básico a garantia ao direito de propriedade e a manutenção do latifúndio. Nesse sentido, como bem alerta José de Souza Martins, “o Estatuto é concentracionista, ele não é distributivista. O Estatuto não preconiza a desapropriação por interesse social, a não ser em caso de tensão social, sobretudo tensão social grave. O Estatuto preconiza como solução para o campo a criação da empresa” (MARTINS, 1985: 71-72)

Obviamente, o Brasil não é o único país cuja Constituição condiciona o direito de propriedade ao cumprimento da “função social”. De acordo com Marés (2003), quase todos os países latino-americanos que escreveram suas leis de reforma agrária, seja por pressões internacionais ou por mobilizações camponesas internas, colocaram no corpo desses Códigos obrigações mais ou menos parecidas com o conceito brasileiro de “função social”. De acordo com o estudioso, mais importante do que saber os nomes dos termos jurídicos utilizados para distinguir essas obrigações, é conhecer as sanções previstas pelos diferentes sistemas jurídicos em caso de descumprimento das limitações impostas. Em alguns países, como a Colômbia, as propriedades privadas que não cumprem a “função social” sequer podem ser concebidas como propriedade privada. Nesse sentido, não gozam do amparo da lei.

Há ainda outros três exemplos internacionais que não podem ser esquecidos nessa discussão. O primeiro vem do México, após a revolução de 1910, com a promulgação daquela que é considerada a primeira “constituição social” do mundo, em 1917. Em seu artigo 27, o Código deixa claro que o direito de propriedade não consiste em um “direito natural”, ao dizer que a propriedade das terras e das águas é, originalmente, da nação. A Constituição Mexicana ainda prevê a legítima intervenção em propriedades quando elas não propiciam uma justa distribuição das riquezas produzidas – que, nesse caso, nem podem ser reconhecidas efetivamente como propriedades. Em janeiro de 1918, foi promulgada a primeira Constituição Soviética, que simplesmente aboliu a propriedade privada, com a configuração do Estado socialista. E, no ano seguinte, durante o período da história alemã conhecido como República de Weimar, foi criado o conceito de “função social da propriedade”, imortalizado pelo *slogan* “a propriedade obriga”. Ou seja, quem possui propriedade tem também o *dever* de explorá-la observando os interesses da coletividade, e não apenas satisfazendo a seus interesses particulares.

Na contramão dessa tendência progressista, o Brasil produziu em 1916 o seu Código Civil, que regula o chamado Direito Privado com intenção de proteger a todo custo a propriedade privada. Ao contrário das experiências mexicana e alemã, a legislação brasileira inspirou-se na retrógrada tradição de séculos passados que enxergavam o direito de propriedade como absoluto – base da formação dos Estados Nacionais na Europa, acompanhada da ascensão da burguesia e da consolidação do próprio sistema capitalista. Parece óbvio que as conservadoras diretrizes contidas no Código Civil batem de frente com a orientação mais progressista da Constituição, revelando uma verdadeira esquizofrenia do marco legal brasileiro que trata da questão agrária.

“Pode-se observar que, ainda que passível de variadas interpretações, os critérios existem e possibilitam verificar quando e em que circunstâncias há violação do cumprimento da função social. O que realmente falta deixar claro é a consequência dessa violação. A interpretação oficial é a de que o fato de não cumprir a função social não retira do proprietário nenhum dos direitos estabelecidos tanto no velho Código Civil de 1916, como no repetido Código que, já aprovado, terá sua vigência a partir de 2003, inclusive de reaver a terra,

usando a força pública, de quem dela se apossar. Isto significa que o sistema de um lado incentiva o uso adequado, mas de outro protege o inadequado” (MARÉS, 2003: 112).

Não é preciso ser estudioso da questão agrária para perceber que, historicamente, as sentenças judiciais em casos de disputa por terra vêm pendendo para o lado dos latifundiários, amparados pela proteção que o Código Civil estende ao direito absoluto de propriedade, em detrimento das organizações de camponeses sem-terra que se escoram na Constituição de 1988 para fundamentar suas reivindicações¹⁷⁶. Mas ainda há outros problemas para que se efetive uma política de reforma agrária que leve em conta todos os critérios que compõem a “função social”. No Brasil, o órgão competente para a desapropriação de fazendas que não atendem à “função social” – o Incra – é refém de um verdadeiro vício que ainda domina os processos de vistoria e avaliações: levar em conta, principalmente, a questão da produtividade. Na verdade, essa tendência tem razão de ser por conta da própria Constituição, que no seu artigo 185 afirma que são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária as propriedades produtivas. Porém, parece claro que apenas as propriedades produtivas que cumprem *simultaneamente* os outros componentes da “função social” é que não podem ser desapropriadas. Segundo a própria procuradora do Incra de Marabá, a incorporação dos critérios ambientais e trabalhistas no processo de vistoria de uma fazenda é bastante recente no sudeste do Pará e no país como um todo.

“O laudo é que fiscaliza o cumprimento da função social, em todos os aspectos. Na produtividade, que é em regra o que todo mundo foca. Dentro do Incra, teve uma resistência muito grande para se começar focar em outros conceitos. Mas o correto, pela Constituição, seria a produtividade, o cumprimento da função social no que tange à parte ambiental, e no que tange à função trabalhista da propriedade. Em regra, a gente solicita ao Ministério do Trabalho e Emprego os laudos de fiscalização, se está na Lista Suja. Quando há, eles informam a

¹⁷⁶ Em abril de 2009, entidades ruralistas como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Federação de Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa) protocolaram na Justiça um pedido de intervenção federal no Pará. O motivo era o não cumprimento, por parte do governo do estado, de 111 mandados de reintegração de posse obtidos por fazendeiros contra movimentos sociais.

existência de laudo de trabalho escravo, e encaminham para a gente, para ser avaliado dentro do cumprimento da função social.”

Em suma, não basta ser produtiva para que se garanta imunidade a eventuais desapropriações. Porém, não se pode negar que a concepção de propriedade absoluta, arraigada na sociedade não só pelo próprio Código Civil, mas por ideologias e discursos impregnados na cultura e na sociedade brasileiras, também está incrustado na mentalidade do próprio aparato estatal que teoricamente tem a missão de fazer a reforma agrária. Na avaliação de Kaipper, membro da consultoria jurídica do MDA que recomendou a edição do decreto de desapropriação da Cabaceiras, a destinação da antiga propriedade dos Mutran à reforma agrária foi importante para alterar esse paradigma:

“Até a publicação do decreto relativo à Fazenda e Castanhal Cabaceiras invocava-se como fundamento da desapropriação-sanção tão-somente o fator produtividade (inciso I do artigo 186), como se este se reduzisse apenas à mensuração do Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência na Exploração (GEE). Entretanto, a definição de propriedade produtiva, prevista no artigo 6º da lei nº 8.629/93, diz respeito, inclusive, aos aspectos ambientais e trabalhistas como indicadores da racionalidade da exploração. A produtividade efetivamente tutelada pela lei, portanto, é a que resulta de simultâneo equacionamento harmônico das variantes da função social. O grande mérito do ato presidencial é que pela primeira vez foi invocado o descumprimento da função social trabalhista da propriedade rural para fins de desapropriação-sanção. Portanto, inaugura-se um instrumento que – a um só tempo – promove a reforma agrária e pune o trabalho escravo (KAIPPER, 2008: 164).”

Porém, mesmo que a desapropriação de uma fazenda por descumprimento dos fatores ambientais e/ou trabalhistas da “função social” venha de fato a ocorrer, como no inédito caso da Cabaceiras, isso não pode ser visto na prática como “sanção” ou “punição”, como defende Kaipper. Na realidade, tal qual observa Marés, a desapropriação consiste numa reparação de um dano patrimonial causado ao proprietário da terra e, nesse sentido, constitui uma reafirmação do direito absoluto de propriedade. Portanto, é um procedimento que não foge à regra e à normalidade do sistema, pelo

contrário, trata-se de uma garantia fornecida pelo Estado de que o direito absoluto à propriedade não será desrespeitado. Dessa forma, conclui Marés:

“A desapropriação utilizada nos casos de descumprimento da função social, porém, alimenta dois enormes defeitos e injustiças: primeiro, remunera a mal usada propriedade, isto é, premia o descumprimento da lei, porque considera causador do dano e obrigado a indenizar, não o violador da norma, mas o Poder Público que resolve pôr fim à violação; segundo, deixa a iniciativa de coibir o mau uso ao Poder Público, garantindo a integridade do direito ao violador da lei” (MARÉS, 2003: 109).

A desapropriação da fazenda Cabaceiras é um marco na história da reforma agrária no Brasil por usar como justificativa para o descumprimento da “função social” da terra a utilização de “trabalho análogo ao de escravo”, fora os graves problemas ambientais. Já foi apontada anteriormente a dificuldade do poder público e especialmente do Incra de levar em conta outros critérios além da produtividade para desapropriar e destinar imóveis rurais à reforma agrária. Porém, como medida de combate às práticas escravistas no campo, tramita há mais de uma década no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que prevê a expropriação – confisco, sem direito a indenização – da terra em que for flagrada esse tipo de regime de mão-de-obra, com destinação da área para assentamentos da reforma agrária. “A aprovação da proposta é ponto de destaque no Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e a principal reivindicação da Conatrae e dos movimentos sociais comprometidos com a luta anti-escravista (VILELLA, 2008: 150)”. Segundo o artigo 243 Constituição Federal, somente podem ser expropriadas as terras em que se constatar o plantio de plantas psicotrópicas, como a maconha. Para dar nova redação a esse artigo, uma versão preliminar foi apresentada pelo deputado federal Paulo Rocha (PT-PA), em 1995. Mas o texto que atualmente tramita no Congresso Nacional nasceu em 1999, quando o ex-senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57/99 com a seguinte composição:

“Art. 243. As glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão

imediatamente expropriadas e especificamente destinadas à reforma agrária, com o assentamento prioritário aos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será apreendido e se reverterá, conforme o caso, em benefício de instituições e pessoal especializado no tratamento e recuperação de viciados, no assentamento dos colonos que foram escravizados, no aparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao crime de tráfico ou do trabalho escravo”

Em 2001, a PEC foi aprovada no Senado já sob número 438/2001, que corre até hoje. Três anos depois, chegou inclusive a passar na votação de primeiro turno realizada na Câmara dos Deputados por 326 votos – 18 a mais do que os três quintos do total de parlamentares da casa (513) necessários a emendas constitucionais. No entanto, para passar a valer de fato, a PEC 438/2001 ainda precisa ser aprovada em segundo turno na Câmara, o que se arrasta desde 2004. Ressalta-se aqui a importância da aprovação dessa proposta não apenas como instrumento de combate aos casos de “trabalho análogo ao de escravo”, o que por si só já seria de valor inquestionável, mas como forma de punição real e efetiva aos proprietários de terra que descumprirem a “função social”. Da forma como é regulada atualmente, a desapropriação, como visto no item anterior, funciona como irônica recompensa àqueles fazendeiros que incorrem em crimes gravíssimos contra o meio ambiente e a dignidade humana. Sem falar no aspecto político que uma medida de confisco de terra representa para minar a resistência do latifúndio e da classe ruralista. Além disso, não custa lembrar que em parte das grandes propriedades da Amazônia em que se flagra “trabalho análogo ao de escravo” a situação fundiária dos imóveis rurais é, no mínimo, duvidosa¹⁷⁷. Dessa forma, a desapropriação pode representar

¹⁷⁷ “O Cadastro de Empregadores [*Lista Suja*], além do corte do crédito, está sendo utilizado pelo MDA e pelo Incra como base para a identificação da cadeia dominial dos imóveis rurais autuados por trabalho escravo e a arrecadação de terras em situação irregular para projetos de reforma agrária. A portaria nº 835/04 regulamente a matéria e prioriza a investigação, pelo Incra, da legitimidade do domínio e posses dessas áreas. As análises iniciais identificaram um grande número de imóveis não cadastrados no órgão – apenas 16 dos 52 constantes da primeira lista do MTE e 21 dos 49 da segunda atendiam às determinações legais –, o que constitui indício de posse e uso irregular de terras (VILLELA, 2008: 145).” Ruth Villela foi chefe da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE).

o pagamento por uma terra que não é privada, mas pública. Assim, o fazendeiro pode ganhar 1) com a apropriação da renda de uma terra que nunca lhe pertenceu, 2) com a economia de capital variável decorrente do emprego de mão-de-obra escrava e 3) com o pagamento de uma indenização decorrente da desapropriação.

A aprovação da PEC, no entanto, esbarra em alguns empecilhos, além da oposição cerrada ruralista. Hoje, a principal ferramenta de combate ao “trabalho análogo ao de escravo” é a Lista Suja, organizada e divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Porém, como já explicado anteriormente, trata-se de um instrumento *administrativo*, ou seja, não representa uma condenação *judicial*. Todavia, a nova redação do artigo 243 da Constituição, proposta pela PEC 438/2001, menciona apenas “exploração de trabalho escravo”, sem especificar se a constatação do problema se refere necessariamente a alguma condenação judicial. Em se exigindo tal pré-requisito, seria necessário que o dono de uma fazenda fosse condenado, em primeiro lugar, pelo crime de “redução à condição análoga à de escravo”, como prevê o artigo 149 do Código Penal, não bastando apenas figurar na Lista Suja. Até porque uma das regras básicas do Estado democrático de direito é a garantia de ampla defesa aos acusados – que só se esgota quando são percorridas todas as instâncias do poder judiciário a que um réu tem direito de recorrer. Porém, tendo em vista a morosidade e a dificuldade da Justiça brasileira em punir aqueles que cometem o crime previsto pelo artigo 149 do Código Penal, corre-se o risco de que a PEC, mesmo sendo aprovada, constitua mais uma boa intenção incapaz de sair do papel.

5. Considerações finais

Basicamente, este estudo dedica-se a cumprir dois objetivos. O primeiro – e principal – consiste na discussão sobre os fatores que explicam a persistência de relações escravistas sob o modo capitalista de produção, nos dias de hoje. Nesse sentido, defendemos a noção de “escravidão temporária” para caracterizar as relações de trabalho violentas e coercitivas em que a força de trabalho e próprio corpo do peão são transformados, na prática, em *mercadorias*. A segunda meta é relatar a história da luta dos militantes sem-terra do MST que transformou a antiga fazenda Cabaceiras no Projeto de Assentamento 26 de Março. Para tanto, resgatamos a memória de toda a conquista da área e analisamos os processos administrativo e judicial para destinação do antigo castanhal à reforma agrária. Por sinal, o laço que une esses dois intentos é uma peculiaridade do processo de desapropriação da Cabaceiras: o fato de, pela primeira vez na história, ter se justificado a reforma agrária pelo descumprimento da “função social” no que tange à questão trabalhista. Porém, como já afirmado em algumas oportunidades, a desapropriação só saiu do papel porque o movimento social não desistiu de lutar, apesar de todos os percalços.

É justamente esse último detalhe, tão repetido ao longo destas páginas, que suscita as reflexões mais preocupantes: o fato de o Estado brasileiro não conseguir fazer valer o que reza a sua própria Carta Magna. O decreto de desapropriação da Cabaceiras foi publicado 16 anos após a Constituição de 1988 e, por esse motivo, foi tratado como uma vitória histórica para a reforma agrária no Brasil. Todavia, mesmo que num passe de mágica o poder público se tornasse subitamente capaz de cumprir o que mandam as leis nacionais, o recurso da desapropriação não poderia ser visto, de forma alguma, como sanção – com bem observamos no último capítulo. Pelo contrário, ela respeita a lógica do direito absoluto de propriedade e recompensa o dono do imóvel rural que descumpriu a “função social”. Por isso, a história não ilude e mostra que a reforma agrária só pode ser construída pelas mãos dos que, sem permissão, ousam fazer o Estado repartir a terra.

6. Bibliografia

Livros e artigos

ALFREDO, Anselmo. *A Questão Agrária de 7 Lagoas. Modernização e Reprodução Crítica – Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação*. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/>. São Paulo, 2008.

ALVES, Rejane de Barros Meireles. *Escravidão por dívidas nas relações de trabalho no Brasil Contemporâneo: forma aviltante de exploração do ser humano e violadora de sua dignidade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo Editorial: São Paulo, 6ª edição, 2002.

AMIN, Samir, VERGAPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AUDI, Patrícia. *A Organização Internacional do Trabalho e o combate ao trabalho escravo no Brasil*. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ASSIS, Luis Fabiano. *Trabalho em condições análogas às de escravo no Brasil: da compreensão à erradicação – Perspectiva Jurídica*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP). São Paulo, 2008.

ASSIS, Willian Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste do Pará*. Tese de doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

BALES, Kevin. *Understanding Global Slavery*. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, Califórnia, 2005.

_____. *Ending Slavery: how we free today's slaves*. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, Califórnia, 2007.

BARRETO, Paulo. *Quem é o dono da Amazônia? Uma análise do recadastramento de imóveis rurais*. Paulo Barreto; Andréia Pinto; Brenda Brito; Sanae Hayashi. – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

BELLOTTO, M. L.; CORRÊA, A. M. M.. *América Latina de Colonização Espanhola. Antologia de Textos Históricos*. 1. ed. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1979. v. 1. 264 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e marginalização social*. São Félix do Mato Grosso, 1971.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer. *As ações do Ministério Público Federal e os limites do Poder Judiciário na Erradicação do Trabalho Escravo*. In: Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. *Peões e Garimpeiros: terra e trabalho no Araguaia*. Cadernos nº 11, 1983.

CPT. *Conflitos no Campo 2010*. Organização e seleção: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. Goiânia: CPT, 2011

CUNHA, Euclides da. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1995.

DIVERSOS. *El campesinato como clase*. In: SHANIN, T. (org). *Campesinos y sociedades campesinas*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 207-246.

ÉLERES, Paraguassu. *Intervenção Territorial Federal na Amazônia*. Belém, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. Belém, UFPA/NAEA, 1999.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia – Peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi-Koinonia, 1994.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/Fundação para o Desenvolvimento para a Educação, 2000.b

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Tradução de Norberto Luiz Gaurinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GONÇALVES, C.W.P. *As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas Gerais*. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (Orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa REDE CERRADO, 2000. p. 19-45.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 1: Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento*. EDUFPA, 2004.

_____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 2: A questão agrária: problemas e conflitos não resolvidos*. EDUFPA, 2004.

_____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 3: Os grandes projetos. A questão ambiental: problemas e propostas*. EDUFPA, 2004.

_____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 4: Um novo campesinato amazônico. O papel das instituições científicas e de seus pesquisadores*. EDUFPA, 2004.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978

_____. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Aspectos da formação social escravista*. In: *Modos de produção e realidade brasileira*. Organização: José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1980.

IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses – Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1996.

KAIPPER, Carlos Henrique. *Políticas públicas do poder executivo para a erradicação do trabalho escravo*. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo, Proposta, 1980.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo, Paz e Terra, 3ª edição, 1993.

_____. *A Ascensão do Dinheiro aos Céus*. Revista Krisis, números 16/17, 1995, online no site <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm> (consultado em março de 2011).

LENIN, V. I. U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUXEMBURG, Rosa de. *A acumulação do capital*. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica*. In: *Campesinato e territórios em disputa* / Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini (organizadores) – 1ª. Ed – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em geografia, 2008

MARTINS, José de Souza. *A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação (Reflexões sobre riscos da intervenção subinformada)*. In: *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Loyola/ Comissão Pastoral da Terra, 1999.

_____. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1985.

_____. *O Cativo da Terra*. São Paulo, Hucitec, 1986.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. *Expropriação e Violência – A questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil*. Tempo Social: Rev. Sociol. USP, São Paulo, 6 (1-2): 1-25, 1994 (editado em jun.1995).

_____. *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. Tempo social, Revista de Sociologia da USP, volume 8, n. 1, 26-70, São Paulo, maio, 1996.

_____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *O capital – Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro – O processo de produção do capital. Volume I. São Paulo: Difel, 1984.

_____. *O capital – Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro – O processo de produção do capital. Volume II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

_____. *O capital – Crítica da Economia Política*. Livro Terceiro – O processo global da produção capitalista. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MELO, Tarso de. *Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MICHELOTTI, Fernando, RIBEIRO, Beatriz, SOUZA, Haroldo, FREITAS, Rafael L. de Araújo. *O Agrário em questão: Uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará*. Disponível em:

http://www.ufpa.br/campusmaraba/index/cache/publicacoes/fernando_michelotti_fcma_3.pdf. LASAT/UFPA (Campus Marabá), 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura e Indústria no Brasil*. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, nº 58, 1981.

_____. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas, Papirus, 1988.

_____. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. *A fronteira amazônica norte-matogrossense: grilagem, corrupção e violência*. Tese de Livre Docência. FFLCH-USP. São Paulo, 1997.

_____. *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileira*. In: *Novos Caminhos da Geografia*. Org: Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. Revista Terra Livre, v.02, nº 21. São Paulo, jul/dez 2003.

_____. *Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Org.: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Medeiros Marques. São Paulo: Editor Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. *Modo capitalista de produção, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ONDETTI, Gabriel, WAMBERGUE, Emmanuel, GONÇALVES AFONSO, José Batista. *De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará*. In: *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Org.: Miguel Carter. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979

PEIXOTO, Rodrigo C. D. *Ação cultural e concepção política entre a Igreja Católica e os camponeses (Um estudo na região de Marabá)*. In: *Amazônia, a fronteira agrícola 20 anos depois*; org. Philippe Lena e Adélia Engrácia de Oliveira. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

PLASSAT, Xavier. *Abolida a escravidão?* In: *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PINTO, Lúcio Flávio. *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro, RJ M. Zero Studio Alfa, 1982.

RIZZI, F. *A Internacional Comunista e a questão camponesa*. In: HOBBSBAWM, E. J. (org.) *História do Marxismo*, vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 2a. ed., p.219-247.

SAKAMOTO, Leonardo. *Os acionistas da Casa-Grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Tese de doutorado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares. *Colonos do Vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978.

SAUER, Sérgio. *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

SHANIN, Teodor. *The Awkward Class*. Oxford University Press, 1972.

SMERALDI, R, MAY, Peter. *O Reino do Gado: uma nova fase na pecuarização da Amazônia*. São Paulo, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, 2008.

TORRES, Maurício Gonsalves. *A beiradeira e o grilador: ocupação e conflito no Oeste do Pará*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2008.

VALVERDE, Orlando. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro, INEP-MEC, 1963.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel, 1979.

VILLELA, Ruth. *A experiência do Ministério do Trabalho e Emprego e instituições parceiras no combate ao trabalho escravo contemporâneo*. In: *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Organizadores: Gelba Cavalcante de Cerqueira, Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado e Célia Maria Leite Costa. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se negueia – O campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico/87. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

Matérias jornalísticas:

Correio do Tocantins. *PM usa 400 homens para acompanhar desocupação da fazenda Cabaceiras.* 23 a 26/04/1999.

O Liberal. *Justiça solta 16 do MST.* 25/06/1999.

O Liberal. *Ossadas humanas em fazenda.* 12/07/1999.

O Liberal. *Dono nega envolvimento e ataca os sem-terra.* 12/07/1999.

Correio do Tocantins. *Denúncias de cemitério clandestino não passam de sensacionalismo.* 13/07/1999.

A Província do Pará. *Ossadas são analisadas no IML.* 14/07/1999.

Opinião. *Sem-terra não aceitam proposta para desocupar Cabaceiras.* 17 a 19/07/1999

Opinião. *MST denuncia desmatamento na fazenda Cabaceiras.* 17 a 20/06/2000.

Correio do Tocantins. *Sem-terra ateiam fogo na sede e espancam funcionários da fazenda.* 17 a 20/08/2001.

Opinião. *Nota a sociedade.* 18 a 20/08/2001.

Correio do Tocantins. *Cabaceiras sofre mais vandalismo.* 24/08/2001.

Correio do Tocantins. *Autoridades se reúnem para pôr fim ao clima tenso na Cabaceiras.* 24/08/2001.

Opinião. *Integrantes do MST acusados de saquear a Cabaceiras.* 14 a 15/01/2003.

Revista Problemas Brasileiros (Sesc). *Ilegalidade repetida.* Maio/junho de 2004.

Diário do Pará. *Desapropriação Fazenda Cabaceiras é marco histórico.* 23/10/2004.

Repórter Brasil. *Senador faz ofensiva na Justiça para evitar punição por trabalho escravo.* 14/04/2005.

Folha de S. Paulo. *Não existe mandante preso por morte no campo no Pará.* 08/05/2008.

Repórter Brasil. *Fazendeiro que marcou trabalhador a ferro é condenado por escravidão.* 15/05/2008.

Repórter Brasil. *Escravizados em fazenda isolada são retirados de helicóptero.* 28/05/2008.

G1. *Compra de terra por grupo de Dantas no Pará é irregular, diz Procuradoria.* 24/07/08.

Folha de S. Paulo. *Dantas lavou dinheiro com gado, diz novo relatório da PF*. 14/11/2008.

Folha de S. Paulo. *Empresa de Dantas no Pará reclama de "perseguição política"*. 24/11/2008.

Repórter Brasil. *Avança desapropriação inédita de terra por interesse social*. 09/12/2008.

Folha de S. Paulo. *Incra desapropria 1ª fazenda por escravidão*. 18/12/2008.

Folha Online. *Frigorífico Independência entra com processo de recuperação judicial*. 02/03/2009

Problemas Brasileiros. *Uma gigantesca anarquia fundiária*. Março/Abril 2009

Repórter Brasil. *Denúncias sobre trabalho escravo atingem recorde em 2008*. 01/05/2009.

Amazonia.org. *Banco Mundial rescinde contrato com Bertin e pede dinheiro de volta*. 13/06/2009.

Problemas Brasileiros. *Carvão vegetal, no rastro da siderurgia*. Julho/agosto de 2009.

Folha Online. *Com Bertin e Pilgrim's, JBS forma líder global em carnes*. 16/09/2009.

Folha Online. *Marfrig arrenda 11 frigoríficos de Margen e Mercosul*. 22/09/09.

IBGE. *Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários*. 30/09/2009

Agência Pará de Notícias. *Grupo empresarial reitera compromisso com o desenvolvimento do Pará*. 17/03/2010.

Globo.com. *Grupo derrubava castanheiras-do-Pará em assentamento do Incra em Marabá*. 17/08/10.

Tribunal de Justiça do Pará. *Julgamento do ex-deputado Vavá Mutran foi adiado para 09 de junho*. 06/04/2011.

Sites consultados:

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

www.cptnacional.org.br

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

www.cnj.jus.br

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP)

www.direitoshumanos.usp.br

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

www.ibge.gov.br

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

www.incra.gov.br

Instituto de Terras do Pará (Iterpa)

www.iterpa.pa.gov.br

Ministério Público do Estado de Pernambuco (MP-PE)

www.mp.pe.gov.br

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

www.mte.gov.br

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

www.oitbrasil.org.br

Presidência da República Federativa do Brasil

www.planalto.gov.br

Repórter Brasil

www.reporterbrasil.org.br

7. Anexos

I. Documentos – Cadeia dominial da fazenda Cabaceiras/ PA 26 de Março

Serviço Delegado de Notas
e Registro de Imóveis
COMARCA DE MARABÁ
Neuza Maria Santis Seminotti
NOTÁRIA E REGISTRADORA

ESTADO DO PARÁ

Katty Amaryllis Santis F. Miranda
Tabelião Substituto

Kenny Andressa Santis Farias
Tabelião Substituto

Maria de Jesus M. de Sousa
Escrivente Autorizada

Marilda Santis Batista
Escrivente Autorizada

Keloy Anery Santis Farias
Escrivente Autorizada

Lucimar Santis Batista
Escrivente Autorizada

CERTIDÃO

-REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS-

NEUZA MARIA SANTIS SEMINOTTI – Oficiala do Serviço Notarial e de Registro, desta Cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, República Federativa do Brasil e t c . . .

CERTIFICO no uso das atribuições que por lei me são conferidas, e a pedido verbal de pessoa interessada que, em virtude de ter dado uma busca no Livro Ficha -2- de REGISTRO GERAL deste Cartório, pude constatar que a propriedade da firma JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado interno, estabelecida nesta cidade, devidamente inscrita no CGC sob o número 04.797.569/0001-80, constante do REMANESCENTE do imóvel denominado FAZENDA e CASTANHAL CABACEIRAS, a margem direita do Igarapé “SORORO” afluentes do Rio Itacaiúnas e tributário do Rio Tocantins, pela sua margem esquerda, neste município e comarca de Marabá, Estado do Pará, remanescente este, com a área de 6.174,0405-há (seis mil, cento e setenta e quatro hectares, quatro ares e cinco centiares), conforme faz prova a AV-0016 da matrícula número 00394 NÃO responde por quaisquer ônus legais, reais ou convencionais a não ser o ajuizamento da Ação de Desapropriação mencionada na AV-019 daquela matrícula, durante o período de 20 anos anteriores até esta data, como também não existe alienação seja no todo, seja em parte ou Protesto de Alienação durante o mesmo período. CERTIFICO ainda que a filiação do domínio perdura por mais de 20 anos anteriores até esta data por haver a proprietária acima mencionada adquirido o referido imóvel em sua totalidade, de conformidade com a matrícula número 00394 às fls 001 do Livro Ficha nº 2 de REGISTRO GERAL de Imóveis desta Comarca. Por sua vez, Manoel Brito de Almeida, adquiriu o mesmo imóvel de A. Mourão & Companhia, conforme escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do Tabelião Lauro Chaves, da Cidade de Belém do Pará, em 30-01-1.947 devidamente transcrita sob número de ordem 966 às fls 114, do Livro 3-H de Transcrição das Transmissões, deste Cartório, feito em 22 de outubro de 1.958. Por sua vez, A. Mourão & Companhia, adquiriu o mesmo imóvel, do Governo do Estado do Pará, por Título Definitivo de Teras, expedido pelo Governo do Estado, devidamente transcrito sob número de ordem 321 às fls 133-A do Livro 3-A de transcrição das transmissões, do Registro Geral de Imóveis, desta Comarca, feito em 05 de agosto de 1.943, anexadas a presente vintenária por Certidão, estando assim provada a filiação do imóvel sem quaisquer ônus do que dou fé. CERTIFICO mais e finalmente a inexistência em meus registros de Cédulas Rurais Pignoratícias e Hipotecárias, bem como de Cédulas de Crédito Industrial e Hipotecária, com referência ao imóvel antes descrito e em nome de JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA.

O REFERIDO É VERDADE DO QUE DOU FÉ
Marabá, PA, 22 de fevereiro de 2011.

MARIA DE JESUS MOREIRA DE SOUZA

Escrivente Autorizada

Folha CSI 32 - Qd. 05 - Lt. 66 - Nova Marabá - Fones: (94) 3321-1313 / 1187- Fax: (94) 3321-2176 - CEP: 68508-050 - Marabá - PA
E-mail: cartorioantoniosantis@hotmail.com

LIVRO N.º 2 B REGISTRO GERAL

CARTÓRIO

"SILVINO SANTIS"

MATRICULA

FOLHA

--00394--

01

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

MARABÁ - PARÁ

144

LIVRO FICHA Nº 2.B".-

Marabá, Pará, em 29 de abril de 1977

IMÓVEL: -FAZENDA e CASTANHAL "CABACEIRAS", à margem direita do Igarapé "SORORÓ", afluentes do rio Itaaciunas e tributário do rio Tocantins, pela sua margem esquerda, neste Município e Comarca de Marabá, Estado do Pará, afetando a forma de um polígono irregular de dezenove lados, com um perímetro de 34.431,00 metros correntes e envolvendo uma área de 6.406,4620* ha. (seis mil, quatrocentos e seis hectares, quarenta e seis ares e vinte centiares), limitando-se: Ao NORTE, com terras devolutas do Estado, - por uma linha reta de 6.600,00 ms do quarto ao primeiro marco, no rumo - de N.81º 10', cortando grotas e caminhos diversos; a LESTE, com terras devolutas do Estado, por uma linha reta do terceiro ao quarto marco no rumo - de N.16º 30'10, com 9.627,ms. de extensão em terreno de mata e castanheais cortando diversas picadas, grotas e igarapés; ao SUL, com terras devolutas do Estado, por uma linha reta do segundo ao terceiro marco, no rumo - de S.81º 30'E, com 6.600 ms de extensão, em terreno de mata e castanheais cortando diversas picadas, grotas e igarapés; e a OESTE, com o igarapé - Sororó, por uma linha quebrada de 16 elementos do primeiro ao segundo ** marco, nos rumos e distâncias seguintes: S.21º 00-10, 800,00 ms; S.14º 00'E, 1.176,00 ms; passando no barracão da "Cabaceira"; S.90º 30'10, 392,00 ms; S.37º 15'E, 620,00 ms; passando o barracão da "Cabaceira" de cima; - S.20º 00'E, 800,00 ms, passando o barracão de Raimundo Perna de Pau;::: S.32º 00'10, 800,00 ms, passando a barraca de Soriano; S.49º 30'E, 880,00- ms, passando o grotão do Soriano e terminando na volta da Goiaba; S.27º- 30'10, 990,00 ms, passando o igarapé da volta da Goiaba; S.62º 00'E, 480,00 ms; passando o grotão do João Felix e a barraca do Tancredo; S.49º 00'E - 1.240,00 ms; N.68º 10'E, 336,00 ms, passando a barraca do Inajá; S.70º 00'E, 320,00ms; S.11º 00'10-310,00ms; S.46º 30'E, 560,00 ms; S.10º 30'E, 300,00 ms, passando o abarracamento do Samauma e terminando no segundo marco, - imóvel cadastrado juntamente com outro geminado, denominado "Bela Aurora" no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, sob o número - Código do Imóvel - 048 038 005-711, com a área total de 10.006,5 ha. Módulo 116,9, Número de Módulos 81,30 e Fração Mínima de Parcelamento:- 110,00-ha.- PROPRIETÁRIA:- NELITO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.; firma comercial e industrial, estabelecida nesta cidade, inscrita no CGC. sob o número 05 555 057/001.- FORMA DA AQUISIÇÃO:- O imóvel aqui matriculado - foi adquirido pela proprietária de Manoel Brito de Almeida, brasileiro, * viúvo, comerciante e produtor de castanha, residente e domiciliado nesta cidade, por escritura pública de 20 (vinte) de setembro de 1.960 (mil, novecientos e sessenta), lavrada as folhas 192 (cento e noventa e dois) do * livro número 380 (trezentos e oitenta) das notas do cartório do 1º ofício da cidade de Belém, Capital deste Estado.- CONDIÇÕES:- Sem condições especiais, constando que o imóvel retro foi adquirido pela proprietária* pelo preço justo e quantia certa de G\$150.000,00 (cento e cinquenta mil* cruzeiros), pago à vista pela adquirente ao alienante.- NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR:- Transcrição número 966, folhas 114 do livro número 3.H de Transcrição das Transmissões, deste Registro Imobiliário, do que dou fé.- Eu, *[assinatura]* Oficial Vitalício, que subscrevo e assino.-*s*s*s*s*

R.-0001/00394, feito em 29 de abril de 1.977, para ficar constando que a propriedade aqui matriculada se encontra hipotecada ao BANCO DO BRASIL,* S/A., para garantia da dívida no valor de G\$1.887.000,00; através da Cédula Rural Pignoratícia aliás Cédula Rural Hipotecária nº RPI-72/15, emitida por NELITO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., em 12.10.72, com vencimento*

MATRÍCULA
--00394--

FOLHA
01
VERSO

para 12 de outubro de 1.980, Hipoteca Cedular, essa, constituída em primeiro grau e sem concorrência de terceiros, já inscrita sob o número de ordem 155, as folhas 138/140 do livro número 08 de REGISTRO DE CRÉDITOS RURAIS, deste Registro Imobiliário, do que dou fé.

Oficial

R.-0002/00394, em 03 de maio de 1.977.-

Onus: Hipoteca Cedular do 2º Grau e sem concorrência de terceiros.

Título: Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº EPI-77/00.192-9-PROT.

FEPRO, emitida nesta cidade, aos 25 de abril de 1.977.-

Emitentes: Os proprietários retro nomeados e qualificados, NELITO, INDUS-
TRIA E COMERCIO S/A.- CGC. 05.555.057/001.-

Credor: BANCO DO BRASIL S/A. com sede em Brasília-DF. inscrito no CGC.MF
sob o nº 00 000 0037-00.-

Valor: Cr\$5.544.000,00 (CINCO MILHÕES, QUINHENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL
CRUZEIROS).-

Vencimento: Em 25 de abril de 1.985.-

Forma de Pagamento: Sem prejuízo do vencimento acima, os emitentes reco-
lherão ao Banco, para amortização da dívida: em 25.04.80 - Cr\$600.000,00;*
em 25.04.81 - Cr\$900.000,00; em 25.04.82 - Cr\$947.000,00; em 25.04.83 -
Cr\$1.000.000,00; em 25.04.84 - Cr\$1.000.000,00; em 25.04.85 - 1.097.000,00.-**

Praça de Pagamento: Marabá - Pará.-

Juros: 12%-(doze por cento)-anuais.-

Objeto da Garantia: O imóvel objeto da matrícula retro, juntamente com -
outros imóveis, objetos da própria cédula, denominados: Castanhal e Fa-
zenda "Boa Esperança"; Lote "Bela Aurora", Fazenda Cabaceiras", Fazenda*
"Santos Reis", Lote e Fazenda "Piranha", Fazenda "Cachoeirinha" e Fazen-
da "Santa Luzia", todos situados neste Município e Comarca de Marabá, Es-
tado do Pará.-

Avaliação Cr\$4.451.500,00, ou seja - Valor das terras - Cr\$4.286.500; Va-
lor das benfeitorias - Cr\$165.000,00.-**s*s*s*s*s*s*s*s*s*s*s*s*s*s*s*s*s*s

Oficial Vitalício.

R.-0003/00394, feito em 11 (onze) de maio de 1.977, da CÉDULA RURAL FIG-
NORATÍCIA E HIPOTECÁRIA Nº EPI-77/00.195-3, celebrada com o BANCO DO
BRASIL S/A., com sede em Brasília-DF e agência nesta cidade, inscrito -
no CGC. sob o número 00 000 0037-00, como CREDOR, emitida nesta cidade,
aos 06 (seis) de maio de 1.977, por NELITO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A.,*
inscrito no CGC. sob o número 05 555 057/001, firma comercial e industri-
al estabelecida nesta cidade, com o aval e garantia pessoal de seus Di-
retores, Manoel Brito de Almeida, Sebastião Alves de Almeida, José Brito
de Almeida, João Alves de Almeida e Manoel Brito de Almeida Filho, resi-
dentes e domiciliados nesta cidade, mediante contrato particular do va-
lor de Cr\$1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZEIROS), vencível a 06 (seis) -
de maio de 1.978 (mil, novecentos e setenta e oito), a juros de 18% (de-
zoito por cento) anuais, dando em garantia e em hipoteca cedular do 3º*
grau e sem concorrência de terceiros, o imóvel acima matriculado sob o
número 00394, com todas as suas benfeitorias, plantações, edificações,*
fundações, servidões ativas e acessões, avaliado pelas importâncias **
atribuídas a cada unidade ou conjunto, num valor total de Cr\$4.451.500,00
(quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e quinhentos cruzei-
ros), do que dou fé.- As demais condições, constam da cópia dessa cédula,
la, não negociável, arquivada neste cartório.

Oficial

LIVRO 2-B

REGISTRO GERAL

MATRÍCULA

00394

FOLHA

002

Marabá, Pará, em 29 de ABRIL de 1977

LIVRO FICHA - 2-B

IMÓVEL: (CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA Nº 00394).-

R-004/00394- Em 09 de Novembro de 1.977.-

TÍTULO: Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº EAC-77/01-144-a, emitida nesta cidade de Marabá, Estado do Pará, aos 08 de novembro de 1.977.**EMITENTES:** Os próprios nomeados e qualificados, NELITO INDUSTRIA E COMERCIO S/A, inscrita no CGC sob nº 05.555.057/001-**CREADOR:** BANCO DO BRASIL S/A, com sede em Brasília, agência de Marabá, inscrito no CGC nº 00.000.0037/00.-**FORMA DE PAGAMENTO:** Nas condições estipuladas nesta Cédula.-**VENCIMENTO:** 20 de Julho de 1.978.-**PRAÇA DE PAGAMENTO:** Marabá-Pará.-**OBJETO DA GARANTIA:** Em HIPOTECA CEDULAR do 4º Grau e sem concorrência de terceiros, o imóvel matriculado sob o nº 00394, com todas as suas benfeitorias, edificações, construções, tudo nos termos da cópia não negociável da Cédula Rural referida, e que fica arquivada neste cartório para os fins de direito. OFICIAL.

R-005/00394- Feito em 23 de Novembro de 1.984.-

ÔNUS: HIPOTECA Cedular de 2º GRAU e sem concorrência de terceiros.-**TÍTULO:** Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária, nº 84/00662-5, emitida nesta cidade de Marabá, Estado do Pará, em data de 22 de novembro de 1.984**EMITENTE:** NELITO INDUSTRIA E COMERCIO S/A, com sede nesta cidade, à Av. Antonio Maia, 1.277, com CGC nº 05.555.057/0001-70, representada por:-

João Alves de Almeida- Presidente; Manoel Brito de Almeida Filho e Elza Alves de Almeida-CPF. nº 044.161.632/15 e Maria do Socorro Almeida Smith, CPF. 062.412.802/44.-

CREADOR: BANCO DO BRASIL S/A- Agência desta praça de Marabá-PA, com CGC nº 00.000.000/0565-70.-**VALOR:** Cr\$ 168.000.000 (Cento e sessenta e oito milhões de cruzeiros).-**VENCIMENTO:** Em 20 de Julho de 1.985.-**FORMA DE PAGAMENTO:** Sem prejuízo e no vencimento acima estipulado, a emitente, recolherá ao Banco do Brasil S/A, o total do crédito concedido.-**PRAÇA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado na praça de Marabá-PA.-**JUROS:** 3% (Três por cento) ao ano, exigíveis em 30 de junho e 31 de dezembro, no vencimento e na liquidação da cédula.-**OBJETO DA GARANTIA:** O imóvel objeto desta matrícula, juntamente com os descritos nas matrículas de números: 393, 397 e 618, todas do Livro Ficha número 2-B, de REGISTRO GERAL no Registro Geral de Imóveis desta Comarca, e avaliados pelas partes, a cada unidade ou conjunto, no valor total de Cr\$ 298.300.00 (Duzentos e noventa e oito milhões e trezentos mil cruzeiros). Dou fé. OFICIAL.AV-006/00394- Feito em 20 de Novembro de 1.985.- **BAIXA. CERTIFICADO** nos termos do Ofício firmado pelo Banco do Brasil S/A- Agência desta praça, em data de 23 de outubro de 1.985, o qual fica arquivado para ficar constando que o R-002 desta matrícula, fica cancelado em todos os seus termos. Cancelamento feito nos termos do artigo 251 nº I da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1.973. Dou fé. OFICIAL.

R-007/00394- Feito em 11 de Maio de 1.987

ÔNUS: PENHORA JUDICIAL.- **TÍTULO:** MANDADO DE CITACÃO E PENHORA, expedido pelo Cartório do 1º Ofício, desta Comarca, datado de 28 de janeiro de 1.987, extraído dos Autos da Ação de Execução Forçada, em que; é **EXEQUENTE:** BANCO DO BRASIL S/A, agência desta praça; e **EXECUTADOS:** NELITO INDUS-

MATRÍCULA
00394

FOLHA
002
VERSO

LIVRO FICHA 2-B

TRIA E COMERCIO S/A, com sede a Av. Antonio Maia, 1.277; JOÃO ALVES DE ALMEIDA, MANOEL BRITO DE ALMEIDA FILHO, ELZA ALVES DE ALMEIDA E MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA SMITH, todos residentes nesta cidade.- VALOR: Cz\$ 603.- 787,59. (Seiscentos e três mil, setecentas e oitenta e sete cruzados e cinquenta e nove centavos).- OBJETO DA GARANTIA: O imóvel descrito nesta matrícula com todas as suas benfeitorias, servidões ativas e acessões, é de propriedade do executado NELITO INDUSTRIA E COMERCIO S/A. Dou fé....
OFICIAL.

AV-008/00394- Feito em 08 de Abril de 1.988.- BAIXA DE PENHORA. CERTIFICADO em cumprimento a respeitável Sentença proferida pela Exma. Sra. Dra.* Edith Dias Barra- Mm. Juiza de Direito da 3ª Vara desta Comarca, às fls. 58 do Processo nº 4.112/87 da Ação de Execução ajuizada pelo BANCO DO BRASIL S/A, contra NELITO INDUSTRIA E COMERCIO S/A e outros, feito que tramitou pelo Cartório do 1º Ofício, em virtude do qual foi o Oficial do Registro Geral de Imóveis desta Comarca, autorizado a promover esta Averbação para ficar constando que a Penhora objeto do R-007 constante desta matrícula, está cancelado não produzindo portanto qualquer efeito, uma vez que o litigante resolveu por fim a demanda por meios amigáveis tendo os devedores pago e liquidado a dívida que originou o ajuizamento de Processo de Execução com a consequente quitação dada pelo Credor aos Devedores. Dou fé.
OFICIAL.-

AV-009/00394- Feito em 08 de Abril de 1.988.- BAIXA DE HIPOTECA. CERTIFICADO nos termos do Ofício firmado pelo Banco do Brasil S/A- Agência desta Praça, datado de 11 de fevereiro de 1.988, o qual fica arquivado para ficar constando que os R-001, 003 e 005 desta matrícula fica cancelado em todos os seus termos. Cancelamento feito nos termos do artigo 251 nº I da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1.973. Dou fé.
OFICIAL.-

AV-010/00394- Feito em 05 de Maio de 1.989. BAIXA DE HIPOTECA-CERTIFICADO nos termos do Ofício, firmado pelo Banco do Brasil S/A-Agência desta Praça, datado de 26 de Dezembro de 1.985, o qual fica arquivado, para ficar constando que, o R-004 desta matrícula, fica cancelado em todos os seus termos e condições. Cancelamento feito nos termos do artigo 251 nº I da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1.973. Dou fé.
OFICIAL

R-011/00394- Feito em 05 de Maio de 1.989, em virtude do qual, por Escritura Pública de Venda e Compra Definitiva, lavrada pelo Cartório do 1º Ofício de Notas, desta Cidade de Marabá-PA., no livro nº 45 de fls nº 516 à 519 em data de 28 de Abril de 1.989, a proprietária referida nesta Matrícula, Nelito Industria e Comercio S/A-pessoa jurídica de direito privado interno, estabelecida nesta cidade, devidamente inscrita no CGC sob nº 05.555.057/0001-70, sem condições especiais e pelo preço justo e quantia certa de Rcz\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil cruzados novovos)- TRANSMITIU a propriedade objeto desta matrícula, com todas as suas benfeitorias, pertences, servidões ativas e acessões, à firma- JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA- pessoa jurídica de direito privado interno, estabelecida nesta cidade, devidamente inscrita no CGC sob nº 04.797.569/0001-80-representada na escritura pública, por seu diretor- Délio Chuquia Mutran, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, CI nº 578.377/PA e - CIC nº 001.657.432/PA- residente e domiciliado em Belém-PA. OBS. As demais condições, são as constantes da escritura pública, do pleno conhecimento

LIVRO 2-B REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS **CERTÓRIO "SILVINO SANTIS"**

MATRÍCULA FOLHA MARABÁ - PARA 144

00394 003 Marabá, Pará, em 05 de Maio de 1989

LIVRO FICHA Nº 2-B

IMÓVEL: (CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA Nº 00394 DO LIVRO FICHA Nº 2-B)

do pleno conhecimento e aceitação das partes. Dou fé. OFICIAL.--

AV-012/00394- Feito em 05 de Maio de 1.989. CERTIFICO para ficar constando que, a outorgante vendedora- Nelito Industria e Comercio S/A- qualifi- cada no R-011 desta matrícula, apresentou no ato da lavratura da Escritu- ra Pública, a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO CND para com o IAPAS, sob núme- ro: 878.662 Serie A- POND nº 422/89, expedida por àquele Órgão, em data - de 18 de Abril de 1.989, devidamente assinada pela Ch.Serv. de Arrecada- ção e Fisc.- Odineá Machado Guimarães, cuja cópia fica arquivada, para to- dos os fins de direito. Dou fé. OFICIAL.--

AV-013/00394- Feito em 05 de Maio de 1.989. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO: CERTI- FICO para ficar constando que, o Imposto de Transmissão de Propriedade -- foi recolhido perante ao Órgão competente, no valor de Rcz\$ 8.400,00 a ta- xa de 2% sobre Rcz\$ 420.000,00, conforme Guia nº 0537 expedida pela Pra- feitura Municipal de Marabá. Os documentos comprobatórios, acham-se arqui- vados neste Cartório, para todos os fins de direito. Dou fé. OFICIAL.--

AV-014/00394- Feito em 05 de Maio de 1.989. CERTIFICO para ficar constan- do que, o imóvel objeto desta matrícula, acha-se devidamente cadastrado-- junto ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário- MIRAD- sob nº 048.038.005.1117, área total- 10.006,5; Módulo Fiscal: 70,0 ; Número de- Módulos Fiscais: 135,80 e fração mínima de parcelamento: 30,0 Ha, quites para com o exercício de 1.988, conforme certificado apresentado, do que-- dou fé. OFICIAL.--

AV-015/00394- Feito em 06 de Outubro de 1.989. ÁREA PRESERVADA- CERTIFICO para ficar constando que, fica GRAVADO a área constituída exclusivamente- como "RESERVA LEGAL" correspondente ao mínimo de 50% (cinquenta por cen- to) da superfície do imóvel objeto desta matrícula, onde não é permitido- o corte raso, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de -- transmissão a qualquer título, ou de desmembramento da área, conforme es- talelecem os dispositivos do parágrafo único do Art. 44 da Lei nº 4.771 - de 15 de Setembro de 1.965 (Código Florestal), dispositivo legal este, que foi acrescido ao citado Art. 44 do Código Florestal, através da Lei núme- ro 7.803 de 18/7/1.989, publicado no Diário Oficial da União, edição de - 20 de Julho de 1.989. Dou fé. OFICIAL.--

AV.-0016/00394.- Em data de 25 de Outubro de 1989.-BAIXA.-CERTIFICO ter- sido transferido do imóvel objeto desta matrícula, uma área corresponden- te à 232,0570ha (Duzentoe e trinta e dois hectares, cinco ares e setenta centiares) para o nome da Sra. Maria do Socorro Almeida Smith, conforme - prova a Matrícula numero 11.739 fls. 001 do Livro Ficha nº 22 de RG, desta Comarca., resta o REMANESCENTE de 6.174.0405ha. (Seis mil e cento e setenta e quatro hectares, quatro ares e cinco centiares). Dou fé.- OFICIAL.--

continua no verso...

MATRÍCULA

394

FOLHA

01

VERSO

AV-0017/394 - Feito em 22 de agosto de 2.006. CERTIFICO, nos termos do Ofício Circular nº 083/2.006 e Provimento nº 013/2.006-CJCI, devidamente assinado pela Des. Osmarina Onadir Sampaio Nery - Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, datados de 23 e 21 de junho de 2.006, respectivamente, os quais se acham arquivados, para ficar constando que a presente matrícula, fica BLOQUEADA, não podendo o Oficial nela praticar nenhum ato, estendendo-se seus efeitos a eventuais transcrições em desta, tenham sido desmembradas, até ulterior deliberação daquela Corregedora. Dou fé. OFICIAL.

AV-0018/394 - Feito em 23 de Julho de 2.008. CERTIFICO, nos termos da Instrução nº 006/2.006-CJCI de 04 de Outubro de 2.006, para ficar constando que a presente matrícula, fica DESBLOQUEADA, tendo em vista que a AV-17-dela constante, foi feita equivocadamente. Dou fé. OFICIAL.

AV-019/394 - Feito em 05 de Janeiro de 2.008. CERTIFICO nos termos do OFÍCIO Nº 434/2008-SECIV, expedido pela Subseção Judiciária de Marabá-Pa, extraído dos Autos da AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO, Processo: nº 2008-28.01.00179-6, promovida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, contra JORGE MUTRAN EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA E OUTROS, datado de 19 de novembro de 2.008, devidamente assinado pelo Sr. Marco Antonio Nunes Leite, Diretor de Secretaria em Exercício, o qual fica arquivado, para ficar constando a AVERBAÇÃO do ajuizamento da supracitada Ação de Desapropriação, que tem por objeto o imóvel descrito nesta matrícula. Dou fé. OFICIAL.

Serviço Delegado de Notas
e Registro de Imóveis
COMARCA DE MARABÁ

Neuza Maria Santis Seminotti
NOTÁRIA E REGISTRADORA

ESTADO DO PARÁ

Katty Amargyllis Santis F. Miranda
Tabeliá Substituta

Kenny Andressa Santis Farias
Tabeliá Substituta

Maria de Jesus M. de Sousa
Escrivente Autorizada

Marilda Santis Batista
Escrivente Autorizada

Xeloy Anery Santis Farias
Escrivente Autorizada

Lucimar Santis Batista
Escrivente Autorizada

CERTIDÃO

-REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS-

NEUZA MARIA SANTIS SEMINOTTI - Oficiala do Serviço Notarial e de Registro, desta Cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, República Federativa do Brasil e t c . . .

CERTIFICO no uso das atribuições que por lei me são conferidas, e a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo no arquivo do Cartório, os livros de **TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES**, no de número 3-H às fls. 114, verifiquei constar a Transcrição do teor seguinte: **NÚMERO DE ORDEM: 966.- DATA: 22.10.1958.- CIRCUNSCRIÇÃO: Marabá - PA.- DENOMINAÇÃO, RUA, E Nº DO IMÓVEL:** Castanhal denominado "CABACEIRAS", situado neste Município de Marabá, deste Estado do Pará. **CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES:** Um Lote de terras denominado "CABACEIRAS", apropriado para indústria extrativa, situado a margem direita do Igarapé Sororó afluente do rio Itacaiunas, e tributário do rio Tocantins, neste Município de Marabá, com a área de seis mil quatrocentos e seis hectares, 46 ares e 20 centiares, limitando-se ao Norte, com terras devolutas do Estado; ao Sul, com terras devolutas do Estado; a Oeste com Igarapé Sororó, e a Leste, com terras devolutas do Estado. Em 22.10.1958.- **NOME, ESTADO, PROFISSÃO E DOMICÍLIO DO ADQUIRENTE:** -MANOEL BRITO DE ALMEIDA, brasileiro, comerciante, casado, domiciliado nesta cidade.- **NOME, ESTADO, PROFISSÃO E DOMICÍLIO DO TRANSMITENTE:** A. MOURÃO & COMPANHIA, firma comercial estabelecida em Belém capital do Estado do Pará.- **TÍTULO:** Escritura pública de compra e venda.- **FORMULA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO:** Escritura pública de compra e venda lavrada nas notas do tabelião Lauro Chaves, de Belém do Pará, em 30.01.1947.- **VALOR DO CONTRATO:** duzentos e dez mil (Cr\$ 210.000,00 cruzeiros).- **CONDICÕES DO CONTRATO:** Aquisição Definitiva.- **AVERBAÇÕES:** AV. 001/966 feito em 22 de agosto de 2006. **CERTIFICO**, nos termos do Ofício Circular nº 083/2006 Provimento nº 013/2006 - CJC1, devidamente assinada pela Des. Osmarina Onadir Sampaio Nery corregedora de justiça das comarcas do interior, datado de 23 e 21 de junho de 2006, respectivamente, os quais se acham arquivados, para ficar constando que o presente registro, fica **BLOQUEADO**, não podendo o Oficial nele podendo praticar nenhum ato, estendendo-se seus efeitos eventuais transcrições que desta, tenham sido desmembradas até ulterior deliberação daquela corregedora. AV.002/966 feito em 23 de julho de 2008. **CERTIFICO**, nos termos da Instrução Nº 006/2006 CJC1 de 04.10.2006, para ficar constando que o registro desta transcrição, fica **DESBLOQUEADO**, tendo em vista que a mesma foi feita equivocadamente no AV 00 1/966.

O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ
Marabá, PA, 22 de fevereiro de 2.011

MARIA DE JESUS MOREIRA DE SOUZA
Escrivente Autorizada

Serviço Delegado de Notas
e Registro de Imóveis
COMARCA DE MARABÁ

Neuza Maria Santis Seminotti
NOTÁRIA E REGISTRADORA

ESTADO DO PARÁ

Katty Amargyllis Santis F. Miranda

Tabella Substituta

Kenny Andressa Santis Farias

Tabella Substituta

Maria de Jesus M. de Sousa

Escrevente Autorizada

Marilda Santis Batista

Escrevente Autorizada

Keloy Anery Santis Farias

Escrevente Autorizada

Lucimar Santis Batista

Escrevente Autorizada

CERTIDÃO

-REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS-

NEUZA MARIA SANTIS SEMINOTTI - Oficiala do Serviço Notarial e de Registro, desta Cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, República Federativa do Brasil e t c . . .

CERTIFICO no uso das atribuições que por lei me são conferidas, e a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo no arquivo do Cartório, os livros de **TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES**, no de número 3-A às fls.133-A, verifiquei constar a Transcrição do teor seguinte: **NÚMERO DE ORDEM: 321.- DATA: 05.08.1943.- CIRCUNSCRIÇÃO: Marabá - PA.- DENOMINAÇÃO, RUA, E Nº DO IMÓVEL: Cabaceiras no Igarapé Sororó. CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES:** Título Definitivo, República do Estados Unidos do Brasil - Estado do Pará. Título Definitivo de venda de terras. Eu, Dr. José Carneiro da Gama Malcher, Interventor Federal do Estado do Pará. Faço saber que, tendo aprovado por decisão de 02 de Março de 1932, a medição e discriminação de um lote de terras devolutas procedida pelo agrimensor Jacyntho Augusto Machado, sito no lugar denominado "**CABACEIRA**" a margem direita do Igarapé Sororó, afluente do rio Itacaiunas, e Tributário do rio Tocantins pela sua margem esquerda 34º Município de Marabá, único termo, 15º comarca e 109º distrito, vendidas pelo Estado a Martinho da Mota Silveira do qual é cessionário A.Mourão & Companhia em 06 de Setembro de 1924 conforme título provisório de venda que exibiu; o qual lote pela referida medição e discriminação reconheceu-se estar nas seguintes condições: ser apropriado a indústria extrativa da castanha - afetar a forma de um polígono irregular de dezenove lados com perímetro de 34.431,00 metros correntes e envolvendo uma área de (6.406h, 46a, 20c), seis mil quatrocentos e seis hectares, quarenta e seis ares e vinte centiares, limitando-se: ao Norte, com terras devolutas do Estado; a Leste, com terras devolutas do Estado; ao Sul, com terras devolutas do Estado; e a Oeste com Igarapé Sororó. - **NOME, ESTADO, PROFISSÃO E DOMICÍLIO DO ADQUIRENTE: A.MOURÃO & COMPANHIA** domiciliada em Belém do Pará.- **NOME, ESTADO, PROFISSÃO E DOMICÍLIO DO TRANSMITENTE: O GOVERNO DO ESTADO PARÁ. TÍTULO:** Título Definitivo.- **FORMULA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO:** Título Definitivo de venda terras expedido pelo Governo do Estado.- **VALOR DO CONTRATO:** Vinte mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 20.699,50).- **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** Aquisição Definitiva.- **AVERBAÇÕES:** não consta.

O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ
Marabá, PA, 22 de fevereiro de 2.011

MARIA DE JESUS MOREIRA DE SOUZA
Escrevente Autorizada

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO

MATRICULA

11505

POLHA

-001-

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

MARABÁ - PARÁ

80

LIVRO FICHA Nº 2.

Marabá, Pará, em 03 de Julho de 1989

IMÓVEL-LOTE DE TERRENO, próprio para exploração de Castanha, sem denominação especial-Central- situado nos fundos das terras denominadas "Cabaceira" e anexo entre as propriedades de Perina Gomes e Prímênia de Melo Nogueira e terras afarradas à Michel Moussallem e Lidia Moussallem e Herdeiros de Khalil Mutran, medindo aproximadamente 6.000m (Seis mil metros de frente 6.000m (seis mil metros) ditos de fundos, encerrando uma Área Total de 3.600,00-(Três mil e seiscentos hectares, devidamente demarcada no oitavo terreno, que ele é aforado tendo em vista o requerimento em que prova possuir o lote por sucessivos arrendamentos. PROPRIETÁRIO:- NILO ALVES DE ALMEIDA, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade nº 0668874/SEGUP/PA e CIC nº 001.034.972-34, residente e domiciliado na Cidade de Belém-PA.- FORMA DA AQUISIÇÃO:- O imóvel ora Matriculado, o proprietário adquiriu, diretamente do Governo do Estado do Pará, conforme determinação do Título de Aforamento, expedido pela Procuradoria Fiscal da Fazenda Pública do Estado do Pará, tudo nos termos do Processo nº 1.978/53, expedido em data de 17 de Agosto de 1.959.- CONDIÇÕES:- Sem condições especiais, não há que na forma da Lei é regulada a enfiteuse, à cujas cláusulas preliminares, se compromete cumprir o enfiteuta.- NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR:- TRANSFERÊNCIA NÚMERO 1.039, fls. 136, do Livro nº 3-H de Transferências, do Registro Geral de Imóveis desta Comarca, em data de 10 de Agosto de 1.959. Dou fé. OFICIAL.-

AV-11505- Feito em 03 de Julho de 1.989. INCRA. CERTIFICO para ficar registrado, o imóvel objeto desta Matrícula, acha-se CADASTRO, junto ao INCRA, sob o nº 018.038:007.972-1; Área Total: 3.600,00ha.; MDT: 1,10ha.; e 1,10ha. de MDTs Fiscais: 41,42%, Fração Mínima de Parcelamento: 1,10ha. para ser o Parcelamento de 1.986, conforme Certidão de Apropriação. Dou fé. OFICIAL.-

AV-11505- Feito em 03 de Julho de 1.989, em virtude do qual, por Especificação de Venda e Compra Definitiva, lavrada nas Notas do Cartório do 1º Ofício, da Comarca de Belém-PA., no Livro nº 58-A, às fls. 076, em data de 27 de Março de 1.989, o proprietário referido nesta Matrícula, Sr. NILO ALVES DE ALMEIDA, médico, portador da Cédula de Identidade nº 0668874/SEGUP/PA e sua mulher, dona- Iolanda Brito de Almeida, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 0668874/SEGUP/PA., ambos brasileiros, casados, inscritos no CPF/MF sob o nº 001.034.972-34, residentes e domiciliados na Cidade de Belém-PA., sem condições especiais e pelo preço justo e quantia certa de NCz\$ 50.000,00- (Cinquenta mil cruzados novos)- TRANSMITIRAM o imóvel objeto desta Matrícula, com todas as suas benfeitorias, servidões, direitos e acessórios, à firma- JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA, estabelecida na Cidade de Belém-PA., à Avenida Bernardo Sayão, nº 3.242, inscrita no CGC/MF sob o nº 04.757.869/0001-80, representada por seu sócio, o Sr. EVANDRO LIEGE CHUQUIA MUTRAN, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade nº 023.754/SEGUP/PA., e CIC/MF nº 001.652.852-87, residente e domiciliado na Cidade de Belém-PA. Dou fé. OFICIAL.-

AV-003/11.505- Feito em 03 de Julho de 1.989. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE. CERTIFICO para ficar constando que o Imposto de Transmissão de Propriedade "Inter-vivos", devido pelo traspasse objeto do R-002 desta Matrícula, foi recolhido perante ao Órgão Competente, conforme DAM nº 1286 expedido pela Prefeitura Municipal de Marabá, autenticado sob o nº 04488-CHU-12, na quantia de 1.000,00- (Um mil cruzados novos) à taxa de 2% sobre o valor de NCz\$ 50.000,00- (Cinquenta mil cruzados), bem como, o Laudêmio conforme GUIA nº 111/89-Tal. 37, na quantia de NCz\$ 5.000,00- (Cinco mil cruzados novos) à taxa de 10% sobre o valor de NCz\$ 50.000,00- (Cinquenta mil cruzados novos).- Os documentos comprobatórios, ficam "por cópia" arquivados neste Cartório, para os devidos fins de direito. Dou fé. OFICIAL.-

04.852.497/0001-27

CAI 1º OFICIO
NEUZA MARIA SANTIS SEMINOTTI

Folha CSI 32, Qd. 05 - Lt. 66
CEP 68508-050 Nova Marabá
MARABÁ, PARA

[Handwritten signature]
AUTOMÁTICO SANTIS 1º Ofício Serviço de Registro
de Imóveis / Cartório e do I. que é fornecido como
prova de posse da propriedade da matrícula nº 1.200, sobre
a qual não há qualquer alteração registral e inscrição ou
qual outra que não seja do que nela se contém
emitido em 20 de 01 de 2008
NEUZA MARIA SANTIS SEMINOTTI
Oficial Titular
MARIA DE JESUS M. DE SOUSA
LUCIMAR SANTIS BATISTA
KATYIA SANTIS F. MIRANDA
MARIA DO SOCORRO M. ALVES
KENNY A. SANTIS FARIAS PIANHO
SELVIA A. SANTIS FARIAS

VÁLIDO SOMENTE COM SELO

Serviço Delegado de Notas
e Registro de Imóveis
COMARCA DE MARABÁ
Neuza Maria Santis Seminotti
NOTÁRIA E REGISTRADORA

ESTADO DO PARÁ

Lally Amaryllis Santis F. Miranda
Tabelião Substituto
Kenny A. Santis Farias Dianho
Tabelião Substituto
Maria de Jesus M. de Sousa
Escritor Autorizada
Maria do Socorro M. Alves
Escritor Autorizada
Kelny Anery Santis Farias
Escritor Autorizada
Lucimar Santis Batista
Escritor Autorizada

CERTIDÃO

-REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS-

NEUZA MARIA SANTIS SEMINOTTI - Oficiala do Serviço Notarial e de Registro, desta Cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, República Federativa do Brasil e t.c...

CERTIFICO no uso das atribuições que por lei me são conferidas, e a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo no arquivo do Cartório, os livros de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES, no de número 3-H às fls.135, verifiquei constar a Transcrição do teor seguinte: NÚMERO DE ORDEM: 1.039.- DATA: 10.08.1959.- CIRCUNSCRIÇÃO: Marabá - PA.- DENOMINAÇÃO, RUA, E Nº DO IMÓVEL: RURAL- Castanhal sem denominação especial neste Municipal de Marabá. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Um Lote de terras próprio para castanha, sem denominação especial- CENTRAL- situado nos fundos das terras denominadas "CABACEIRAS", e encravado entre as propriedades de Perina Gomes, Primênia de Melo Monção, e terras aforadas a Michel Moussallém e Lidia Moussallém e herdeiros de Kalil Mutran, medindo aproximadamente 6.000 metros de frente por 6.000 de fundo devidamente demarcada no citado terreno, que lhe é aforado, tendo em vista o requerimento em que prova possuir o lote por sucessivos arrendamento em 10.08.1959.- NOME, ESTADO, PROFISSÃO E DOMICILIO DO ADQUIRENTE: - NILO ALVES DE ALMEIDA - solteiro extrator de castanha, residente nesta cidade.- NOME, ESTADO, PROFISSÃO E DOMICILIO DO TRANSMITENTE: O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. TÍTULO: Título de Aforamento.- FÓRMULA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Título de Aforamento expedido pelo Governo do Estado do Pará, Procuradoria Fiscal da Fazenda Pública, em 07 de Agosto de 1959.- VALOR DO CONTRATO: sem valor determinado.- CONDIÇÕES DO CONTRATO: Aquisição Definitiva sujeito a pena de comissão e de devolução ao Estado no caso de faltar o cumprimento das cláusulas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª do respectivo título.- AVERBAÇÕES: AV- 001/1.039 feito em 03 de Julho de 1989. CERTIFICO, para ficar constando que o imóvel referido nesta transcrição é objeto da Matrícula nº 11.505 fls. 001 do livro nº 2 de Registro-Geral, no Registro Geral de Imóveis desta comarca.

O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ
Marabá, PA, 23 de Julho de 2008.

MARIA DO SOCORRO MIRANDA ALVES
Escritor Autorizada

FOLHA DE DEPARTAMENTO

Folha 278

Rub. JJ

Processo nº

Senhora Presidenta,

Em atenção ao solicitado por V.Sa., com referência ao Castanhal com Título de Aforamento originário de NILO ALVES DE ALMEIDA, situado nos fundos da FAZENDA CASTANHAL CABACEIRAS, temos a informar o seguinte:

O Título de Aforamento originário de NILO ALVES DE ALMEIDA, expedido pela Procuradoria Fiscal da Fazenda Pública do Estado do Pará em data de 07 de agosto de 1959, para o Município de Marabá, está registrado, em inteiro teor, sob o número de ordem 108, às fls. 211/212 do livro de Registro de Aforamentos de nº 01, em data de 17.08.1959. O Título foi publicado nos Diários Oficiais do Estado de 15 e 23 de agosto e 03 de setembro de 1959.

Os limites consignados no título em referência são os seguintes:

Lote central. Situado nos fundos das terras denominadas "Cabaceiras" e encravado entre as propriedades de Perina Gomes e Primênia de Melo Monção e terras aforadas a Michel Moussaïem e Lydia Moussaïem e herdeiros de Kalil Mutran, medindo aproximadamente 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

Os direitos inerentes à enfiteuse foram transferidos a JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA com a devida autorização governamental exarada em data de 08 de maio de 1989, com Laudêmio pago pela Guia de Recolhimento de nº 011-Tal.37, na forma do processo nº 1182/89.

Os foros estão pagos até o exercício de 1998, devendo, portanto, os concernentes a 1999, no valor total de R\$801,40 (oitocentos e um reais e quarenta centavos). A firma foreira, através do processo nº 1999/71590, solicita autorização para efetuar o referido pagamento. O processo foi encaminhado a esta Seção, nesta data para as providências que se fazem necessárias.

É o que temos a informar a respeito do solicitado

Belém, 03 de maio de 1999

AAL/crn

Carla Regina de O. Neves
Carla Regina de O. Neves
ANEXOS DA DIF-2

Obs. Pago os foros do exercício de 2000, através da Guia de Recolhimento de nº 012-Tal. 199 de 29-12-2000.

LIVRO 2 REGISTRO GERAL

MATRÍCULA

11739

FOLHA

001

CARTÓRIO "SILVINO SANTIS"

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

MARABÁ - PA

LIVRO FICHA Nº -2-

Marabá, Pará, em 25 de Outubro de 1989

IMÓVEL: TERRENO RURAL com a área de 232,0570-Ha- (duzentos e trinta e dois hectares, cinco ares e setenta centiares), e um perímetro de 6.807 - 89 metros, destacada e/ou desmembrada de maior porção da Fazenda e Castanhal "CARACEIRAS", situada à Margem Direita do Igarapé Sororó, afluente do Rio Itacaiunas, e tributário do Tocantins, pela sua margem esquerda, no Município e Comarca de Marabá, Estado do Pará, assim descrita e caracterizada: Partindo do MB-02A cravado na divisa de Jorge Mutran Exportadora Ltda, com uma estrada carroçável, seguindo esta estrada com distância de 1.904,53 metros, chega-se ao MB-28A, deste com azimute de 217º13'40"--- e distância de 1.030,97 metros, chega-se ao MB-259A, cravado na margem direita do Rio Sororó, descendo o referido Rio com distância de 2.538,94 metros, chega-se ao MB-219A, cravado à margem direita do Rio Sororó, deste com azimute de 40º25'38" e distância de 1.333,45 metros, chega-se ao MB-02A, ponto inicial da descrição deste perímetro. O mesmo limita-se ao Norte com Jorge Mutran Exportadora Ltda; Leste, com Jorge Mutran Exportadora Ltda; Sul, com o Rio Sororó; e, Oeste, com Jorge Mutran Exportadora Ltda.

PROPRIETÁRIA: JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA- pessoa jurídica de direito privado interno, estabelecida na Cidade de Belém-PA., inscrita no OGC sob nº 04.797.569/0001-80. NUMERO DO REGISTRO ANTERIOR- MATRÍCULA nº 394(PARTE) do Livro Ficha nº -2- do REGISTRO GERAL de Imóveis, desta Comarca. -- Dou fé. *[Assinatura]* -OFICIAL.*

R-001/11739- Feito em data de 17 de Setembro de 1.990, em virtude do qual por Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada nas Notas do Cartório do 1º Ofício desta Comarca, às fls. 538/541, do Livro nº 46, em data de 23 de Outubro de 1.989; O proprietário referido nesta matrícula, a firma, JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado interno, estabelecida na Cidade de Belém-PA., devidamente inscrita no OGC sob nº 04.797.569/0001-80, representada por seu sócio, Sr. Delio Chuquia Mutran, brasileiro, solteiro, maior, advogado, CI nº 578377/PA e CIC nº 001.657.432-04, residente e domiciliado em Belém-PA., Sem condições especiais e pelo preço justo e quantia certa de Cr\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil cruzados novos) do antigo padrão monetário nacional, vigente em 23-10-89. -- TRANSMITIU. A propriedade objeto desta matrícula, com todas as suas benfeitorias, pertences, servidões ativas e acessões a Srª. MARIA DO SOCORRO ALMEIDA SMITH, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade nº 0600521/PA e CIC nº 062.412.802-44, residente e domiciliada nesta cidade. Dou fé. *[Assinatura]* -OFICIAL.*

AV-002/11739- Feito em data de 17 de Setembro de 1.990. CND- CERTIFICADO que a proprietária transmitente do imóvel objeto desta matrícula R-001, encontra-se QUITES para com o IAFAS, conforme CND- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍTOS nº 298301- Serie B, POND nº 1201/90, expedido em data de 05 de Setembro de 1.990, devidamente assinado pela Srª Zoé Corrêa de Paiva, Chf. Serv e Arrec. Fisc.- Subst., IAFAS- Belém-PA o qual fica arquivado nesta Cartório para os fins de direito. Dou fé. *[Assinatura]* -OFICIAL.*

R-003/11.739- Feito em 01 de Fevereiro de 1.999. ÔNUS: Em Hipoteca Cédular de 1º grau e sem concorrência de terceiros. TÍTULO: CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA Nº FIR-P-034-99/0039-6, emitida nesta praça de Marabá-PA, em 13 de Janeiro de 1.999. EMITENTE: MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA SMITH. CIC. - 062.412.802-44, e seu marido- RICARDO CARDOSO SMITH FILHO, CIC. 045.476.082-53. AVALISTA: RICARDO CARDOSO SMITH FILHO, CIC. 045.476.082-53. -- //

LIVRO 2 REGISTRO GERAL

MATRÍCULA

11739

FOLHA

001

CARTÓRIO "SILVINO SANTIS"

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

MARABÁ - PA

LIVRO FICHA Nº -2-

Marabá, Pará, em 25 de Outubro de 1989

IMÓVEL: TERRENO RURAL com a área de 232,0570-Ha- (duzentos e trinta e dois hectares, cinco ares e setenta centiares), e um perímetro de 6.807 - 89 metros, destacada e/ou desmembrada de maior porção da Fazenda e Castanhal "CARAGEIRAS", situada à Margem Direita do Igarapé Sororó, afluente do Rio Itacaiunas, e tributário do Tocantins, pela sua margem esquerda, no Município e Comarca de Marabá, Estado do Pará, assim descrita e caracterizada: Partindo do MB-02A cravado na divisa de Jorge Mutran Exportadora Ltda, com uma estrada carroçável, seguindo esta estrada com distância de 1.904,53 metros, chega-se ao MB-28A, deste com azimute de 217º13'40"--- e distância de 1.030,97 metros, chega-se ao MB-259A, cravado na margem direita do Rio Sororó, descendo o referido Rio com distância de 2.538,94 metros, chega-se ao MB-219A, cravado à margem direita do Rio Sororó, deste com azimute de 40º25'38" e distância de 1.333,45 metros, chega-se ao MB-02A, ponto inicial da descrição deste perímetro. O mesmo limita-se ao Norte com Jorge Mutran Exportadora Ltda; Leste, com Jorge Mutran Exportadora Ltda; Sul, com o Rio Sororó; e, Oeste, com Jorge Mutran Exportadora Ltda.

PROPRIETÁRIA: JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA- pessoa jurídica de direito privado interno, estabelecida na Cidade de Belém-PA., inscrita no OGC sob nº 04.797.569/0001-80. NUMERO DO REGISTRO ANTERIOR- MATRÍCULA nº 394(PARTE) do Livro Ficha nº -2- do REGISTRO GERAL de Imóveis, desta Comarca. -- Dou fé. *[Assinatura]* -OFICIAL.*

R-001/11739- Feito em data de 17 de Setembro de 1.990, em virtude do qual por Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada nas Notas do Cartório do 1º Ofício desta Comarca, às fls. 538/541, do Livro nº 46, em data de 23 de Outubro de 1.989; O proprietário referido nesta matrícula, a firma, JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado interno, estabelecida na Cidade de Belém-PA., devidamente inscrita no OGC sob nº 04.797.569/0001-80, representada por seu sócio, Sr. Delio Chuquia Mutran, brasileiro, solteiro, maior, advogado, CI nº 578377/PA e CIC nº 001.657.432-04, residente e domiciliado em Belém-PA., Sem condições especiais e pelo preço justo e quantia certa de Cr\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil cruzados novos) do antigo padrão monetário nacional, vigente em 23-10-89. -- TRANSMITIU. A propriedade objeto desta matrícula, com todas as suas benfeitorias, pertences, servidões ativas e acessões a Srª. MARIA DO SOCORRO ALMEIDA SMITH, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Cédula de Identidade nº 0600521/PA e CIC nº 062.412.802-44, residente e domiciliada nesta cidade. Dou fé. *[Assinatura]* -OFICIAL.*

AV-002/11739- Feito em data de 17 de Setembro de 1.990. CND- CERTIFICADO que a proprietária transmitente do imóvel objeto desta matrícula R-001, encontra-se QUITES para com o IAFAS, conforme CND- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍTOS nº 298301- Série B, POND nº 1201/90, expedido em data de 05 de Setembro de 1.990, devidamente assinado pela Srª Zoé Corrêa de Paiva, Chf. Serv. e Arrec. Fisc.- Subst., IAFAS- Belém-PA o qual fica arquivado neste Cartório para os fins de direito. Dou fé. *[Assinatura]* -OFICIAL.*

R-003/11.739- Feito em 01 de Fevereiro de 1.999. ÔNUS: Em Hipoteca Cédular de 1º grau e sem concorrência de terceiros. TÍTULO: CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA Nº FIR-P-034-99/0039-6, emitida nesta praça de Marabá-PA, em 13 de Janeiro de 1.999. EMITENTE: MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA SMITH. CIC. - 062.412.802-44, e seu marido- RICARDO CARDOSO SMITH FILHO, CIC. 045.476.082-53. AVALISTA: RICARDO CARDOSO SMITH FILHO, CIC. 045.476.082-53. -- //

MATRÍCULA
11.739

FOLHA
001
VERSO

LIVRO FICHA -2-

CREADOR: BANCO DA AMAZÔNIA S/A- Agência desta praça de Marabá-PA.- VALOR: R\$ 48.510,61 (Quarenta e oito mil, quinhentas e dez reais e sessenta e um centavos).- VENCIMENTO: Em 10 de novembro de ano 2.004.- PRACA DE PAGAMENTO: Marabá-PA.- FORMA DE PAGAMENTO: Em 04(quatro) prestações vencíveis em 10.11.2.001; 10.11.2.002; 10.11.2.003; 10.11.2.004.- JUROS: 8%a.a., (oito por cento) ao ano.- OBJETO DA GARANTIA: O imóvel objeto desta matrícula, com todas as suas benfeitorias, edificações, serviços ativos e acessões. Dou fé.- **OFICIAL.-**

AV-004/11.739- Feito em 30 de Outubro de 2.000.- CERTIFICO nos termos do ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO a CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA Nº FIR-P-034-99/000 39-6, emitida nesta praça de Marabá-PA, em data de 21 de julho de 2000, por MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA SMITH em favor do BANCO DA AMAZÔNIA S/A que resolvem ADITAR a referida Cédula para RETIFICAR e RATIFICAR o que ali é pactuado nos termos a seguir: ENCARGOS FINANCEIROS: Os valores lançados na conta vinculada ao presente financiamento, bem como o saldo devedor daí decorrente, terão inicialmente a partir de 14.01.2.000, a incidência de encargos financeiros correspondentes a taxa efetiva de 10,5% (dez inteiros e cinco décimos por cento) ao ano com base na taxa proporcional diária (ano de 360 dias) calculados e incorporados mensalmente ao saldo devedor, no vencimento e na liquidação da dívida, exigíveis juntamente com as parcelas do principal, proporcionalmente aos valores nominais de cada uma delas, no vencimento e na liquidação da dívida.- REVISÃO NOS ENCARGOS FINANCEIROS: Os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a taxa de Juros de Longo Prazo- TJLP apresentar variação acumulada para mais ou para menos, superior a 30%(trinta por cento) a ser medida a partir de 14 de janeiro de 2.000 ou a partir do último reajuste de encargos financeiros.- INADIMPLENTO: Na falta de pagamento, nos períodos acordados, sobre o montante devido, quer do principal, quer dos acessórios e enquanto não regularizada a operação, além da perda dos benefícios previstos na cláusula "Bônus de Adimplência", os encargos financeiros definidos nesta Cédula sofrerão acréscimos da taxa efetiva de 12%(doze por cento) ao ano a título de inadimplência, acrescentando-se ainda sobre o montante apurado devido, a taxa efetiva de 1% (um por cento) ao ano a título de juros moratórios.- RATIFICAÇÃO: A Cédula Rural Hipotecária, acima caracterizada, fica ratificada em todas as suas cláusulas e condições não expressamente alteradas por este aditivo que a ela se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito, Dou fé.-

AV-005/11.739- Feito em 15 de Junho de 2.001.- CERTIFICO nos termos do ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO a CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA Nº FIR-P-034-99/000 39-6, emitida nesta praça de Marabá-PA, em data de 26 de março de 2001, por MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA SMITH em favor do BANCO DA AMAZÔNIA S/A que resolvem ADITAR a referida Cédula para RETIFICAR e RATIFICAR o que ali é pactuado nos termos a seguir: ENCARGOS FINANCEIROS: Os valores lançados na conta vinculada ao presente financiamento, bem como o saldo devedor daí decorrente, terão inicialmente a partir de 15.01.2.001, a incidência de encargos financeiros correspondentes a taxa efetiva de juros de 8,75%a.a., (oito inteiros e setenta e cinco centesimos por cento ao ano), com base na taxa proporcional diária (ano de 360 dias), calculados e incorporados mensalmente ao saldo devedor, no vencimento e na liquidação da dívida, exigíveis juntamente com as parcelas do principal, proporcionalmente aos valores nominais de cada uma delas, no vencimento e na liquidação da dívida.- REVISÃO NOS ENCARGOS FINANCEIROS: Os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a taxa de Juros de Longo Prazo- TJLP apresentar variação acumulada para mais ou para menos, superior a 30%(trinta por cento), a ser medida a partir de 14 de janeiro de 2000, ou a partir do último reajuste de encargos financeiros.- INADIMPLENTO: Na falta de pagamento, nos períodos acordados, sobre o montante devido, quer do principal, quer dos acessórios e enquanto não regularizada a operação, além da perda dos benefícios previstos na cláusula "Bônus de Adimplência", os encargos financeiros definidos nesta Cédula

LIVRO 2 ---- REGISTRO GERAL

CARTÓRIO

MATRÍCULA

11.739

FOLHA

002

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

MARABÁ - PARÁ

LIVRO FICHA - 2-

Marabá, Pará, em 15 de JUNHO de 1992

IMÓVEL: (CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA Nº 11.739.- Fls. 001.-)

sofrerão acréscimos de taxa efetiva de 12%(doze por cento ao ano) a título de inadimplimento, acrescentando-se ainda, sobre o montante apurado - vencido, a taxa efetiva de 1%(um por cento ao ano) a título de juros moratórios.- RATIFICAÇÃO: A Cédula Rural Hipotecária, acima caracterizada, fica ratificada por dito em todas as suas cláusulas e condições, não expressamente alterada por este aditivo que a ela se integra, formando um todo, Único e indivisível para todos os fins de direito. Dou fe. OFICIAL.-

AV-006/11.739- Feito em 27 de Dezembro de 2002.- CERTIFICO nos termos do - ADITIVO DE RE-RATIFICAÇÃO a CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA Nº FIR-P/034-99/0039-6, emitida nesta praça de Marabá-PA, em data de 16 de dezembro de 2002, - por MARIA DO SOCORRO ALMEIDA SMITH em favor do BANCO DA AMAZONIA S/A, que resolvem ADIAR a referida Cédula para RETIFICAR e RATIFICAR o que ali é pactuado nos termos a seguir: OBJETIVO DESTE ADITIVO: ASSUNÇÃO DA DÍVIDA: proveniente da Cédula de Crédito Rural acima caracterizada, nos termos do artigo 999 do Código Civil Brasileiro em conformidade com as cláusulas - abaixo: CLÁUSULA PRIMEIRA: DA CONFISSÃO DA DÍVIDA: A EMITENTE responde perante ao BANCO, por título de dívida, líquida, certa, exigível, no valor original de R\$ 48.510,61, proveniente da Cédula ora aditada.- CLÁUSULA SEGUNDA: DA ASSUNÇÃO DA DÍVIDA: O ASSUNTOR- ANTONIO CESAR OLIVI, juntamente com os avalistas que assinam este instrumento, assumem para com o BANCO a dívida acima confessada, obedecendo as cláusulas e condições ajustadas na Cédula de Crédito Rural originária e neste aditivo.- § 1º- O ASSUNTOR- ANTONIO CESAR OLIVI, declara, que nesta data lhe foi dado a conhecer e aceita assumir, através deste instrumento, o débito principal de que trata esta cláusula, atualizado com base em 16.12.2.002, sobre o qual incidirá - taxa de juros, praticada a base de 8,75%a.a.,.-CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO: O ASSUNTOR pagará a dívida ora assumida no valor de R\$ 65.691,93, - em 04(quatro) parcelas anuais, e sucessivas, sobre as quais incidirão em - cargos financeiros previstos no parágrafo primeiro, conforme esquema de pagamento a seguir: FORMA DE PAGAMENTO: 10.12.2.002; 10.12.2.003; 10.12.2004 10.12.2.005.- CLÁUSULA QUARTA: DA ANUÊNCIA DO CREDOR: O BANCO concorda com a transferência do débito para o ASSUNTOR e em consequência, da plena, geral e irrevogável quitação a EMITENTE, bem como as demais garantias da dívida ora transferida.- RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições da cédula, não expressamente alteradas por este aditivo, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito. OBS: As demais cláusulas, condições e obrigações são as constantes do respectivo aditivo do pleno conhecimento e aceitação das partes contratantes. Dou fe.- 7 OFICIAL.-

R-007/11.739- Feito em 19 de Fevereiro de 2003, em virtude do qual, por - Escritura Pública de Compra e Venda Definitiva, lavrada pelo Cartório do 1º Ofício, desta Cidade e Comarca, no livro nº 78 fls nº 062, em data de 13 de Fevereiro de 2003, a proprietária referida no R-01 desta matrícula Maria do Socorro Almeida Smith, engenheira civil, portadora da CI nº 828.090-SSP/AP e CIC nº 062.412.802/44 e seu marido-Ricardo Cardoso Smith Filho, engenheiro civil, portador da CI/RE 5.216-D-CREA/PA e CIC nº 045. - 476.082/53- ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados na Rua São José 1124, Macapá-PA, legalmente representados na escritura pública - sem condições especiais e pelo preço justo e quantia certa de R\$ 66.000,- 00 (sessenta e seis mil reais)- TRANSMITIRAM a propriedade objeto desta matrícula, com todos os seus pertences, servidões ativas e passivas ao - Sr. ANTONIO CESAR OLIVI- brasileiro, casado com Nilva Noronha Fernandes-Olivi, comerciante, portador da CI nº 8.844.493-SP e CIC nº 049.284.578- /62- residente e domiciliado nesta cidade. Dou fe. OFICIAL.-

MATRÍCULA

FOLHA

VERSO

AV-008 - Feito em 04 de julho de 2005. - **BAIXA DE HIPOTECA - CERTIFICO**, nos termos do Ofício, firmado pelo **Banco da Amazônia S/A** Agência desta praça de Marabá-PA, datado de 29 de junho de 2005, o qual fica arquivado, para ficar constando que o **R-003, AV-004, AV-005, AV-006**, desta matrícula, ficam cancelados em todos os seus termos e condições. Cancelamento feito nos termos do **artigo 251 da Lei 6.015 de 31 de Dezembro de 1973**. Os documentos comprobatórios, acham-se arquivados neste Cartório, para todos os fins de direito. **Dou fé.** **OFICIAL.-**

R-009/11.739 - Feito em 18 de janeiro de 2006, em virtude do qual por Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada pelo Cartório do 1º Ofício, desta Cidade e Comarca, no livro 090 às fls. 139, em data de 18 de Janeiro de 2006, o proprietário referido nesta matrícula: **ANTONIO CESAR OLIVEIRA** e sua esposa **NILVA NOGUEIRA FERNANDES OLIVEIRA**, brasileiros, ele comerciante, portador da CI nº 8844493-SP e do CPF/MF nº 049.284.578-62, ela Tec. em Contabilidade, portadora da CI nº 993.528-GO e do CPF/MF nº 232.425.741-68, residentes e domiciliados na Fl-17, Qd 22, Lt A-25, Nova Marabá, na Cidade de Marabá-PA., sem condições especiais e pelo preço justo e quantia certa de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**. **TRANSMITIRAM** o imóvel objeto desta matrícula, com todas as suas benfeitorias, edificações, servidões ativas e acessões, a **SEBASTIÃO EUSTÁQUIO MELO SOUZA**, brasileiro, solteiro, vivendo em união estável com **Nery Ane Solino de Carvalho**, pecuarista, portador da CI nº 3.852.700-MG e do CPF/MF nº 508.848.596-49, residente e domiciliado na Travessa 13 de maio nº 460, bairro centro, na Cidade de Marabá-PA. **Dou fé.** **OFICIAL.-**

AV-010/11.739 - Feito em 18 de Janeiro de 2006. **CERTIFICO** para ficar constando, que o imóvel objeto desta matrícula, acha-se cadastrado junto ao **INCRA**, em sua totalidade sob o nº **9500170885100**, área total: **232,0000ha**, módulo fiscal: **70,0ha**, Nº de Módulos Fiscais **3,31ha**, fração mínima de parcelamento: **3,00ha**. Nome do declarante: **Antonio César Oliveira**. Nome do Imóvel: **FAZENDA SUMAUMA**, quites para com o exercício de **CCIR- 2003/2004/2005**, conforme comprovante que me foi exibido e que se acha arquivado neste Cartório, para todos os fins de direito. **Dou fé.** **OFICIAL.-**

AV-0011/11.739 - Feito em 22 de agosto de 2006. **CERTIFICO**, nos termos do Ofício Circular nº 083/2.006 e Provimento nº 013/2.006-CJCI, devidamente assinado pela Des. Osmarina Onadir Sampaio Nery - Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, datados de 23 e 21 de Junho de 2006, respectivamente, os quais se acham arquivados, para ficar constando que a presente matrícula, fica **BLOQUEADA**, não podendo o Oficial nela praticar nenhum ato, estendendo-se seus efeitos a eventuais transcrições que desta tenham sido desmembradas, até ulterior deliberação daquela Corregedora. **Dou fé.** **OFICIAL.-**

AV-012/11.739 - Feito em 30 de setembro de 2010. **CANCELAMENTO DE MATRÍCULA CERTIFICO**, nos termos do Ofício Circular nº 132/2010-CJCI, expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, datado de 23 de agosto de 2010, devidamente assinado pela Desembargadora - Maria Rita Lima Xavier, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, bem como, considerando a decisão do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro **Gilson Dipp**, nos autos do pedido de Providências nº 0001943-67.2009.2.00.0000, que determinou o cancelamento das matrículas de imóveis rurais que foram bloqueados em decorrência do Provimento nº 013/2006-CJCI, referenciado no Provimento nº 002/2.010-CJCI, datado de 23 de agosto de 2010, também assinado pela Desembargadora, Maria Rita Lima Xavier - Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, publicado no Diário da Justiça de 25/08/10, para ficar constando que, a presente matrícula e **consequentemente todos os atos nela praticados**, ficam **CANCELADOS** em todos os seus termos e condições, não mais produzindo nenhum efeito jurídico. Os documentos comprobatórios acham-se

LIVRO 2 REGISTRO GERAL

MATRÍCULA
11.739

FOLHA
02

CARTÓRIO "ANTONIO SANTIS"

SERVIÇO DELEGADO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

NEUZA MARIA SANTIS SEMINOTTI

Oficiala

Marabá, PA, 22 de agosto de 2008

arquivados neste Cartório para todos os fins de direito. Dou fé.

OFICIAL

04.852.497/0001-27

CARTÓRIO 1º OFÍCIO

NEUZA MARIA SANTIS SEMINOTTI

Folha 05 de 05
CEP 68508-050 - Nova Marabá
MARABÁ - PARA

000.207.221

Cartório "ANTONIO SANTIS" - 1º Ofício Serviço Registro de Imóveis - Certifico - Dou fé que a presente cópia verográfica foi extraída da Matrícula Nº 11739, cujo nº não há qualquer alteração relativa a área ou quibus terras além do que se contém. Marabá-PA, em 24 de 08 de 2011.

- () NEUZA MARIA SANTIS SEMINOTTI - Oficiala Titular
- () KATY A. SANTIS F. ARAÚJO
- () KENNY A. SANTIS FARIAS PIANHÓ
- () KELVY ANERY SANTIS FARIAS
- () LUCIMAR SANTIS BATISTA
- () MARIA DE FÉLIS M. DE SOUSA
- () MARIA DO SOCORRO M. ALVES
- () MARILDA SANTIS BATISTA

Exercícios Adjunctas

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO

II. Lista de aforamentos no Polígono dos Castanhais

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
GERÊNCIA DE AFORAMENTO
TÍTULOS EXPEDIDOS
DEMONSTRATIVO GERAL

MUNICÍPIOS	TÍTULO EXPEDIDOS		ÁREAS DESAPROPRIADAS		ÁREAS ADQUIRIDAS PELO ESTADO		ÁREAS RESGATADAS	
	QUANTIDADE	HECTARES	QUANTIDADE	HECTARES	QUANTIDADE	HECTARES	QUANTIDADE	HECTARES
Alenquer	03	6.900ha00a00ca	-	-	-	-	-	-
Almeirim	24	86.400ha00a00ca	-	-	01	3.600ha00a00ca	-	-
Conceição do Araguaia	14	51.452ha38a50ca	06	21.753ha48a50ca	-	-	-	-
Itupiranga	25	86.771ha97a00ca	10	33.673ha80a00ca	-	-	02	5.543ha31a36ca
Jacundá	01	7.200ha00a00ca	-	-	-	-	-	-
Marabá	166	614.711ha21a92ca	78	296.492ha14a46ca	-	-	04	15.073ha30a14ca
Monte Alegre	01	3.600ha00a00ca	-	-	-	-	-	-
Portel	04	14.400ha00a00ca	-	-	-	-	-	-
São Félix do Xingu	02	6.168ha08a23ca	-	-	-	-	-	-
Tucuruí	10	35.100ha00a00ca	06	20.700ha00a00ca	-	-	-	-
Total	250	912.703ha65a65ca	100	350.865ha94a46ca	01	3.600ha00a00ca	06	20.696ha61a50ca

TÍTULOS DE AFORAMENTOS EXPEDIDOS PELA PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO

1

Período: 1955 a 1966

ALENQUER

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	HORTÊNCIO DE GOUVEIA MOITA	MASSARANDUBA	3.600ha00a00ca	23/09/1965	-
02	MARIA BATISTA REBELO	NACIONAL	900ha00a00ca	24/02/1962	-
03	NOEMIA RAMOS BATISTA	TRACUÁ	2.400ha00a00ca	23/06/1965	-

ALMEIRIM

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	AIRES JÚLIO DA FONSECA	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
02	ALZIRA ANTUNES MARTINS	-	3.600ha00a00ca	05/12/1956	-
03	ANA FERNANDES DA FONSECA TEIXEIRA	-	3.600ha00a00ca	04/12/1956	-
04	ANTÔNIO FERNANDES DA FONSECA TEIXEIRA	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
05	ANTÔNIO FERNANDES TEIXEIRA	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
06	BENEDITO DE OLIVEIRA FEITOSA	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
07	CRISPIM JOAQUIM DE ALMEIDA	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
08	EDUARDO ANTÔNIO VALENTE TEIXEIRA	-	3.600ha00a00ca	04/12/1956	-
09	EUGÊNIO JOSÉ GENTIL GUEDES	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
10	FLÁVIA FREITAS DE ALMEIDA MAIA	-	3.600ha00a00ca	13/03/1957	-
11	HUASCAR LOPES PORTUGAL	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
12	JOÃO OURIQUE DA SILVA	-	3.600ha00a00ca	27/02/1957	-
13	JOAQUIM NUNES DE ALMEIDA	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
14	JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA	-	3.600ha00a00ca	04/12/1956	-
15	JOSÉ BEZERRA DE ANDRADE	-	3.600ha00a00ca	13/03/1957	ADQUIRIDO PELO ESTADO
16	JOSÉ FERNANDES FONSECA	-	3.600ha00a00ca	04/12/1956	-
17	JOSÉ JOAQUIM MARTINS	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
18	JOSÉ JOAQUIM MARTINS JÚNIOR	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
19	JOSÉ TAVARES DE LIMA	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
20	JUAREZ OURIQUE DA SILVA	-	3.600ha00a00ca	27/02/1957	-
21	MANOEL MONTEIRO GONÇALVES	-	3.600ha00a00ca	13/03/1957	-
22	MARIA DE NAZARÉ DE ALMEIDA GUEDES	-	3.600ha00a00ca	04/12/1956	-
23	MARIA ROSA ANTUNES MARTINS CORRÊA	-	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
24	RAMIRO GOMES DA GAMA	-	3.600ha00a00ca	13/03/1957	-

TÍTULOS DE AFORAMENTOS EXPEDIDOS PELA PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO
Período: 1955 a 1966

2

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	ARLINDO COSTA SOUZA	LAGOA BONITA	2.997ha48a50ca	22/10/1976	DESAPROPRIADO
02	ALDA SANTOS VERAS	BOM LUGAR	3.597ha70a00ca	05/05/1960	-
03	BAZARETO MILHOMEM DA COSTA	CINZEIRO	3.600ha00a00ca	17/05/1961	DESAPROPRIADO
04	GERSON WANDERLEY DE CARVALHO	SAMPAIO - 1ª LÉGUA	3.600ha00a00ca	25/09/1961	DESAPROPRIADO
05	HERCULANO JOSÉ DE SOUSA	CAJUEIRO	3.600ha00a00ca	06/12/1960	-
06	JESUS LOBÃO VERAS	BOA SORTE - 1ª LÉGUA	3.595ha20a00ca	05/05/1960	-
07	JOÃO DUARTE DE SOUZA	SAMPAIO 2ª LÉGUA	4.356ha00a00ca	12/06/1961	DESAPROPRIADO
08	JOÃO JOSÉ DE SOUZA	XIXÁ	4.356ha00a00ca	11/08/1960	-
09	JOSÉ CARLOS MILHOMEM LACERDA	ANEXO CINZEIRO	3.600ha00a00ca	17/05/1961	DESAPROPRIADO
10	JOSÉ PEREIRA DE MATOS	SÃO JOSE	3.000ha00a00ca	04/01/1961	-
11	LEOCÁDIA MILHOMEM MARANHÃO	ABÓBORA	3.600ha00a00ca	21/12/1962	DESAPROPRIADO
12	LUSO SALES SOLINO	-	3.600ha00a00ca	29/08/1960	-
13	RAIMUNDA RIBEIRO MARINHO	FORTALEZA	4.350ha00a00ca	10/1963	-
14	SEBASTIÃO ALOÍSIO SOLINO	-	3.600ha00a00ca	29/08/1960	-

ITUPIRANGA

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	AGNALDO FELICIANO E SILVA	ELIAS (parte)	3.600ha00a00ca	07/11/1961	-
02	ALCINDA LOPES PEDRA	NOVO HORIZONTE	3.600ha00a00ca	17/10/1959	DESAPROPRIADO
03	ANA FRUTUOSO E SILVA	URUBU (parte)	3.598ha17a00ca	17/05/1961	-
04	BENEDITO QUINTINO DE SOUZA	JABOTI	3.600ha00a00ca	13/02/1963	-
05	EPAMINONDAS GOMES SANTANA	VOLTA REDONDA (parte)	2.700ha00a00ca	03/02/1965	-
06	EURÍDICE BRAGA CHAVES	-	2.178ha00a00ca	04/02/1958	DESAPROPRIADO
07	FRANCISCO XAVIER DE PINA	CRISTO REI	3.598ha80a00ca	05/12/1956	DESAPROPRIADO
08	IZAURA DUARTE SOARES	PRAIA ALTA	2.700ha00a00ca	18/05/1965	DESAPROPRIADO
09	JOSÉ TEIXEIRA FILHO	-	3.600ha00a00ca	18/09/1963	-
10	JOSÉ VICENTE SOARES	AREIÃO (parte)	3.600ha00a00ca	21/12/1956	-
11	JOSEFA BARRETO DA SILVA	-	3.600ha00a00ca	30/12/1960	-
12	LEONEL CORRÊA DA SILVA	GROTA DE LAGE	3.600ha00a00ca	06/03/1957	-

TÍTULOS DE AFORAMENTOS EXPEDIDOS PELA PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO

3

Período: 1955 a 1966

13	LEÓNIDAS MARTINS CHAVES	SÃO SEBASTIÃO	3.600ha00a00ca	04/12/1956	-
14	MANOEL LOPES PEDRA	POÇÃO CARANHA	3.600ha00a00ca	29/08/1960	DESAPROPRIADO
15	MARIA ABADIA DA SILVA	SANTA LUZIA	3.600ha00a00ca	11/08/1960	RESGATADO
16	MARIA ALMEIDA COSTA	ANAJÁS	3.600ha00a00ca	27/02/1957	-
17	MARIA DEUZUITA DAMASCENO LIMA	LA ESTÂNCIA	3.600ha00a00ca	24/06/1966	DESAPROPRIADO
18	MARIA DIAS DA SILVA	-	3.600ha00a00ca	25/10/1960	DESAPROPRIADO
19	MARIA FERREIRA CHAMON	LAGO VERMELHO	3.600ha00a00ca	05/12/1956	RESGATADO (parte)
20	MARIA JOAQUINA CHAVES	BOM FUTURO (parte)	3.600ha00a00ca	05/12/1956	-
21	MATHIAS DE OLIVEIRA FILHO	FORTALEZA	3.600ha00a00ca	30/11/1960	DESAPROPRIADO
22	NAIR MARIA CHAVES GONÇALVES	PALESTINA (parte)	3.600ha00a00ca	27/02/1957	-
23	RAIMUNDO FERREIRA LEMOS	RAINHA	3.597ha00a00ca	04/09/1961	DESAPROPRIADO
24	ROSA RODRIGUES SOARES	ÁGUA DA SAÚDE	3.600ha00a00ca	12/12/1956	-
25	SILVANO JOSÉ RIBEIRO	CAJAZEIRAS	3.600ha00a00ca	23/09/1960	DESAPROPRIADO

JACUNDÁ

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	JOSÉ COELHO DA SILVA	SANTA FÉ	7.200ha00a00ca	12/07/1966	-

MARABÁ

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	ABIBE FERREIRA	SANTA MARIA	3.600ha00a00ca	27/10/1965	-
02	AFIFE FERREIRA ROSA	PONTA DE SERRA	3.600ha00a00ca	27/02/1957	DESAPROPRIADO
03	ALBERTINA IOLETE SALIBA LOPES	ITACAIUNAS	3.600ha00a00ca	19/11/1959	DESAPROPRIADO
04	ALBERTO CHUQUIA	SÃO JOSÉ - 2º LOTE	3.596ha93a00ca	21/12/1956	-
05	ALBERTO MOUSSELEM	ESPÍRITO SANTO	7.119ha02a50ca	21/12/1959	RESGATADO
06	ALCIDES GOMES	ÂNGICO	3.600ha00a00ca	06/07/1962	-
07	ALDERINA ALVES DE CASTRO	PEDRA DE AMOLAR	3.600ha00a00ca	22/09/1965	-
08	ALFREDO NASCIMENTO BARRADAS	PAU PRETO	3.600ha00a00ca	13/02/1957	DESAPROPRIADO
09	ALICE JACOME MARANHÃO	CRISTOLÂNDIA II	3.600ha00a00ca	14/12/1956	DESAPROPRIADO
10	ALICE SILAU AMOURY	SURUBIM	3.576ha39a72ca	02/07/1957	DESAPROPRIADO
11	ALMIR MORAES	FORTALEZA - 1º LÉGUA	3.600ha00a00ca	13/11/1956	DESAPROPRIADO
12	ALMIR MORAES	FORTALEZA - 2º LÉGUA	3.600ha00a00ca	23/09/1960	DESAPROPRIADO

TÍTULOS DE AFORAMENTOS EXPEDIDOS PELA PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO

4

Período: 1955 a 1966

13	ALZIRA MUTRAN	TERRA NOVA	3.600ha00a00ca	12/12/1956	DESAPROPRIADO
14	ALZIRA MUTRAN	JOÃO LOBO	3.600ha00a00ca	21/12/1956	-
15	AMIN ZAHLOUTH	CEDRINHO	3.600ha00a00ca	15/12/1956	-
16	ANA FERREIRA LIMA	LAGO DO DESERTO	3.600ha00a00ca	23/06/1965	DESAPROPRIADO
17	A NAVEGANTE & CIA	BOA ESPERANÇA - 2º LOTE	3.600ha00a00ca	14/05/1965	-
18	ANTÔNIA BASTOS GABY	CASTANHEIRA	3.600ha00a00ca	21/12/1956	DESAPROPRIADO
19	ANTÔNIA DE CASTRO MATHIAS	FORTALEZA	2.399ha10a75ca	20/12/1956	-
20	ANTÔNIA GOMES ALVES	BOA ESPERANÇA - 1º LOTE	3.600ha00a00ca	11/02/1957	-
21	ANTÔNIA IAGHY SALAME	SURUBIM - 1º LOTE	3.600ha00a00ca	11/12/1956	-
22	ANTÔNIA IAGHY SALAME	SURUBIM - 2º LOTE	3.600ha00a00ca	04/05/1960	-
23	ANTÔNIA IAGHY SALAME	SURUBIM - 3º LOTE	1.680ha00a00ca	29/08/1962	-
24	ANTÔNIA PAZ CAPUCHO	BOA ESPERANÇA	3.600ha00a00ca	30/08/1960	-
25	ANTÔNIO BASTOS MORBACK	POÇÃO DO ÓLEO	3.600ha00a00ca	19/11/1962	DESAPROPRIADO
26	ANTÔNIO DE ALMEIDA BRAGA	MAU ARRUMADO	1.800ha00a00ca	04/10/1963	-
27	ANTÔNIO DE ARAÚJO SAMPAIO	SANTO ANTÔNIO	660ha00a00ca	03/12/1955	DESAPROPRIADO
28	ANTÔNIO FRUTUOSO DE SOUSA	-	3.600ha00a00ca	25/10/1960	-
29	ANTÔNIO LIMA	VOLTA DO RIO	3.600ha00a00ca	21/12/1956	-
30	ANTÔNIO RIBEIRO FILHO	PEDRA GRANDE	3.612ha53a48ca	23/05/1960	-
31	ARLINDO COSTA	SÃO SEBASTIÃO	3.600ha00a00ca	11/11/1960	-
32	AUBIÉRGIO PERES NUNES	DEUS AJUDE	3.600ha00a00ca	21/12/1956	-
33	AUGUSTO BASTOS MORBACK	GAMELEIRA	3.600ha00a00ca	04/12/1956	DESAPROPRIADO
34	AUREA ARAÚJO NAMAN	PEDRA BRANCA	3.600ha00a00ca	18/01/1957	DESAPROPRIADO
35	AURINA PEREIRA BOGÉA	-	3.600ha00a00ca	06/06/1960	DESAPROPRIADO
36	AZIZ MUTRAN NETO	CATITU PODRE I	3.600ha00a00ca	12/12/1956	DESAPROPRIADO
37	BARTOLOMEU RODRIGUES BARROS	CATITU PODRE II	3.600ha00a00ca	03/08/1959	DESAPROPRIADO
38	CÂNDIDO ROSA DOS REIS	BELO HORIZONTE	3.600ha00a00ca	30/08/1960	DESAPROPRIADO
39	CARLOS AUGUSTO SAMPAIO	SERRA GRANDE ou BOA UNIÃO	3.600ha00a00ca	31/03/1966	-
40	CARLOS VICTOR HOLANDA	2 HJ	3.600ha00a00ca	25/10/1960	DESAPROPRIADO
41	CLAIR DA COSTA ABADE	PASSA BEM	3.600ha00a00ca	19/11/1960	-
42	CORILANO MILHOMEM JÚNIOR	SÃO BENTO	3.600ha00a00ca	21/12/1956	DESAPROPRIADO
43	DEJANIRA VILHENA TRINDADE	LAGOA BONITA	3.600ha00a00ca	28/06/1960	DESAPROPRIADO
44	DEMÓSTHENES AYRES DE AZEVEDO	PONTA DE PEDRA - 1º LOTE	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
45	DEMÓSTHENES AYRES DE AZEVEDO	SÃO JOSÉ ou PONTA DE PEDRA-2º LOTE	3.600ha00a00ca	02/01/1961	-
46	DEOCLECIANO RODRIGUES DA SILVA	TADEUS	4.672ha06a50ca	21/12/1956	-
47	DEOCLECIANO RODRIGUES DA SILVA	NOVO RUMO	1.420ha00a00ca	09/08/1960	-

TÍTULOS DE AFORAMENTOS EXPEDIDOS PELA PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO

5

Período: 1955 a 1966

48	DIB SALOMÃO	CENTRAL - 2ª LÉGUA	3.600ha00a00ca	28/03/1961	-
49	DIONOR MARANHÃO	BARREIRA BRANCA - 1ª LÉGUA	3.573ha67a50ca	04/12/1956	-
50	DIONOR MARANHÃO	BARREIRA BRANCA - 2ª LÉGUA	3.600ha00a00ca	29/08/1960	RESGATADO (parte)
51	DOMINGOS MAXIMIANO PEIXOTO	PRINCESA DO ITACAIUNAS	3.600ha00a00ca	13/02/1957	DESAPROPRIADO
52	DOMINGOS PACHECO	PARDINHO	3.600ha00a00ca	18/01/1962	-
53	DULCE PEREIRA DE MATOS	-	3.600ha00a00ca	04/01/1961	-
54	DURVAL AUGUSTO DOS REIS	TERRA VERMELHA	3.598ha43a50ca	11/11/1959	-
55	EDGAR VALENTE	ITAPERAPÉ	3.600ha00a00ca	09/09/1959	-
56	EDNA CORRÊA MARANHÃO	SÃO JOÃO DO CENTRO	3.600ha00a00ca	04/12/1956	DESAPROPRIADO
57	EDNA CORRÊA MARANHÃO	SÃO FÉLIX DO CENTRO	3.600ha00a00ca	07/08/1959	DESAPROPRIADO
58	EMILIANO MACEL BRANDÃO	BOA ESPERANÇA	3.600ha00a00ca	10/12/1956	DESAPROPRIADO
59	ERMELINDA DIAS SANTANA	JURUTI ou LIMÃO	3.600ha00a00ca	12/12/1956	DESAPROPRIADO
60	FRANCISCO MORAES TEIXEIRA	POÇO RICO	3.600ha00a00ca	13/10/1959	DESAPROPRIADO
61	FRANCISCO OLIVEIRA	-	3.307ha40a00ca	30/08/1960	-
62	FRANCISCO OLIVEIRA	-	3.600ha00a00ca	30/08/1960	-
63	FUAD NAZAR	PIQUIÁ	3.600ha00a00ca	21/12/1956	-
64	GENUÍNO EPITÁCIO DE SOUZA MILHOMEM	SÃO JOSÉ DO CENTRO	3.600ha00a00ca	27/02/1957	DESAPROPRIADO
65	GUIOMAR MOUSSALEM SALIBA	SACRIFÍCIO	3.596ha40a00ca	23/06/1960	DESAPROPRIADO
66	HÉLIO ABDELNOR	LIMÃO	3.600ha00a00ca	03/01/1957	DESAPROPRIADO
67	HILDA VIANA MUNIZ	-	3.600ha00a00ca	03/08/1959	-
68	HUGO CARDOSO ROSA	CENTRO NOVO	7.200ha00a00ca	25/04/1960	DESAPROPRIADO
69	IZABEL LOPES DE AZEVEDO	SÃO PEDRO DO CENTRO	3.600ha00a00ca	08/05/1961	DESAPROPRIADO
70	IZABEL RIBEIRO DOS SANTOS	BOM FUTURO	3.600ha00a00ca	11/11/1960	DESAPROPRIADO
71	ISAURA MARIA DA SILVA	COURO DO VEADO	3.600ha00a00ca	11/12/1956	-
72	JACOB ATHIAS	PACUS - 1º LOTE	3.600ha00a00ca	14/12/1956	DESAPROPRIADO
73	JACOB ATHIAS	PACUS - 2º LOTE	1.104ha00a00ca	12/09/1960	DESAPROPRIADO
74	JOÃO ALVES DE ALMEIDA	N.SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO	3.600ha00a00ca	27/08/1959	DESAPROPRIADO
75	JOÃO ANÍSIO FERREIRA	ALTO BONITO	3.600ha00a00ca	18/12/1956	-
76	JOÃO MARTINS CRAVEIRO	REFÚGIO DOS PESCADORES - 1ª LÉGUA	3.541ha88a00ca	13/02/1957	-
77	JOÃO MARTINS CRAVEIRO	REFÚGIO DOS PESCADORES - 2ª LÉGUA	3.520ha26a00ca	09/11/1960	-
78	JOÃO PEREIRA BOGEA	CASTANHEIRA	3.600ha00a00ca	18/01/1960	DESAPROPRIADO
79	JOÃO SALAME SOBRINHO	SÃO JOÃO	3.600ha00a00ca	06/03/1957	-
80	JORGE MUTRAN	CUXIU I	3.600ha00a00ca	12/12/1956	DESAPROPRIADO
81	JOSÉ BANDEIRA DE SOUZA	COTOVELO	1.800ha00a00ca	07/05/1965	DESAPROPRIADO
82	JOSÉ BRITO DE ALMEIDA	LEAL	3.600ha00a00ca	05/12/1956	-

TÍTULOS DE AFORAMENTOS EXPEDIDOS PELA PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO

6

Período: 1955 a 1966

83	JOSÉ CAPRISTANO DE ABREU	JANDAIA	3.568ha20a00ca	16/10/1961	-
84	JOSÉ DIAS	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	2.792ha79a98ca	19/11/1964	DESAPROPRIADO
85	JOSÉ HENRIQUE ORTIZ VERGOLINO	CAJAZEIRAS	3.600ha00a00ca	12/02/1957	-
86	JOSÉ LEANDRO DA SILVA	JOSÉ LEANDRO	3.600ha00a00ca	15/02/1957	DESAPROPRIADO
87	JOSÉ LEOCÁDIO BOGEA	BELO HORIZONTE	3.600ha00a00ca	23/06/1960	-
88	JOSÉ LIMA MUTRAN	TARTARUGA	3.600ha00a00ca	12/08/1960	DESAPROPRIADO
89	JOSÉ MACENA DE MIRANDA	-	3.600ha00a00ca	12/12/1956	-
90	JOSÉ MOUSSALEM	CAJUEIRO	3.600ha00a00ca	11/11/1964	DESAPROPRIADO
91	JOSÉ MUTRAN	TABOÃO	3.600ha00a00ca	12/12/1956	DESAPROPRIADO
92	JOSÉ OLINTO CONTENTE	PAU FERRADO	3.600ha00a00ca	15/12/1956	-
93	JOSÉ RIBAMAR ACÁCIO DE LIMA	CENTRO NOVO	2.779ha09a00ca	19/01/1960	DESAPROPRIADO
94	JOSÉ RODRIGUES DE SOUSA	CINZENTO	3.600ha00a00ca	15/12/1956	-
95	JUSTINO FRANCISCO DE AQUINO	NOVA DESCOBERTA	3.600ha00a00ca	13/02/1957	DESAPROPRIADO
96	LAURO MARINHO DE QUEIROZ	-	3.600ha00a00ca	09/08/1960	-
97	LEONEL DE MENDONÇA VERGOLINO	MARIA BONITA	3.600ha00a00ca	12/02/1957	-
98	LEONEL DE MENDONÇA VERGOLINO	CAROÇO DO OLHO	3.600ha00a00ca	29/10/1965	-
99	LÍDIA AUAD ROSSY	ALTO BONITO	3.600ha00a00ca	28/12/1960	-
100	LÍDIA MOUSSALEM GABY	ESCADA ALTA	3.016ha14a00ca	12/12/1956	-
101	LOURDES GABY BOGEA	CACHOEIRA PRETA	3.600ha00a00ca	18/01/1960	DESAPROPRIADO
102	LUCIANA PINTO DA CONCEIÇÃO	BELA AURORA ou CABACEIRA	3.600ha00a00ca	31/03/1962	RESGATADO
103	LÚCIO DE MELO	GORGULHO DO SORORÓ	3.600ha00a00ca	15/12/1956	DESAPROPRIADO
104	LUIZ ANTÔNIO SALAZAR NETO	GORGULHO DO CARDOSO	3.600ha00a00ca	17/11/1965	DESAPROPRIADO
105	LUZIA ABBADE	REFÚGIO DOS PESCADORES - 3ª LEGUA	3.600ha00a00ca	27/04/1961	-
106	MANOEL BRITO DE ALMEIDA	BOCA DO LAGO	3.600ha00a00ca	29/08/1960	DESAPROPRIADO
107	MANOEL PEREIRA DE MATOS	BOA FÉ	3.600ha00a00ca	25/04/1960	DESAPROPRIADO
108	MANOEL PERNAMBUCO DA GAMA	DA GROTA ou ENCONTRO	3.600ha00a00ca	27/02/1957	-
109	MARCOLINA DE SEIXAS RODRIGUES	CARAJÁS	3.572ha43a62ca	09/11/1960	RESGATADO
110	MARIA ALVES DA GAMA	CUTIA ou IGARAPÉ DO RATO	3.409ha98a00ca	14/11/1962	-
111	MARIA DE LOURDES LIMA MONTEIRO	NOVO HORIZONTE ou OLHO D'ÁGUA	3.600ha00a00ca	13/09/1966	-
112	MARIA JOSÉ MUTRAN	FIGURAS	4.312ha00a00ca	13/12/1959	DESAPROPRIADO
113	MARIA JOSÉ SALIBA	CAPINZAL	3.600ha00a00ca	25/05/1960	DESAPROPRIADO
114	MARIA MOUSSALEM QUADROS	SÃO BENEDITO	3.600ha00a00ca	13/12/1956	DESAPROPRIADO
115	MARIA MOUSSALEM QUADROS	SÃO BENEDITO II	3.600ha00a00ca	04/05/1960	DESAPROPRIADO
116	MARIA ROSA SKAF RIBEIRO	RATO II	3.599ha84a00ca	13/12/1956	-
117	MARIA SALOMÃO	ANAJÁS	3.846ha74a00ca	05/05/1960	-

TÍTULOS DE AFORAMENTOS EXPEDIDOS PELA PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO

7

Período: 1955 a 1966

118	MARIA TEREZINHA DE SOUZA	SÃO JOSÉ	3.600ha00a00ca	04/01/1963	-
119	MARIZA CORRÊA MARANHÃO	SANTA CRUZ DA TONA	3.294ha22a00ca	07/11/1961	DESAPROPRIADO
120	MIGUEL CHAMON	MUTUAN	3.559ha62a50ca	30/11/1956	DESAPROPRIADO
121	MICHEL MOUSSALEM	SANTA TEREZA	3.583ha55a50ca	12/12/1956	-
122	NAIR CARVALHO DE OLIVEIRA	MOTOR QUEIMADO I	4.855ha76a00ca	23/09/1960	DESAPROPRIADO
123	NATIVIDADE COELHO DE ARAÚJO	BOA ESPERANÇA	3.600ha00a00ca	15/03/1957	DESAPROPRIADO
124	NEMER SALOMÃO	-	3.558ha00a00ca	05/05/1960	DESAPROPRIADO
125	NERIAN CHAVES MAZINE	BARREIRA BRANCA DO CARDOSO	10.800ha00a00ca	04/12/1956	DESAPROPRIADO
126	NILCE GONÇALVES CHUQUIA	BOM PRINCÍPIO	5.800ha00a00ca	21/12/1956	-
127	NILO ABADE	DUAS IRMÃS	3.600ha00a00ca	28/12/1960	-
128	NILO ALVES DE ALMEIDA	CENTRO	2.256ha87a00ca	07/08/1959	-
129	NILO ALVES DA SILVA	-	3.300ha00a00ca	21/12/1956	-
130	OLGA CHUQUIA IAGHY	FORTALEZA II	7.200ha00a00ca	21/12/1960	DESAPROPRIADO
131	OKERLINA TEIXEIRA TORRES	CROÁ	3.600ha00a00ca	08/05/1961	-
132	OSÓRIO FRANCISCO MARTINS PINHEIRO	FORMIGA	3.600ha00a00ca	28/09/1960	DESAPROPRIADO
133	OSVALDO DOS REIS MUTRAN	LUA	3.600ha00a00ca	07/08/1959	-
134	PAULO BOSCO RODRIGUES JADÃO	SERRE RICA	3.600ha00a00ca	25/04/1960	DESAPROPRIADO
135	PEDRO CORRÊA DA SILVA	-	3.600ha00a00ca	21/12/1956	DESAPROPRIADO
136	PEDRO GONÇALVES DA SILVA	SERENO	3.600ha00a00ca	12/12/1956	-
137	PEDRO MARANHÃO PRIMO	CRISTOLÂNDIA	3.596ha61a25ca	14/12/1956	DESAPROPRIADO
138	PEDRO MARINHO DE OLIVEIRA	ALTO BONITO	3.441ha44a00ca	04/12/1956	DESAPROPRIADO
139	PEDRO MARINHO DE OLIVEIRA & FILHOS	SÃO JOSÉ I	4.118ha00a00ca	29/08/1962	-
140	PÉRICLES MACHADO CASTELO BRANCO	BRASILZINHO - 1º LOTE	3.600ha00a00ca	21/12/1956	-
141	PÉRICLES MACHADO CASTELO BRANCO	BRASILZINHO - 2º LOTE	1.340ha00a00ca	11/02/1960	-
142	PLÍNIO PINHEIRO	MACACHEIRA - 1º LOTE	10.292ha35a86ca	28/12/1960	-
143	PLÍNIO PINHEIRO	MACACHEIRA - FUNDOS	10.118ha71a01ca	19/12/1956	DESAPROPRIADO
144	PLÍNIO PINHEIRO NETO	GROTA VERDE	3.600ha00a00ca	15/12/1966	-
145	PRIMÊNIA DE MELO MONÇÃO	TERRA DE MONÇÃO	3.600ha00a00ca	29/08/1960	-
146	PULQUÉRIA RODRIGUES JADÃO	ÁGUA FRIA	3.600ha00a00ca	03/12/1956	-
147	RAIMUNDA DA SILVA COELHO	ITAÚBA	3.600ha00a00ca	04/12/1956	-
148	RAIMUNDA MORAES RÊGO	CUXIÚ II	5.848ha10a00ca	05/11/1959	DESAPROPRIADO
149	RAIMUNDO FERNANDES DE OLIVEIRA	-	3.599ha00a00ca	12/02/1957	-
150	RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA	MOTOR QUEIMADO II	3.600ha00a00ca	13/02/1957	DESAPROPRIADO
151	RAIMUNDO NONATO GOMES LEITÃO	SÃO RAIMUNDO	3.600ha00a00ca	14/11/1966	DESAPROPRIADO
152	RAIMUNDO ORTIZ VERGOLINO	ALMESCÃO	3.600ha00a00ca	12/02/1957	DESAPROPRIADO

TÍTULOS DE AFORAMENTOS EXPEDIDOS PELA PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO

8

Período: 1955 a 1966

153	ROSALINA MALAQUIAS FERREIRA	SÃO RAIMUNDO	3.600ha00a00ca	27/10/1965	-
154	ROSEDA MARTINS DA SILVA	LIMPEZA	3.600ha00a00ca	11/12/1956	-
155	SALOMY SILVA COSTA	MUNDO NOVO	3.600ha00a00ca	29/08/1960	-
156	SANDOVAL DA GAMA MAIA	JATOBÁ	3.600ha00a00ca	12/02/1957	-
157	SEBASTIANA NOGUEIRA SALAME	SÃO JOSÉ DO REFÚGIO	3.600ha00a00ca	04/12/1956	DESAPROPRIADO
158	SEBASTÃO LOPES DA ROCHA	PERNAMBUCO	3.600ha00a00ca	03/12/1956	DESAPROPRIADO
159	SEBASTIÃO NUNES SANTANA	-	3.600ha00a00ca	12/08/1960	-
160	SEVERINO A DE SOUZA	GAMA	3.174ha18a75ca	21/12/1956	-
161	SIMEÃO PEREIRA DE ALENCAR	SANTA CRUZ DA MUCURA	3.598ha99a00ca	29/11/1960	DESAPROPRIADO
162	SUZANA VIANA DE ALMEIDA	-	3.600ha00a00ca	03/08/1959	-
163	VITÓRIA CHUQUIA ABDELNOR	GORGULHO	3.600ha00a00ca	21/12/1956	DESAPROPRIADO
164	WALDOMIRO VIEIRA DE SÁ	BERNNARDO MONTEIRO	3.600ha00a00ca	05/05/1960	DESAPROPRIADO
165	WILLER SAMPAIO	GAMELEIRA	3.498ha45a50ca	31/03/1966	-
166	ZUÍLA CHUQUIA	GAMELEIRA	3.600ha00a00ca	21/12/1956	DESAPROPRIADO

MONTE ALEGRE

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	RUSIVALDO BRITO e OUTROS	TAMANDUÁ	3.600ha00a00ca	28/01/1966	-

PORTEL

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	ANTÔNIO LOUREIRO	SAMAÚMA	3.600ha00a00ca	19/01/1965	-
02	HENRIQUE MOREIRA DA SILVA	PEPENDÉUA	3.600ha00a00ca	19/01/1965	-
03	MANOEL DE CARVALHO	ARATAÚ	3.600ha00a00ca	19/01/1965	-
04	SEBASTIANA MONTEIRO	SAMAÚMA	3.600ha00a00ca	19/01/1965	-

TÍTULOS DE AFORAMENTOS EXPEDIDOS PELA PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO
Período: 1955 a 1966

9

SÃO FÉLIX DO XINGU, atualmente TUCUMÃ

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	OTÁVIO AUGUSTO NERY	KRIMET	2.935ha41a45,67ca	09/08/1966	-
02	SOARES & CIA	AFORAMENTO II	3.232ha66a76,27ca	09/08/1966	-

TUCURUÍ

Nº	FOREIRO ORIGINÁRIO	CASTANHAL	ÁREA	DATA DE EXPEDIÇÃO	OBSERVAÇÕES
01	AIDA DAMASCENO FERREIRA	MADALENA	2.700ha00a00ca	27/10/1965	DESAPROPRIADO
02	ANA PINTO DIAS	SÃO MIGUEL	3.600ha00a00ca	05/05/1960	DESAPROPRIADO
03	ANA PONTES FRANCÊS	PITINGA CRUZ	3.600ha00a00ca	16/12/1964	-
04	ANTÔNIO LOURENÇO	PION	3.600ha00a00ca	05/05/1960	DESAPROPRIADO
05	CALCIDA BOTELHO FRANCÊS	MURIXABA	3.600ha00a00ca	26/08/1963	-
06	FRANCISCO ASSIS PATRÍCIO e OUTRO	PIRANHEIRA	3.600ha00a00ca	04/11/1965	DESAPROPRIADO
07	ICILDA DOURADO	DAS ONÇAS	3.600ha00a00ca	16/12/1964	-
08	JUAREZ PONTES FRANCÊS	PINTAOCÁ	3.600ha00a00ca	16/12/1964	DESAPROPRIADO
09	LAVINA DA VEIGA DIAS	CORREINHA	3.600ha00a00ca	14/05/1965	DESAPROPRIADO
10	RUBEM BERTOLDO GOMES	INDEPENDÊNCIA (parte)	3.600ha00a00ca	14/11/1966	-

FONTE: Gerência de Aforamento - GEA